

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**LUCIANA MATIAS CAVALCANTE**



**ECONOMIA DOS SETORES POPULARES**  
**juventude e educação para o trabalho**



**FORTALEZA – CEARÁ**  
**MAIO/2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUCIANA MATIAS CAVALCANTE

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

juventude e educação para o trabalho

FORTALEZA – CEARÁ

MAIO/2006

LUCIANA MATIAS CAVALCANTE

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: juventude e educação para o  
trabalho

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Profa. Dra. Maria Nobre Damasceno (UFC)

Co-orientadora: Profa. Dra. Ercília Maria Braga de Olinda (UFC)

Co-orientadora: Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales (UFC)

Convidada externa: Profa. Dra. Grece Tricolli Vitorino (UNIFOR)

Convidada externa: Profa. Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim (UFPI)

LUCIANA MATIAS CAVALCANTE

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: juventude e educação para o  
trabalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará,  
em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de  
doutora em educação.

Orientadora: Professora Doutora Maria Nobre Damasceno

FORTALEZA – CE

MAIO/2006

## POEMA DE AGRADECIMENTO

O caminho que encontrei para trilhar...

Não trilhei solitária, pois levei comigo muitos sonhos, muitos olhares, muitos sentimentos...

O caminho que escolhi para trilhar...

Tinha leveza, aspereza e um suave aroma, todas as formas e modelagens...

O caminho que vivo para trilhar está repleto de amigos...

Companheiros de passagem, companheiros de percurso, companheiras de estadas...

São caminhos que percorro comigo mesma e divido com os outros...

São meus mestres de trocas de olhares e brindes alegres...

São pessoas com seu próprio percurso, feito de trocas, de solidariedade...

Que me ajuda a perceber a beleza da escrita, Ercília, agradeço-lhe...

Que me lembra da fortaleza dos Mestres teóricos, do espaço e contexto feminino, Celecina, agradeço-lhe...

Que me chama atenção para o lazer necessário, a visita à livraria, trocando comigo autores e textos, Andrea, agradeço-lhe...

Que conheci recentemente, mas soube ver o que de bom escondia, representando apoio e auto-estima, Grece, agradeço-lhe...

Que acompanho já a algum tempo, cheia de beleza e simpatia, ajudou-me com sua tradução de Melucci, solicitude de quem está disposta a colaborar, Bomfim, agradeço-lhe...

Muito de amiga e muito de mestra, Maria, sempre juntas nessa caminhada de anos, que me deu a mão, que me ensinou a necessidade da leitura, que visitou meu texto com olhar de construção, como “seres inacabados”, agradeço-lhe...

Ao grupo, pelas trocas, pelas discussões, pelos passeios e jantares saborosos... Luís, João, Ivna, Janice...

Aos amigos que fiz na Universidade Federal do Piauí, pelo apoio na elaboração deste estudo...

A minha querida Giulia, que me ensinou durante nove meses a beleza da maternidade... seja bem vinda!

Ao meu esposo amado, Afrânio, companheiro na vida, e a sua família que agora fiz minha, agradeço-lhes a paciência...

Aos meus pais e irmãos, por sua simplicidade, apoio e afeto, presenças que não têm preço, agradeço-lhes...

À Deus, que me permite crescer, que me ilumina de sabedoria, que me fortalece nas dificuldades... Obrigada!



**“A colheita de café”, óleo de Portinari, 1958**

“Cada relação de um homem com a realidade é, deste modo, um desafio ao qual deve responder de maneira original. Não há modelo típico de resposta, senão tantas respostas diferentes quanto são os desafios [...] O importante é advertir que a resposta que o homem dá a um desafio não muda só a realidade com a qual se confronta: a resposta muda o próprio homem, cada vez um pouco mais, e sempre de modo diferente.”

Paulo Freire.

## RESUMO

Este estudo dá vida à juventude, entendendo esse segmento como atores sociais e, portanto, capazes de atuar em seu espaço para transformá-lo. Investiguei sua inserção e participação nos grupos de produção, associações, como elemento de construção de novos modos de organização, alicerçados no trabalho coletivo, cooperado e na autogestão. Procurei desvelar não apenas as perspectivas de trabalho e significados atribuídos a esse trabalho pelos jovens, mas mediante sua forma de organização e produção, busquei identificar elementos produzidos nessas experiências que contribuíssem para uma produção social maior – os saberes e aprendizados significativos na luta das camadas populares, numa perspectiva de contra-cultura, de Educação Popular. O caminho percorrido para elaboração desse estudo situa-se na unidade entre diálogo, reflexão e aprofundamento teórico, numa perspectiva metodológica de inserção nos grupos, observação participante, aplicação de questionários, entrevistas e grupos de discussão e, ainda, a utilização da fotografia, da música e do vídeo como elementos impulsionadores de expressão da subjetividade. Esse caminhar da pesquisa funda-se numa perspectiva teórico-metodológica do tipo etnográfico, que enfatiza a tentativa de compreensão dos elementos que formam o universo cultural, conceitual dos participantes. Os achados revelam que esses grupos, produtores de contra-cultura, situam-se num patamar de exploração e reprodução capitalista pela interação com o mercado organizado por esse sistema, mas ao mesmo tempo colaboram na produção de saberes que, aliados a uma organização e sistematização técnico-científica, pela interação teórico-prática pode contribuir na esfera da contra-hegemonia.

Palavras – chave: Juventude. Trabalho. Solidariedade.

## ABSTRACT

This study it gives to life to youth, understanding this segment as social actors and, therefore, able to act in the space to transform it. I investigated its insertion and participation in the groups of production, associations, as element of construction in new ways of organization, based in the collective work, cooperated and in the self management. I looked for to reveal not only the perspectives of work and meanings attributed to this work for the young, but by means of its form of organization and production, I searched to identify elements produced in these experiences that contributed for a bigger social production – the knowledge and significant learning's in fight of the popular layers, in a perspective of opposed-culture, Popular Education. The way covered for elaboration of this study is placed in the unit between dialogue, reflection and theoretical deepening, in a methodological perspective of insertion in the groups, participant observation, application of questionnaires, interviews and discussion groups and, still, the use of the photograph, music and video as elements boosters of expression of the subjectivity. This research way it's based in a perspective theoretician-methodological of ethnographic type, that emphasizes the attempt of comprehension of the elements that they form the cultural and conceptual universe of the participants. The findings reveal that these groups, producers of against-culture, are placed in a platform of exploration and capitalist reproduction for the interaction with the market organized for this system, but at the same time collaborates in the production to knowledge that, allies to an organization and technician-scientific systematization, for the interaction theoretician-practical it can contribute in the sphere of the against-hegemony.

Keywords – Youth. Work. Solidarity.

## RESUMEN

Este estudio da vida a la juventud, entender este segmento como agentes sociales e, por lo tanto, capaz para actuar en su espacio para transformarlo. Investigué su inserción y participación en los grupos de producción, asociaciones, como elemento de la construcción de nuevas maneras de la organización, alicerçados en el trabajo colectivo, cooperado y en la gerencia del uno mismo. Busqué a no solamente desvelar las perspectivas del trabajo y de los significados atribuidos a este trabajo para los jóvenes, pero por medio de su forma de organización y de producción, Busqué para identificar los elementos producidos en estas experiencias que contribuyeron para una producción social más grande - el saber y los learnings significativos en la lucha de las capas populares, en una perspectiva de la contra-cultura, de la educación popular. La manera cubierta para la elaboración de este estudio se pone en la unidad entre el diálogo, reflexión y el profundizar teórico, en una perspectiva del metodológica de la inserción en los grupos, comentario del participante, uso de cuestionarios, entrevistas y grupos de la pelea y, no obstante, el uso de la fotografía, de la música y del vídeo como aumentadores de presión de los elementos de la expresión de la subjetividad. Esto a la caminata de la investigación establece en un teórico-metodológica de la perspectiva del tipo del etnográfico, que acentúa la tentativa de la comprensión de los elementos que forman el universo cultural, conceptual de los participantes. Los resultados divulgan que estos grupos, productores de la contra-cultura, una plataforma de la exploración de y una reproducción del capitalista para la interacción con el mercado organizado para este sistema se ponen adentro, pero en el mismo tiempo colaboran en la producción para saber eso, aliados a una organización y a una sistematización técnico-científica, para la interacción teórico-práctica puede contribuir en la esfera de la contra-hegemonía.

Palabras - llave: Juventud. Trabajo. Solidaridad.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – Integrantes da Associação São Vicente de Paulo.....	53
FOTOGRAFIA 2 – Integrantes da Associação Trançados da Ilha – aprendendo a trançar.....	54
FOTOGRAFIA 3 – Casa Grande de Parnaíba.....	57
FOTOGRAFIA 4 – Espaço Cultural Porto das Barcas.....	58
FOTOGRAFIA 5 – Comunidade São Vicente de Paulo.....	58
FOTOGRAFIA 6 – Comunidade São Vicente de Paulo.....	59
FOTOGRAFIA 7 – Município de Ilha Grande.....	59
FOTOGRAFIA 8 – Município de Ilha Grande.....	60
FOTOGRAFIA 9 – Moradia e condição social da juventude investigada.....	96
FOTOGRAFIA 10 – Jovem artesã trançando a palha de carnaúba.....	100
FOTOGRAFIA 11 – Integrante da Associação de Rendeiras do Morro da Mariana e seu trabalho: um colar de renda de bilro.....	124
FOTOGRAFIA 12 – Associação Trançados da Ilha.....	126
FOTOGRAFIA 13 – Sede da Associação Trançados da Ilha.....	126
FOTOGRAFIA 14 – Cursos ministrados nas associações para adolescentes e jovens da comunidade.....	158
FOTOGRAFIA 15 – Cursos ministrados nas associações para adolescentes e jovens da comunidade.....	158
FOTOGRAFIA 16 – Jovens expondo peças que foram produzidas nos cursos ministrados pelas associações.....	160
FOTOGRAFIA 17 – Jovens expondo peças que foram produzidas nos cursos ministrados pelas associações.....	160
FOTOGRAFIA 18 – Participantes do curso discutindo o quadro que apresenta a diferença entre cooperativa, associação, OSCIP e empresárias.....	164
FOTOGRAFIA 19 – Aprendizagens fruto de trocas com outras culturas.....	194

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELA

GRÁFICO 1 – População economicamente ativa – setembro/2004.....	77
GRÁFICO 2 – População desocupada.....	77
GRÁFICO 3 – Tipos de inserção no mercado de trabalho.....	78
GRÁFICO 4 – Escolaridade entre os desocupados – ensino médio.....	79
GRÁFICO 5 – População total (1980-2000).....	84
GRÁFICO 6 – Pirâmide etária absoluta – 2000.....	85
TABELA 1 – Jovens que freqüentam a escola por nível de ensino e grupo de idade.....	86

## SUMÁRIO

1	Introdução .....	14
1.1	Apresentação do problema de pesquisa e objetivos .....	14
1.2	A produção de sentidos que se faz ao caminhar .....	22
1.2.1	Propondo novos percursos .....	27
2.	CAPÍTULO I – Diálogos com a pesquisa .....	30
2.1	Fundamentos metodológicos da pesquisa qualitativa e as escolhas teóricas .....	30
2.1.1	Referencial teórico e empírico: uma articulação teórico-prática .....	33
2.1.1.1	Elementos que caracterizam o trabalho nas relações de produção capitalista .....	36
2.1.1.2	Relações entre hegemonia e educação .....	40
2.1.1.3	A juventude como categoria teórica .....	43
2.2	A pesquisa do tipo etnográfico .....	46
2.2.1	Os fundamentos teórico-metodológicos subjacentes à etnografia .....	47
2.2.2	Procedendo com a pesquisa de campo .....	49
2.2.2.1	Observação participante .....	50
2.2.2.2	Questionário de aproximação .....	50
2.2.2.3	Entrevistas individuais e coletivas .....	51
2.2.2.4	Estudo de documentos e fotografia .....	53
2.3	Local da pesquisa: um breve perfil dos municípios Parnaíba e Ilha Grande .....	55
3.	CAPÍTULO II – Organização produtiva: da atividade comunal e cooperativa à grande indústria. ....	61
3.1	Em época de crise? A crise do capital e a reestruturação da economia – por onde anda a sociedade contemporânea .....	67
3.2	Contexto social e de trabalho para os jovens: lendo aspectos quantitativos e qualitativos acerca da profissionalização e do mercado de trabalho no Brasil – dos anos 90 aos dias atuais .....	74
4.	CAPÍTULO III – Um problema que se constrói com a categoria juventude: cultura juvenil, da unidade a diversidade .....	91
4.1	Dados de aproximação – perfil dos jovens .....	101
4.2	Situação da juventude: a realidade na voz dos jovens .....	106
4.3	Escolhendo e descrevendo cenas: sonhos e perspectivas desses jovens .....	110
4.4	A comunidade: os jovens enxergam o descaso, mas declaram seu amor pela comunidade .....	113

5.	CAPÍTULO IV - Condições de vida e de trabalho dos jovens integrantes das associações .....	116
5.1	O trabalhador e as relações de produção no espaço capitalista e no espaço de cooperação .....	117
5.2	O cotidiano dos grupos de produção – a convivialidade como eixo da produção coletiva .....	123
5.2.1	A organização dos grupos e a autogestão .....	127
5.2.1.1	Os grupos como espaço de convivência, de diálogo, de encontro .....	137
5.2.1.2	O trabalho individual no coletivo .....	143
5.2.2	O lugar do artesanato na renda doméstica .....	149
5.2.2.1	O significado do trabalho e a necessidade de emprego formal .....	150
5.2.3	O processo de aprendizagem .....	157
5.2.3.1	Saberes gerenciados pela família .....	160
5.2.3.2	A formação ministrada pelo SEBRAE e SESCOOP – PI .....	163
5.2.4	A participação do jovem na associação .....	173
5.2.4.1	Os objetivos dos jovens na associação .....	175
6	CAPÍTULO V - A educação popular comunitária como palco de produção de cultura .....	178
6.1	As práticas sociais dos jovens como expressão de saberes: elementos na construção de processos contra-hegemônicos .....	181
6.1.1	O saber popular e as intervenções de uma contra-cultura .....	186
6.1.1.1	Os saberes e o potencial contra-hegemônico: o papel do intelectual na formação .....	190
7	CAPÍTULO VI - Um refazer que exige crítica constante: a economia solidária como proposta de construção de um novo modelo de produção? .....	196
8	DIALOGANDO COM OS ACHADOS .....	205
9	BIBLIOGRAFIA BÁSICA .....	209
	APÊNDICE .....	219
	ANEXOS .....	230

## ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: juventude e educação para o trabalho

---

### 1. Introdução

#### 1.1 Apresentação do problema de pesquisa e objetivos

O presente estudo está fundamentado na concepção de educação como prática social, que a entende como composto social, histórico, alicerçado na própria construção de vida, na convivência, nas experiências que tomam corpo nos grupos, nas comunidades, nas ruas, nas instituições, nos movimentos que se desenvolvem no *lócus* de trabalho de cada um. A vida e o cotidiano, principal palco de compreensão dessa educação que se vincula à própria existência material e não-material, como articulação entre objetividade e subjetividade, visto que a produção material está ligada à própria produção humana, subjetiva, seja na construção de idéias acerca de si mesmo, representações acerca da vida individual e coletiva ou, ainda, na própria concepção de mundo construída nos grupos.

Essa matriz central que compreende a visão de educação como prática social historicamente construída irá dar suporte à análise empírica e teórica que procuro apresentar no decorrer desse estudo, pois permite entender o fazer cotidiano dos grupos estudados como construção social historicamente determinada, mas com potencial transformador numa concepção dialética da *práxis* que toma forma nas atividades desses grupos. Portanto, a visão de sujeito aqui exposta é de principal agente pensante e atuante em sua realidade, capaz de produzir novos rumos a sua situação, à própria realidade social e a si mesmo; a visão de sociedade, não poderia ser diferente, representada como movimento, como espaço temporal não-linear, determinada pelas ações dos homens, em constante transformação, como luta de contrários, não apenas repleta de situações de calma, estagnação e acordos, mas também como luta cotidiana de interesses contraditórios, de reflexões destoantes, de situações opostas.

Portanto, partindo da concepção de educação descrita acima e das experiências que venho acumulando como educadora, bem como da convivência com a realidade concreta da juventude que faz parte do meu cotidiano profissional é que proponho aqui debruçar-me sobre a temática: juventude e educação para o trabalho. O estudo que venho desenvolvendo acerca

desta temática data de julho de 2001, quando realizei a pesquisa para o Mestrado em Educação que se constituiu em estudo de caso. Procurei estudar os processos para formação de jovens organizados e vividos numa organização não governamental – ONG, situada na periferia de Fortaleza-Ce que recebia financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e objetivava tratar da formação profissional e escolarização, principalmente, dos jovens em defasagem escolar, numa educação destinada aos jovens e adultos. O Projeto Reconquistar, nome que o designava, era uma proposta da Pastoral Operária (P.O) da área do Grande Jangurussu<sup>1</sup>, preocupada com o processo de implantação do modelo socioeconômico neoliberal<sup>2</sup>, marcado pelas privatizações, pela falência de muitas empresas, pela abertura do mercado ampliando os níveis de concorrência, assim como o nível de exigência com a formação do trabalhador, cada vez mais aumentando o número de desempregados, e portanto, gerando o crescimento da miséria. A Pastoral Operária, em parceria com outros segmentos da sociedade, principalmente aqueles ligados aos movimentos populares de Fortaleza, conseguiu organizar cursos profissionalizantes integrados à escolarização e certificou aproximadamente 1.200 jovens trabalhadores.

Nessa época me detive mais no estudo de aspectos pedagógicos relativos à formação desses jovens trabalhadores, entretanto as reflexões se estenderam às questões relativas ao significado do trabalho para esse segmento, principalmente por sua aproximação com os movimentos que se desenvolviam na comunidade a partir da implantação de núcleos de cooperativas e de discussões acerca da economia solidária que começava a ser alvo de debates naquela localidade. O germe da inquietação já havia nascido naquele período, mas como o trabalho realizado no Mestrado possui limitações, principalmente pelo fator tempo destinado ao curso é que gerenciei de maneira coerente essas inquietudes.

Atualmente, no Doutorado, busco organizar tais inquietações e aprofundar segmentos da pesquisa iniciada anos atrás que enfatizavam a categoria trabalho, focando-a a partir dos jovens e de suas possibilidades de crescimento pessoal e profissional nos grupos de produção que crescem, principalmente, nas comunidades mais afastadas dos centros urbanos. Agora, morando no município de Parnaíba, Estado do Piauí, fui buscar esses grupos em três zonas diferentes da região. A primeira experiência, Associação de Rendeiras do Morro da Mariana (1), localiza-se em Ilha Grande, cidade vizinha a Parnaíba, e é composta por 96 membros,

---

<sup>1</sup> Bairro situado na periferia de Fortaleza.

<sup>2</sup> O neoliberalismo fundamenta-se na teoria clássica liberal, mas é um fenômeno distinto. Sua gênese dá-se depois da segunda grande guerra que culminou num ciclo de acumulação intensa do capital e com desdobramentos de ordem mundial, sendo também entendido como reação contrária ao modelo do Estado intervencionista e às políticas do Estado de bem-estar social. Nesse modelo o mercado passa a ser a instância fundamental de articulação das relações da sociabilidade capitalista.

dentre eles 30 são jovens; a segunda experiência é a Associação Trançados da Ilha (2), localizada, também, no município de Ilha Grande e que produzem peças de trançados a partir da palha da carnaúba. Esta associação é formada por 30 sócios registrados, mas amplia-se esse número por considerar que o trabalho com a palha vem se desenvolvendo de forma eminente nas famílias, envolvendo os pais, adolescentes e muitos jovens (não há registro do número real de jovens)<sup>3</sup>; a terceira experiência localiza-se na periferia de Parnaíba, a Associação de Artesãos de São Vicente de Paulo (3), grupo que produz peças também a partir da arte do trançado, utilizando principalmente a palha de carnaúba. Esse último grupo é formado por 28 membros e destes, apenas 4 são jovens<sup>4</sup>.

A pesquisa de campo foi organizada em **cinco** momentos: no primeiro realizei sessões iniciais de observação em cada grupo para compor o diário de campo que não foi finalizado aí por compreender que cada nova visita, mesmo para introdução de novos procedimentos, geravam importantes registros; na segunda etapa foi aplicado um questionário que intitulei “questionário de aproximação” com os jovens das três experiências para facilitar um diagnóstico mais preciso acerca de questões como idade, escolaridade, situação civil, número de membros da família, situação trabalhista, seguido de questões mais subjetivas acerca da escola que porventura frequente, pretensão de ingresso no nível superior, do trabalho na associação, da comunidade, enfim, questões relativas ao seu cotidiano; a terceira fase foi composta de sessões de entrevistas individuais e coletivas tanto com as coordenadoras dos grupos como com membros, incluindo os jovens. Essas entrevistas foram não-estruturadas e versavam sobre temas que compunham um roteiro previamente elaborado<sup>5</sup>; a quarta fase foi o agrupamento dos jovens das três experiências num encontro que enfatizou a questão do trabalho e da temática juventude. Esse grupo de discussão foi direcionado por um roteiro de entrevista também não-estruturado, contando com o apoio de letras de músicas e de vídeos<sup>6</sup>.

O quinto momento da investigação está ligado às atuações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e outros órgãos da região na formação desses grupos. Foram feitas observações e registros no curso sobre cooperativismo organizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/PI em parceria com o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Piauí – OCEPI; ainda, o estudo do

---

<sup>3</sup> Dessa associação participaram de forma mais direta da investigação cerca de 20 jovens.

<sup>4</sup> As duas primeiras experiências são consideradas casos de sucesso para o SEBRAE e a terceira ainda encontra-se em desenvolvimento. De certa forma explica o número ainda reduzido de sócios, principalmente jovens.

<sup>5</sup> Vide anexos.

<sup>6</sup> Música “Não é Sério” do grupo Charle Brown Jr.; vídeo produzido pela ONG Saindo do Papel, contendo depoimentos de jovens sobre juventude e perspectiva de vida, sonhos e projetos.

material disponível para esses grupos e organização de sessões de entrevistas com os agentes formadores do SEBRAE que acompanham as associações em sua formação e gestão.

As observações feitas nos grupos, bem como entrevistas e discussões realizadas individualmente e em grupo permitiram o esboço das seguintes situações-problemas:

1) O processo de aprendizagem:

Ao discutir com o grupo de artesãos os caminhos percorridos na hora de repassar os conhecimentos da arte do trançado, seja na renda ou com a palha foram identificados três fatores. O primeiro envolvia as relações familiares, pois a família era o espaço para repassar de pai/mãe para filho(a) o ofício de artesão; o segundo momento era a abertura de espaço na própria cooperativa para a aprendizagem e aperfeiçoamento de técnicas; e o terceiro dirigia-se a participação do SEBRAE na formação dos membros (esta mais voltada para o desenvolvimento da associação e os saberes necessários a sua implantação e crescimento no mercado capitalista);

2) O lugar do artesanato na renda doméstica:

O artesanato aparece aqui como uma atividade principalmente feminina (renda e palha de carnaúba) e, na maioria dos casos, com uma função subsidiária na renda familiar, ou seja, o dinheiro obtido com essas atividades complementa a renda e, na maioria das vezes, é utilizado para suprir necessidades como vestuário e lazer. Garante às mulheres certa autonomia e poder de compra. Outro fator importante nessa discussão é o fato dessa atividade ser por demais instável, no sentido de acontecer momentos de grande número de encomendas, permitindo um bom rendimento e em outros momentos uma total falta de expectativa quanto às atividades;

3) Necessidade de emprego formal:

Apesar dos membros da associação participarem ativamente quando surge uma encomenda, dá para perceber que essa atividade não satisfaz à necessidade de emprego formal da maioria de seus integrantes. Estes sonham em encontrar emprego “seguro”, com carteira assinada e salário fixo. A atividade artesanal passa a assumir o segundo plano daqueles que conseguem outro tipo de colocação no mercado, mas raramente abandonam a atividade artesanal por inteiro, preenchendo seus finais de semana, feriados e até 3º turno com a prática da renda ou do trançado com a palha.

4) Espaço de convivência, de diálogo, de encontro:

A hora do artesanato é marcada por um ritual de entrosamento. Sempre em círculo, chegam com seus trabalhos e material, seja almofada de renda ou a palha devidamente tratada, puxam seus banquinhos, conversam trivialidades, mostram seus trabalhos, falam das dificuldades... muitas mães são seguidas por seus filhos que logo encontram em que se

ocupar... vão tecendo, rindo, conversando, relatando fatos da comunidade, tornando aquele momento agradável e acolhedor. As filhas, ainda pequenas, já desenvolvem pequenos trabalhos;

5) Organização e gestão das atividades:

Ao falar em cursos a presença do SEBRAE é sempre mencionada, entretanto identifiquei pouco aprendizado técnico com relação à inserção no mercado e o modo de lidar com situações que este exige. A organização, a estrutura das associações ainda é simples, sem registros... a coordenadora se mantém no posto por muito tempo e acaba construindo uma relação de dependência com os outros membros que aprovam suas decisões e regras, no que concerne as decisões cotidianas apontando para aspectos contraditórios no que tange a organização e gestão participativa, elemento essencial do trabalho coletivo. Entretanto, parece ser uma relação de acordo e não de resistência e as coordenadoras relatam até certo peso em continuar no cargo e na dificuldade das companheiras em assumir esse posto. Elas afirmam viver cercadas de muitas responsabilidades e desgastes.

As associações possuem grande número de integrantes, entretanto, são poucos que freqüentam cotidianamente e trabalham na sede. Muitos realizam a atividade em suas casas, muitas vezes com a ajuda de toda a família, principalmente no caso do trançado com a palha, dependendo da quantidade da encomenda. Cada membro da associação participa da produção de encomendas que surgem e possuem total autonomia para receber outras individualmente. A autonomia também existe na hora de compor o seu horário, ficando livre para aparecer na associação ou não. Percebe-se que o maior vínculo com a associação, além da amizade e parceria próprias do trabalho coletivo é mesmo a contribuição mensal ou porcentagem sobre as vendas cobradas pelos líderes (coordenador/tesoureiro) da associação. Existem reuniões esporádicas para discutir o pagamento da contribuição, para organizar a participação em feiras e eventos, etc. Além da coordenação existem outros cargos como a tesoureira, por exemplo, que é responsável pela arrecadação das mensalidades e controle dos recursos que entram e saem, distribuindo os lucros entre os membros de acordo com a produção de cada um;

6) Do trabalho individual ao trabalho coletivo:

Ganha mais quem produz mais e menos que produz menos. Num dos grupos<sup>7</sup> cada membro é responsável pela compra de seu material e ganha em cima do que consegue produzir e vender. Se não tem recurso para esse material não participa daquela encomenda, portanto não recebe ao final. O que deixa transparecer, inicialmente, é que os grupos

---

<sup>7</sup> Associação das Rendeiras do Morro da Mariana.

funcionam mais como suporte para o recebimento de encomendas, permanecendo o trabalho mais individual e regulado pelo próprio artesão, a partir de sua habilidade, recursos e tempo destinado ao trabalho, entretanto, ao aprofundar a investigação observa-se que o trabalho coletivo ultrapassa a esfera da própria produção representando espaço de trocas, apoio em situações difíceis e espaços de aprendizados.

7) Limites para o crescimento:

A estrutura física das associações é muito limitada, somente um dos grupos possui um computador, mas este não é utilizado por falta de qualificação daqueles que fazem a associação. As outras se resumem ao casarão ou sede que as acolhe na hora de produzir. Localizam-se no seio da comunidade, periferia das cidades e para se chegar até elas é preciso indicações de moradores.

A formação da maioria dos membros, que se limita a uma escolarização baixa e alguns cursos técnicos ligados ao artesanato e à associação também pode ser fator que vem contribuindo na baixa expectativa de crescimento. Os membros têm desejo de investimento maior em sua atividade, mas reclamam que não existe ninguém na associação que pudesse elaborar um projeto que atraísse capital e possibilitasse maior crescimento.

A dificuldade de divulgar o trabalho do grupo também é considerada um dos fatores que contribui para o entrave no crescimento e para que o artesanato seja pouco valorizado no local. Entretanto, as rendeiras em especial, conseguiram construir alguns veículos de *Marketing*, como catálogos além daquele oferecido pelo SEBRAE e espaço na *internet*.

Além das considerações acima que avalio possuir um caráter mais geral, identifico outras mais específicas à participação dos jovens nas associações:

8) A participação na Associação:

Os jovens participam da associação incentivados, principalmente, pelas mães e/ou outros parentes. Em sua maioria são considerados ainda aprendizes e não ocupam cargos de dirigentes, com algumas exceções. É exemplo uma jovem que atua como tesoureira, pois “já havia concluído o Ensino Médio e domina melhor o conhecimento Matemático” (justificam os sócios mais antigos). Esta participa da associação desde criança e é considerada pela maioria como “responsável, competente e dedicada às atividades do grupo”. A irregularidade das encomendas ocasiona um fluxo rotineiro de entradas e saídas de alguns integrantes, dentre estes alguns jovens, apresentando uma participação também irregular, ou seja, alguns não fixam permanência na associação, o que caracteriza, em alguns casos, uma participação superficial;

9) O jovem é o aprendiz:

O jovem também é encarado pelos membros mais antigos como uma possibilidade de futuro para a arte ali desenvolvida, e que, de certa forma, no presente acabam retratando-o como aprendiz, tanto com relação à arte como no desenvolvimento do compromisso para com a associação.

10) Os interesses dos jovens para os jovens:

Para alguns dos jovens entrevistados a juventude está mais interessada em diversão, entretanto não tem dinheiro para se divertir. Querem trabalhar para ter seu próprio dinheiro, comprar o que tem vontade de ter, poder sair e ter como pagar a diversão. Ser jovem ainda se resume numa fase: a fase de diversão, mas também de organizar o futuro, fase de reflexão sobre o que pretende fazer. Os jovens são diferentes uns dos outros, afirmam, mas consideram que uma coisa os aproxima, a vontade de ser feliz, de lutar por um sonho.

11) Os sonhos e buscas dos jovens:

Quanto aos sonhos os jovens revelam em primeira instância o estudo e o emprego, sempre atrelados: concluir a formação básica ou superior e conseguir um bom emprego. O casamento vem logo em seguida, principalmente entre as jovens. Os jovens entrevistados fazem sempre uma ligação entre um bom emprego e algumas conquistas materiais como: ter um carro, comprar um apartamento, ter dinheiro para se divertir... e esse bom emprego relacionado com a conclusão do curso universitário. Como principal obstáculo para a concretização desses sonhos elegem a aproximação com as drogas, sentem que é preciso ficar atento e não se envolver. Em segundo lugar é a dificuldade de conseguir o primeiro emprego, principalmente pela exigência da experiência profissional que a maioria dos jovens não tem. Quando trouxeram a tona as dificuldades encontradas no processo de escolarização como, por exemplo, transporte para chegar à escola, a maioria diz que “não cola” colocar a culpa nesse ou naquele obstáculo, que o que falta mesmo é interesse e deixar a preguiça de estudar de lado. Entretanto, uma jovem observa que sua escola precisa melhorar para garantir maior qualidade de ensino, como ter um laboratório de informática com internet e curso de informática para os alunos... reafirma também a responsabilidade dos alunos com a escola, principalmente em conservar e manter esse espaço.

Assim, tomando como referência o quadro exposto procuro compor a análise a partir do seguinte eixo teórico:

a) A construção do conceito de juventude na sociedade e os estudos sociológicos desenvolvidos acerca dessa categoria, enfocando-os como atores sociais, portanto, realizadores de seu tempo e espaço;

b) As relações entre educação e trabalho, debatidas a partir da caracterização da sociedade contemporânea, dos esquemas que movem as relações sociais de produção no capitalismo, na tentativa de compreender as relações gerenciadas nos grupos de produção, protótipos da economia solidária e identificar que tipo de trabalho e experiência no trabalho esses jovens estão vivendo;

c) A política neoliberal no mundo, o dismantelamento do mundo do trabalho e o crescimento do desemprego, vinculados aos vários contornos educacionais que submergem dessas relações, destacando a educação enquanto projeto político, como proposta de reprodução e/ou reelaboração do saber e das relações de poder;

d) As relações entre hegemonia/contra-hegemonia e educação, numa concepção educativa ampla, fruto do capital cultural proposto pelos organismos populares, organizados na luta de classe, no enfrentamento da pobreza a partir do coletivo, dos núcleos de trabalho coletivo.

## 1.2 A produção de sentidos que se faz ao caminhar

A proposta mais concreta de investigação desse estudo vem se constituindo ao longo da trajetória de pesquisa realizada no Mestrado<sup>8</sup> ao eleger como categorias centrais de análise *o trabalho* e a *educação*. Considero, portanto, relevante apresentar aqui, em rápidas pinceladas, algumas reflexões presentes nesse estudo, e que contribuirão na discussão que desenvolvi ao longo dessa tese.

O estudo de Mestrado focou a formação para o trabalho implementada pela Associação Santo Dias na região do Grande Jangurussu. Os debates sobre o desemprego nessa região tomavam como fundamento os resultados de uma pesquisa realizada pela Pastoral Operária com o apoio da organização não governamental Cearah Periferia no ano de 1997, indicando que a população economicamente ativa (PEA) dessa área tinha em média apenas três anos de escolaridade e quase não apresentava qualificação profissional. A pesquisa mostrou, também, que nessa região apenas 17% da PEA encontrava-se no mercado formal e um número bastante significativo no mercado informal ou desempregada - 49% e 34% respectivamente. Apontou, ainda, que a grande maioria desses desempregados não possuía fonte de renda alguma, sobrevivendo seja por meio da ajuda de um vizinho ou parente na hora da refeição, um bico na área comercial que porventura surgisse ou a prática da esmola.

Assim, foi organizado o Seminário: “Educação e Formação Profissional”, realizado em dezembro de 1997. Nesse encontro participaram representantes de várias entidades, entre elas: Reconstrução – ONG/SP, Cáritas Brasileira Regional - Ceará, Associação das Escolas Católicas – AEC/CE, Central Única dos Trabalhadores – CUT/CE, Universidade Federal do Ceará - UFC, através da Unitrabalho, Cearah Periferia, Sistema Nacional de Emprego – SINE/CE, Pastorais Sociais, Associações Comunitárias e moradores da região do Grande

---

<sup>8</sup> Estudo do processo formativo de uma experiência de educação que tentou integrar formação profissional, educação básica e formação política - o Projeto Reconquistar. Esse projeto intitula-se Projeto Especial de Capacitação Profissional do Grande Jangurussu, organizado pela Associação Santo Dias. Foi financiado inicialmente pelo Plano Estadual de Qualificação - PEQ/CE via recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, contando depois com recursos da Província de Bolzano na Itália que financiou mais diretamente o material permanente dos cursos. Inicialmente foram três cursos: Eletricista Residencial e Predial, Corte e Costura e Cozinheiro de Hotel, integrados ao Ensino Fundamental (Suplência I, equivalendo à 1ª Etapa e Suplência II à 2ª Etapa) e as Habilidades de Gestão (disciplina que propõe trabalhar questões políticas, despertando a consciência crítica para o exercício da cidadania). Mais tarde ampliou sua atuação com oito cursos (1999/2000): Agricultura Orgânica, Artesanato, Massoterapia, Corte e Costura, Instalação Elétrica, Instalação e Manutenção de Micro, Eletricidade de Autos e Refrigeração. Funciona no Parque Santa Maria, região do Grande Jangurussu, situado na periferia de Fortaleza/Ce. Teve início em novembro de 1998, tendo sido pensado e estruturado a partir de debates em seminários organizados pela Pastoral Operária (P.O.), movimento da Igreja Católica, através da Associação Santo Dias, que reuniu vários agentes sociais no 1º Fórum sobre o desemprego no Grande Jangurussu.

Jangurussu. As discussões, frutos desse seminário, resultaram numa proposta de atuação mais direta na região – o Projeto Reconquistar.

Atualmente, o Projeto Reconquistar não acontece enquanto formação profissional direta, mas enquanto promoção e acompanhamento de sete grupos de produção solidária e uma pequena loja – COOPSOL (cooperativas solidárias). A Associação Santo Dias continua a implementar atuações direcionadas a jovens, adolescentes e estende agora suas atividades às crianças, contando com a parceria da Visão Mundial<sup>9</sup>.

Portanto, foi partindo dessa primeira experiência de pesquisa com as instâncias populares, organizadas na periferia de Fortaleza, que surgiu a necessidade de compreender esse campo, em princípio novo para essas comunidades e que começa a se configurar como reorientador da situação econômica de muitas famílias: o **cooperativismo**, nomeado trabalho solidário. Essa proposta de trabalho traz nas entrelinhas uma “nova”<sup>10</sup> dimensão de organização, calçada, sobretudo, sob o patamar de uma “nova” proposta educativa comunitária, indicando caminho de pesquisa que aprofunde o estudo acerca da formação profissional.

Ao estudar os processos educativos vivenciados por esses sujeitos na implementação do trabalho coletivo, procurei compreender os significados do trabalho coletivo em suas vidas, observando as produções culturais, os saberes da prática social, a partir também da subjetividade do jovem-trabalhador, que vivencia uma proposta de educação diferente, implementada na *práxis* diária desses grupos, caracterizada principalmente pelo aspecto popular e que ao olhar despreocupado poderia apresentar-se apenas como tentativa de sobrevivência, mas que guarda consigo potencialidade educativa, fruto da iniciativa de resistência à exclusão e de uma perspectiva coletiva e crítica.

No primeiro momento, o estudo desenvolvido no Mestrado apresentou uma reflexão acerca dos sentidos da profissionalização para os jovens integrantes do Projeto Reconquistar, apontando para necessidades e desejos ligados à integração social possibilitada pela profissão, pelo trabalho, diante da garantia de renda mensal, principalmente frente ao contexto social redefinido hoje por uma série de fatores, tanto políticos como econômicos, que vem reorganizar a produção capitalista e como consequência também reorganizam outras relações sociais como aquelas ligadas à formação do trabalhador. Alguns jovens apresentaram nas

---

<sup>9</sup> Organização não-governamental que atua em nível nacional e internacional a partir do sistema de apadrinhamento de crianças e adolescentes carentes, implementando atividades ligadas ao desenvolvimento da área, através de ações ligadas à educação, saúde, desenvolvimento econômico, espiritualidade, entre outras.

<sup>10</sup> Nova no sentido de propor, *a priori*, caminho diferenciado daquele proposto pela sociedade capitalista a partir do advento e disseminação da indústria, o que aqui se constitui em pergunta de pesquisa: em que essa proposta vem opondo-se ao modo capitalista de organização do trabalho?

entrevistas realizadas nos grupos de discussão<sup>11</sup> alguns significados, destacando que o trabalho garante a... “sobrevivência, a valorização da pessoa dentro do grupo, a independência, uma ajuda na renda familiar, a segurança, uma vida digna, igualdade, respeito e acrescentam que ter uma profissão é viver melhor” (jovens do Reconquistar). As discussões organizadas com os jovens do município de Parnaíba e Ilha Grande, nos momentos das entrevistas coletivas, traziam como mote inicial tais depoimentos levando esses grupos a identificar seus próprios achados significativos acerca do sentido do trabalho e da profissionalização.

Nesse sentido, o significado que a juventude atribui ao trabalho e a profissionalização, bem como suas perspectivas de vida, tornam-se elementos essenciais na compreensão do próprio grupo, sua atuação no meio social e os projetos que constroem para o futuro. Assim, procuro enfatizar a discussão acerca das relações entre educação e trabalho, com o intuito de buscar compreender que aprendizagens fundamentam as experiências de trabalho nos grupos de produção, que atitudes e idéias são desenvolvidas no cotidiano desses grupos e, ainda, em que sentido esse tipo de atividade está contribuindo na formação humana e na afirmação do jovem em seu meio social.

Silva discute as relações entre educação e trabalho caracterizando as necessidades do capital, enfatizando sua busca na “criação de uma cultura mais ampla, centrada precisamente nos valores e objetivos da nova dinâmica da produção e do consumo” (1999, p. 79). A criação dessa cultura, necessária a economia capitalista, depende não só do trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas, mas de uma homogeneização cultural desenvolvida em todas as agências educativas. Essa nova cultura, base para a hegemonia dessa “roupagem renovada”<sup>12</sup> do capital pauta-se, principalmente, nas categorias apresentadas pela globalização na constituição do trabalhador – um trabalhador capaz de compreender e atuar em todas as instâncias e setores da empresa, compreendendo a dinâmica de organização e funcionamento dessa instância (polivalência); capaz de tomar decisões e enfrentar problemas inesperados, agindo com criatividade e flexibilidade<sup>13</sup>; que demonstra interesse pelo andamento de todo processo e procura solucionar problemas (participação); capaz de organizar-se em grupo, distribuindo tarefas e colaborando em trabalhos de equipe; que tem competência para superar seus limites, renovando seu potencial e acompanhando os avanços necessários; que estabelece

---

<sup>11</sup> Pesquisa de campo realizada em 2001 quando do estudo para o Mestrado.

<sup>12</sup> Não são todos os espaços de trabalho no capitalismo que necessitam desse tipo de trabalhador, mas principalmente as grandes empresas organizadas pela lógica da tecnologia avançada, dos modelos de trabalho flexível.

<sup>13</sup> Termo que muitos autores, dentre eles Gaudêncio Frigotto (2002), entendem como escamoteador da precarização do trabalho.

níveis “sadios” de competitividade e ainda demonstrando autonomia, dentre outras características.

Uma das educadoras do Reconquistar, considerando essa aproximação entre educação e trabalho, enfatiza aspectos presentes no mundo do trabalho e que chega a escola como aproximação entre esta e a sociedade: “antes a gente via as coisas muito individuais, você ser o melhor, e por conta dessa dita globalização a gente está vendo que o trabalho hoje é mais em equipe, onde todos devem saber fazer tudo [...] a escola ela reflete a sociedade que tem.” (educadora do Reconquistar).

Esses direcionamentos do capitalismo, indicados no depoimento acima, se vestem de uma ótica participativa, anulando o que antes se poderia chamar de formação fragmentada para propor uma formação que se estenda às várias competências, mas um olhar mais direcionado pode analisá-los como uma tentativa de acompanhar a nova lógica de um mercado muito mais competitivo, tecnologicamente mais avançado, estrategicamente mais complexo. Essas novas necessidades que se voltam principalmente para a escola, mas que estão também implícitas em outros segmentos sociais, refletem desejos de formação do homem e mulher direcionados para o modelo estrutural do capital globalizado, menos ainda para os desejos e necessidades desses sujeitos, propondo a estrutura econômica como prioridade na organização das relações educativas. Entretanto, os sentidos que os jovens atribuem ao trabalho e a profissionalização, como enfatiza essa pesquisa, estão diretamente ligados as necessidade individuais, aos sonhos, aos projetos de vida de cada um, mediados pela interação social.

Ao indagar sobre o sentido maior da busca pelo emprego, tanto no primeiro momento, entrevistando os jovens do projeto Reconquistar como nas discussões estabelecidas com a juventude de Parnaíba e Ilha Grande, os depoimentos convergiam, principalmente, para a questão da sobrevivência. A maioria dos participantes revelou interesse no trabalho pela necessidade mais imediata e essencial que é garantia de vida: condições de arcar com a alimentação, sempre apresentando a família como principal incentivo. Outras necessidades também foram relevantes como a moradia, as vestimentas, o estudo e a integração no grupo.

Os jovens apresentaram o trabalho como fator essencial na construção da dignidade e trataram desse tema como um projeto futuro, sem, no entanto, negar a necessidade de no presente buscarem fonte de renda para contribuir nas despesas dentro da família. Ampliam essa discussão quando se referem à realização pessoal através da profissão, seja pela possibilidade de concretização dos sonhos ou na emancipação que o trabalho pode proporcionar.

Alguns jovens ainda ressaltam que o trabalho representa a possibilidade de integração social, principalmente por garantir “respeito e valorização da pessoa dentro do grupo” (jovens do Reconquistar).

Ao conversar com os pais descobri que os sentidos atribuídos ao trabalho (emprego) estão ligados não só a sobrevivência, mas às condições para crescimento do núcleo familiar, no sentido de superação da situação de miséria e possibilidades de ascensão social. A crença na educação como escada para ascender socialmente ainda persiste, especialmente com relação aos filhos, no desenvolvimento de suas potencialidades por meio da educação formal. Os responsáveis diretos pela subsistência da família, os pais, desdobram-se para facilitar a vida de seus filhos, entretanto, diante das condições de pobreza, os filhos também são convocados pela necessidade a procurar meios de subsistência, seja através do trabalho ou de outras estratégias, deixando, muitas vezes, a educação formal em segundo plano. Assim, o trabalho representa para esses sujeitos, também, uma possibilidade, mesmo reduzida, de superação da sua posição na sociedade: “O trabalho significa para nós melhorar de vida, sem o emprego passamos bastante dificuldade, como podemos viver se não tiver o trabalho? Se não tivermos um emprego como podemos educar nossos filhos para que possam ser alguém no futuro?” (mãe de um dos jovens do Reconquistar).

Apesar de confiar na educação como uma possibilidade de mudança econômica e, portanto, social, os jovens reconhecem que existe uma série de fatores que também influenciam e que não é somente um curso ou um certificado que vai garantir um lugar no mercado de trabalho. Entretanto, acrescentam que a competição cresceu e, portanto, a qualificação profissional ou a formação escolar pode fazer diferença: “têm muitas pessoas que terminaram os seus estudos e que têm suas experiências comprovadas na carteira, mas mesmo assim estão fora do mercado. Mas, sem estudo fica mais difícil ainda, por causa da concorrência” (jovens do Reconquistar). Contudo, mesmo estabelecendo um nível maior de análise acerca da condição de desemprego e sua desvinculação das questões educacionais os jovens ainda não conseguem perceber os aspectos estruturais que remontam à problemática do desemprego, ligando-a a própria condição e organização econômica capitalista.

Quando a reflexão caminha pelos projetos de vida desses sujeitos percebo que a grande maioria dos depoimentos está ligada ao emprego formal, a necessidade de estabilidade financeira direciona os desejos para a aquisição de um emprego “seguro”, com carteira assinada, que garanta uma renda mensal e, assim, certo equilíbrio familiar e social. Como exemplo destaco o seguinte depoimento: “nunca tive a sorte de trabalhar em indústria. [...] Eu nunca assinei minha carteira na vida. Está lá guardada” (jovem do Reconquistar).

Nessa perspectiva, os sentidos que esses sujeitos atribuem ao trabalho, à profissionalização, bem como seus sonhos e necessidades tornam-se elementos constituintes do próprio processo educativo. É nesse sentido que se pauta aqui a importância de caracterização da sociedade contemporânea e as relações trabalhistas vivenciadas nessa sociedade, com o objetivo de delinear certa compreensão acerca das atitudes e idéias desenvolvidas no cotidiano dessas experiências educativas, bem como aprofundar o estudo acerca do processo de formação dos jovens, iniciado com a pesquisa no Projeto Reconquistar, e agora, enfocando a participação desse segmento (juventude) nos grupos de produção localizados em Parnaíba e no município de Ilha Grande (Piauí), procurando refletir acerca da perspectiva educativa implícita nas experiências de cooperativismo, os sentidos do trabalho e os desejos de integração social construídos com o trabalho coletivo, entendendo que a superação da vida de miséria e exclusão em que se encontram homens ou mulheres, adultos ou jovens, surge da politização presente nos processos educativos por eles vivenciados.

### **1.2.1 Propondo novos percursos**

Diante dos sentidos que foram elaborados na pesquisa de mestrado, descritos anteriormente, e das discussões que procurei travar com alguns autores e atores na produção da proposta de investigação aqui inscrita, enquanto tentativa de organização e planejamento dos elementos que revigoram a problemática dessa pesquisa proponho a seguir os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Investigar e compreender o potencial formador presente nas experiências de trabalho coletivo com os jovens, principalmente desenvolvendo atividades artesanais, a fim de identificar que saberes são produzidos mediante o trabalho cooperado, entendendo esse espaço como escola de vivências e parte de uma educação que é comunitária.

Mediante essa perspectiva maior procuro delinear esse estudo a partir dos seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever e caracterizar o cotidiano dos grupos de trabalho artesanais, através da participação em atividades desenvolvidas pelos agentes sociais;
- b) Entender os significados da prática de trabalho nas associações comunitárias para os jovens a partir de elementos substanciais que compõem a subjetividade desses sujeitos;

c) Identificar as diversas formas de aprendizagem que perpassam as experiências sociais presente nos espaços dos grupos de trabalho;

d) Compreender o papel do associativismo solidário na sociedade capitalista discutindo seu potencial contra-hegemônico.

Nesse contexto os interesses apresentados na problematização e definição do objeto de estudo aqui exposto, assim como nos objetivos desse estudo direcionam para uma investigação de caráter qualitativo, que busca identificar e analisar os significados das práticas culturais dos sujeitos a partir de seu envolvimento nas experiências de trabalho construídas nos grupos de produção nas comunidades.

O percurso de elaboração desse estudo privilegia os jovens como atores sociais e propõe como fundamento metodológico a prática dialógica, portanto, enfatiza as vozes dos sujeitos colaboradores dessa pesquisa.

Na primeira parte desse estudo busco lançar mão do aporte teórico-metodológico evidenciado nessa pesquisa, dialogando com os fundamentos metodológicos da “pesquisa do tipo etnográfico”, e, por compreender que teoria e método precisam estar em constante interação procuro traçar as categorias teóricas que me acompanharam na realização dessa investigação, não como um quadro teórico fechado, mas como proposta flexível, em constante interação com os dados empíricos. Concluo esse primeiro capítulo descrevendo os procedimentos de investigação, bem como apresento um perfil do local escolhido para a realização desse estudo.

Na segunda parte procuro elaborar um capítulo que contextualize a sociedade contemporânea, partindo de uma visão histórica de organização do trabalho, desde a produção coletiva, passando pela grande indústria até a reestruturação produtiva e a problemática construída a partir do plano de globalização da economia, desenhando a sociedade contemporânea e a situação do trabalho/emprego a partir da década de 90, ainda identificando a situação juvenil nesse contexto.

A terceira parte apresenta um recorte das discussões que cercam o conceito de juventude, desenhando, a partir das vozes dos jovens integrantes desse estudo, um perfil desse grupo, suas idéias acerca de seus pares, da comunidade e os sonhos e perspectivas que movem suas ações diárias.

A quarta parte estabelece um diálogo com o ambiente de trabalho dos grupos de produção, identificados nas observações que realizei, nas entrevistas e nos estudos que busquei como suporte teórico de análise, identificando como nasce e cresce o trabalho

coletivo, as contradições impressas nesses modelos, assim como a produção cultural e os saberes frutos dessa experiência de organização popular.

A quinta e última parte apresenta o potencial da participação nos grupos de produção como Educação Popular Comunitária e discorre acerca das práticas juvenis no trabalho coletivo como elaboradoras de saberes com potencial contra-hegemônico que precisam ser organizados e fortalecidos a partir da relação teórico-prática, seja pela presença do trabalhador intelectual ou pela participação em espaços de formação preocupados em fortalecer o potencial crítico desses grupos.

## CAPÍTULO I

---

### 2. Diálogos com a pesquisa

#### 2.1 Fundamentos metodológicos da pesquisa qualitativa e as escolhas teóricas

Senti a necessidade de introduzir a abordagem teórico-metodológica descrevendo um pouco da minha trajetória de vida, talvez como justificativa pela escolha do tema de pesquisa e, ainda, para situar o leitor quanto às escolhas epistemológicas que fazem parte desse trabalho, as escolhas teóricas e o que considero a construção de “um olhar popular”, fruto de momentos importantes como, por exemplo, a participação em grupos populares ligados à Igreja Católica e que tinham como alicerce a Teologia da Libertação. Portanto, concordo que não existe pesquisa científica totalmente neutra ou pesquisador que se afaste totalmente do objeto investigado, ambos estão envolvidos em histórias de vida e opções políticas. O que existe é a consciência dessa proximidade e a busca da utilização inteligente desses elementos na hora de compor a análise das informações obtidas. Como propõem André e Lüdke:

Os fatos não se revelam gratuita e diretamente aos olhos do pesquisador. Nem este os enfrenta desarmado de todos os seus princípios e pressuposições. Ao contrário, é a partir da interrogação que ele faz aos dados, baseada em tudo o que ele conhece do assunto – portanto, em toda a teoria acumulada a respeito –, que se vai construir o conhecimento sobre o fato pesquisado. O papel do pesquisador é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa. É pelo seu trabalho como pesquisador que o conhecimento específico do assunto vai crescer, mas esse trabalho vem carregado e comprometido com todas as peculiaridades do pesquisador, inclusive e principalmente com as suas definições políticas (1986, p 4-5).

Dessa forma, o pesquisador precisa estar atento para o objeto investigado, procurando ultrapassar os limites de sua aparência, consciente de si, de sua própria presença não só física, mas conceitual, e reconhecendo sempre a necessidade de enfocá-lo a partir do “olhar de estranhamento”, revelando suas verdadeiras cores e iluminando-o com os conhecimentos e estudos já desenvolvidos.

A participação em grupos populares e minha opção profissional pela educação são os principais pontos na descrição de minhas escolhas políticas. Primeiro, a proximidade com os

Movimentos Sociais orquestrados pela Igreja Católica, pelo menos parte dessa Igreja; segundo, pela experiência como aluna e educadora da escola pública, aliados a busca de aprofundamento da educação básica com o curso universitário e a pós-graduação, e, neste último, a opção pelo núcleo de Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.

Nasci numa cidade interiorana, município de Boa Viagem do Estado do Ceará. Ali cresci e firmei as bases de minha formação, formação esta que não se reduz a escolaridade, mas que, também foi construída nos movimentos populares, em especial na Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP).

A PJMP é um movimento liderado por jovens que surgiu no seio da Igreja Católica na década de 80 e que cresceu na luta pela politização desta igreja, reunindo principalmente adolescentes e jovens interessados em discutir problemas sociais de sua região. A geração de jovens da qual faço parte, especialmente por ser do interior, não generalizando claro, participava ativamente da Igreja, muitas vezes única diversão encontrada para preencher os finais de semana. O encontro que as celebrações proporcionavam no pátio da Igreja, na praçinha logo à frente, canalizava a maioria desse público, assim como as festas religiosas, quermesses e reuniões do grupo, atrativo que permitia a convivialidade necessária a essa parcela da sociedade.

Era, portanto, nos encontros desse grupo que discutíamos a sociedade por meio de um enfoque mais crítico, percebendo-a repleta de contradições, uma sociedade que não era harmônica como me ensinavam na escola. Discutíamos as causas dos desníveis sociais, e participávamos de atividades de enfrentamento dessa situação. No grupo organizávamos manifestações pequenas, mas que expressavam nossa indignação pela pobreza que cerceava grande parte da população local. Os jovens que formavam esse grupo eram lideranças, muitas vezes desacreditadas pelos adultos, mas capazes de organizar eventos culturais, montar grupos de estudo, reorganizar celebrações religiosas. A crença na potencialidade juvenil nasce dessa experiência de vida e fundamenta-se em pesquisas realizadas com esse segmento social que indica a juventude como parcela significativamente atuante na sociedade, manifestando-se por meio da participação nos Movimentos Sociais, como liderança política ou através da eloqüente rebeldia que tanto a caracteriza.

Cresci nessa cidade pequena que não tinha teatro, não tinha cinema, não tinha sequer biblioteca pública. Uma cidade que não abria perspectiva para sua juventude, porque não lhe permitia ir além do Ensino Médio, limitando as possibilidades de crescimento profissional desses jovens e vi cada membro do grupo sair dali para o sudeste do país, principalmente, na busca de emprego, na busca de construção de uma carreira profissional. Notícias desses

queridos amigos quase não tenho, restaram-me as lembranças e o aprendizado que os anos de mocidade também trazem.

A participação na Associação Santo Dias como educadora do projeto Reconquistar também foi uma fase importante que marcou minha trajetória na educação popular e meu interesse por estudos ligados aos Movimentos Sociais. Cada vez mais comecei a problematizar a atuação dos indivíduos das camadas populares em sua realidade, em seu contexto de exclusão: como esses sujeitos se reconhecem diante da situação de pobreza material e exclusão social em que se encontram? Que ações são conduzidas no enfrentamento dessa realidade? Como se organizam? Que consciência permeia suas ações?

Assim, aprendi que ser jovem é ser atuante na sociedade como qualquer sujeito social, intervindo na realidade para modificá-la; é ser aprendiz nem mais, nem menos do que qualquer outro indivíduo. Mas os jovens não são iguais, não formam um todo homogêneo – a juventude. Tem características diferenciadas, que não lhes reduzem o campo de atuação, menos ainda o potencial para intervir em seu contexto. São indivíduos que compõem um segmento da sociedade, mas que não devem ser encarados como um composto só, portanto não há uma única juventude, mas juventudes.

Ainda, as questões que levanto neste estudo estão ligadas ao trabalho, ao aprendizado que nasce do trabalho, significativo para o homem, principalmente quando permite a construção do contexto onde está inserido, lhe permite “existir” socialmente, construir um espaço seu e, mais ainda, através dessa ação, construir a si mesmo.

Os sujeitos, co-participantes dessa investigação, são trabalhadores artesãos, jovens das camadas populares, moradores das periferias dos centros urbanos, estudantes da escola pública, seja concluindo o Ensino Fundamental ou integrando o Ensino Médio. São jovens que buscam trabalho formal, mas que no presente participam dos grupos de produção investigados, fazem artesanato trançando a palha da carnaúba ou tecendo nas almofadas de renda. Esses jovens são filhos de artesãos e cresceram participando dos grupos de produção, num aprendizado cotidiano e familiar... “[...] quando eu nasci a associação já era formada, com o tempo minha mãe e minha avó começaram a me levar pra lá” (jovem da associação 3).

Portanto, esse aprendizado que nasce da cooperação no artesanato identifica o trabalho como uma atividade prazerosa, com potencial humanizador, distanciando-o de seu caráter alienado. Como o jovem percebe esse aspecto e como o relaciona às outras formas de vida no trabalho? Que significados tem o trabalho coletivo para esses sujeitos e como atuam no sentido de fortalecê-lo?

Essas são algumas das questões que movem a discussão que tentei implementar com a juventude integrante das associações de artesanato e que se referem diretamente a um tipo específico de objetivo teórico-metodológico, ou seja, refere-se a uma abordagem metodológica centrada nos “dizeres” dos indivíduos, compreendendo-os como construtores de seu cotidiano e, além disso, como sujeitos capazes de explicitar, dialogar sobre seu fazer diário, sobre suas opções. A racionalidade presente nos discursos das pessoas permite compreender que significados atribuem às suas práticas e, portanto, permite também descrever e analisar o sistema de significados culturais desses grupos. Dessa forma, fica visível a proximidade com a perspectiva fenomenológica, visto que...

Os investigadores fenomenologistas tentam compreender o significado que os acontecimentos e interações têm para pessoas vulgares, em situações particulares [...] Tentam penetrar no mundo conceptual dos seus sujeitos [...] com o objectivo de compreender como e qual o significado que constroem para os acontecimentos das suas vidas quotidianas. Os fenomenologistas acreditam que temos à nossa disposição múltiplas formas de interpretar as experiências, em função das interações com os outros e que a realidade não é mais do que o significado das nossas experiências [...] Consequentemente, a realidade é ‘socialmente construída’... (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 53-54)

No entanto, cabe ressaltar que mesmo reconhecendo essa proximidade com a fenomenologia não cabe considerar que esta proposta se apresente como os idealistas radicais que ao enfatizarem o subjetivo acabam negando a existência de uma realidade exterior. A realidade exterior, tal como se apresenta concretamente possui elementos que atuam para determinar seu próprio aspecto ou compor a esfera cotidiana dos indivíduos, entretanto, estes indivíduos travam com esta um processo de reinterpretação. Segundo Bogdan & Biklen: “as pessoas não agem com base em respostas predeterminadas a objectos predefinidos, mas sim como animais simbólicos que interpretam e definem...” (Id.,Ibid.,p.55).

### **2.1.1 Referencial teórico e empírico: uma articulação teórico-prática**

O pesquisador, os sujeitos envolvidos na investigação, os instrumentos utilizados na aproximação com a realidade, os referenciais teóricos, são elementos que compõem o cotidiano de uma pesquisa qualitativa. O processo de produção de conhecimento científico,

em especial na pesquisa qualitativa, se dá através da interligação entre esses elementos e sua comunhão, ponto central para o desvelamento da realidade.

A pesquisa qualitativa, ao contrário das pesquisas realizadas nas Ciências Naturais, está permeada pelo movimento, pela complexidade das relações sociais, pela amplidão de um espaço de atuação para o pesquisador que, se não tiver cuidado, perde o foco que antes se esforçara por delimitar. Apresenta também, como fenômeno de investigação, uma realidade rebuscada por esconderijos, escondida sob o véu das aparências, entorpecida por múltiplas situações e indivíduos, mas rica de significados. Diferente dos objetos manuseados pelo cientista que lida com fenômenos físico-químicos, o cientista social não tem à mão elementos que pode isolar sem que percam sua identidade; ainda, não pode perceber os elementos que estuda como passíveis de “fotografia”, porque essa estabilidade ou estagnação que a princípio move seu olhar sob fenômenos da vida cotidiana não são reais.

A realidade estudada pela pesquisa qualitativa envolve vidas, envolve sujeitos pensantes, envolve objetividade e subjetividade. Dado seu caráter complexo, repleto pela historicidade e por um movimento transformador único que somente uma discussão que enfatize seu caráter dialético poderia desenhar seus contornos, esse cientista, querendo estudá-la deverá fazê-lo por meio da problematização e da relação entre teoria e prática.

A prática a que me refiro identifica o próprio ato empírico desenvolvido pelo pesquisador ao incorrer sob a realidade investigada. A realidade não pode ser pensada e analisada de longe, o pesquisador precisa estabelecer contato, “participar”, dialogar, tornar os sujeitos envolvidos parceiros de suas inquietações, parceiros do ato investigativo. Entretanto, esse fazer cotidiano de embrenhar-se na realidade para abstrair de suas saliências pistas para esclarecer problemas que investiga, esse ato laborativo e íntimo que deve fazer parte de sua estratégia metodológica, sua problematização, não ultrapassaria a dimensão descritiva se não procurasse estabelecer com essa identidade empírica a razão analítica, a capacidade de iluminação que se dá através do pensamento lógico, através da teoria. A teia que o pesquisador das Ciências Sociais precisa tramar é composta por uma tecitura mista, de um lado a prática, a busca empírica, os instrumentos que lhe possibilitam agarrar a realidade para, então, desnudá-la, destrinchá-la por meio da teoria, numa tecitura única e bela que valoriza cada achado, cada observação, cada discurso, iluminado por categorias teóricas capazes de contribuir em sua compreensão.

A relação entre teoria e prática em todo o processo da investigação permite ao pesquisador orientar-se por meio de categorias teóricas acerca dos caminhos que deve

percorrer e ainda interpretar à luz de outros estudiosos, parceiros nesse trajeto, fatos que pertencem a realidade investigada. Como descreve Thiollent:

Criticar as ideologias da observação, sejam elas empiricistas, positivistas ou psicanalistas, não consiste em rejeitar todo tipo de observação ou de questionamento concreto, sempre indispensável em qualquer pesquisa científica para dar conta do real e eventualmente enriquecer a teoria. A crítica do empiricismo deve ser encarada como crítica de um enfoque tendencioso, de um desvio de investigação ou de uma paralisia do raciocínio. Isto não pode ser interpretado como recusa em examinar pormenorizadamente a realidade concreta e as opiniões que se manifestam a respeito dela. A crítica do empiricismo não deve favorecer o desvio oposto que podemos chamar “teoricismo” e que consiste em um discurso supergeneralizante. [...] Na sua visão “ingênua”, o empiricismo consiste na pretensão de explicar os fenômenos sem passar pela elaboração teórica. Para o empiricista puro, todas as teorias prévias são vãs filosofias. O ponto de partida seria o fato bruto observado sem mediação de categorias ou de um corpo teórico preexistente. O que constitui uma ilusão na medida que, sejam quais forem as palavras, é impossível descrever qualquer objeto sem o intermédio da linguagem, cujas categorias e cuja sintaxe sempre envolvem pressupostos comprometidos com alguma representação de ordem cultural, ideológica ou teórica. O empiricismo se apresenta como desprezo da conceituação e da teorização em prol de uma “religião” da observação e dos dados. Nesta linha, a conceituação e a teoria não são pontos de partida da investigação a serem retificadas, enriquecidas ou comprovadas pela observação, mas, ao contrário, são os resultados de um “arranjo” de dados coletados. Esta dependência da observação, sempre considerada neutra e desprovida de interferências, pode ser caracterizada como a “ilusão da imaculada percepção”, mito cognitivo segundo o qual seria possível observar ou perceber o real sem conceitos ou categorias preexistentes ao ato de observar ou de perceber (1982, p.19-20).

Assim, a efetiva integração entre teoria e prática no ato da pesquisa é pré-requisito importante para que se conserve no ato empírico o papel da categorização teórica e, ao mesmo tempo, no processo de teorização preserve-se a realidade concreta, evitando procedimentos tendenciosos seja pelo empirismo “puro e ingênuo” ou pelo teoricismo generalizante, “sem força de convicção fatural” (THIOLLENT, 1982).

A pesquisa qualitativa, vista por essa ótica, é construída também a partir da postura do investigador que planeja o trajeto da investigação tomando como referência suas escolhas teóricas, crenças e convicções acerca do processo teórico-metodológico que irá enfatizar. Incidindo sobre esse patamar metodológico, a crítica ao paradigma cientificista recai sobre o próprio processo de construção do conhecimento e as finalidades desse conhecimento na sociedade. Portanto, quando o pesquisador procura “[...] problematizar a realidade levando em conta as estruturas e os movimentos sociais e interpretá-la à luz das contribuições teóricas está desenvolvendo um esforço sistemático, metódico e crítico, visando descobrir a estrutura oculta desta realidade” (DAMASCENO,1986, p.31).

O ponto de partida desse estudo centra-se no compromisso político com os movimentos populares e consiste em considerar como importante substância o saber popular, percebendo-o como elemento sob o qual os agentes sociais vêm compondo sua realidade, atuando em seu cotidiano e interpretando o composto social mais amplo.

Esse elemento, o saber popular, rico dos significados que compõem os processos culturais vivenciados pelos indivíduos, também deve ser considerado inconsistente e fragmentado, principalmente, por sua origem no senso comum, mas que ao ser discutido e aprofundado, deve, com a ajuda do saber científico, ser reelaborado a fim de contribuir para que a realidade desses grupos populares possa avançar no sentido da transformação. O papel da ciência e do cientista é romper com o monopólio do conhecimento, trabalhando para que este esteja à serviço da maioria da população, contribuindo na construção de uma sociedade mais justa (DAMASCENO, 1986).

Por esse turno, por valorizar o potencial teórico nessa empreitada empírica, apresento abaixo um esboço das principais linhas teóricas que abordo nesse estudo e sua contribuição na construção do fazer metodológico, visto que a teorização auxilia nos procedimentos de investigação e, mais ainda, no processo de análise da realidade investigada.

#### **2.1.1.1 Elementos que caracterizam o trabalho nas relações de produção capitalista**

As discussões acerca do conceito de relações sociais de produção, organizadas na sociedade capitalista, são importantes no sentido de possibilitar a compreensão das relações e organizações da produção a partir do trabalho coletivo nas associações investigadas. A tentativa não é me desdobrar no estudo da obra marxista no espaço desse texto, mesmo porque essa empreitada fugiria totalmente ao objetivo desse trabalho, indo além das minhas possibilidades, mas pretendo explorar alguns elementos centrais acerca dos sentidos atribuídos ao trabalho em Marx que passa necessariamente pelo entendimento do conceito marxista de relações sociais de produção.

Como referência teórica e indo na mesma linha da análise de Marx, procuro a partir dos estudos de Lukács, em sua obra acerca do potencial do trabalho como elemento necessário para o salto ontológico do homem-animal para o homem-social, auxílio nas discussões, visto que propõe uma análise do trabalho para além de seu potencial negativo, que é ressaltado por Marx, dado a forma como é construído na sociedade capitalista. Lukács imprime a esse

elemento um potencial humanizador, discutindo-o como categoria essencial na construção do Ser Social.

As categorias apresentadas em Lukács nas discussões acerca do potencial do trabalho na socialização do indivíduo entendem que o trabalho, enquanto produtor de valores de uso se apresenta como elemento mediador entre as necessidades e a concretização de sua satisfação, ou seja, é um processo consciente e configura-se como “referencial ontológico fundante da práxis social”. Portanto, atribui ao trabalho um potencial educativo, como espaço de aprendizagem, como capital social. Para Jara o conceito de capital social está intimamente relacionado com os saberes produzidos nas relações sociais e com os impactos frutos desses conteúdos...

[...] o conceito de capital social refere-se à qualidade dos relacionamentos sociais e também aos impactos produzidos por esses relacionamentos na vida social e política de uma determinada sociedade [...] Representa o conteúdo, a energia coletiva, a substância, ou seja, o ingrediente básico que marca o sentido dos relacionamentos sociais entre indivíduos, organizações, grupos e atores sociais (2001, p.106-107).

Marx apresenta o trabalho como atividade do homem e em sua obra o aborda no sentido antropológico e teórico-gnosiológico<sup>14</sup>, ou seja, no primeiro vemos a dependência do homem ao meio natural como é dito explicitamente: “O homem é imediatamente ser natural [...] e como ser natural vivo, está, em parte, dotado de forças naturais, de forças vitais [...] estas forças existem nele como disposição e capacidade, como instintos [...] é um ser que padece, condicionado e limitado...” (MARX, 1974, p.40). No caso do homem é o trabalho que vem mediatizar sua relação como o meio natural, pois é através da atividade, da ação plena sobre o meio que exterioriza sua vida através dos objetos que produz, objetos que compõem o universo de significados que constrói a sua volta.

Na perspectiva teórico-gnosiológica a atividade do homem, ou seja, seu trabalho aparece como categoria social, em que a relação sujeito-objeto não é mais abstrata, mas concreta. O trabalho possibilita ao homem deslocar-se da esfera animal e humanizar-se a partir da realidade exterior e de sua ação sobre a mesma, permite a transformação da esfera condicionante e a construção da liberdade. Por meio do trabalho o indivíduo se apropria das forças da natureza e a transforma a partir de seus interesses e necessidades. Marx descreve:

O animal identifica-se prontamente com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É a sua própria atividade. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital lúcida. Ela não é uma deliberação com a qual ele imediatamente coincide. A atividade

---

<sup>14</sup> Com base no texto “O conceito de trabalho” de Machado de Oliveira e Cristina G. Obtido no site: <http://www.filosofiavirtual.pro.br/trabalhomarx.htm>.

vital lúcida diferencia o homem da atividade vital dos animais. Só por este motivo é que ele é um ser genérico. Ou então, só é um ser lúcido, ou melhor, a sua vida é para ele um objeto, porque é um ser genérico. Exclusivamente por este motivo é que a sua atividade surge como atividade livre (2003, p.116).

Entretanto, ao estudar o modo de trabalho impresso pelo sistema capitalista, Marx apresenta o trabalho como uma atividade historicamente determinada e, nas condições da economia política, essa atividade deixa de ser livre e consciente para degradar-se a “simples meio de sua existência” (MARX, 2003, p.116). Além de descrevê-lo como atividade alienante a partir das relações que desenha no sistema capitalista Marx apresenta sua dimensão positiva ao descrevê-lo para além do capitalismo como “vida produtiva” ou “atividade vital humana”, indicando que enquanto “atividade livre e consciente é o caráter específico do homem” (MANACORDA, 1996, p.45).

Ao estudar os fundamentos da sociedade capitalista Marx identifica dois elementos essenciais presentes em qualquer processo de trabalho, mas que assumem roupagem diferente no capitalismo: força de trabalho e meios de produção. No capitalismo esses elementos tomam a forma de capital. Assim, Marx apresenta o trabalho, enquanto princípio da economia política, como atividade consciente usurpada dos homens, constituindo-se em propriedade alheia ao trabalhador, estranha e, portanto, nocivo a sua humanidade. O trabalho produzido no capitalismo aparece como atividade alienada, pois é a partir das desigualdades inscritas nas relações produtivas que o homem é identificado enquanto classe social e apresenta-se como essência subjetiva da propriedade privada, garantindo à organização social a divisão de classes.

Entretanto, como aspecto contraditório, o trabalho também aparece em Marx como a única forma possível de manifestação pessoal, desde que abolido da forma como é expresso pelo capitalismo: “para afirmarem-se pessoalmente (ou como pessoas), devem abolir a própria condição de existência tal como têm se apresentado até hoje, que é, ao mesmo tempo, a condição de existência de toda a sociedade até hoje – o trabalho. Abolir o trabalho, isto é, atividade” (MANACORDA, 1996, p.45-46).

Um dos pontos importantes para a compreensão do sistema capitalista e sua organização centra-se no entendimento das **formas** como são realizadas as trocas de mercadorias e **por quê** sob o capitalismo a produção é de mercadorias para o mercado e não para o uso direto como acontecia nas sociedades anteriores.

Marx vai buscar compreender e explicar essa questão partindo da premissa de que o trabalho possui um caráter dual, ou seja, por um lado o trabalho é “dispêndio de força de

trabalho do homem no sentido fisiológico”, portanto, é **trabalho humano abstrato** e gera o valor da mercadoria. Por outro lado o trabalho é também “dispêndio da força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim”, é **trabalho humano concreto** e produz valores de uso. Nesses termos o trabalho é uma atividade social e cooperativa ao contribuir para suprir as necessidades da sociedade e, portanto, o trabalho de cada indivíduo ou grupo de indivíduos torna-se trabalho social. Essas necessidades exigem todo tipo de diferentes produtos – alimentos, vestuários, instrumentos necessários na produção, entre outros. Por seu turno, são necessários diferentes tipos de trabalho útil para organizar a vida coletiva (Marx, 2003, p. 53).

O trabalho possui o caráter “cooperativo” no sentido de que os produtores são interdependentes, ou seja, eles precisam uns dos outros como compradores e vendedores e, ainda, precisam um dos produtos dos outros. O sistema garante esse tipo de “cooperação” a partir do desenvolvimento da divisão do trabalho, especializando a produção e fragmentando o trabalho. Assim, um produtor de parafusos precisa vender seu produto para poder comprar outros produtos necessários a sua sobrevivência. Esse sistema Marx chamou de produção generalizada de mercadorias, onde os produtores estão ligados entre si por meio de seus produtos.

Essa interligação de produtores e produção no sistema capitalista gera um processo de interdependência forte que é mediatizado pelo regime de mercado. Então, mesmo considerando que formas eminentemente contrárias ao processo de produção organizado pelo capital, como propõem as organizações econômicas solidárias, sejam reações importantes contrárias a esse regime de exploração não se coloca como um processo aquém do mercado ou livre de seus mecanismos reguladores.

O interesse aqui é tecer um conjunto de análises que possam iluminar a realidade estudada que é composta pelo tecido social, cheio de saberes, pressupostos e ações. Os indivíduos fazem a sua realidade, mas não a fazem sozinhos, a fazem a partir das relações que estabelecem com os outros indivíduos e com o meio. Essa realidade, condicionada e historicamente desenhada pelos homens é também reinventada pela capacidade desses sujeitos de agir sobre seu espaço, sobre seu tempo, sobre si mesmo.

### 2.1.1.2 Relações entre hegemonia e educação

O segundo ponto dessa empreitada teórica recai sobre os estudos de Gramsci, suas elaborações acerca dos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, sua visão de sujeito e de sociedade. Essa opção se faz pela necessidade de identificar elementos presentes nas ações da sociedade civil que possam ser encarados como resistência às estruturas sociais e, em particular aqui, identificar aspectos presentes na construção de espaços econômicos contrários ao modelo hegemônico na sociedade capitalista, como se apresentam os grupos de trabalho solidários, que revelem sua contribuição na luta contra-hegemônica.

Primeiro é preciso compreender melhor a tese gramsciana acerca desse potencial contra-hegemônico desnudando conceitos presentes em sua obra, tais como: bloco histórico e sua relação entre dois movimentos dicotômicos (estrutura e superestrutura; sociedade civil e política), entendendo a importância da sociedade civil na composição das estruturas desse bloco histórico; a noção de crise orgânica da sociedade que é classificada pelo autor como uma ruptura entre a estrutura e a superestrutura e que deve favorecer as novas forças sociais e ainda, o papel do intelectual no seio do bloco histórico.

O bloco histórico, segundo Gramsci é composto pelos vínculos orgânicos entre estrutura e superestrutura e é no interior desse bloco de relações historicamente construído que se dá a luta entre classes sociais com o objetivo de alcançar a hegemonia. A hegemonia é construída a partir de elementos que formam a estrutura, ou seja, a realidade concreta, as formas de produção da existência, os aspectos ligados ao modelo de organização e produção capitalista: “define-se aí, de modo bastante clássico, como o conjunto das forças sociais e do mundo da produção” (PORTELLI, 2002, p.52). Entretanto, a estrutura para se firmar como legítima e, portanto, reproduzir-se hegemonicamente necessita da consolidação de sua própria matéria, seu material ideológico, e essa consolidação se dá a partir da superestrutura.

Assim, a superestrutura é o elemento motor do bloco histórico, pois é por meio de sua substância que se reproduz as condições estruturais do modelo de sociedade, tornando-a hegemônica no que concerne a forma concreta em que reelabora os meios de vida e as relações de produção e, na forma abstrata em que explica e convence, por meio da ideologia, de que essa organização é ideal e necessária à sociedade como um todo. O vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura que formam o bloco histórico “[...] é definido abstratamente por Gramsci como a necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites de desenvolvimento da estrutura, mas também, mais

concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais” (Id.,Ibid., p.54).

Essa interligação orgânica é explicada dada a necessidade das estruturas ideológicas organizarem os grupos sociais e dirigi-los de acordo com as condições econômicas, ou seja, cada ideologia empregada para forjar o terreno da consciência onde os homens se movem deve ser necessária à estrutura. Portanto, Gramsci também compreendia, assim como Marx, a sociedade como espaço de luta de classes e localiza esse movimento de enfrentamento no interior do bloco histórico, nas relações desenvolvidas pelas instâncias que compõem a sociedade civil e a sociedade política.

A sociedade civil “reúne o conjunto dos organismos vulgarmente ditos ‘privados’ e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”, fundamentalmente é tomada como base da hegemonia cultural e política de um grupo sobre o conjunto maior da sociedade, “como conteúdo ético do Estado” (Id.,Ibid., p.18).

Já a sociedade Política é composta, principalmente, pelo Estado e pelas forças coercitivas formadas, sobretudo, pelo domínio jurídico. A função desse segmento é, em parceria com elementos da sociedade civil, garantir a ordem e a legitimação de determinada concepção social hegemônica (cultural, econômica e política).

No entanto, as relações orquestradas no seio do bloco histórico são constantemente desenhadas pelos entraves entre grupos sociais, visto que os grupos subalternos também possuem suas concepções de mundo e, mesmo que as elabore de forma fragmentada, não deixam de representar resistência à dominação com potencial para rupturas. Portanto, fica claro que a sociedade civil não é composta somente pela junção harmônica entre as demandas Estatais e a sujeição das massas, mas pela crítica a essa esfera, pela busca da reelaboração cultural das classes dirigidas. Assinala Damasceno:

Isto significa que a integração de um sistema social se edifica a partir da hegemonia de uma classe social fundamental. Em outros termos, é somente pela hegemonia que uma classe pode exercer a função de dirigente e dominante, ou seja, uma classe é dirigente e dominante porque consegue se articular e persuadir ou impor sua direção às demais classes; e, inversamente, uma classe é dominada e dirigida porque no momento mostra-se incapaz de articular-se através de um projeto nacional que englobe os traços específicos da situação histórica, capaz de torná-la porta-voz e defensora das reivindicações de outros grupos [...] Depreende-se então, que a questão fundamental quando se estuda a educação popular reside em descobrir de que forma as classes subalternas estão reagindo à concepção de mundo dominante, que mecanismos estão empregando no sentido de reelaborar o seu próprio saber e conseqüentemente reforçar o poder popular. Enfim, que rearticulações político-ideológicas estão em curso na perspectiva de redefinir uma contra-ideologia (1990, p. 28-29).

Os estudos de Gramsci retratam a educação como uma esfera da sociedade civil e que, se vista dialeticamente, apresenta-se sob um duplo enfoque. De um lado como aparelho de reprodução do poder hegemônico do grupo que domina; de outro como espaço de luta de classes e de transformação. Para Vanilda Paiva (1980), os espaços educacionais, sobretudo aqueles direcionados para as classes populares, são ambientes que possibilitam o entrave ideológico e não estão apenas reproduzindo a sociedade de classes, mas permitem trocas entre os indivíduos, permitem avançar no salto que vai do saber do senso comum a um saber mais elaborado, contribuindo no processo de transformação social.

Outro ponto importante nos estudos de Gramsci é o papel da **consciência histórica** no processo contra-hegemônico e que acaba demandando uma importância maior aos processos educativos vivenciados pelos grupos populares, visto que são esses processos que permitem a construção de uma consciência e cultura para além do senso comum, montando os inúmeros fragmentos próprios dos saberes populares e reelaborando-os a partir da interpretação crítica da realidade social.

Gramsci apresenta o exército que perpetua a substância ideológica e organiza as massas, seja para o domínio ou para a resistência: os intelectuais. São os intelectuais, descritos pelo autor como “camada social encarregada de gerir a superestrutura do bloco histórico”, responsáveis pela reprodução da substância ideológica que constitui as paredes da superestrutura (PORTELLI, 2002, p.56). Cada grupo que se torna legítimo porque arquitetou em torno de si poderes coercitivos, legais, políticos, o faz com plenitude e aceitação se alicerçar seu domínio por meio de esquemas ideológicos, que permitem acordos e consensos.

No entanto, o grupo dos intelectuais não é formado apenas pelos indivíduos que pertencem a uma escala privilegiada na sociedade, que atua em cargos elevados no mundo do trabalho, em atividades eminentemente intelectuais. Para Gramsci todo homem é um intelectual, mesmo que não esteja exercendo essa função. Mesmo executando atividades manuais implica que nessa atividade, por mais mecânica que seja, está empregando em sua execução o mínimo de ação intelectual criadora. Portanto, todo indivíduo é um intelectual: “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1985, p.7).

A não separação entre o *homo faber* e o *homo sapiens* evidencia a capacidade do homem de pensar sobre sua realidade, de contribuir na construção de uma concepção de mundo e atuar como intelectual orgânico na sociedade, resistindo ao aparato ideológico e reorganizando seu patamar de enfiamento. O homem, sujeito da história e não simples objeto.

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (Id.,Ibid., p.7-8).

Convém sublinhar, portanto, que partindo dessa premissa, Gramsci (1978) concebe o homem como um sujeito que se constrói nas relações que estabelece consigo mesmo, com os outros homens e com o meio. Esse processo de interação, entendido a partir da *práxis* é fundamental para que produza não só o mundo material, mas a partir dele elabore o universo cultural, subjetivo, parte constituinte de sua humanidade.

Dentro dessa concepção de história, onde os indivíduos são atuantes e responsáveis pela reprodução ou transformação da sociedade posta, são capazes de reinventá-la, de recriá-la partindo das contradições presentes em sua estrutura é que identifico o papel dos grupos de produção como elementos capazes de gerar contra-hegemonia como hegemonia alternativa, contendo experiências reais e práticas emancipatórias. Primeiro, pelo papel educativo do trabalho e pela reinvenção das formas como este se apresenta no capitalismo, partindo da organização e produção coletiva; segundo, pela capacidade de elaboração cultural dos indivíduos e integração da juventude; e terceiro, pela tentativa dos movimentos populares de consolidação de um projeto econômico-político popular, representado pelo enfrentamento criativo ao modelo de exclusão do mundo do trabalho.

### 2.1.1.3 A juventude como categoria teórica

Partindo do pressuposto de que o papel dos jovens na sociedade é de suma importância por atuarem na sociedade como agentes sociais e que no curso da história participam da crítica a concretização do projeto político elaborado pelas classes dirigentes contribuindo para reorientar seu curso, daí a importância dos processos educativos vividos por essa parcela de indivíduos, é que busco estudar esse segmento enquanto categoria social a partir de estudos sociológicos e de outras pesquisas realizadas com esses sujeitos.

Luís Antonio Groppo, em seu livro “Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas”, propõe discutir o conceito de juventude na sociedade moderna definindo-a, em primeiro lugar, como uma **categoria social**. A reflexão que segue em sua

obra é construída a partir das representações de juventude na sociedade. Para Groppo o entendimento de juventude “passeia por dois critérios principais, que nunca se conciliam realmente: o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sócio-cultural” (2000, p. 9).

Enquanto o critério etário unifica esse segmento social, estabelecendo uma identidade homogênea a esses indivíduos o que de fato não condiz com a realidade. Entretanto, enquanto categoria sócio-cultural a diversidade é entendida como caminho para a compreensão desse segmento: “outra saída da sociologia é a de enfatizar a relatividade do critério etário, pois a juventude, o jovem e seu comportamento mudam de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, nacional e regional, etc.” (Id.,Ibid., p.9-10).

Rezende (1989) identifica uma pluralidade de juventudes indicando a compreensão do termo pela pluralidade: juventudes. Ainda, identifica esses indivíduos como agentes sociais capazes de reinterpretar a sua maneira o que é ser jovem, a partir de sua experiência singular. Groppo complementa:

Ou seja, a multiplicidade das juventudes não se funda num vazio social ou num nada cultural, não emerge de uma realidade meramente diversa, ininteligível e esvaecida. Tem como base experiências sócio-culturais anteriores, paralelas ou posteriores que criaram e recriaram as faixas-etárias e institucionalizaram o curso da vida individual – projetos e ações que fazem parte do processo civilizador da modernidade (Id.,Ibid., p.19).

É preciso compreender o segmento juvenil como espelho para a compreensão da modernidade, visto que “a criação das instituições modernas do século XIX e XX – como a escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho individual etc. – também se baseou no reconhecimento das faixas etárias e na institucionalização do curso da vida”, assim como a modernidade é também um processo histórico que constrói a juventude que conhecemos (Id.,Ibid., p.12).

Outros autores fundamentam as discussões acerca da categoria juventude, tais como Melucci (1997; 2001) que percebe a juventude em sua forma não-linear e não-gradativa, mas dialética, pautada por rupturas; Spósito (1997) que discute a subordinação dessa fase à vida adulta; Giovanni & Schmitt (1996) que elaboraram um perfil histórico da construção da vida juvenil na sociedade; Abramo (1997) e Pais (1996) que discutem a juventude a partir da corrente geracional, influenciada pela sociologia funcionalista e a corrente classista, que diferente da corrente geracional que apresenta a juventude como unidade, essa a entende como diversidade, entre outros.

Propondo essas reflexões busco compreender essa categoria social para, a partir da junção com os referenciais teóricos descritos acima, montar um leque de categorias teóricas que possam contribuir para esclarecer o problema central desse estudo: a juventude e sua formação para o trabalho no centro da economia solidária.

Portanto, a tecitura teórica e empírica desenha-se a partir da necessidade de compreensão de como os grupos de produção estão se constituindo, como são organizados, sua ligação com o modelo capitalista de produção ou sua negação a essa forma de trabalho, o papel pedagógico implícito nas ações desses grupos e a formação para a reprodução de uma cultura posta ou para a construção de uma contra-cultura. O jovem é o principal agente da investigação, “aprendiz”<sup>15</sup> dos fazeres coletivos, portanto, sujeito ativo no campo da ação coletiva antagonista. Segundo Melucci (2001) é preciso discutir o potencial da ação juvenil a partir do campo do conflito, para em seguida, buscar os atores e não vice-versa.

Melucci faz uma reflexão acerca da identidade da juventude nas sociedades complexas e configura a categoria juvenil primeiro enfatizando-a como fase de passagem, não ligada a idade biológica, mas ligada às funções que precisa assumir ao deixar a escola (refere-se como tempo do não-trabalho). A escola, segundo o autor, é para esse segmento a possibilidade de “criação de um espaço de vida autônomo [...] que viabiliza o acesso às funções adultas, [...] ela cria também as condições espaço-temporais para a agregação de uma identidade coletiva definida pela necessidade dos modos de vida e linguagens próprias” (Id.,Ibid., p.101).

O desequilíbrio entre a escola e mercado de trabalho pode levar a juventude a prolongar sua situação de dependência. Esse prolongamento é mantido pela dificuldade de aproximação com a vida adulta sem que se tenha abertura para o trabalho, precarizando tanto sua condição enquanto jovem quanto a transposição para novos papéis. O autor explica:

[...] o reencaminhamento do ingresso nos papéis adultos não é só liberdade, mas marginalidade imposta e vivida, desocupação, impossibilidade de uma real autonomia econômica. A condição juvenil, homogênea sob muitos aspectos, mas também diferenciada pelo pertencimento social e territorial aparece marcada, nas sociedades complexas, por esta estável precariedade, por uma falta de limites que acaba por ser uma abertura sobre o vazio, por uma suspensão que se sabe fictícia e controlada (MELUCCI, 2001, p.101-102).

São essas características que levam Melucci, assim como outros autores, a considerar a juventude como espelho da sociedade, como “paradigma dos problemas” gerados nas sociedades complexas. “Os jovens podem, portanto, tornarem-se atores de conflitos porque

---

<sup>15</sup> Aprendiz em sentido amplo: que experimenta e capta novas informações, mas que também ensina e proporciona àqueles com quem se relaciona novos saberes. Atua como leitor e reelaborador dos conhecimentos divulgados.

falam a língua do possível; fundam-se na incompletude que lhes define para chamar a atenção da sociedade inteira para produzir sua própria existência ao invés de submetê-la [...]” (Id.,Ibid.,p.102).

Algumas categorias discutidas pelo referido autor são interessantes para se compreender essa identidade que considero original e identificadora de um tempo cultural próprio do segmento juvenil e que será aprofundada posteriormente, tais como: 1) a rejeição ou reinvenção da palavra; 2) como lida com as relações de poder; 3) a necessidade de autonomia, escolhas e comunicação; 4) os projetos e a provisoriedade dos interesses.

## **2.2 A pesquisa do tipo etnográfico**

O estudo que busco desenvolver caracteriza-se, principalmente, pela tentativa de análise dos discursos e práticas, da racionalidade presente nos grupos de produção, preocupando-me, portanto, em apreender os significados construídos pelos sujeitos, em especial os jovens, para suas ações no cotidiano das associações, as aprendizagens fruto de suas experiências e vivências diárias, a própria elaboração do trabalho na perspectiva coletiva.

A etnografia é a abordagem teórico-metodológica que melhor sinaliza para os objetivos desse estudo, visto que se identifica, principalmente, pelo contato direto e prolongado do pesquisador com as situações e com os indivíduos, sujeitos desse processo investigativo, permitindo ainda um esquema flexível com relação aos procedimentos de coleta que envolve desde a observação participante, a entrevista individual e coletiva, estudo de documentos, fotografias até outras técnicas que podem ser criadas pelo próprio pesquisador a fim de favorecer uma melhor explicitação por parte dos participantes.

Os antropólogos utilizam a etnografia no estudo da cultura de povos ou grupos, num estudo demorado, resguardado pela ampla gama de material descritivo, por anos de observação nessas “sociedades”. Entretanto, ao ser transplantado para a educação recebe a nomeação de “pesquisa do tipo etnográfico” numa acepção menos tradicional, mas que preserva sua identidade ao fazer uso das técnicas e fundamentos que a caracterizam. Fazenda observa:

A pesquisa aqui focalizada se aproxima muito do ‘trabalho de campo’ tal como é proposto por Cicourel (1980) e Junker (1971), podendo também ser identificada como pesquisa do tipo etnográfico já que utiliza técnicas tradicionalmente adotadas pela etnografia, como a observação participante e a

entrevista não-estruturada. Entretanto, enquanto antropólogos e sociólogos se preocupam com a descrição da ‘cultura’ de grupos e sociedades primitivas ou complexas, o trabalho aqui proposto se volta para as experiências e vivências dos indivíduos e grupos que participam e constroem o cotidiano escolar (2001, p.37).

### **2.2.1 Os fundamentos teórico-metodológicos subjacentes à etnografia**

A pesquisa do tipo etnográfico apresenta alguns fundamentos que organizam e firmam a prática de pesquisa de campo. Dentre eles elegemos para aprofundar aqui os principais e que permitem compreender os elementos que constituem esse estudo enquanto atividade de campo, propriamente dita:

1) A valorização da realidade em seu aspecto natural, ou seja, o pesquisador lança seu olhar sobre o acontecimento, o fenômeno, respeitando o ambiente natural como sua fonte direta de dados e estabelecendo com os sujeitos da pesquisa contato direto e prolongado (BOGDAN & BIKLEN, 1994).

Essa proximidade do pesquisador, o contato direto e prolongado como observador participante deve ser planejado e intencionado, no sentido de que o grau de participação seja projetado a partir dos objetivos da investigação, tendo claro porque esse envolvimento e para que. Para Fazenda “a intensidade do envolvimento pode variar ao longo do processo de coleta dependendo das exigências e especificidade do próprio trabalho de campo” (2001, p.38). Ao longo da observação precisa avaliar esta ou aquela atitude, este ou aquele envolvimento para planejar melhor os próximos passos.

2) A descrição é um forte aliado no sentido de revelar o processo que se estabelece na constituição do fenômeno, portanto, o investigador deve preparar-se para fazer anotações minuciosas, descrevendo locais, pessoas, ações, diálogos, reações, enfim, compondo um volumoso diário descritivo que será estudado e categorizado ao longo da investigação. Os registros podem ser feitos em todos os momentos e atividades, por meio das gravações de entrevistas, nas anotações de observações, no estudo de documentos, de fotografias, enfim, o objetivo é transplantar para o papel todos os elementos capazes de explicar como se dá o processo de produção da realidade e dos indivíduos.

Partindo dessa premissa o processo torna-se mais importante que o produto no estudo etnográfico, visto que o objetivo central é identificar e reconhecer elementos que compõem o mundo significativo dos sujeitos, seu cotidiano, as estruturas de composição processual do mundo que vêm construindo em torno de si em parceria com os indivíduos com os quais convive.

3) O processo de organização dos dados e a análise que se estabelece acerca dos elementos que compõem a coleta devem ser sistematizados a partir da integração destes com as categorias teóricas, durante todo o processo, portanto, o quadro teórico relativo a investigação, apesar de ser pensado inicialmente, no momento do planejamento da investigação, é aberto e flexível, podendo sofrer alterações a fim de responder as demandas da própria realidade. Assim, “a existência de um esquema aberto e artesanal de trabalho que permite um transitar constante entre observação e análise, entre teoria e empiria” é mais um aspecto importante no estudo do tipo etnográfico (FAZENDA, 2001, p.38-39).

4) A abertura da etnografia para diferentes tipos de técnicas de coleta permite ao investigador escolher e criar formas variadas de aproximação com a realidade, considerando que cada situação por conter aspectos únicos e originais necessite de métodos diferenciados, portanto, cabe ao pesquisador propor aquele que responda melhor a essas especificidades. Entretanto, a observação e a entrevista são consideradas como métodos básicos desse tipo de estudo. A utilização de filmes, atividades de colagem, produção textual, teatro-debate ou discussão grupal, tendo como pano de fundo músicas estrategicamente escolhidas, capazes de estimular o debate, são alguns exemplos dos métodos empregados em pesquisas do tipo etnográfico. Essa bricolagem abre caminho para a explicitação de sentimentos, de discursos, de idéias que permitem uma maior aproximação na compreensão dos “elementos” investigados, que se caracterizam pela complexidade.

5) A análise de uma realidade particular precisa ser feita em sintonia com o contexto macrossocial, isto é, desvelar os sentidos que estão escondidos sob as superfícies dos fenômenos significa localizar esses fenômenos como partes de uma totalidade social, que o determina e que mantêm com estes formas de relacionamento. Do ponto de vista metodológico significa que os significados individuais e coletivos estão inscritos em outras ordens sociais, mas que tanto interferem no contexto maior como são influenciados por seus determinantes. A postura teórica do pesquisador vem subsidiar essa vinculação, tornando o esforço analítico mais consistente. Ivani Fazenda, entretanto, chama a atenção para situações inversas que propõem realidades particulares como situações que se esgotam em si mesmas:

O que é necessário, em síntese, é tentar transcender o nível micro, acompanhando os diversos ‘fios’ que o vinculam às estruturas macrosociais, com o cuidado de não cair no outro extremo, ou seja, querer analisar uma realidade particular como uma ‘totalidade social’, isto é, como uma situação que se esgote em si mesma (Id.,Ibid.,p.42).

6) O momento da análise dos dados coletados, apesar de ser processual, ou seja, vai acontecendo no momento da própria coleta, toma forma mais direta e concentrada no final do trabalho de campo. Nesse momento o pesquisador precisa estar aberto para ler diversas vezes suas anotações, possibilitando rememorar cada experimentação, fazendo anotações acerca das próprias indagações e garimpando material teórico que o ajude a entender esse ou aquele fato, ou o conjunto de ações que foi capaz de descrever. A “impregnação do conteúdo” é importante por favorecer a categorização analítica, momento em que o investigador nomeia as partes do material e dá forma analítica a coleta empírica (MICHELAT, 1980 apud FAZENDA, 2001, p.42).

### **2.2.2 Procedendo com a pesquisa de campo**

Como esse estudo é uma continuidade da investigação realizada no Mestrado em Educação<sup>16</sup>, onde procurei analisar os processos de formação para o trabalho no Projeto Reconquistar e, como extensão, a formação para o cooperativismo, posso dizer que se divide em três momentos: o primeiro considera todo material coletado na investigação anterior como fio condutor para o aprofundamento da categoria “trabalho na produção coletiva” discutida aqui, ou seja, considera o resultado da pesquisa anterior, seu conteúdo, fruto da tecitura empiria-teoria; segundo, a investigação realizada nas três associações de artesãos situados em Parnaíba e regiões circunvizinhas: Associação das Rendeiras do Morro da Mariana; Associação Trançados da Ilha; e a Associação de Artesãos São Vicente de Paulo, onde pude, no período de um ano e meio, realizar a observação participante nesses núcleos, aplicar questionários, realizar entrevistas individuais e coletivas, sistematizar estudos de documentos e organizar grupos de discussões pontuais; e, por fim, a participação no curso de formação de novas cooperativas ministrado pela SESCOOP/PI, a realização de entrevistas com membros

---

<sup>16</sup> A abordagem metodológica utilizada no Mestrado foi a mesma explicitada aqui, enfatizando as mesmas técnicas de coleta.

do SEBRAE e estudo do material utilizado por esses órgãos no que tange a formação e acompanhamento dos grupos investigados.

### **2.2.2.1 Observação participante**

O processo de observação não é um ato empírico aleatório, mas planejado e sistematizado. Iniciou-se com períodos curtos de inserção onde busquei traçar aspectos que caracterizavam a rotina dos espaços e tempos das associações. A partir da quinta visita, minha presença já compunha o quadro e fui alargando o tempo de observação, até finalmente iniciar um processo de participação mais direta, puxando conversas, aprendendo pontos de trançados e até introduzindo os primeiros questionamentos.

Todas as visitas de observação foram guardadas através de anotações em diários que ao final do dia eram lidos e geravam reflexões que considero já processos de análises. Essas observações em princípio enfatizavam a dinâmica geral, mas ao longo do processo começaram a se delinear por uma tentativa de aproximação com as formas de organização, gestão, as relações construídas ali, o ritmo, a utilização do tempo, o comportamento da juventude e sua identificação com o trabalho, enfim, as categorias imbricadas no próprio objeto de investigação começaram a inquietar meu olhar de observador e a direcionar melhor minhas buscas.

A observação na terceira fase dessa pesquisa foi direcionada ao curso de formação de novas cooperativas ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOPI), em parceria com Organização das Cooperativas do Estado do Piauí (OCEPI) que teve duração de três dias e contou com a participação de vários jovens.

### **2.2.2.2 Questionário de aproximação**

O questionário de aproximação foi direcionado para os jovens e seu objetivo foi possibilitar a coleta de informações acerca desses sujeitos quanto ao contexto mais específico relativo ao mundo do trabalho, escolarização e o trabalho como artesão.

As principais perguntas referiram-se a: dados pessoais – idade; estado civil; se tem filhos, o número de filhos; a família – número de pessoas da família que moram em casa e que trabalham; escolaridade e expectativa com relação à escola; formação e o trabalho (como se prepara), experiência profissional, desejo de prestar vestibular, tempo de trabalho na associação, questões relativas à inserção nas associações, as dificuldades que enfrenta; a comunidade e as lutas pela melhoria das condições de vida, enfim, uma abertura para informações relativas ao contexto geral desses jovens, seu cotidiano.

As informações obtidas por meio desse instrumento foram tabuladas e sistematizadas, contribuindo na composição do cenário que procuro enfatizar ao longo desse estudo.

### **2.2.2.3 Entrevistas individuais e coletivas**

No momento de aprofundar o diálogo com os sujeitos, integrantes da pesquisa, optei pela entrevista semi-estruturada, direcionada por um roteiro<sup>17</sup> aberto que permitiu a construção de questionamentos a partir dos discursos que iam surgindo, bem como delinearam um trajeto de questões essenciais ao aprofundamento das inquietações que vinha desenvolvendo ao longo da observação.

Nesse sentido, o roteiro de entrevista foi elaborado tomando por base os questionamentos e inquietações que nasceram no processo de observação, referentes às atitudes, aos discursos observados, bem como a questões que não poderiam ser aprofundadas somente com a observação. Esse roteiro diferencia-se à medida que as funções assumidas também se diferenciam, ou seja, organizei um roteiro direcionado aos presidentes ou coordenadores das associações; outro roteiro direcionado aos sócios mais antigos e um outro específico para a juventude. Cabe ressaltar que todos esses instrumentos traziam questões em comum e questões específicas.

Assim, foram entrevistadas as três coordenadoras e alguns membros mais antigos das associações, onde tentei focar, principalmente, questões acerca do nascimento da associação, sua organização, os processos de aprendizagens e a caracterização da situação atual dos grupos.

---

<sup>17</sup> Vide anexos.

No segundo momento, entrevistei alguns jovens sobre essas questões, acrescentando aspectos relativos à sua condição juvenil e ao trabalho que vêm desenvolvendo nos grupos. Essas entrevistas foram organizadas a partir de discussões coletivas, ou seja, as entrevistas foram realizadas com o grupo de artesãos, incluindo os jovens. As questões que compunham esse roteiro referiram-se a perguntas que ainda tinham ficado superficiais nas entrevistas anteriores e a busca pelo confronto de idéias. Por exemplo, a discussão acerca do fundo rotativo parece não ser consenso dentro da associação, visto que muitos membros não sabiam se existia esse fundo, para que deveria ser usado; portanto, foi um momento de discussão acerca das questões referentes à organização do trabalho coletivo e às necessidades de fortalecimento de atitudes também coletivas.

O terceiro momento de entrevistas foi sistematizado com representantes da juventude das três associações. Organizei um encontro com esses integrantes com a finalidade de abrir o debate acerca do trabalho juvenil, a realidade desse segmento na sociedade atual, os sonhos e perspectivas e as aprendizagens advindas dessa experiência como artesão.

Esse encontro foi sistematizado em três fases: a primeira foi um diálogo aberto onde os jovens apresentavam-se e falavam um pouco da sua associação e do trabalho que desenvolvem no grupo; a segunda fase teve como mote central a própria realidade juvenil e foi organizada a partir da música “Não é sério” do grupo Charles Brown Jr. A letra dessa música revela um pouco da noção de juventude construída na sociedade e possibilitou introduzir questões referentes ao próprio conceito de juventude.

A terceira fase foi estimulada por um vídeo elaborado pela ONG “Saindo do Papel” que apresenta jovens em seus mais diversificados aspectos: cultural, regional, social, etc., falando sobre seus sonhos, interesses e necessidades. Os jovens foram incentivados a escolher os depoimentos com o quais se identificavam mais, explicando porque essa identificação e, em seguida introduzi questões referentes aos seus projetos de vida e ao trabalho nas associações.

O quarto momento foi direcionado aos agentes formadores do SEBRAE enfatizando, principalmente, os processos de formação e acompanhamento das associações. A tentativa foi identificar aspectos que caracterizam o tipo de formação: os objetivos, a metodologia, os principais problemas, a fim de entender melhor como esses núcleos se constituem e desenvolvem-se.

#### 2.2.2.4 Estudo de documentos e fotografia

Os documentos que fizeram parte dessa fase investigativa foram, principalmente, o material referente ao conteúdo do curso de formação de cooperativas e de acompanhamento dos grupos, constituindo-se em textos e apostilas. Esse material foi lido e analisado compondo referenciais de formação, implícitos na própria filosofia presente nesses textos. Nesse material identifiquei aspectos mais ligados à perspectiva humanitária presentes numa cultura pela solidariedade e trabalho coletivo, mas em outros momentos a ênfase dos discursos dos agentes formadores centra-se na preocupação de organização técnica, principalmente quanto ao fazer cotidiano e gestão das cooperativas e associações. Aspectos ligados ao gerenciamento empresarial, ligados, por exemplo, a aprendizagem quanto à aplicação de preço no produto, aprendizagem com relação à qualidade do que produz e responsabilidade no cumprimento de prazos, enfim, questões relativas a atuação dos grupos no mercado.

O uso da fotografia também foi um recurso explorado nessa pesquisa, inicialmente apenas com um caráter ilustrativo, mas ao longo do processo mostrou-se um instrumento interessante quando direcionado pelos integrantes da pesquisa. Os membros das associações começaram a interferir no processo fotográfico indicando o que deveria fotografar, solicitando fotografias específicas como, por exemplo, dos jovens utilizando peças que tinham sido produzidas por eles. Organizavam-se em grupos para serem fotografados, mas faziam questão de aparecerem na foto segurando suas peças. Observe o exemplo demonstrado a seguir (FOTOGRAFIA 1):



FOTOGRAFIA 1 - Integrantes da Associação São Vicente de Paulo

Aqui a fotografia passou a ganhar um outro aspecto dentro da investigação, lançando pistas para a compreensão do próprio olhar dos indivíduos para sua realidade, naquele contexto de trabalho. Em conjugação com outras fontes as fotografias que foram produzidas por mim e pelos próprios integrantes são importantes tanto pelo aspecto factual, pois registra momentos, presenças, arranjos de lugares, como também apresentam aspectos representativos da subjetividade dos indivíduos que as delimitou e as projetou.

Para Bogdan e Biklen “... quando estudamos fotografias retiramos pistas acerca do que as pessoas valorizam e quais as imagens que preferem [...] podem revelar aquilo que as pessoas têm como adquirido, o que elas assumem que é inquestionável” (1994, p.185-186). Portanto, o uso da máquina fotográfica deixou de ser apenas um recurso para ilustrar esse estudo e passou a ser fonte importante de informações à medida que ilustrou, juntamente com o processo de observação participante, não só a rotina de trabalho, a organização do espaço como a necessidade dos indivíduos de valorização do que era por eles produzidos, o sentimento artístico que é o substrato da produção do artesanato.

Os integrantes dessa pesquisa empolgaram-se com a máquina fotográfica, organizaram todos os seus produtos solicitando que os fotografasse, queriam que registrasse todo o processo do trançado até mesmo daqueles que ainda estavam aprendendo como num estímulo a auto-estima que se desenvolvia implicitamente por meio do trabalho. A imagem a seguir (FOTOGRAFIA 2) representa a aprendizagem, os passos meio tortos na arte de trançar de alguns jovens aprendendo a trançar a palha:



FOTOGRAFIA 2 -Integrantes da Associação Trançados da Ilha Aprendendo a Trançar

Portanto, a utilização da fotografia nessa pesquisa tem conotação investigativa e não apenas figurativa, pois proporcionou não só maior intimidade com os elementos que configuram o contexto investigado; mas abriu janelas quanto a proximidade entre o pesquisador e os sujeitos participantes da pesquisa. Essa técnica também permitiu enxergar novas pistas no que concerne ao ato do artesão de projetar-se enquanto indivíduo social a partir de seu trabalho, por meio da elaboração do artesanato.

Foi, também, a partir da ação de fotografar que as pessoas que compõem os grupos de produção fizeram suas escolhas, identificando os elementos mais significativos nesse contexto para compor o registro fotográfico. Selecionaram peças, observando a qualidade, montaram poses, elegeram sujeitos, enfim, escreveram nas linhas da fotografia pistas para a compreensão dos processos de interação e sistematização do trabalho ali organizado. Segundo Lira “o ato fotográfico implica um recorte obrigatório do real porque nenhuma foto poderia abranger a realidade em sua totalidade. Esse recorte elaborado pelo fotógrafo é sempre de cunho valorativo” (1998, p.97).

Desse modo, fiquei aberta aos fenômenos revelados por esse recurso, sempre com postura interrogativa. No compasso dessa aventura, procurava ver, perceber, sentir esses sujeitos, seus atos, seus discursos, seus silêncios. Procurava reportar-me sempre a mim mesma, diante do mundo que chegava lentamente aos meus sentidos, dos sentimentos que brotavam e que faziam parte desse processo de interação porque passa o pesquisador no reconhecimento da subjetividade e intersubjetividade como caminho para a construção de uma compreensão objetiva.

### **2.3 Local da pesquisa: um breve perfil dos municípios Parnaíba e Ilha Grande**

Os municípios de Parnaíba e Ilha Grande são regiões que circundam o Delta do rio Parnaíba, municípios do Estado do Piauí, região nordeste do país. A cidade de Parnaíba, um dos cenários dessa investigação, caracteriza-se pelo processo de desenvolvimento na área da indústria, comércio, serviços e turismo, destacando-se como segunda cidade em importância econômica e em população do Estado. Dados do Censo 2000 apresenta uma população residente de aproximadamente 132.282 habitantes, estimando para 2005 cerca de 141.939 habitantes. Sua área de unidade territorial chega a 436 Km<sup>2</sup> (IBGE – Cidades).

Parnaíba e Ilha Grande destacam-se no Estado por fazer parte da estreita faixa litorânea da região, com potencial turístico tanto pela característica praiana como por resguardar parte da bacia do rio Parnaíba configurada no famoso Delta, detentor de uma variedade inigualável de espécies animais e vegetais que compõem a fauna e a flora desse manancial hidrográfico.

Ilha Grande constituiu-se município recentemente, separado de Parnaíba apenas por uma ponte que corta um dos braços do rio. Caracteriza-se de um lado pela população ribeirinha e de outro por comunidades praianas, moradores das proximidades da praia Pedra do Sal. Esse município, segundo Censo de 2000 possuía apenas 7.890 habitantes, com estimativa de crescimento para 2005, chegando aproximadamente a 8.539 habitantes. Sua área de unidade territorial é de 134 Km<sup>2</sup> (IBGE – Cidades).

Parnaíba, por ser uma cidade mais antiga apresenta maior desenvolvimento econômico e crescimento populacional, atua como base de desenvolvimento para Ilha Grande, pois atende sua população em serviços, principalmente ligados a saúde e educação. O mercado de Parnaíba se constitui ainda no principal centro comercial de toda a área, recebendo a população de Ilha Grande no atendimento de suas necessidades e atuando como mercado para a escoação de seus produtos.

A cidade de Parnaíba, relatam os historiadores<sup>18</sup>, foi originalmente habitada por índios, a região foi desbravada em 1669 por Leonardo de Sá e seus companheiros, que ali fundaram uma sesmaria. Em 1758 passou a funcionar no local uma charqueada de propriedade do português Domingos Dias da Silva que iniciou as atividades agrícolas e comerciais na região. O negócio do comércio começou rapidamente a se expandir e o antigo local da charqueada foi denominado de Porto das Barcas, a base para o surgimento da cidade de Parnaíba. Com o comércio em franca expansão, com relações com países como Portugal, Espanha, Inglaterra e Alemanha a cidade viveu um período de grande riqueza, que durou até 1940 quando ocorreu a queda dos preços da cera de carnaúba nos mercados internacionais.

Assim, a cidade de Parnaíba também possui um referencial histórico importante, representado em sua arquitetura, gravado nas obras históricas que fazem parte de seu patrimônio cultural. É exemplo desse acervo alguns projetos arquitetônicos do século XVIII, ano de 1777, como a Casa Grande de Parnaíba, palacete residencial dos Dias da Silva. Ali foram realizadas reuniões políticas e sociais que ainda guardam consigo a influência da arte portuguesa. Nesse sobrado encontram-se galerias internas ligadas a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça.

---

<sup>18</sup> Informações obtidas no site: <http://pt.wikipedia.org/wiki/piauí>. Acesso em 07 de abril de 2006.



FOTOGRAFIA 3 - Casa Grande de Parnaíba

Outro destaque é o Espaço Cultural Porto das Barcas, formado por um conjunto arquitetônico de antigos armazéns, hoje pólo artesanal, destaca-se como ponto comercial para os artesãos, dentre eles os grupos de produção participantes dessa pesquisa. Sua construção é composta de pedra bruta e argamassa de cal, ostras e óleo de baleia. Nesse espaço todo ano é organizada uma grande feira artesanal do Estado, que reúne trabalhos dos vários grupos de produção de artesanatos no Piauí. É um marco vivo da fase econômica áurea de Parnaíba. O Espaço Cultural Porto das Barcas, foi restaurado recentemente e abriga casas comerciais, lojas de artesanato, restaurante, pizzaria, sorveteria, auditório, teatro ao ar livre, mini-museu, pousada, agências de turismo que organizam passeios ao Delta do Parnaíba, e a Sede da Associação Comercial de Parnaíba.

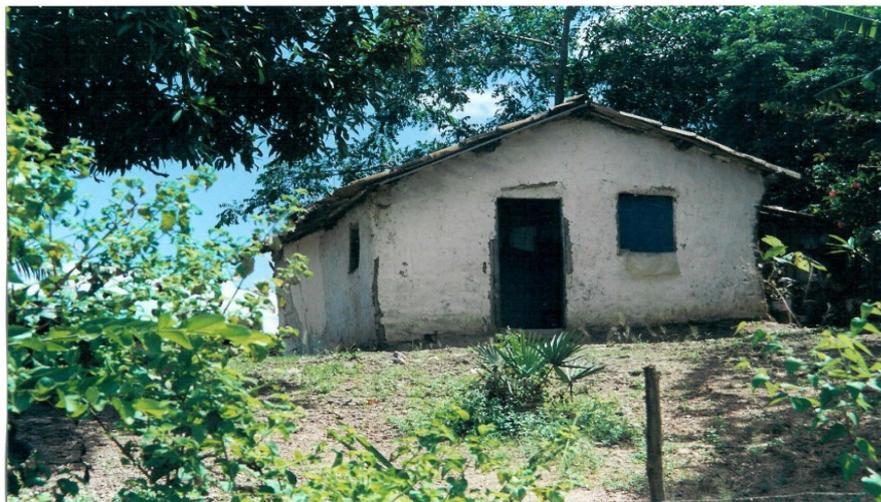


FOTOGRAFIA 4 - Espaço Cultural Porto das Barcas

Na cidade de Parnaíba a pesquisa foi realizada na comunidade de São Vicente de Paulo, zona periférica. Um bairro afastado do centro, caracterizado pela realidade de exclusão e situação socioeconômica precária das famílias que ali residem. As fotos a seguir ilustram essa comunidade:



FOTOGRAFIA 5 - Comunidade São Vicente de Paulo



FOTOGRAFIA 6 - Comunidade São Vicente de Paulo

O município de Ilha Grande, onde está localizado o Morro da Mariana, apresenta como ponto de visitação um de seus morros onde em homenagem a Nossa Senhora foi erguida uma imagem cercada de escadarias e ao longo da subida várias passagens e cenas bíblicas são suscitadas por imagens em cerâmica. O município de Ilha Grande ainda muito pequeno, pouco desenvolvido é formado por pequenas comunidades que vivem, principalmente, da pesca, do comércio e do artesanato. As habitações retratam a simplicidade de sua população como mostram as fotos a seguir:



FOTOGRAFIA 7 - Município de Ilha Grande  
Comunidade onde se localiza a Associação Trançados da Ilha e  
Associação das Rendeiras do Morro da Mariana



FOTOGRAFIA 8 - Município de Ilha Grande  
Comunidade onde se localiza a Associação Trançados da Ilha e  
Associação das Rendeiras do Morro da Mariana

## CAPÍTULO II

---

### **3. Organização produtiva: da atividade comunal e cooperativa à grande indústria**

Na tentativa de contextualizar melhor a realidade macrossocial e a sociedade contemporânea, proponho refletir acerca das estruturas econômicas, caracterizando o processo de organização da produção, os modelos de trabalho que foram sendo superados historicamente e contribuíram no cenário atual, a internacionalização da economia – globalização da economia – e, por conseguinte, caracterizando melhor a crise que se instalou no mundo do trabalho.

A sociabilidade capitalista traz como fundamento o modelo de organização produtiva, suas formas e disposições, ou seja, as formas de produção da riqueza e sua apropriação. O contexto problemático e a crise que molda esse sistema são características advindas de sua própria estrutura, e suas raízes encontram-se no projeto de modernidade e na forma como é organizada a sociedade produtiva, negando os ideais de liberdade, fraternidade e solidariedade, núcleo central do projeto iluminista. Segundo Oliveira, nega-se a essência do projeto iluminista que é a emancipação humana para afirmar a centralidade da matéria, portanto, a organização social capitalista está centrada na negação do homem. O autor complementa remetendo ao mundo material o papel de mediador das relações sociais: “[...] já que as relações sociais dessa forma histórica são mediadas pelas coisas, estas, portanto, desempenham funções sociais específicas. As coisas são a mediação das relações sociais entre as pessoas.”(1993, p.257).

No entanto, o trabalho aparece como elemento estrutural da sociabilidade humana, visto que é a partir do trabalho que o homem constrói a esfera cultural, atua sobre a natureza, transformando-a a partir de suas necessidades, gerando novas possibilidades e novas necessidades, para daí promover nova ação. Essa interação do homem com o meio, ou seja, seu trabalho, tem dupla dimensão. A primeira dimensão diz respeito à condição de existência humana e a segunda as formas como essa ação se organiza na sociedade. Teixeira esclarece:

[...] o trabalho, como categoria fundante da sociabilidade tem uma dupla dimensão: (1) enquanto condição da existência humana, ele revela o caráter universal da atividade humana, ou seja, a necessidade natural de o homem transformar a natureza para satisfazer suas necessidades; (2) mas essa atividade universal, isto é, enquanto criadora de valor de uso, se realiza, se

efetiva, sempre no interior e por meio de uma forma específica de sociedade historicamente determinada e, nesse sentido, o trabalho é sempre atividade historicamente determinada (1995, p.49).

O modelo de organização do trabalho que conhecemos hoje foi se constituindo historicamente, e ao longo dos diversos modelos societários o capital vai tornando-se dominante. As primeiras comunidades se constituíram pela ampliação da família ou pelos casamentos entre famílias e a fixação desses grupos surge pela atividade agrícola, “como condição prévia da apropriação e uso conjuntos, temporários do solo” (MARX, 1986, p.66). Ainda segundo Marx:

A comunidade tribal espontânea ou, se preferimos dizer, a horda (laços comuns de sangue, língua, costumes, etc.) constitui o primeiro passo para a apropriação das condições objetivas de vida, bem como da atividade que a reproduz e lhe dá expressão material, tornando-a objetiva (atividade de pastores, caçadores, agricultores, etc.). A terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade (1986, p. 66/67).

Nesse modelo de organização societal a apropriação da terra é coletiva, mas está limitada aos indivíduos membros da comunidade que dela se apropriaram e fizeram uso mediante o trabalho. Assim é o trabalho que determina aí as primeiras propriedades, pressuposto natural de apropriação. Nesse sentido o indivíduo é, enquanto indivíduo um não-proprietário, ou seja, a posse se dá através de sua condição de membro do grupo. O mesmo acontece no processo de organização das cooperativas ou grupos de produção, pois a posse dos meios para organização do processo produtivo se faz mediante sua identidade coletiva. Todos são não-proprietários enquanto indivíduos, mas enquanto grupo todos são donos.

Ao longo da organização do trabalho comunitário o excedente do trabalho do indivíduo é destinado ao grupo, que gradativamente vai passando para a parte superior desse grupo e que por fim acaba sendo representado por uma pessoa – de grupo a indivíduo. Como descreve Marx: “parte de seu excedente de trabalho pertence à comunidade mais elevada que, por fim, assume a forma de uma pessoa. Este trabalho excedente se realiza [...] como tributo [...] para a glória da unidade, destinada em parte para o déspota e em parte para a divindade tribal, imaginária” (1986, p.68).

Antes da modernidade o trabalho estava vinculado à vida doméstica, tinha um valor limitado às necessidades da vida privada, estava intimamente relacionado à produção de bens e serviços como fim imediato à sobrevivência. O significado de trabalho foi construído sob a negatividade de atividade penosa, esforço físico e negação do tempo livre. Entretanto, opõe-se

a esse trabalho não valorizado outras atividades, reconhecidas e afastadas do trabalho manual, atividades ligadas à ação política na Grécia, por exemplo, ou a religião na Idade Média (Arendt, 1995). Essa separação entre trabalho manual e trabalho mental que caracteriza as sociedades tradicionais está ligada à separação da sociedade em classes. Dessa forma, o trabalho enquanto sofrimento, esforço físico, labuta diária era executado por escravos e servos e o trabalho mental, denominado não de trabalho, mas obra, no sentido da atividade religiosa e política, pertenciam à nobreza, clero e altas castas. Para Gorz:

Enquanto a produção mercantil era marginal e o essencial das necessidades era coberto pela autoprodução doméstica e pela economia aldeã, a noção de trabalho *tout court*, de ‘trabalho sem predicados’, como dizia Marx, não podia ter curso. ‘fabricava-se’, ‘confeccionava-se’, ‘preparava-se’, ‘atarefava-se’, ‘aplicava-se a ocupações’ diversas, específicas, incomensuráveis no quadro da comunidade doméstica, e as diversas atividades eram assumidas, segundo uma divisão imutável de tarefas, pelo homem, a mulher, as crianças ou os idosos. Elas eram ‘geradas’ [...] não tendo pois um denominador comum, não eram intercambiáveis nem podiam ser comparáveis e avaliadas segundo uma mesma unidade de medida. O termo ‘trabalho’ designava não o ato criador ou produtivo, mas a atividade enquanto pena, desagrado, fadiga (1991, p.2).

O trabalho na sociedade comunal aparece ligado às esferas sociais como família e comunidade, não pertence exclusivamente à esfera econômica dissociada da idéia de vida maior e ainda envolve todos os indivíduos de uma determinada classe, homens, mulheres, crianças e idosos. Entretanto, ao mesmo tempo que o trabalho era desvalorizado ele permitia além da satisfação das necessidades a aproximação com a natureza e construção do próprio homem, podendo este encontrar-se na concretude do seu fazer, aparecendo como *homo faber* ou aquele que faz, que fabrica. Essa noção de homem que fabrica está ligada à idéia do homem artesão, que produzia as peças em sua totalidade, ligada à noção de trabalho total, “*métier* completo” e nem sempre esse trabalho estaria relacionado ao prazer, dada as difíceis condições de trabalho da época. Naville, ao referir-se ao artesanato também considera um mito a idéia de que o artesão possui total domínio de todo o processo de trabalho: “o *métier* completo de um mesmo indivíduo, que jamais existiu sob uma forma totalmente pura é um mito [...] todos os grupos sociais conheceram as especializações do trabalho, às quais se ligaram graus diferentes de consideração, de mérito e de retribuição” (1956, apud TARTUCE, 2002 p.6). Entretanto, é na organização taylorista do trabalho que se efetivará essa separação entre objeto da produção do produtor.

A segunda forma de propriedade nasce de alterações substanciais das condições primeiras, portanto, a vida em comunidade deixa de ser condição, a base deixa de ser a terra,

enquanto celeiro produtivo e passa a cidade, “centro da população rural”. A propriedade deixa esse aspecto comunal estabelecido de forma direta e passa a propriedade individual, trazendo a comunidade como mediação indireta.

Essas mudanças alteram a própria organização comunitária e a noção de trabalho coletivo. A comunidade deixa de ser um grupo de auto-sustentação, para se tornar uma reunião de moradores, pequenos proprietários, pequenos camponeses que cultivam a terra. Entretanto, a posse da terra ainda é mediada pela presença na *pólis*, como membro do Estado, mesmo que de forma indireta. Segundo Marx esses aspectos estão diretamente ligados à constituição das relações estabelecidas pelo indivíduo e os aparatos mediadores da sociedade:

Como a comunidade – que não é, aqui, meramente um *produto de facto da história*, mas, algo de que os homens têm consciência como tal – *tem, portanto, uma origem*, temos a condição prévia da *propriedade* da terra, vale dizer, da relação entre o sujeito que trabalha com as condições naturais de seu trabalho como algo que lhe pertence. Mas este ‘pertencer’ é mediado por sua existência como membro do estado, pela existência do Estado – portanto, por uma condição prévia encarada como divina, etc. (MARX, 1986, p. 70).

O percurso que o trabalho e as formas de produção vão trilhando aparecem numa escala ascendente de complexidade que vai da cooperação simples dos agentes comunitários à manufatura e desta à grande indústria. Com o processo de urbanização em crescimento a base de produção artesanal deixa de suprir as necessidades de um comércio em crescimento sendo superada pela indústria manufatureira. A burguesia, classe em ascendência mediante o declínio do regime feudal passa a impor uma nova forma de organização do trabalho, modelo que deu origem ao sistema de produção capitalista.

A manufatura surge fundamentada na cooperação, entretanto, altera substancialmente o processo de fabricação, delineando-o a partir de alguns fatores: (1) o trabalho coletivo, ou força coletiva passa a ser apropriado gradativamente pelo capitalista que paga o trabalhador por suas horas de trabalho; (2) a produção se faz mediante a “cooperação” fundamentada na divisão do trabalho, ou seja, sua fragmentação que se dá de duas formas: uma com a combinação de várias espécies de trabalho na produção de uma única mercadoria, desapropriando o artesão do processo completo de fabricação do produto; outro modelo é a produção organizada pelo capitalista a partir da cooperação de vários trabalhadores dentro de um único ramo da produção artesanal decompondo a produção em etapas e produzindo com maior rapidez; (3) Ao perder a autonomia mediante a produção o trabalhador inicia um processo de especialização quanto ao desempenho de uma única função; (4) a necessidade de organização do processo de trabalho agora fragmentado passa a gerar também funções novas

levando a hierarquização do trabalho; (5) na formação desse trabalhador o processo de automação e disciplinamento, com a exaustão do corpo físico e mental torna-se elemento de separação e hierarquização no processo produtivo, gerando a divisão explícita entre trabalho manual e intelectual, ainda, a separação entre trabalhadores hábeis e inábeis.

A partir da expansão desse modelo manufatureiro e das necessidades cada vez maiores de produção as relações entre economia e ciência se estreitam, estabelecendo com esta última uma utilização mais racional. Com o desenvolvimento da maquinaria estabelece-se um processo de revolução no modo de produção, chegando à indústria.

As mudanças mais enfáticas geradas pela Primeira Revolução Industrial (séc. XVIII) foi a dos meios de produção com a introdução da máquina a vapor e a carvão. A partir dessa introdução o trabalho passa a ser cada vez mais mecânico e rotineiro, desapropriando o trabalhador do uso de sua criatividade, introduzindo também o trabalho assalariado. Todo um sistema de apropriação dos conhecimentos necessários a esse novo trabalho vai sendo forjado e estruturado, assim como ficaram registradas na história situações de extrema exploração do corpo e processos de trabalho insalubres comprometendo a saúde física e mental dos trabalhadores.

Em contraposição a esse modelo a organização dos trabalhadores em sindicatos estabeleceu reação e resistência ao processo desumano de vida a partir do trabalho que cada vez mais tomava conta da realidade urbana sobrepujando antigos modelos, limitando as possibilidades de trabalho e enjaulando o homem num processo de produção fragmentado, insalubre e explorador.

Com o desenvolvimento científico e tecnológico a base material da produção foi desenvolvendo novos contornos, principalmente com a descoberta de novas fontes de energia, como a energia elétrica e o petróleo, substituindo o vapor e o carvão. Aliados a essas novas possibilidades estabeleceu-se o crescimento da indústria automobilística e, com ela, a complexificação do processo produtivo e reorientação do modo de trabalho, estruturando o modelo a partir de um planejamento detalhado de tarefas, especialização e fragmentação cada vez maior, com controle do tempo e dos movimentos do trabalhador – denominado modelo taylorista de produção.

O modelo taylorista acentua o controle do trabalho pelo capitalista a fim de utilizar com inteligência e rigidez o tempo e ação do trabalhador-operário. Rompe com o modelo colaborativo e acentua o padrão competitivo interno. A fábrica é setorizada dividindo as funções em seções fixas de produção, administração e estoques. Seguindo a descrição de Galas:

Taylor desenvolveu longa pesquisa empírica com base nas Ciências Mecânica e Matemática que se desenvolviam na época. Observou minuciosamente os movimentos dos operários ao desenvolver seus trabalhos, em seguida procedeu a análise do tempo gasto, para, só então, sistematizar o desempenho ideal para cada tarefa. Estudou detalhadamente o resultado e se apropriou das habilidades técnicas dos operários. Estandarizou os movimentos e tempos e designou o modelo ideal de tarefas em cargos (2001, p.37).

A introdução da esteira nas fábricas atuando como reguladoras da ação do operário aparece no modelo fordista e é empregada por Henry Ford (1863-1947). Esse modelo implementou a linha de montagem de automóveis e facilitou a produção em série e larga escala. Essa linha de montagem impulsionou novas exigências e regulou o trabalho e o tempo de trabalho, tornando-o cada vez mais fragmentado, repetitivo e rápido. O encadeamento da ação do operário, pautada por uma seqüência é expressa na organização e ordenação dos instrumentos de trabalho e na execução da tarefa, num ritmo e num tempo estabelecido pelo ritmo e tempo da esteira. Assim o capitalista regula cada vez mais a ação operária aumentando a velocidade da esteira ou reduzindo seu ritmo. O resultado para o trabalhador é um processo de total desqualificação, adestramento ao modelo mecânico de execução de tarefas, tornando-o vulnerável ao mercado, excluindo da linha de produção sua atividade intelectual.

A economia, o mercado e a ciência de mãos dadas na renovação da esfera produtiva, estão direcionados para a acumulação de capital, para o crescimento econômico, destinado a uma esfera apenas da realidade produtiva - o capital; a esfera humana é negada pela sublimação da esfera produtiva e do produto. Dessa forma, os avanços tecnológicos vão direcionando novas formas de administração do trabalho, novas relações de mercado e novas exigências ao homem enquanto esfera dessa máquina em constante movimento – o capital.

Na modernidade a concepção do trabalho está relacionada à sociabilidade e à classificação social, não mais ligada à força produtiva escrava e servil, mas também à atividade produtiva como direito, ligada à noção de cidadania. “O trabalho foi incorporado à ideologia burguesa como categoria universal e fundadora de toda a vida social, [...] como atividade natural e de produção e troca de valores de uso, necessária à reprodução material da vida em sociedade” (LIEDKE, 1997, p.272). O conceito de trabalho proposto pela modernidade é uma invenção do capitalismo industrial e aparece desvinculado da esfera doméstica, tornando-se atividade remunerada.

Assim, o trabalho desenvolvido no espaço familiar, necessários à reprodução não é reconhecido socialmente – trabalho doméstico – e é delegado às mulheres principalmente.

Uma sociedade marcada pela valorização da razão em detrimento das paixões e desejos: “oposição entre o ‘homem racional’, que trabalha no espaço público da produção e a ‘mulher irracional’ que atua no espaço privado da esfera doméstica” (TARTUCE, 2002, p.8)

Esse novo modelo de sociedade e de trabalho infere uma crescente mudança na concepção de tempo e espaço. O tempo necessário à produção capitalista é regulado, linear, disciplinado, desprezando modelos anteriores de relacionar-se com o tempo e o espaço. Segundo Tartuce, as comunidades que antecederam o modelo de produção capitalista nutriam hábitos e costumes de organização do tempo distribuindo atividades laborativas e tempo livre a partir de suas necessidades, inseridos num ciclo irregular do tempo em que ritmos de trabalho intenso eram alterados com festas populares, dança e atividades esportivas (Op. cit.). A racionalização do tempo para o capitalismo é forjado sob as bases de uma cultura para o capital, legitimada por várias instâncias sociais que fazem à sociedade moderna. O controle do tempo é evidenciado não só pelo trabalho, mas torna-se elemento da vida social.

Assim, o trabalho e sua forma de organização aparecem como produto social e histórico e na modernidade a noção de trabalho será endereçada apenas as atividades inseridas na produção. A divisão sexual do trabalho é naturalizada, na medida em que os papéis de homens e mulheres são distribuídos com base em uma pretensa divisão natural de qualidades. Não se considera trabalho as atividades restritas a esfera doméstica, localizada na família. Somente por volta da década de 60 essas posturas começam a ser discutidas.

### **3.1 Em época de crise? A crise do capital e a reestruturação da economia: por onde anda a sociedade contemporânea**

O panorama socioeconômico que vai sendo redefinido por políticas neoliberais na sociedade contemporânea caracteriza-se, principalmente, pela globalização da economia e pela introdução de novas tecnologias nos modos de produção. No Brasil, essa nova “roupa” que o modelo de produção vem tentando vestir, diante de toda a lógica própria da globalização que, antes de tudo, ampliou a competitividade e a exploração dos países ainda em desenvolvimento, acabou enfraquecendo o mercado local, fechando as portas de muitas empresas, elevando o índice de desemprego e, portanto, o crescimento também das situações de pobreza da população, seja pela exclusão do mercado de trabalho, seja pela desregulamentação e precarização das atividades em que se integra, ou ainda, pelo processo

de privatização que se instalou no país, apontando para o afastamento do Estado com o afrouxamento de responsabilidades que, de certa forma, o caracterizavam como “Estado de bem-estar social”<sup>19</sup>.

A sociedade construída pelo homem, estruturada a partir da lógica do capital, vem ao longo dos anos sendo pautada por crises que caracterizam o sistema capitalista, num movimento que vai do conflito a situações de estabilidade, fortalecendo-se pela mediação de agentes que atuam para garantir o equilíbrio de suas estruturas. Entretanto, segundo Antunes, a sociedade, cada vez mais, deixa de deter poderes para organizar e reger os meandros do desenvolvimento do sistema econômico capitalista, função esta que termina por ser executada pelo próprio capital, portanto as funções se invertem, pois é o próprio capital que passa a se constituir numa poderosa “estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar [...] sendo que suas mais profundas determinações estão orientadas para a expansão e impelidas para a acumulação” (2001, p.23).

Ainda, segundo Mészáros:

Esse sistema escapa a um grau significativo de controle precisamente porque ele emergiu, no curso da história, como uma estrutura de controle ‘totalizante’ das mais poderosas, [...] dentro da qual tudo, inclusive os seres humanos, deve ajustar-se, escolhendo entre aceitar sua viabilidade produtiva ou, ao contrário, perecendo. Não se pode pensar em outro sistema de controle maior e mais inexorável – e, nesse sentido, totalitário – do que o sistema de capital globalmente dominante, que impõe seu critério de viabilidade em tudo, desde as menores unidades de seu microcosmo até as maiores empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisão no âmbito dos monopólios industriais, favorecendo sempre os mais fortes contra os mais fracos (1995 apud ANTUNES, 2001, p.25).

A necessidade de expansão cada vez maior do capital, acentuada pela crise de esgotamento do mercado e pelo quadro crítico de esgotamento do processo de produção taylorista/fordista, identificada pela incapacidade de responder a retração do consumo que crescia, dado o impacto advindo do desemprego estrutural que se iniciava, fez com que se impulsionasse um amplo processo de reestruturação do capital e sua reprodução. Outros fatores, como descreve Antunes (2001), tais como a “queda da taxa de lucro”, fruto das conquistas das lutas sociais por aumento do preço da força de trabalho (década de 60); a

---

<sup>19</sup> No Brasil esse Estado de bem-estar social aparece limitado em suas funções protecionistas, entretanto pode ser reconhecido pelo caráter amplo de poderes diante de órgãos que prestavam serviços a sociedade, grandes estatais, detentoras de bens como energia elétrica, água, telecomunicações, também como Estado organizado na perspectiva dos direitos sociais e não só de deveres, numa abertura para a participação maior da sociedade civil. Na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso muitas dessas estatais foram privatizadas, dadas as exigências do processo de globalização pelo enxugamento das responsabilidades do Estado e do plano neoliberal de afastamento do Estado de sua função reguladora.

“hipertrofia da esfera financeira que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos”; ainda, “a crise do *welfare state* ou do Estado do bem-estar social” e o “incremento acentuado das privatizações”, servem para diagnosticar melhor o processo de crise estrutural por que passava o sistema capitalista e a necessidade de redefinição de suas estruturas e do modelo de acumulação de produção.

O processo produtivo taylorista/fordista<sup>20</sup>, como foi descrito acima, vigorou praticamente por todo o século XX, modelo implantado na indústria, movido por um padrão de produção fragmentado, parcelar, que decompunha a atividade produtiva em setores, implementado ainda pela lógica da esteira, com o tempo regulando a ação operária, onde a mais-valia era extraída da exploração do operário e do prolongamento de sua jornada de trabalho. Esse modelo, retratado tão bem no filme “Tempos Modernos”, onde o ator e cineasta Charlie Chaplin era engolido por máquinas, representa aqui toda a lógica de atropelamento da criatividade do trabalhador, de atropelamento da própria capacidade de pensar a lógica do produto que se empenhava em fabricar, uma total “[...] alienação e degradação do sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero fator material da produção –, subvertendo desse modo, não só na teoria, mas também na prática social mais palpável, a relação real do sujeito/objeto”(Id.,Ibid., p.25).

Nessa nova redefinição as relações desenvolvidas pelo mercado, em certa medida, passam a negar as bases necessárias a sua própria existência, ou seja – passam a negar o próprio trabalho – que se define ontologicamente como produção da existência do homem – mas que é reduzido pelo capital ao fator sobrevivência quando dimensionado pelo emprego, constituindo-se numa representação também mutilada pelo capital, forjada cotidianamente na labuta do homem-operário. Martins exemplifica bem as conseqüências desse novo quadro ao descrever mudanças observadas em nosso cotidiano:

Temos, então, uma contradição que é fundamental: produz-se cada vez mais com menos gente. Há algum tempo, se entrássemos numa agência bancária, encontraríamos o caixa e por trás dele um número significativo de pessoas que conferiam a assinatura do cliente, registravam numa ficha a quantia que estava sendo sacada, verificavam se na conta havia ou não saldo e davam baixa do valor sacado. Todo esse pessoal desapareceu: o caixa faz tudo isso com um simples apertar de botões na máquina que está na frente dele, enviando dados do cliente para um centro de processamentos. O trabalhador brasileiro tem de se requalificar, de modo a aprender a atender às exigências que o mercado de trabalho está impondo (2002, p.18-19).

---

<sup>20</sup> Essa organização do trabalho fabril estrutura-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição de tarefas e num conjunto repetitivo de atividades que surgiu na produção de veículos e que serviu de modelo para outras organizações produtivas.

Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT, o número de desempregados hoje no mundo chega a 180 milhões e das pessoas que estão empregadas mais de 1 bilhão assumem subempregos ou trabalham apenas em período semi-integral (DREYER, 2003). Os números tendem a piorar quando nos referimos a população jovem, já que segundo a OIT o desemprego entre os jovens é 3,5 vezes maior que entre os adultos, acrescidos ao fato “que 25% dos jovens do mundo, que representam 22,5% da população mundial, estão em situação de extrema pobreza.” (FOLHA ONLINE, 07.06.2005).

É importante ressaltar que os postos de trabalho que estão sendo criados, principalmente nos países em desenvolvimento são, em sua maioria, provindos da economia informal, ou seja, “calcula-se que 93% de novos postos criados na África e quase todos na América Latina pertencem à ‘economia informal’ dessas regiões” (Op.cit.). Esse fator agrava as perspectivas de vida e de cidadania da juventude, principalmente àquelas advindas das camadas populares, visto que participar desse mercado, na maioria dos casos, não permite a construção de uma carreira profissional sólida e estável.

O Estado, grande mediador dessas relações, procura formas de controlar esse desequilíbrio social para garantir a estabilidade do sistema e do capital, tanto com a utilização de forças repressoras como estimulando programas sociais, políticas públicas voltadas para a redução da miséria, porém de maneira fragmentada e paliativa. Essas políticas de natureza assistencialista visam atacar os efeitos das relações econômicas vividas e legitimadas pelos aparatos sociais, sem, no entanto, incidir sobre as estruturas desiguais sobre as quais está sendo forjada a sociedade em que vivemos. Para Frigotto:

As diferentes possibilidades e o alcance das políticas públicas, para fazer face aos problemas acima discutidos em relação aos jovens em sua relação com o trabalho e a educação, estão inscritos na compreensão da especificidade da fase atual do capitalismo e das particularidades históricas do tipo de sociedade que construímos no Brasil [...] nos indica que a crença de que o problema é conjuntural pode conduzir a políticas focalizadas e de natureza filantrópica ou de ‘administração e controle da pobreza,’ sem atentar para políticas que atacam as estruturas produtoras da desigualdade (2004, p.194).

Na sociedade montada sobre essa base globalizada, mesmo entendendo que esse modelo não alcançou seu ápice, nem se generalizou, as relações desenvolvidas no mundo do trabalho tornaram-se mais complexas e suas estruturas não são mais como antes, onde a alienação do trabalhador, presente no próprio processo de produção era o centro da reprodução dessa máquina (o capital) e, portanto, garantia de rapidez e maior lucratividade. Onde aqueles que detinham os instrumentos para a produção controlavam o trabalho e seu produto final,

organizando as funções, o tempo e até definindo o salário do operário, construindo seu patamar de riqueza engendrado na exploração desse trabalhador.

O conhecimento passa a representar um forte instrumento para o avanço da produção e passa também a definir os rumos do trabalho e sua organização, configurado no avanço tecnológico que se insere nos meios de produção e supera os limites presentes na própria humanidade que antes eram visíveis na organização fordista/taylorista. Entretanto, o capitalismo se redefine ainda como um sistema perverso de exploração e ainda mais excludente, pois a máquina que move agora esse sistema é a capacidade de inovar cientificamente as molas da produção, portanto, os papéis se redefinem (CAVALCANTE, 2002).

O trabalhador pensado para esse novo modelo deve caracterizar-se pela criatividade, autonomia e excelente qualificação, dentre outras características, ao invés de executar tarefas repetitivas e sincronizadas como anteriormente se esperava no modelo fordista/taylorista. As atividades que irá desenvolver exigirão desse trabalhador uma formação permanente, além de um nível intelectual mais alto e flexível que lhe permita acompanhar as constantes mudanças da tecnologia e atuar como agente nesse novo aparato.

Segundo Kuenzer as mudanças nesse cenário também levaram a mudanças nos direcionamentos educacionais, visto que para o modelo anterior a formação caracterizava-se...

Em uma economia pouco dinâmica do ponto de vista das mudanças científico-tecnológicas e próxima do pleno emprego, a norma era a estabilidade, com base na especialização. Assim, o curso superior era ao mesmo tempo formação inicial e final, não se colocando a educação continuada como necessidade; partindo de um currículo que se iniciava com uma base de formação geral, seguida de formação especializada para um campo profissional e, às vezes, de estágio ao final do curso, buscava-se articular os conhecimentos teóricos aos necessários à prática do trabalho. A concepção de currículo mínimo refletia o empenho de conferir organicidade entre a formação e o exercício profissional, porquanto estabelecia os conhecimentos que eram necessários, em âmbito nacional, à formação para cada trabalho especializado. Uma vez formado, o egresso do ensino superior de modo geral conseguia um trabalho na sua área de formação, e caso desempenhasse com competência suas atribuições, gozava de estabilidade, sem que dele se exigisse grande esforço de atualização para além dos necessários para acompanhar mudanças que ocorriam de forma gradual – em face da baixa dinamicidade do desenvolvimento científico-tecnológico – e que eram absorvidas quase que “naturalmente” (2004, p.17).

A sociedade contemporânea, intitulada sociedade do conhecimento, se caracteriza pelo acelerado processo de produção científica, necessária ao mercado capitalista e que cresceu com o processo de globalização. O novo tipo de organização industrial está baseado em tecnologia flexível que são a microeletrônica, a informática, novas fontes de energia, etc., representando também “novas” categorias, como: flexibilidade, participação, trabalho em equipe, competência, autonomia, espírito crítico, entre outras (FRIGOTTO, 1999).

Kuenzer assinala que para o modelo neoliberal de economia, ou seja, à globalização da economia e a reestruturação produtiva foi necessária educação de novo tipo, visto que...

Quanto mais se simplificam as tarefas, mais se exige conhecimento do profissional, e não mais relativo ao saber fazer, cada vez menos necessário. Ao contrário, a crescente complexidade dos instrumentos de produção, informação e controle, nos quais a base eletromecânica é substituída pela microeletrônica, passa a exigir o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e de relacionamento, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, criação de soluções inovadoras, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar os desafios das mudanças permanentes, resistir a pressões, desenvolver o raciocínio lógico-formal aliado à intuição criadora, buscar aprender permanentemente, e assim por diante (2004, p.17-18).

Na expressão de Adam Smith, o livre mercado, “espécie de mão invisível”, passa hoje a regular a sociedade submetendo-a as suas necessidades e, portanto, todas as esferas que a compõem devem organizar-se para manter esse mercado sempre estável com supremacia e prioridade, inclusive à esfera educacional é atribuído esse papel, sem esquecer da dimensão positiva dessa instituição, numa visão mais dialética. Entretanto, em detrimento de uma formação mais humana apresenta-se uma formação mais técnica, instrumental, utilitarista. Segundo Frigotto: “é sob este ideário que a sociedade capitalista estatui uma cidadania de direitos sociais, econômicos, culturais, lúdicos, educacionais para poucos, e uma cidadania de segunda categoria para as maiorias [...]” (1999, p.32).

Todos esses fatores nos encaminham para uma discussão que se torna indispensável: o papel da educação nesse novo quadro socioeconômico, principalmente àquela destinada às classes desfavorecidas da sociedade, educação popular, que prepara a juventude para assumir papéis na sociedade. O grande desafio é desenvolver a formação profissional numa perspectiva contra-hegemônica a partir de uma concepção “omnilateral” das necessidades humanas, sobrepujando conceitos de formação, qualificação, subordinados à lógica do mercado, dentro de uma perspectiva não-produtivista. Uma formação que envolva além da dimensão técnica - científica, a dimensão ética, estética, política, lúdica, entre outras.

Esse plano de educação emancipatória deve partir do pressuposto de que a sociedade que percebemos é revelada realmente sob o olhar crítico, político, que desfigura a aparência dos fatos na busca de sua essência. Ao levar em consideração que o Estado acaba delegando aos próprios sujeitos do processo – os trabalhadores – a responsabilidade por sua exclusão do mercado de trabalho, ao atribuir à falta de preparo, de profissionalização desse trabalhador como elemento definidor do desemprego que se instala no país, percebe-se que deixa de estabelecer o aprofundamento dessa problemática e, portanto, esconde as reais causas da situação precária de vida e de trabalho que vem sendo construída pelo capital ao longo de todos esses anos.

Na verdade, a necessidade de formação, de reordenamento na aprendizagem desses sujeitos para que “aprendam a lidar” com esse modelo existe e propõe uma lógica educacional focada nos interesses do mercado, o que desprivilegia os interesses dos indivíduos e de constituição de uma sociedade para os homens e mulheres, centrada na lógica humanitária. Entretanto, é preciso ressaltar que mesmo essa formação direcionada aos interesses da economia não é garantia de espaço no mercado de trabalho, nem é esse despreparo do trabalhador que vem acarretando o crescimento do desemprego. Ao contrário, a retração do mercado e a redução dos postos de trabalho é uma realidade que surge da própria redefinição da estrutura de produção globalizada, como bem caracteriza Frigotto:

A globalização, como mostram vários estudos, na forma que se explica atualmente é, sobretudo, a ruptura das fronteiras dos mercados nacionais pela ferrenha competição na realização (venda) das mercadorias que condensam trabalho social explorado (capital-mercadoria), sob a égide da força desigual do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e pela hegemonia do capital-financeiro (capital-dinheiro), que circula, como uma nuvem, de um pólo a outro do planeta, facilitado pelas redes de informação, sob a tecnologia microeletrônica, em busca de valorização. Estima-se que circule por dia no mundo mais de três trilhões de dólares, capaz de, de uma hora pra outra, quebrar bancos e desestabilizar economias nacionais (2002, p.42).

Esse diagnóstico parece lançar um olhar crítico para as iniciativas de trabalho solidário e sua realidade, a partir de uma sociedade contraditória como a desenvolvida em bases econômicas capitalistas. Primeiro, pelo lugar que ocupa em toda essa realidade, melhor dizendo, pelo papel que assume diante da crise de desemprego instalada pela globalização da economia: os grupos de produção, muitas vezes, vêm gerando vagas de ocupação em um mercado considerado desregulado, inseguro e, portanto, incapaz de satisfazer as necessidades do trabalhador – o mercado informal; segundo, o desequilíbrio, fruto de uma formação instrumental e que pode gerar conflitos, pois os valores que aprendemos a articular em nossa

prática cotidiana estão voltados para atitudes pouco coletivas, pouco solidárias, competitivas, individualistas, de dominação do mundo natural que culmina em sua depredação. Portanto, a luta está enraizada em cada sujeito, na desconstrução de um indivíduo capitalista para o mais solidário, trazendo para a reflexão acerca do trabalho coletivo as possibilidades de reconstrução do potencial humano a partir do trabalho.

A educação que se apresenta à classe trabalhadora como caminho, direcionada para uma formação mais instrumental, menos intelectual e menos ainda crítica, reflete a divisão no setor educacional, que se faz não só no âmbito organizacional, mas, sobretudo no conteúdo do próprio trabalho educativo. Entretanto, a educação presente no cotidiano das comunidades, gestada pelos movimentos sociais, pelas organizações, associações e outros grupos estão engendradas em lutas emancipatórias, podendo representar espaços de contra-hegemonia.

### **3.2 Contexto social e de trabalho para o jovem: lendo aspectos quantitativos e qualitativos acerca da profissionalização e do mercado de trabalho no Brasil – dos anos 90 aos dias atuais**

O capitalismo se firmou com a superação da produção simples e artesanal de mercadorias, introduzindo a máquina para dinamizar a fabricação, separando a posse e o uso dos meios de produção. Tanto os meios de produção como o próprio trabalho passam a ser mercadorias no capitalismo, organizado sob a divisão entre àqueles que possuem os meios de fabricação e àqueles que possuem a força de trabalho. Dois pólos “divergentes” e em constante luta de classe – patrão e proletário.

No capitalismo a concentração de capital é que gera mais capital e crescimento econômico porque permite a inovação de meios de produção e competitividade. Entretanto, sua má distribuição associada à exploração da mão-de-obra movida pela divisão de classes agrupa grande massa populacional em situação de miséria em contraste com pequenos grupos detentores de grande poder econômico e poder político.

Cada vez mais esse aparato se reorganiza, principalmente a partir da produção de novos conhecimentos geradores de elaboração tecnológica e realiza um aproveitamento incompleto do contingente de trabalhadores como perpetuação do “exército industrial de reserva”, nas palavras de Marx. O grande número de trabalhadores desempregados cresce nos últimos anos dada às políticas econômicas de livre mercado e, nem mesmo as políticas

estatais trabalhistas, fruto da luta operária que assegurou alguns direitos ao trabalhador, tais como o seguro-desemprego, podem amenizar esse elemento estrutural do capitalismo: “sempre que a economia se aproxima do pleno emprego – isto é, quando o exército de reserva tende a zero – quase todos os preços sobem, ameaçando o valor real da riqueza financeira” (SINGER, 2000, p.12). Assim, o capital não necessita só do emprego para funcionar, mas também do desemprego<sup>21</sup>. Esse aspecto remete a conclusão de que esse modelo de sociedade que vem se perpetuando na história da humanidade de fato não responde as necessidades de todos, pois está fundado numa sociedade dividida e estratificada.

A desestruturação do mercado de trabalho pode ser melhor compreendida se tomarmos como análise a associação entre crescimento das taxas de desemprego, o crescente desassalariamento, ou seja, perda relativa do potencial do salário na renda, e a baixa geração de postos de trabalho (POCHMANN, 1998). Segundo estatísticas fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no período de 1989 a 1999 (década de 90), a taxa de ocupação com carteira assinada decaiu de 59,5% (1989) para 44,7% (1999), ou seja, 14,8 %, e a taxa de ocupação sem carteira assinada cresce de 18,4% (1989) para 26,9% (1999), registrando um crescimento de 8,5%, associados ao crescimento de postos nomeados “trabalho por conta própria” que registra em 1989, 17,7% e em 1999 esse índice cresce para 23,5%. Portanto, pode-se concluir que o mercado informal sofre uma guinada e inicia seu ciclo de crescimento, chegando a um patamar, em média, de 50,4%, motivados, principalmente, pela queda dos postos formais de emprego e pelo setor de “empreendedorismo”, visto que a população procura estratégias diversas de enfrentamento desse desequilíbrio. Essa situação de informalidade depreende sua linha de crescimento, chegando em 2003 a, aproximadamente, 13,8 milhões de trabalhadores brasileiros (IBGE). Ribeiro ressalta em matéria<sup>22</sup> jornalística que...

Existem 13,8 milhões de trabalhadores brasileiros na informalidade. Eles são quase 25% do total da população ocupada no país e a maioria (60%) está na faixa dos 18 aos 39 anos de idade. Levantamento divulgado nesta quinta-feira (19 de maio de 2003) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, apesar de não terem salário fixo ou carteira assinada, 84% dos camelôs, taxistas, catadores de lixo, motoristas de *vans* e *kombis* e donos de pequenos negócios querem continuar na informalidade. A pesquisa,

---

<sup>21</sup> A noção de emprego/desemprego surge no final do século XIX, quando a segunda revolução industrial joga nas ruas uma multidão de “vagabundos e miseráveis” que se vê desprovida da antiga proteção da família e da comunidade, base da qual retirava suas condições de reprodução e existência. É nesse momento que se colocam as premissas da proteção social, mas é somente no século XX que a noção de emprego se estende para todas as formas de atividades remuneradas, assalariadas ou não e a noção de desemprego só vai se expandir quando a forma de trabalho assalariado torna-se dominante (Fouquet, 1998).

<sup>22</sup> Cristiane Ribeiro, da Agência Brasil, 24/5/2005 ([www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)) acesso em 03 de setembro de 2005.

realizada em 2003, mostra que os homens passaram a trabalhar por conta própria para fugir do desemprego, enquanto as mulheres entraram para a informalidade para complementar a renda (AGÊNCIA BRASIL, 24 de maio de 2005).

Esses dados desenham uma linha gradativa de empobrecimento da população com uma forte tendência de crescimento se medidas de criação de postos de emprego formal não forem tomadas, fazendo crescer, também, a preocupação com o aumento da informalidade que contribui para um déficit ainda maior quanto a questão da seguridade social. De certa forma, o crescimento do setor informal colabora para diminuir a pressão sobre o mercado formal, mas a informalidade representa não só a falta de proteção social, como também rendimentos mais baixos em face de uma jornada de trabalho que é maior. Outro aspecto preocupante e que é objeto central desse estudo refere-se à população jovem, ou seja, como se configura a realidade juvenil nesse quadro.

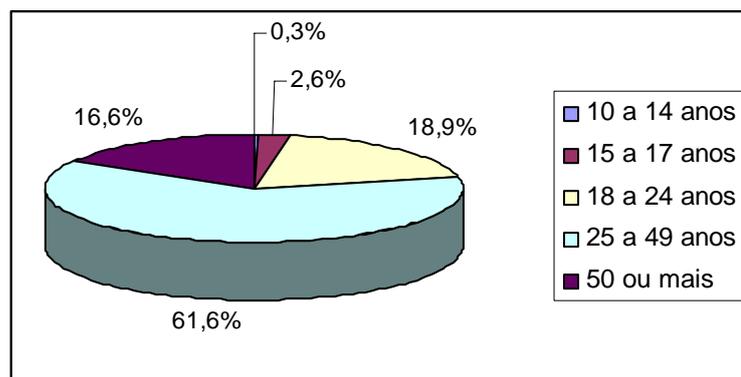
O censo de 2000 retrata uma população de aproximadamente 170 milhões de habitantes, destes, aproximadamente, 35 milhões são jovens entre os 15 a 24 anos. Em setembro de 2004 as pesquisas organizadas pelo IBGE, registraram uma distribuição das pessoas em idade ativa (PIA), segundo a faixa etária, da seguinte forma: 9,3% entre 10 a 14 anos, **6,1%**, entre 15 a 17 anos; **15,4%** entre 18 e 24 anos. O índice aumenta a partir dos 25 anos subindo para 44, 8% e decai a partir dos 50 anos para 24,4%. A mesma pesquisa apontou um contingente de 21,7 milhões de pessoas economicamente ativas (PEA<sup>23</sup>). Destas, 0,3% entre 10 a 14 anos; **2,6%** entre 15 e 17 anos; na faixa de idade que representa a busca pelo trabalho juvenil, 18 a 24 anos, somente **18,9%**, alcançando um aumento significativo da faixa de idade que vai de 25 a 49 anos de 61,6% e certa retração do mercado com relação a faixa de idade referente a 50 anos ou mais, que apresenta um índice de 16,6%. Enfim, cerca de 78,0% da população que trabalhava ou estava ofertando trabalho nas principais regiões<sup>24</sup> do país tinha mais de 25 anos de idade. Esses dados apontam um percentual pequeno de jovens empregados ou que já tiveram alguma experiência de emprego, caracterizados como aqueles desempregados que procuram trabalho.

---

<sup>23</sup> Parcela da PIA que está ocupada ou desempregada que estão a procura de trabalho.

<sup>24</sup> A pesquisa foi realizada nas seguintes regiões do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

GRÁFICO 1 – População Economicamente Ativa – Setembro/2004

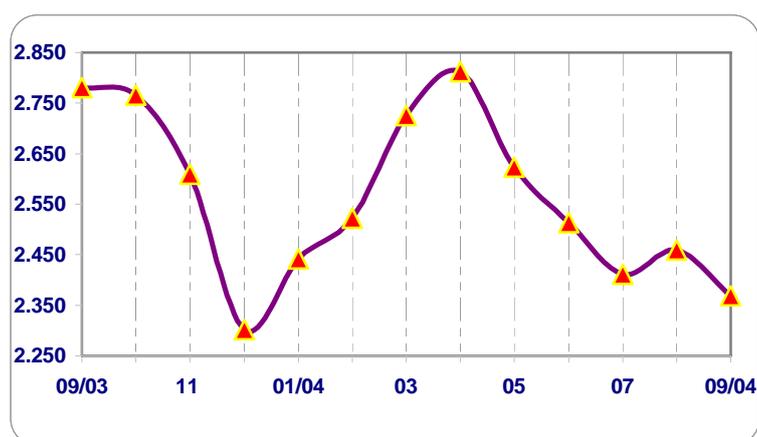


Fonte: IBGE

Ao apresentar os índices de desocupação o IBGE classificou como “desocupadas por não estarem trabalhando, estarem disponíveis para trabalhar e terem tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores a semana em que responderam à pesquisa” (2004). Apresentou uma estimativa de 2,4 milhões de pessoas classificadas como desocupadas pela pesquisa. Em relação ao ano de 2003 verificou-se um aumento de 442 mil pessoas não economicamente ativas, refletindo um crescimento de 2,9% no contingente de inativos.

O gráfico abaixo mostra a desocupação total:

GRÁFICO 2 – População Desocupada (em mil pessoas)

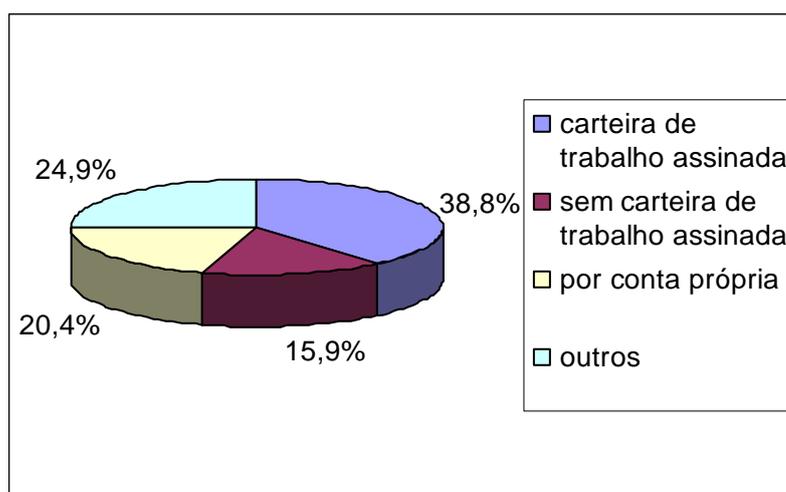


Fonte: IBGE

Ao referir-se a forma de inserção do trabalhador no mercado de trabalho a mesma pesquisa aponta um índice de 19,4 milhões de pessoas desenvolvendo alguma atividade no mercado de trabalho em setembro de 2004, desta população ocupada apenas 38,8 %

encontrava-se como empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado<sup>25</sup>, revelando um aumento de 2,7% se comparado ao mês anterior (agosto de 2004). Com relação a empregados sem carteira de trabalho assinada do setor privado o índice diminuiu para 15,9% da população ocupada, registrando um quadro de estabilidade com relação ao mês de agosto do mesmo ano. O índice de trabalhadores denominados por conta própria é bastante significativo, 20,4% da população ocupada, registrando também crescimento, principalmente em Salvador, com relação a agosto/2004 de 6,6% e anual de 24,3%. Se somarmos o percentual de pessoas sem carteira assinada ao percentual de trabalho por conta própria, que muitas vezes estão também nesse patamar, verificamos um percentual alto referente ao mercado informal – aproximadamente 45% da população que trabalha. Segue o gráfico 3 para ilustrar essa realidade:

GRÁFICO 3 – TIPOS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO



Fonte: IBGE

A taxa de desocupação total verificada em agosto de 2004 atingiu um percentual de 11,4%, caindo em agosto de 2005 para 9,4%, apresentando uma retração de 2 pontos percentuais. Esse patamar vem se mantendo decrescente desde maio de 2004 (12%), o que pode significar um aumento nos postos de trabalho formal ou, ainda, crescimento no setor de empreendimentos e do mercado informal. Ainda, em agosto de 2005, dos aproximadamente 35 milhões de jovens (15-24 anos) que compõem o perfil da população brasileira, a pesquisa apontou um percentual de 6,0% na faixa de idade que vai dos 15 aos 17 anos, e 14,8% de 18 a

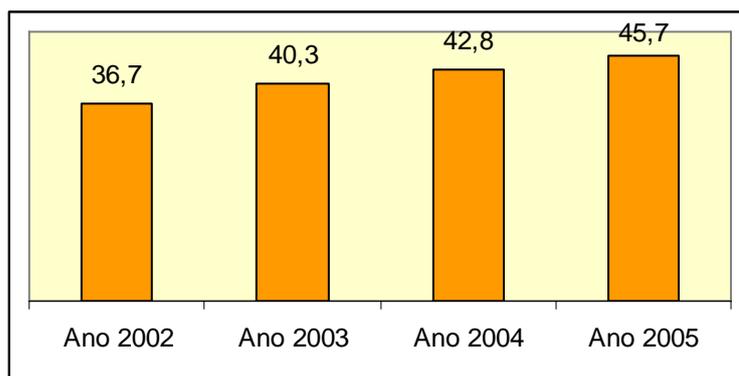
<sup>25</sup> Não incluindo trabalhador doméstico, militar, funcionário público ou estatutário e outros empregados do setor público.

24 anos, das pessoas em idade ativa (PIA). Entre aqueles que se encontram entre 18 a 24 anos, somente **18,1%** compõem a PEA o que indica uma diminuição de 0,8% em relação a setembro de 2004 (ver gráfico 1).

Com relação à desocupação que num total chegou a 2,1 milhões, segundo a faixa etária **38,3%** tinham de 18 a 24 anos, representando um índice bastante significativo. Esses dados indicam que o problema de inserção da juventude no mercado de trabalho continua crescendo, assim como de permanência no emprego, principalmente se considerarmos que esse percentual pode ser maior, visto que é obtido somente levando em consideração que o entrevistado tenha “tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa,” acrescentando a essa problemática que, dentre os desocupados, 19,5% buscavam o primeiro emprego (IBGE, 2005).

Observa-se também um crescimento estável quanto ao percentual de escolaridade entre os desocupados, entretanto ainda tímido, visto que em agosto de 2002, 36,7% tinham o ensino médio concluído, subindo para 40,3% em 2003, 42,8% em 2004 e atingindo em agosto de 2005 um percentual de 45,7%, ou seja, de 2002 a 2005, três anos, registrou-se um crescimento de, apenas, 9,0 pontos percentuais (IBGE, 2005). O gráfico abaixo ilustra esse sucessivo crescimento:

GRÁFICO 4 – ESCOLARIDADE  
ENTRE OS DESOCUPADOS – ENSINO MÉDIO



Fonte: IBGE

Segundo Mattoso (2000) é na década de 90 que vemos ocorrer no Brasil profundas transformações na lógica trabalhista, dado o desmonte da estrutura existente e o grande número de desempregados (mais de 10 milhões de brasileiros). A política de globalização da economia, do “livre” mercado e o acirramento da competitividade leva o país a uma eclosão de medidas para enxugar a máquina, aliada as privatizações, reelaboração dos setores

produtivos e seus maquinários, reajuste econômico, enfim inicia-se o plano neoliberal no mundo e os países subdesenvolvidos, ainda presos em dívidas externas, vão colher muitos problemas, gerados principalmente pelo crescimento do desemprego.

Dessa realidade vêm crescendo o mercado informal, as pequenas iniciativas de comércio, os grupos de produção, as associações, as cooperativas. O alargamento desse setor, muitas vezes informal, é estimulado, principalmente, pelo crescente desemprego, que incentiva a organização de pequenas empresas, pequenos negócios, fruto de iniciativas individuais e coletivas, de grupos populares, de ações de parcelas da sociedade civil que se agrupam para cooperar. É uma parcela da população que criativamente busca saída, principalmente para a fome e para suprir outras necessidades e que acabam, muitas vezes, nesse mercado desregulado por não conseguirem economicamente cobrir as taxas do ISS.

Essas organizações assumem vários signos, por vezes legalmente estruturados, tais como: cooperativas, associações, grupo solidário de produção, entre outros, resultando no que podemos chamar aqui numa Economia dos Setores Populares, não por possuir a complexidade de grandes sistemas econômicos, mas por, baseados na economia maior gerada pela sociedade, vivenciar e implementar núcleos de produção/consumo, entretanto, considerados diferentes, com uma lógica por vezes mais humana e “solidária”.

Segundo Singer, no Brasil, a economia solidária renasce na década de 80 e toma impulso no final dos anos 90, fruto das políticas neoliberais. Para Singer a principal contribuição da economia solidária é proporcionar experiências diferenciadas de organização econômica, a fim de propor uma sociedade mais humana através da autogestão e conseqüente, diria até, mesmo soando utópico, superação da organização desumana no capitalismo. Nas palavras do autor:

A autogestão generalizada da economia e da sociedade – que constitui a essência do programa econômico e político do socialismo – só conquistará credibilidade quando houver a prova palpável de que ela não é inferior a gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. A construção de empreendimentos solidários é o método mais racional de obter tal prova (2000, p.28).

Essa crise estrutural do trabalho assalariado não produziu somente o crescimento da pobreza e a crescente fragmentação de “meios de vida”, mas permitiu o surgimento de novas estratégias de enfrentamento destas situações, novas opções de vida econômica, de sobrevivência.

Trata-se de buscar compreender essa formação necessária não só ao contexto da reestruturação produtiva e globalização, mas a esse enfrentamento que se apresenta, muitas vezes, composto por pensamento criativo e crítico.

Frigotto, ao tentar apresentar a centralidade da categoria trabalho na modernidade começa reconhecendo que o marxismo, enquanto quadro teórico-analítico está efetivamente em crise e propõe não abandonar esta concepção epistemológica, mas “historicizar o núcleo fundamental de sua teoria” que ainda fundamenta a realidade contemporânea.

Reconhecer a crise do marxismo não significa endossar as teses de seu fim e da necessidade de substituí-lo por outros paradigmas, dentro da perspectiva Khuniana ou, mais enfaticamente, pelas teses pós-modernas ou pós-estruturalistas (muito em voga no campo educativo hoje) sobre a ciência. Ao contrário, significa reafirmar sua pertinência e necessidade histórica (2002: 26-27).

Dessa forma, ajuda nessa discussão a análise marxista acerca do sistema econômico e político estruturado em nossa sociedade, principalmente porque descreve as formas de trabalho, as relações e organizações dessas relações no processo produtivo, analisa os diversos papéis que os sujeitos assumem nesse processo. Esse diagnóstico possibilita analisar e compreender os elementos que caracterizam a economia solidária e que podem se estabelecer na sociedade como alternativa não só produtiva, mas pedagógica, nova aprendizagem a partir do trabalho. Frigotto (2002) justifica a importância dos estudos marxistas e a necessidade de historicizá-lo, destacando que mesmo nos seus primeiros trabalhos (Manifesto Comunista), Marx já anunciava pistas para a compreensão da realidade atual do capital e seus limites:

A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda parte. [...] A sociedade burguesa é muito estreita para conter as suas próprias riquezas. E como a burguesia vence estas crises? De um lado pela destruição violenta de grande quantidade das forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela intensa exploração dos antigos. Portanto, prepara crises mais extensas e mais destrutivas, diminuindo os meios de evitá-las [grifo meu] (MARX, 1848, s/p).

A crise que invade principalmente os países em desenvolvimento – o desemprego – anunciada por Marx há mais de 150 anos, e que em princípio era declarada como passageira, é compreendida não mais como um fenômeno cíclico, mas como perdas de postos de trabalho, motivadas tanto pelo crescente emprego tecnológico como pelo próprio desmonte do Estado do bem-estar social, as privatizações, acirramento da competição global e perda de capacidade financeira, ou seja, a crise é estrutural. Para Labor, “os empregos perdidos nos maus tempos

não retornariam quando os tempos melhorassem: não voltariam jamais” [...] (LABOR, 1989 apud FRIGOTTO, 2002, p.48).

Essas perdas não se reduzem aos países mais pobres, mas incide sobre todo o planeta, em grau menor naqueles mais desenvolvidos economicamente e com sérias conseqüências nos países dependentes e presos em dívidas externas que nunca conseguem ser pagas. Paul Singer descreve:

Mas no Primeiro Mundo, a globalização inverteu o sentido da evolução: o desemprego é alto e persistente, a renda se concentra, a pobreza volta a crescer depois de ter quase desaparecido, a exclusão social torna-se cada vez maior, trazendo em sua esteira a xenofobia, racismo e neofacismo. O Estado do Bem-Estar Social vai sendo corroído, através do corte do gasto social do governo, que resulta da redução ampla dos impostos diretos que recaem sobre as camadas privilegiadas. Nos EUA, o emprego diminui menos, mas perde qualidade: cada vez mais trabalhadores são privados dos direitos legais e contratuais atribuídos aos assalariados formais; na Europa o poder remanescente dos sindicatos e partidos trabalhistas, social-democratas ou socialistas preserva a qualidade do emprego em maior grau, mas em compensação o grande capital investe menos e o desemprego é mais alto (SINGER, 1996, apud FRIGOTTO, 2000, p.43).

Constrói-se a idéia de que a educação é a nova vilã, pois é nela que vai cair boa parte das explicações para esta onda de desemprego, portanto, o discurso ideológico acentua: o mundo do trabalho mudou, é preciso mudar o trabalhador, é preciso ajustar, é preciso capacitar para as novas tecnologias. Entretanto, apesar de entender que a realidade exige que o trabalhador saiba lidar com essas mudanças, portanto precisa acrescentar novos aprendizados, o lema da ‘empregabilidade’ e todos os esforços até então empreendidos nessa direção não surtiram o efeito esperado. Os postos de trabalhos continuam escassos! A preparação leva ao *roll* dos capacitados para competir, mais e mais, numa competição desumana e desigual, como desigual é a sociedade capitalista e sua organização.

Para Acácia Kuenzer<sup>26</sup> (2003) a escola e outras instituições educacionais anteriormente formavam para um modelo de produção fragmentado e parcelar, portanto preparavam para “desempenhar tarefas parciais bem definidas, sobre um conceito de qualificação que combinava habilidades psicofísicas a dimensões comportamentais, obtidas através da conjugação entre treinamento, experiência e alguma escolaridade, muitas vezes dispensável”.

Nesse novo quadro o trabalhador precisa atuar num modelo flexível, instável, muito mais exigente quanto aos conhecimentos mais gerais que envolvam um potencial para a liderança, a autonomia e, principalmente a busca por novas manobras de lucro, novas idéias

---

<sup>26</sup> Texto apresentado e obtido no CD- Room do 55ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica – SBPC/ Recife – Pe; julho de 2003.

que revigorem sempre o potencial competitivo da empresa. As exigências das atividades que irá desenvolver deverão impulsionar, também, processos de “reciclagem” permanente e, sobretudo, um nível intelectual mais alto e flexível em face de um mercado tecnológico em constante mudança. O poder da tecnologia irá limitar a participação do homem na empresa no que diz respeito ao seu papel na produção direta (trabalho manual) e, portanto, contribuirá para gerar desemprego.

Esse outro tipo de formação se fundamenta em três eixos: “combinação de conhecimentos, experiências e comportamentos [...] e exigirá o enfrentamento permanente de situações novas [...] exige não mais apenas o bom senso e a experiência, mas também conhecimentos básicos, específicos e sócio-históricos e que se desenvolvam ao longo da vida.” [grifos meus] (KUENZER, 2003, s/p). A instrumentalização do trabalho pedagógico e sua subserviência às necessidades econômicas só contribui para limitar o campo de luta do trabalhador porque propõe sua adaptação a uma realidade de exploração e não de reordenamento social, necessário às ações plenas de cidadania.

Contudo, toda essa perspectiva que surge com as políticas neoliberais e que aproximam ainda mais trabalho e educação, aplicando a esta última boa parte da responsabilidade pela crise no mundo do trabalho em vista do estigma da empregabilidade não evidencia o real problema. O desemprego se faz principalmente pela redução de postos de trabalho, portanto, formação alguma seria garantia de emprego se não existe emprego. Frigotto vai além explicando as relações capitalistas atuais sob essa nova máscara ideológica:

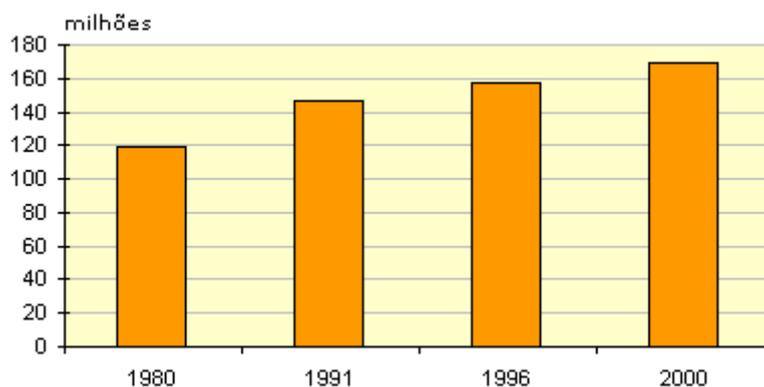
O tecido histórico sobre o qual nos movemos, ao contrário da aparente vidência e clareza, é opaco, reificado e fetichizado. Novos personagens e novas máscaras movem-se nas relações sociais capitalistas, de sorte que a violência do capital e das relações de classe obscurecem, cada vez mais, seu fundamento. A idéia de revolução tecnológica, como bem mostrou Willians (1980) e os conceitos de sociedade do conhecimento (não mais sociedade de classe), formação de competências, formação polivalente e flexível, qualidade total e empregabilidade, em planos diversos, prestam-se para ampliar a fetichização [...] é igualmente uma desonestidade, atribuir-se à educação básica, formação técnico-profissional a aos processos de qualificação e requalificação orientados pelo Banco Mundial, um peso unilateral da inserção de nossa sociedade no processo de globalização e reestruturação produtiva e, sobretudo, como tábua de salvação para os que ‘correm risco de desemprego’ ou para os desempregados [grifo meu] (FRIGOTTO, 2000, p.47-48).

As discussões acerca das problemáticas que cercam a juventude, sobretudo em sua relação com o mundo do trabalho levam, sem dúvida, a discussões referentes à educação que é oferecida às classes populares, destacando o potencial da educação formal, mas também deve incidir sobre outros espaços educacionais em que participam, espaços construídos em

seu cotidiano, nas comunidades, espaços que refletem a luta por trabalho, por mudanças na realidade de exclusão de cada um, não revigorando a doce ilusão de que do lado de fora da instituição, quando sair com o canudo nas mãos terá aberto portas para o emprego, mas movendo-se no sentido de uma formação mais completa e necessária ao entrave cotidiano, na luta por uma sociedade diferente, mais humana e realmente solidária.

O desenho da realidade social que se forma no mundo e, particularmente no Brasil, para a juventude brasileira não se traduz de modo otimista, principalmente no que se refere às oportunidades de emprego. O Brasil é um país de população jovem segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra em domicílios – PNAD de 1999, revelando que 47% da população brasileira tinha até 24 anos. O Censo do IBGE, datado de 2000, apresenta um crescimento populacional significativo no tocante ao período que vai de 1980 aos anos 2000. Os dados revelam que em 1980 a população brasileira chegava a 119.002.706 habitantes, estando em 2000 num patamar bem maior, com cerca de 169.872.856 habitantes. O gráfico abaixo ilustra melhor este crescimento:

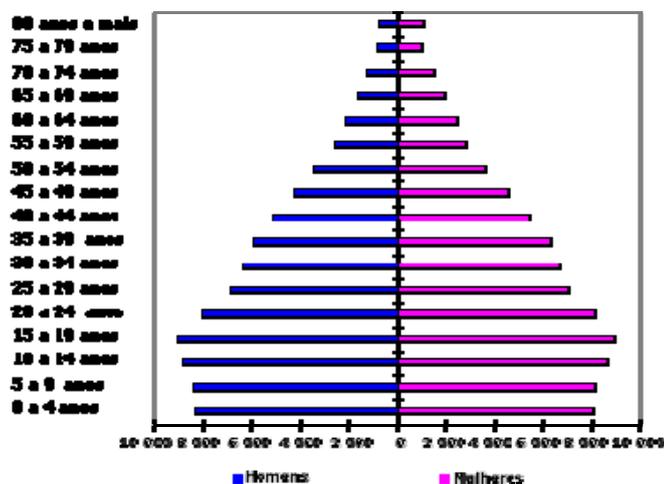
**GRÁFICO 5: População Total – 1980 – 2000**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais. Censo Demográfico 2000.

Com relação à amostra da população segundo a faixa etária temos cerca de 34.092.224 jovens, numa faixa que vai de 15 a 24 anos no ano de 2000. O percentual de jovens (15-24 anos) no país representa aproximadamente 20,07% da população total, como desenha a pirâmide a seguir (GRÁFICO 6):

GRÁFICO 6: Pirâmide Etária Absoluta - 2000



FONTE - IBGE, Indicadores Sociais. Censo Demográfico 2000.

Os dados de projeção para o mundo de trabalho juvenil apresentados pela OIT revelam que em 2015, 660 milhões de jovens espalhados pelo mundo, estarão trabalhando ou procurando emprego, representando um crescimento de 7,5% em relação ao ano de 2003. Esses dados apresentam novo desafio para o mundo do trabalho, propondo medidas de crescimento também na oferta de postos para responder a oferta de mão-de-obra.

Portanto, num país de dimensões tão jovens como o Brasil preocupa o percentual de investimento em educação e em políticas públicas ligadas a essa categoria social – a juventude. Que tipo de educação formal está sendo designada às classes pobres de nossa população e em que direção às atuações políticas e sociais vêm apontando quando se referem a implementação de espaços para o jovem na sociedade, dado seu direito ao exercício da cidadania (formação e crescimento profissional, saúde, educação, entre outros).

Segundo dados do mesmo censo apontado acima (IBGE-2000), a situação educacional de nossos jovens situa-se num panorama problemático. No ano do referido censo, dos quase 35 milhões de jovens na faixa de idade entre 15-24 anos, apenas 46,8% (15.971,815 jovens) freqüentavam a escola e deste, aproximadamente 7 milhões, apresentavam escolaridade muito baixa, estando entre a alfabetização e o ensino fundamental. Somente cerca de 1 milhão e 800 mil jovens apresentaram freqüência em nível superior. A tabela<sup>27</sup> abaixo retrata a situação de escolaridade da juventude brasileira (TABELA 1):

<sup>27</sup> O quadro acima foi extraído do artigo “Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas”, de autoria de Gaudêncio Frigotto.

**TABELA 1 - Jovens que freqüentam a escola por nível de ensino e grupo de idade**

Nível de ensino	Grupo de idade		
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	15 a 24 anos
Alfabetização	49.750	50.026	99.776
Ensino fundamental	5.703.500	1.101.984	6.805.484
Ensino médio	5.465.331	1.477.757	6.943.088
Pré-vestibular	209.863	154.325	364.188
Superior graduação	467.953	1.274.648	1.742.601
Mestrado/doutorado	-	16.678	16.678
<b>Total</b>	<b>11.896.397</b>	<b>4.075.418</b>	<b>15.971.815</b>

Fonte: Elaborado por Jailson Alves dos Santos a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE.

Os dados apresentados na tabela acima propõem um diagnóstico pouco otimista para a juventude brasileira, aliados as críticas que são estabelecidas ao ensino público e às dificuldades que a maioria da população pobre tem de ingressar na universidade, dificuldades estas atribuídas seja ao rigoroso funil do vestibular ou mesmo à falta de recursos para se custear um curso em instituições privadas. Além disso, o simples acesso à escola, o que é o mínimo que se espera, não é garantia de uma formação de boa qualidade.

Alguns aspectos são discutidos por muitos estudiosos da educação e que representam ponto importante nessa discussão. O primeiro refere-se ao dualismo na educação, assunto por demais debatido e que ainda persiste em fazer parte das análises por simplesmente fazer parte da realidade educacional brasileira: a escola pública brasileira remonta um tipo de ensino para as classes trabalhadoras, enquanto que as classes médias altas e abastadas de nossa sociedade participam de uma escolaridade provinda de instituições privadas, muito mais fomentadas estruturalmente, tecnologicamente e, por vezes, muito mais avaliadas e cobradas pelos atores que dela participam.

Entre alguns estudiosos progressistas da educação vem sendo construída uma linha de pensamento que desqualifica a educação privada, remetendo-a a um patamar extremamente conteudista e, portanto, preparatório para o vestibular, direcionando descrédito ao seu potencial formativo. De fato, os estabelecimentos educacionais privados constroem sua linha de projeção competitiva dado aos próprios parâmetros de mensuração qualitativa legitimados por nossa sociedade, que tem como avaliação principal a aprovação no vestibular. A formação que procuram desenvolver trazem como fundamento central a absorção por parte do educando de todo conteúdo necessário ao exame vestibular, seu objetivo maior, fica claro, é a aprovação

que garante o ingresso em cursos superiores. Entretanto, essa aprovação no vestibular é que vai garantir a vaga na universidade, permitindo maiores possibilidades de inclusão social.

Um segundo aspecto refere-se à extensão dessa dualidade ao ensino superior com a regulamentação do curso superior profissionalizante (cursos seqüenciais) que caminha paralelamente ao superior acadêmico. É possível, ainda, observar em princípio a regulamentação do Normal Superior que firma a formação para o magistério nos cursos normais atribuindo-lhe o caráter de 3º grau profissional, o que já é um primeiro passo para a organização de outros cursos nesta mesma linha. Assim, institui-se um patamar diferenciado, propondo cursos menos dispendiosos de formação superior para aqueles que não conseguem suplantar o velho funil de ingresso na universidade (que apresenta maior concorrência) e, ainda, estão interessados em passar o mínimo de tempo possível nos bancos das universidades porque necessitam trabalhar.

Ainda analisando a formação básica, muitos estudos têm identificado à rede pública de ensino formação de segunda ordem atribuindo a esse setor uma estrutura de desmonte aliados a atitudes de assistencialismo como alguns programas estatais e privados: “bolsa escola”, “amigo da escola”, por exemplo, que mesmo trazendo como positividade o estímulo a participação da comunidade na escola não ataca de fato as causas da problemática. Essa identidade filantrópica é representada também pelas ações políticas de facilidades de ingresso na universidade mediante as cotas destinadas às parcelas excluídas como: estudantes da escola pública e os negros. As cotas nas vagas sinalizam para um alargamento de oportunidades das classes desfavorecidas, vinculadas a sua formação, entretanto, não atacam de fato o problema da dualidade no ensino e da defasagem na qualidade do ensino público.

A preocupação com a juventude brasileira e sua inclusão social, implica na luta pelo direito desses jovens a cidadania, pois cada vez mais se observa ampliarem-se os entraves no espaço de atuação social que são propostos a esse segmento. Em décadas atrás a juventude brasileira das camadas populares não encontrava tantas dificuldades de inserção no mercado de trabalho como hoje se observa, tampouco participava de uma formação tão fragmentada e tão dissociada daquela que é ofertada às classes favorecidas como hoje.

Essa estimativa de crescimento do desemprego é um fator diretamente ligado às políticas econômicas globais, portanto, apresenta-se como uma problemática mundial. A OIT ao avaliar as condições de emprego entre os jovens de todo o globo apresentou níveis recordes de desemprego nos últimos anos como na Europa, por exemplo, há mais de dois jovens desempregados para cada adulto com emprego. Revelou ainda que aproximadamente 238

milhões de jovens vivem com menos de um dólar por dia e a maioria deles trabalham no setor não estruturado, não podendo dar-se ao luxo de não trabalhar devido sua situação de pobreza.

A essa situação com certeza está atrelada a realidade educacional, ou como esfera de formação para a disputa pelos cargos que existem, ou ainda por seu compromisso político com as classes populares de prepará-los para interpretar melhor sua realidade, estabelecendo com seu cotidiano um diálogo e, portanto, capaz de atuar com consciência crítica para modificá-lo. Para tanto, persiste a necessidade de melhorar esse espaço, valorizar seu potencial contra-hegemônico que deve estar presente na qualidade e no conteúdo do ensino que oferece.

As escolas públicas, em sua maioria, refletem uma realidade de violência, de descaso político presente na estrutura física e material, na retração salarial e na dificuldade de manter um desenvolvimento tecnológico que é necessário dado ao crescente movimento de mudanças que surgem nessa área. Um exemplo disso está na tentativa de informatizar as escolas públicas, que em princípio sinalizou para a inclusão digital, mas, em muitas escolas as dificuldades de renovação das máquinas e de interligação na rede tornaram esses instrumentos limitados a substituírem a antiga máquina de escrever, com um sério agravante dado a falta de orçamento para proporcionar sua manutenção. Em muitas outras escolas o computador nem sequer chegou, como reclama um jovem entrevistado: “o colégio não tem um computador [...] a gente não tem oportunidade de fazer um curso de informática pra melhorar a escola, usar a *internet* [...]” (jovens das associações).

Não raro escutam-se comentários de professores sobre casos de alunos que ingressaram no Ensino Médio sem dominar de fato a leitura e a escrita, ou mesmo as quatro operações o que representa um déficit de aprendizado significativo. Segundo dados da pesquisa<sup>28</sup> feita pela Unesco e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, onde foram testados estudantes de 41 países, na faixa de 15 anos, de escolas públicas e particulares, com relação à leitura, Ciências e Matemática, o Brasil apresentou resultados preocupantes: com relação à leitura ficou em 37º lugar, principalmente porque os jovens não conseguiam interpretar o que liam. Nas provas de Ciências e Matemática o resultado foi ainda pior, ficando em 40º lugar.

No entanto, o objetivo aqui não é desqualificar a escola pública, pelo contrário, a pretensão é cada vez mais valorizar esse espaço como caminho de luta social, como espaço para as camadas populares desenvolverem potencial necessário para lutarem pela

---

<sup>28</sup> Matéria apresentada no Fantástico em 07 de julho de 2003. Obtida no site: [www.globo.com/fantastico](http://www.globo.com/fantastico). Acesso em 30 de setembro de 2005.

transformação dessa realidade de exclusão e isso implica lutar por melhores condições de educação, por uma escola pública que desenvolva um aprendizado de qualidade abrindo portas e não contribuindo para fechá-las.

Ao falar da juventude e das condições de emprego para esse segmento não poderia deixar de destacar um ponto que parece ser alvo de discussões quando se aborda esse tema: a problemática do primeiro emprego. Os jovens, muitas vezes não possuem *currículum vitae* adequado às exigências do mercado. Primeiro, porque ao concluir o Ensino Médio, ainda não possuem formação profissional definida e, portanto, ou vão batalhar por um curso na universidade que, às vezes, conseguem dividir com subempregos, bicos, ou procuram trabalhar, na maioria das vezes, nas áreas comerciais, principalmente nos centros urbanos. A falta de experiência é um obstáculo para o jovem que se vê encurralado: não consegue emprego porque não tem experiência e não consegue experiência porque não lhe dão a primeira chance. O artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que: “Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. É preciso fazer com que isso saia do papel, independentemente do sexo, situação civil, raça, se é jovem ou adulto, se possui experiência ou não, ou mesmo da escolaridade.

A proposta de análise das oportunidades de trabalho juvenil geradas por setores de uma economia que ainda pode ser considerada embrionária no Brasil – economia solidária –, mas que indica formas diferenciadas de trabalho, de produção, de mercado, e até de vida, implica no reconhecimento do potencial dessa juventude de intervir de forma concreta em sua realidade. Mas, de que jovens estamos falando? Como são reconhecidos e compreendidos em nossa sociedade? Que representações são construídas na sociedade que revele o perfil da juventude?

O problema aqui discutido, portanto, passa pelo entendimento dessa categoria complexa e que está expressa na modernidade, principalmente, por sua diversidade – a juventude. A opção de deter o olhar na juventude das classes populares também é um indicativo importante nesse estudo, visto que, não há uma única juventude, uniforme, linear, mas juventudes, repletas de significados particulares advindos de sua condição social, regional, cultural, dentre outros fatores.

A construção cultural de juventude apresentada pela sociedade contemporânea teima em representá-la como unidade apenas, “unidade do diverso econômico, cultural, étnico, religioso, etc.” (FRIGOTTO, 2001). Entretanto, o rosto dos jovens a que me refiro tem forma definida, pelo menos no que concerne a sua situação de classe: são os filhos e filhas de trabalhadores assalariados, de artesãos, lavradores, daqueles que tentam produzir a vida por

conta própria, na maioria das vezes, de forma precária e desregulada. São estudantes da escola pública, que acreditam na educação como ferramenta que têm nas mãos para ascender socialmente... são jovens cheios de sonhos, desejos, ligados, principalmente, a melhoria das condições sociais e econômicas de sua família.

### CAPÍTULO III

---

#### **4. Um problema que se constrói com a categoria juventude: cultura juvenil, da unidade a diversidade**

O campo de estudo e investigação proposto aqui passa, também, pela compreensão da categoria juventude, portanto, é necessário considerar que os problemas que envolvem a juventude e a produção de conhecimento acerca desta categoria de análise abarcam um significativo campo de questões que me leva, principalmente, para as discussões ligadas à própria compreensão do conceito de juventude.

Ao longo da história social e cultural da qual fazemos parte muitas foram as concepções de juventude a direcionar a ação dos grupos sociais. Essas concepções parecem formar um misto de referências pautadas, seja por parâmetros etários ou desenvolvimento de autonomia, situação civil e emancipação social. Muitos estudiosos do tema apresentam crítica ao conceito de juventude construído por nossa sociedade, indicando que este está ligado, muitas vezes, ao papel de aprendiz, monitor, receptor, ou seja, os jovens são sujeitos que ainda não são capazes de direcionar sozinhos sua vida, necessitando de um adulto, pessoa mais experiente, para orientá-los. Spósito, ao analisar as formas de conceber a categoria juventude conclui que “incide sobre uma necessária subordinação dessa fase à vida adulta, referência normativa caracterizada pela estabilidade em contraste com a juventude, período da instabilidade e das crises” (1997, p.40).

Na acepção de Melucci (1997), as concepções de juventude que surgem desse parâmetro compreendem a ordem social adulta como estática, capaz de manter-se estável e segura, sem nenhum desequilíbrio. Percebe a juventude como um momento transitório, instável, como se o adulto ou toda e qualquer etapa de desenvolvimento humano não estivesse permeada de turbulências e transitoriedades. O desenvolvimento para Melucci não aparece de forma linear e gradativo, mas dialético, pautado por rupturas e reordenamentos.

Ao estudar a obra “História dos Jovens” organizada por Giovanni & Schmitt (1996), que procura ressaltar a presença desta parcela da sociedade ao longo de alguns períodos históricos que marcaram a sociedade atual, descobrimos o jovem viril e corajoso, proposta da educação grega; a juventude medieval representada mais pela posição social que pela faixa etária; o jovem alegre e fanfarrão presente na aldeia; o jovem submisso aos desejos dos pais e

ao mesmo tempo capaz de arquitetar fugas na tentativa de realizar matrimônios clandestinos e/ou seguir carreira oposta aos planos de uma família eminentemente patriarcal; visualizamos ainda o jovem operário que submisso ao mestre é explorado nas fábricas em pleno processo de desenvolvimento industrial; jovens revolucionários que revitalizam os sindicatos, protestam nas ruas e praças, erguem bandeiras e pregam idéias de liberdade, enfim, o jovem como ator social. Entretanto, em quase todas essas passagens a voz desses personagens apresenta a juventude como unidade, como uma fase, uma etapa quase sempre oposta e precedendo a do adulto.

Esses estudos tentam traçar um perfil da juventude ao longo da história de nossa sociedade, baseados nas representações sociais da juventude na Europa. Apresenta o século XIX como o século que tem medo de sua juventude, e particularmente de sua juventude operária, da qual se teme a vagabundagem, a libertinagem e o espírito contestador. Nessa mesma obra, Perrot (1996) representa a juventude do século XIX a partir de três figuras simbólicas: o aprendiz, o apache e a pequena operária de costura.

Os operários não têm acesso aos liceus e universidades, são relegados ao ensino primário, à escola básica. Ocorre um “precoce encaminhamento ao trabalho que absorve suas energias sem lhes dar os direitos dos adultos” (PERROT, 1996, p.84). A família é uma instituição que gerencia a vida dos jovens, tomando todas as decisões sobre os rumos a serem seguidos por estes. O referido autor descreve essa instituição:

Ora, ela tem sua lógica própria que não é necessariamente a dos membros que a compõem; uma lógica mais holista que individualista, que privilegia o todo sobre as partes e se aplica especialmente às mulheres e aos jovens, lógica que a classe operária em via de constituição, irá retomar. Sua identidade não se funda nem sobre o gênero, nem sobre a categoria de idade[...]. A família – e a classe – operária tem necessidade de seus jovens, mas lhes pede trabalho, obediência e, em última instância, silêncio. Eles se exprimem pouco, e, quando o fazem, sua voz é reprimida (Id.,Ibid., p.84).

Entretanto, muitas vezes, o aprendiz é o jovem que não se deixa dominar, rebelde, não aceita as amarras do trabalho operário, prefere percorrer ruas, viver “às margens da legalidade, praticando o furto ou a vigarice, sempre pronto para os tumultos, as manifestações, as desordens e as barricadas” (Id.,Ibid., p.85), ou seja, não se submete a dominação familiar e social, não assume responsabilidades.

O apache é, no início do século XX, um jovem operário (dezoito a vinte anos), que vive nas periferias urbanas, quase sempre em grupos... “tem um bairro que dá o nome a seu bando (ganguês) e uma família que ele contesta”. Esse jovem não está satisfeito com a condição de operário e rejeita o trabalho assalariado e a condição de pobreza dos pais: “a fábrica e a

pobreza são seu terror. Trazem desejos de consumo insatisfeitos – pois esses excluídos das periferias reivindicam o centro da cidade [...] sonham com passeios, amigos e amor. Gostam de dança e de mulheres [...] querem ser alguém, ver seus nomes nos jornais” (Id.,Ibid.,p.86).

As pequenas operárias de costura são associadas ao sexo, ao prazer: “são, entre delicadeza e libertinagem, antes de tudo um corpo [...] atizam os devaneios sensuais dos estudantes e dos *Barbados* [...] companheiras ideais, discretas e submissas [...]” (Id.,Ibid.,p.87). Com um toque de suposta prostituição, elas aparecem presas ao sexo, enquanto os jovens operários aparecem ligados à delinquência.

As oficinas de confecção e seus intermináveis serões, como todo lugar apenas de mulheres, excitam as imaginações: que fazem elas; que dizem, essas mulheres que têm o útero aquecido pelas máquinas de costura (segundo os médicos)? Por volta do fim do século, é fornecida a essas operárias uma dose de droga que lhes permita ‘manter-se’: as ‘morfinadas’ conhecem os países artificiais. Floristas e plumistas sugerem a carícia dos frufus; bordadeiras e rendeiras, a doçura das roupas íntimas. Ao contato da água e do linho, lavadeiras e passadeiras, tema favorito dos pintores impressionistas, ascendem o desejo. Nas ruas, seguem-se as modistas e as costureirinhas, alegres e elegantes ‘mocinhas’ (Id.,Ibid.,p.87-88).

O trabalho da jovem operária estava associado à prostituição, restando às jovens trabalhos mais ligados a realidade familiar como costura e serviços domésticos e segundo Perrot, “a juventude é vista, sobretudo, como iniciação ao trabalho e tomada de consciência. A sociabilidade juvenil mais ainda que a sexualidade é silenciada” (1996, p.90). Assim, questões relativas ao sexismo também representam o olhar sobre o jovem: “a juventude era pensada no masculino” (Id.,Ibid., p.107).

A primeira comunhão representa o começo da liberdade para os meninos, mas para as meninas uma espécie de primeiro passo para o matrimônio, ou seja, a mulher é sempre direcionada do domínio paterno para o domínio matrimonial, tendo o cônjuge como representante máximo dessa instituição e, portanto, gestor da vida de sua esposa: “para muitos garotos, a primeira comunhão é a carta de emancipação, o começo da vida de jovem [...] para as meninas o vestido branco de comungante prefigura o da noiva”. A primeira comunhão coincide com o começo da aprendizagem. É com treze anos que inicia a vida de trabalhador, pois “a infância acaba aos treze anos” (Lei de 1892). Mas ele requer proteção e controle [...] após dezoito anos o regime é dos adultos (Id.,Ibid., p.91).

Os pais controlam seu salário e não querem vê-los distante da família. A lei e o trabalho prendiam o filho menor de dezoito anos à família. A carteira de trabalho era como um passaporte interno que necessitava de um visto da prefeitura, autorizados pelos pais para que pudessem viajar.

Quanto ao serviço militar “muitos querem por um lado a dispensa por ser este longo e impopular”. Contudo, temem que essa dispensa declare sua má estatura, má saúde ou incapacidade. O serviço militar é também uma das brechas do funil de saída da juventude do regime familiar, representando, em certa medida, uma carta de alforria (Op.cit).

A família, extremamente patriarcal, regula as uniões, a reprodução, as aprendizagens, os projetos para o futuro, impondo seu propósito global às vontades particulares de seus membros, mulheres e jovens, sobretudo. A herança das famílias operárias é o ofício, ou pelo menos o emprego, única coisa que podem transmitir. Desse modo, em particular o pai, ensina seu ofício ao filho desde cedo. Esse processo de aprendizagem é doloroso, desenhado por grande número de migrações, na verdade fugas dos jovens, tanto das torturas que sofrem como aprendizes, como da coerção tão presente no seio familiar. A atratividade das grandes cidades também estimula essas migrações (Op.cit).

Alguns fatores, além das fugas, são perturbadores dessa estrutura familiar, tais como a própria complexificação da indústria, que, por privilegiar o lucro, busca trabalhadores mais independentes. São essas migrações que colaboram para a composição desse trabalhador independente, visto que estabelecem a distância do seio familiar necessária ao jovem na busca de sua emancipação.

A escola concorre com a fábrica no que se refere à infância. O papel dos parentes no aprendizado é valorizado. O filho vai aprender com um tio, primo ou até vizinho. Para esses menores as condições de vida e de trabalho são deploráveis... “mal alimentados, mal alojados...” percebe-se, muitas vezes que não há aprendizagem, pois são postos a realizar a mesma tarefa repetidas vezes. Eles fornecem uma mão-de-obra quase gratuita ou muito barata. Descrevem os autores:

Mesmo sem chegar a tanto, o aprendiz é o ‘burro de carga’ da oficina, bom para tudo e para nada, atormentado por uns e por outros, doméstico de todos, inclusive da patroa que faz dele empregado e garoto de recados. Ele limpa os instrumentos, as bancadas de trabalho, a oficina, varre, arruma; transporta caixas e pacotes, faz entregas, arrastando pesadas cargas em carrinhos de mão que no século XIX constituem o meio essencial de transporte de mercadorias. Os ‘puxadores de carrinho’ sulcam as ruas da capital, aproveitando para andar à toa, para ‘sumir’ [...] ser aprendiz, apesar de tudo, representa uma seleção, que pressupõe uma família atenta e um mínimo de instrução (PERROT,1996, p.106).

A luta, na época, do movimento operário incluía a educação pública e gratuita, reivindicações de “escolas públicas profissionalizantes com um ensino integral que não sacrifique nem a cultura geral que faz um cidadão, nem os saberes profissionais que

constroem o bom operário completo; um ensino que jamais dissocie a teoria e a prática.” (Id.,Ibid., p.107).

O trabalho é, de fato, o limiar entre infância, juventude e o conhecimento, a posse de determinado saber é que legitima a hierarquia nas oficinas e fábricas. O jovem aprendiz sofre muitas sujeições e não é só a idade, mas a falta de experiência e de conhecimento específico que são determinantes: “a fábrica torna-se o trabalho forçado. Eles a detestam [...] os jovens se revoltam, promovem ações coletivas [...] por isso, assim que podem [...] os jovens procuram partir [...]”. Os *Tours de France*, como eram designadas essas viagens, fugas à França, tinham também aspecto de aprendizagem. Suas funções eram múltiplas: “iniciação ao ofício, à sociabilidade, ao amor e à política. Tempo de ruptura, de descoberta, de escolha pessoal, de encontros e de inserção na vida pública, em que as cidades justamente desempenham um papel preponderante” (Id.,Ibid., p.107).

Esse esquema representativo da juventude operária retrata alguns paradigmas conceituais que são usados como referência nas representações modernas do que é ser jovem. Primeiro, indicado pela forte noção de transição, de fase; segundo, proposto pela visão de molde, de aprendiz, ou seja, ser jovem é ser aprendiz, o que deslegitima os saberes e a capacidade desses sujeitos de criarem, sem, no entanto, estarem vinculados ao mestre. Outro ponto significativo está nos indicadores entre as fases: primeiro, o trabalho como o limite da infância e o ingresso na vida jovem; segundo, o casamento como ponto final da vida jovem e início da fase adulta.

Esses indicadores permitem lançar mão da idéia de que ao longo da história da sociedade ocidental, a juventude, proposta na maioria das vezes pela cultura dominante é construída por acirradas lutas entre pólos divergentes, ou seja, no âmbito da economia política entre proprietários e trabalhadores, no âmbito familiar entre pais e filhos. A visão do jovem ou sua representação é propriedade de uma cultura que domina e que comporta interesses de hegemonia de uma economia desigual. Parcela dessa figura desenhada de juventude é construída nos entraves próprios da luta contra-hegemônica: ser jovem também é ser contestador, crítico, rebelde, entre outros adjetivos.

Na modernidade ainda enfatiza-se a imagem e a visão de juventude a partir da faixa etária, que é construída e representada pela corrente geracional e que se refere a esta perspectiva da passagem, do momento etário, extensão da infância e ingresso no mundo adulto, portanto indica o jovem como problema social, pois essa ruptura com a infância e ingresso na maturidade, segundo a perspectiva geracional é marcada por crises de identidade, por mudanças nada agradáveis do corpo, por novas responsabilidades e, portanto, novos

papéis. Segundo Abramo (1997), esta corrente é influenciada pela sociologia funcionalista que propõe uma sociedade funcional, perfeitamente articulada como os encaixes de um grande relógio, portanto a juventude fora dos eixos de articulação, “juventude-problema” representaria a disfunção na organização social.



FOTOGRAFIA 9 – Moradia e condição social de parcela da Juventude investigada

Uma outra perspectiva teórica que aborda a categoria juventude, segundo Pais (1996) é a corrente classista que leva em consideração, principalmente, a situação social onde o jovem está inserido, como mecanismo de constituição da identidade juvenil. Ao contrário da corrente geracional que compreende a juventude como unidade essa vertente teórica a identifica como diversidade.

Segundo Machado Pais:

Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil “unitária”. No entanto, questão que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também – e principalmente – as diferenças sociais que entre eles existem (1996, p. 22).

Machado Pais identifica a categoria juventude como cultura juvenil, indicando que o jovem se diz como agente social, como sujeito criador, portanto como diversidade e como unidade: “todo jovem não é igual, pode-se tirar daqui, aqui tem jovem que não fala, outros que falam mais. É mais ágil nas coisas que faz [...] mais fácil chegar pra conversar com uma pessoa, aliás, alguns jovens, porque tem outros [...]. Outros complementam: “não! Os jovens não são iguais (coro) [...] O pensamento é diferente, o modo de agir [...]” (jovens das associações<sup>29</sup>).

O autor ainda aponta para diversos modos de existência juvenil, com rupturas e percursos também diversos, portanto, não como único modelo de transição para a vida adulta, mas como várias formas de ser jovem, assim como acontece em várias outras etapas da vida, várias formas de ser adulto, ou idoso. A unidade que delinea o que há em comum; a diversidade que caracteriza cada grupo, cada sujeito no que há de diferente. Assim, Machado Pais conclui apresentando indicadores relevantes ao estudo dessa categoria:

Mas desde já levanto o véu de uma das principais conclusões deste estudo e que aponta para o fato de os modos de existência juvenil serem caracterizados por uma série de rupturas e percursos bastante diferentes uns dos outros. Partindo, pois, da hipótese de que não há uma forma de transição para a vida adulta: haverá várias, como várias são as formas de ser jovem (...) ou de ser adulto (Id.,Ibid., p. 35).

Para Groppo, definir a categoria juventude sociologicamente é levar em consideração as diversas representações que a sociedade cria em torno do termo juventude e indica que ultrapassa a noção de faixa etária ou transitoriedade percorrendo um caminho mais complexo relativo à própria realidade social, caracterizando-se em uma categoria social...

Podemos definir a juventude como uma categoria social. Tal definição faz da juventude algo mais do que uma faixa etária ou ‘uma classe de idade’, no sentido de limites etários restritos – 13 a 20 anos, 17 a 25 anos, 15 a 21 anos etc. Também, não faz da juventude um grupo coeso ou uma classe de fato, aquilo que Mannheim chama de grupo social concreto<sup>30</sup> (GROPPO, 2000, p. 7).

Considerando que a noção de representação social é flexível historicamente e é reflexo de filosofias presentes na realidade concreta, a juventude toma forma não de uma, mas de várias juventudes em determinado espaço ou situação sócio-cultural. Passa a ser uma criação

<sup>29</sup> Jovens, no plural, porque o depoimento é fruto do grupo de discussão com os jovens das três associações: Associação de Rendeiras do Morro da Mariana, Associação Trançados da Ilha e Associação de Artesãos São Vicente de Paulo. As falas foram sistematizadas uma após a outra e representam uma idéia consensual.

<sup>30</sup> MANNHEIM, Karl. “O problema sociológico das gerações”. In Marialice M. Foracchi (org.). Mannheim, Col. Grandes Cientistas Sociais- 25, São Paulo, Ática, 1982, pp.67-95.

simbólica construída pela sociedade, inclusive pelos próprios jovens. Tal criação não permanece ao nível só do simbolismo, mas é construída também concretamente em meio a relações sociais. Groppo utiliza explicações de Mannheim (1982) que define tais representações como significados de uma série de comportamentos e atitudes a ela (juventude) atribuídos: daí o jovem da periferia, *fankeiro*, drogado, *playboy*, filho de papai, jovem rebelde sem causa, jovem alienado e muitas outras definições. “Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas” (Id.,Ibid., p.8).

Groppo ainda qualifica o entendimento da categoria juventude como espelho para se compreender a própria sociedade moderna, assim como considera este segmento importante também na própria transformação social, reconhece que esta parcela não atua na sociedade apenas como aprendiz ou como indivíduo que vive os conflitos de uma transição, mas como sujeito que atua socialmente e que, portanto, participa da “formação e funcionamento da própria sociedade”.

[...] acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da própria modernidade em diversos aspectos, como a arte-cultura, o lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, a política não-institucional, etc. (Id.,Ibid., p.12).

Propõe, mesmo fazendo uma análise para além da questão etária, que essa categoria – faixa etária – construída socialmente, precisa ser considerada nessa discussão, principalmente por ser valiosa na criação das instituições sociais como a escola, o Estado, o mundo do trabalho e do direito. “A criação das instituições modernas do século XIX e XX – como a escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho industrial, etc. – também se baseou no reconhecimento das faixas etárias e na institucionalização do curso da vida.” (Id.,Ibid., p.12).

Entretanto, não será discutindo juventude somente a partir de faixas de idade ou de aspectos presentes na psicologia, relativas às mudanças na personalidade ou no comportamento que podemos ampliar nosso olhar sobre esta categoria que não compreende só unidade, mas pluralidade como adverte Rezende<sup>31</sup>, não há uma única juventude, mas juventudes, discutida a partir de raça, de gênero, de classe social, de regionalidade, enfim discutida a partir de outras juventudes... “Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o

<sup>31</sup> Cláudia Barcelos Rezende. “Identidade. O que é ser jovem?”, Revista Tempo e Presença, n. 240, CEDI, 1989, pp. 4-5. “Sugere o uso sociológico no plural do termo juventude, para que possamos dar conta da diversidade na vivência desta fase de transição à maturidade, ou de socialização secundária, denominada ‘juventude’.” (apud Groppo, 2000: 15)

que é ‘ser jovem’, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes.” (1989, apud GROPPPO, 2000, p.15).

A modernidade parece ser reconhecida na cultura juvenil, no modo de ser jovem, de viver como jovem, de construir sua sociabilidade, porém o inverso parece também ser verdadeiro, ou seja, não só o jovem é construído historicamente pela própria modernidade, mas incide sobre esta transformando-a, reelaborando-a. Os jovens descrevem o jeito de ser dos jovens modernos: “acho que eles querem ser diferentes dos outros, passando uma imagem diferente pras outras pessoas, se vestindo de forma diferente, botando *pirces*, acho que é querendo chamar a atenção [...] querendo mudar algo” (jovens das associações).

Gropppo utiliza a análise de Mannheim para definir esta força transformadora tão pouco reconhecida pela sociedade e que pertence ao jovem:

A juventude e as novas gerações aparecem em Mannheim<sup>32</sup> como forças transformadoras da modernidade, elementos dinâmicos de um tempo em constante mudança, independentemente do sentido ‘progressista’ ou ‘conservador’ de sua atuação. Para Mannheim, enquanto as sociedades tradicionais depositam o prestígio e o poder nos mais velhos, além de relutarem ‘em encorajar novas forças latentes nos jovens’, as sociedades dinâmicas, como as modernas, ‘contarão principalmente com a cooperação da juventude’ quando quiserem mudar sua filosofia social ou política. Em Mannheim, a juventude é reconhecida como ‘agente revitalizador’ da modernidade (Id.,Ibid., p.25).

Abramo (1992), ao trabalhar com a concepção de juventude procura enfocá-la a partir de alguns pressupostos, como a noção de transitoriedade, na qual a juventude aparece como uma espécie de estágio que “antecede a vida social plena”, ou seja, ser jovem é ainda lutar por esse espaço social, pelo direito a construção de uma vida econômica estável, que lhe permita suprir necessidades prementes ao ser humano; a noção de projeto, onde os sonhos, os desejos aparecem como metas para um futuro que ainda é longo e inusitado, ser jovem aqui é preparar-se para a vida adulta, projetando-se; ainda a noção de ruptura, que é mais comum, que indica a juventude como um processo difícil, de rompimento com a infância, rompimento de conceitos, de espaços, de significados. Ora, o jovem passa a ser encarado vestindo um novo papel que não aquele que até então vinha sendo reiterado em seu cotidiano, portanto, fase de crise, de ruptura. O discurso da juventude revela essa representação: [...] “é a fase que ele deixa de ser criança, está passando [...] então é a fase que ele tem que memorizar mais e

---

<sup>32</sup> Karl Mannheim. “Funções das gerações novas”, in Luiz Pereira e Marialice M. Foracchi (orgs.). Educação e Sociedade. Leituras de sociologia da educação, 1978, pp.91-100.

pensar no que ele está fazendo [...]” ou ainda: “é a melhor fase [...] tem que aproveitar, curtir bastante a vida, não se amarrar a ninguém tão cedo [...]” (jovens das associações).

Partindo dessa visão de juventude composta por determinações diversas e por delineamentos uniformes podemos compreender os jovens como sujeitos sociais, historicamente marcados pela construção de um “chão de experiências”, pela realidade social da qual fazem parte, principal agente construtor de sua identidade, portanto como leitores sociais diversos. Encontramos dimensões que lhes representam como unidade, as necessidades, por exemplo, busca do primeiro emprego, concretização da escolaridade básica, aspectos ligados à afetividade e a auto-afirmação, entre outros. E, ainda, o que os identifica como diferentes: os sonhos, a formação, o aprendizado social, etc.. Assim, o que significa para o jovem trabalhar? Como o trabalho pode se tornar mediador na proximidade desse jovem com a sociedade? Como o jovem vem se movendo na busca pelo trabalho? Ainda, que significado tem o trabalho nos grupos de produção para o jovem, visto observarmos certo investimento governamental e não-governamental no desenvolvimento deste tipo de economia? Como estes grupos desenvolvem o trabalho coletivo e, por vezes, artesanal? Como compreendem e desenvolvem suas expectativas frente a esse campo de trabalho?



FOTOGRAFIA 10 – Jovem artesã Trançando  
a Palha de Carnaúba

#### **4.1 Dados de aproximação – perfil dos jovens**

Nesse recorte proponho trabalhar com alguns aspectos acerca dos jovens que participaram da pesquisa e que foram obtidos mediante a aplicação de questionário elaborado a partir de questões abertas. Esse instrumento foi aplicado no início de minha aproximação e tinha como objetivo o reconhecimento de aspectos ligados à idade, escolaridade, estado civil, experiências de trabalho, proximidade com a comunidade, entre outras questões.

Cabe enfatizar que foram aplicados questionários com 50 jovens das três experiências e destes somente 35 estavam completos, ou seja, algumas questões foram deixadas de lado, principalmente àquelas que solicitavam expressão escrita, como descrição da comunidade ou bairro. O questionário foi construído a partir dos seguintes aspectos: identificação; formação; participação na associação; experiência profissional; expectativas; e a comunidade. Os resultados obtidos descrevem aspectos importantes na compreensão dos jovens participantes desse estudo:

##### **- Identificação:**

Nessa questão as informações estão relacionadas ao nome, sexo, idade, estado civil, maternidade/paternidade, número de pessoas na família e número de pessoas da família que trabalham.

Os resultados apontam que, dentre os 50 participantes, 90% são do sexo feminino e 10% do sexo masculino, destes nenhum jovem vivencia ou vivenciou a experiência da maternidade/paternidade. Todos declaram o estado civil como solteiro. A idade desses jovens está entre 14 e 20 anos, assim distribuídos: 20% estão com 14 anos de idade; 11% com 15 anos; 24% com 16 anos; 23% com 18 anos e 22% com 20 anos.

Quando apresentam o número de pessoas na família que moram na mesma casa os números caminham entre 3 a 9 pessoas, com uma média de 5 pessoas por família apresentando em média 1 pessoa que trabalha por família. Cerca de 20% dos participantes declararam que ninguém trabalha na família.

**- Formação:**

Quanto à formação 90% dos participantes disseram estar estudando no momento e 10% afirmaram ter concluído o Ensino Médio. Destes que estão estudando, 33% estão cursando o Ensino Fundamental e 57% o Ensino Médio. Quanto a algum tipo de curso técnico somente 34% declararam nunca ter participado de nenhum curso, enquanto que 56% afirmaram já ter participado de cursos ministrados pelo SEBRAE, prefeitura ou outras instituições. Os cursos variam entre atividades artesanais, informática e outros, tais como “curso de alimentação alternativa”.

As perguntas referentes ao significado da escola foram ligadas à contribuição da escola na vida desses sujeitos; aspectos positivos e negativos da escola; ainda, a importância e interesse pelo ingresso no nível superior. Todos expressaram de forma positiva a contribuição da escolarização, referindo-se, principalmente, a preparação para o trabalho, identificando a escola como importante para sua inserção no mercado. Ao apresentar os pontos positivos e negativos da escola a maioria dos depoimentos identificou como positividade a aprendizagem, as possibilidades de socialização, o encontro, a convivência; e como negatividade surgiram declarações referentes à falta de compromisso de alguns professores, as limitações referentes à estrutura física e, principalmente à necessidade de abertura para a informática.

Todos os jovens que responderam o questionário apresentaram necessidade e vontade de ingressar na Universidade.

**- A associação:**

As perguntas elaboradas acerca da participação na associação estavam mais ligadas ao ingresso no grupo, às justificativas para essa participação, como avalia o trabalho desenvolvido pelo grupo e se diferencia o trabalho na associação de outros tipos de trabalho.

A maioria dos depoimentos acerca do ingresso na associação identificou a família como ponte de aproximação: “quando eu nasci a associação já era formada, com o tempo minha avó e minha mãe começaram a me levar para lá”, ou ainda, “conheci a associação através da minha mãe, ela trabalha na casa da rendeira e me levou lá para conhecer” (jovens das associações 2 e 1, respectivamente).

Entretanto, mesmo de forma reduzida alguns jovens declaram que entraram na associação através de amigos que já participavam e também através de cursos organizados

pela associação ou pelo SEBRAE: “conheci através de amigos que também trabalhavam com o artesanato”, ainda, “através de um curso que o SEBRAE realizou de renda” (jovens da associação 3 e 1, respectivamente).

Quanto às justificativas para o ingresso nos grupos os jovens apresentam discursos variados, mas que têm como referência, principalmente, as necessidades financeiras, a amizade construída nos grupos e o prazer de fazer artesanato. Destaco os seguintes depoimentos: “é importante trabalhar principalmente porque posso ajudar na renda de casa” (jovem da associação 2); “porque depois do curso de renda eu vim saber que com renda se ganha muito dinheiro” (jovem da associação 1); “porque eu achava interessante aquelas mulheres trabalhando com um monte de pauzinhos e aí eu quis aprender, é muito gostoso fazer renda” (jovem da associação 1); “primeiro porque gosto de fazer artesanato, é uma ótima forma de ganhar dinheiro e por causa das pessoas que também fazem parte da associação, são legais (jovem da associação 3).

Ao falar o que mudaria na associação e o que não mudaria enfatizam, principalmente, a necessidade de mudanças em aspectos ligados ao cotidiano como a limpeza, a falta de participação de alguns membros nas assembleias e cursos onde são convidados a participar e ainda, a responsabilidade com o tempo de entrega das peças que, segundo alguns jovens, é preciso ter mais cuidado com os prazos.

Os aspectos que não mudariam estão relacionados ao entrosamento e a coordenação que segundo eles não deveria sair do cargo. Os depoimentos abaixo enfatizam essa noção: “não mudaria a coordenadora da associação porque não há ninguém mais indicado na associação como a atual” (jovem da associação 3); ou ainda: “a coordenadora da associação eu não mudaria, porque ela é muito legal e é uma pessoa de plena confiança das pessoas que fazem parte da associação” (jovem da associação 2). Na associação das rendeiras encontrei depoimentos semelhantes: “não mudaria a presidente, pois é uma pessoa maravilhosa e ninguém da associação quer que ela saia” (jovem da associação 1).

Ao identificar as diferenças entre o trabalho desenvolvido nas associações e outros tipos de trabalho os jovens referem-se, principalmente, a aspectos ligados ao grupo, ao prazer da produção artística, à participação e à forma de ganhos, ou seja, no emprego formal existe um salário fixo mensal, na maioria das vezes, e no artesanato a renda obtida é inconstante. Declaram: “é diferente porque é em grupo, a gente ganha pelo que produz e, também vai depender das encomendas, nos outros empregos a pessoa tem um salário fixo” (jovem da associação 1); “trabalhar com o artesanato é diferente, é uma forma de terapia, onde fazemos lindas peças que são valorizadas por muita gente e é uma forma de renda também” (jovem da

associação 3); “o salário é pouco, mas em compensação a gente nunca está desempregado, a gente é tudo amigo, não tem patrão” (jovem da associação 2).

Ao questionar acerca das contribuições desse tipo de trabalho para a vida dos jovens os depoimentos apresentaram, principalmente, a noção do trabalho coletivo e da solidariedade como forma de aprendizagem e a autonomia que surge com o trabalho. Destaquei as seguintes respostas: “acima de tudo está contribuindo para aprender a viver em grupo, onde devemos compreender e ajudar uns aos outros” (jovem da associação 3); “está contribuindo com a renda familiar” (jovem da associação 1); “aprender a trabalhar em grupo, ser solidário”; “os benefícios são muitos, porque com o dinheiro que ganho com as peças que eu faço, passo a comprar uma roupa, um calçado, etc., isso é muito gratificante para mim” (jovem da associação 3).

#### **- Experiências profissionais e expectativas:**

Todos os jovens participantes afirmam que o trabalho na associação é a primeira experiência profissional que estão tendo e, em média, participam da associação há mais de um ano. Os planos para o futuro envolvem a necessidade de alargar a formação, indicando como projeto o ingresso na universidade e ainda, a busca por uma carreira profissional. As expectativas quanto a essa carreira são variadas: “meu desejo é ter um bom emprego, construir uma família e ter uma boa casa. Gostaria de ingressar na carreira da educação” (jovem da associação 3); “eu pretendo seguir a carreira militar” (jovem da associação 2); “conseguir um bom emprego, gostaria de seguir a carreira de professora” (jovem da associação 1); “quero ser feliz, me formar e ser veterinário” (jovem da associação 3); “quero arrumar um bom emprego que eu possa mais na frente só curtir, e a carreira que eu quero seguir ainda não sei” (jovem da associação 1); “conseguir um bom emprego e conseguir me formar em enfermagem” (jovem da associação 2).

#### **- A comunidade:**

A questão referente à comunidade foi bastante aberta e possibilitou aos participantes dissertar sobre seu espaço, as pessoas que fazem o bairro, as formas de organização e os problemas que caracterizam o cotidiano dessas pessoas. Os jovens escreveram um pequeno

texto descrevendo sua realidade local, a comunidade ou bairro onde moram. Observei que os problemas foram mais enfatizados nos textos, apresentando certo abandono do poder local com relação à qualidade de vida dessa população, assim como evidenciou certa desmobilização dos moradores na luta pela melhoria da comunidade, principalmente no que tange aos problemas estruturais, tais como: segurança, iluminação, saúde, áreas de lazer. Os recortes abaixo caracterizam o olhar dessa juventude com relação à comunidade:

Meu bairro é um pouco desorganizado. As pessoas são legais. Gosta de ir até a lagoa e do campo de futebol. Não gosto de ir a baladas porque tem muita bagunça e brigas. A segurança não está presente quando acontece alguma coisa. A insegurança do bairro é grande demais (jovem da associação 3).

As pessoas que fazem minha comunidade são boas de conviver. Na minha comunidade não tem quadra esportiva e nem praça, portanto, não há locais legais pra se divertir. Com relação a organização existe uma associação de bairros, mas os responsáveis não se mobilizam para a melhoria da comunidade (jovem da associação 3).

As pessoas da minha comunidade são mais ou menos, mas algumas pessoas que tenho intimidade são legais comigo. [...] Na minha comunidade não tem área de lazer, por isso é bom estar na associação. Não costumo andar em festas, porque são locais que não são seguros. O problema é que não tem um boxe de polícia para garantir um pouco a segurança (jovem da associação 2).

É uma comunidade como qualquer outra. As pessoas que formam a minha comunidade somos nós, os artesãos, os jovens, adultos e velhos, pessoas da igreja, etc. Os problemas são a falta de médicos e um hospital especializado para o atendimento da população (jovem da associação 1).

Diante desse contexto cabe evidenciar que os dados colhidos com esse instrumento foram aprofundados nas entrevistas e que o perfil dessa juventude colabora como suporte de análise das categorias centrais que orientam esse estudo – educação e trabalho. O questionário também facilitou minha aproximação nos grupos, apoiando minha inserção com informações importantes acerca dos sujeitos e de sua realidade. As discussões desenvolvidas a partir desse instrumento foram organizadas em grupos de discussão e entrevistas individuais.

## 4.2 Situação da Juventude – a realidade na voz dos jovens

### **Não é sério (clima)**<sup>33</sup>

*Eu vejo na tv o que eles falam sobre o jovem não é sério  
O jovem no Brasil nunca é levado a sério  
Eu vejo na tv o que eles falam sobre o jovem não é sério. Não é sério.*

Sempre quis falar, nunca tive chance  
Tudo que eu queria estava fora do meu alcance  
Sim, já... já faz um tempo, mas eu gosto de lembrar.  
Cada um, cada um. Cada lugar, um lugar.  
Eu sei como é difícil. Eu sei como é difícil acreditar  
Mas essa porra um dia vai mudar  
Se não mudar pra onde vou...  
Não cansado de tentar de novo  
Eu passo a bola, eu jogo o jogo.

*Eu vejo na tv o que eles falam sobre o jovem não é sério  
O jovem no Brasil nunca é levado a sério  
Eu vejo na tv o que eles falam sobre o jovem não é sério. Não é sério.*

A polícia diz que eu já causei muito distúrbio  
O repórter quer saber porque eu me drogo  
O que é que eu uso  
Eu também senti a dor  
E disso tudo eu fiz a rima  
Agora tô por conta  
Pode crer que eu tô no clima  
Eu tô no clima, segue a rima

*Revolução na sua mente você pode, você faz.  
Quem sabe mesmo é que sabe mais  
Revolução na sua vida você pode, você faz.*

---

<sup>33</sup> CHORÃO. Não é Sério. In: CharlieBrown Jr. Nadando com os Tubarões. São Paulo: EMI MUSIC, 2000. CD.

*Quem sabe mesmo é que sabe mais*

Também sou rimador, também sou da banca.

Aperta um do forte que fica tudo a pampa.

O que eu consigo ver é só um terço do problema

É o sistema que tem que mudar

Não se pode parar de lutar, senão não muda.

A juventude tem que estar afim, tem que se unir.

O abuso do trabalho infantil, a ignorância só faz destruir a esperança.

Na tv o que eles falam sobre o jovem não é sério, não é sério.

Deixe-me viver

É o que me dói.

Os grupos de discussão que reuniram jovens das três associações foram sistematizados, no primeiro momento, tomando como pano de fundo a música “Não é Sério”, do grupo Charlie Bronw Jr.. A letra dessa música nos remete a uma reflexão sobre a juventude e o estigma de “juventude problema”, reforçado pela sociedade e vinculado, principalmente, por meio da televisão.

Segundo Abramo (1997), existem dois modos diferentes de tematização dos jovens nos meios de comunicação. O primeiro vinculado à venda de produtos, em que os temas em sua maioria permanecem na linha da cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida, esporte, lazer. O segundo modo de vinculação, geralmente contendo assunto destinado ao mundo adulto, está ligado aos problemas sociais, apresentando a juventude como representantes da violência, da rebeldia, do crime, vítimas da exploração sexual, co-participes no mundo das drogas, seja como usuário e/ou traficante, etc.

Diz o refrão: “[...] Eu vejo na tv o que eles falam sobre o jovem não é sério [...] o jovem no Brasil nunca é levado a sério”. Os jovens presentes no grupo de discussão remeteram essa perspectiva negativa da sociedade aos diversos problemas que a juventude vem enfrentando, principalmente problemas relativos ao consumo de drogas. Atribuíram essa realidade à própria conjuntura social e aos obstáculos cada vez maiores que anulam o espaço de integração desse jovem:

Geralmente a maioria dos jovens do mundo, do Brasil, são ligados só nas drogas, né [...] É, começa na juventude [...] Porque às vezes quando o jovem quer elaborar uma atividade não tem o apoio do governo, não é levado a sério! Então, eles têm que se unir pra elaborar aquela atividade [...] eles prometem muitas coisas pros jovens e não cumprem, então eles não levam o jovem a sério, porque eles não ajudam o jovem a conseguir um trabalho, ter uma

oportunidade [...] a maioria dos jovens não tem a oportunidade, nem de arrumar um trabalho, estudar, de querer ter uma ocupação pra não tá na rua, então ele vai escolher o quê? Vai escolher a rua! Por quê? Eles não encontram oportunidade [...] (jovens das associações).

Os jovens que na discussão fizeram referência à segunda estrofe apresentaram-na como uma forma de desabafo, justificando que muita gente vive tentando colocação nos postos de trabalho sem sucesso, principalmente quem é jovem que não tem experiência e, muitas vezes, ainda está estudando. A letra diz assim:

Sempre quis falar, nunca tive chance. Tudo que eu queria estava fora do meu alcance. Sim, já, já faz um tempo, mas eu gosto de lembrar... cada um, cada um; cada lugar, um lugar. Eu sei como é difícil, eu sei como é difícil acreditar, mas essa porra um dia vai mudar. Se não mudar pra onde vou? Não cansado de tentar de novo, eu passo a bola, eu jogo o jogo.

O discurso de uma jovem remete a letra à realidade da juventude e aos planos relativos à ocupação, revelando baixa expectativa quanto à inserção do jovem no mercado de trabalho:

Assim, porque quando o jovem vai procurar um trabalho o que procuram é experiência, e nunca dão a oportunidade, então como vai ter a experiência. Aí o jovem nunca vai conseguir [...] por isso diz: nunca tive chance, tudo que eu queria estava fora do meu alcance. É desestimulante jogar o jogo (jovem da Associação 3).

Ao selecionar as estrofes mais interessantes a maioria dos jovens destacou àquela que enfatiza o potencial transformador da juventude, que por meio da união com outras pessoas pode mudar sua realidade. A letra é bem clara ao destacar na própria linguagem do jovem que este tem que “estar afim”: “o que eu consigo ver é só um terço do problema. É o sistema que tem que mudar, não se pode parar de lutar, senão não muda. A juventude tem que estar afim, tem que se unir”.

Entretanto, os jovens consideram que o que está faltando na sociedade é essa união de pessoas na luta por um objetivo comum, ou seja, mudar a sociedade que está aí e que não satisfaz a maioria, mas, para esses jovens ainda “está todo mundo acomodado”, pensando cada um na sua própria vida: “Ainda está todo mundo na sua. O que eles (jovens) querem mais [...] é diversão [...] muitos deles nem pensam no trabalho, querem só diversão” (jovens das associações).

O discurso em torno do não compromisso social da juventude é encontrado permeando as “verdades” presentes no mundo adulto, ou seja, falas do tipo: “o jovem é irresponsável”, “o jovem só pensa em brincar, é imaturo”, ainda, “a juventude não liga pros problemas sociais,” são discursos que acabam formando um referencial e que passa, muitas vezes, a fazer parte dos dizeres dos próprios jovens acerca de seus pares. Aqui está presente uma contradição,

pois se por um lado a juventude é vista pelo mundo adulto como uma fase de diversão, um momento na vida que precisa ser “bem vivido” porque passa rápido, ainda, como um estágio ainda bem longe da morte, por isso uma época que precisa ser “curtida”, ser aproveitada; por outro, essa mesma fase é desenhada como cheia de problemas, principalmente porque essa visão considera “a irresponsabilidade” própria da tenra idade. Enfim, um momento de vida permeado por conflitos conceituais, cercada por expectativas e imagens diversas.

Nesse sentido, tornou-se lugar comum a crença de que o trabalho é o principal caminho de equilíbrio desse jovem na sociedade, portanto para o grupo, o trabalho parece ter muitas funções além daquela que é mais evidente, ou seja, a garantia da sobrevivência. Os discursos, sempre quando referidos ao trabalho, atribuem a este, potencial integrador, de ajuste social, de caminho para o equilíbrio dentro da sociedade. Essa noção é expressa na fala de um dos jovens ao deixar uma mensagem aos seus pares que se encontram em situação de exclusão, principalmente quando consomem drogas: “que ele vá arranjar um trabalho para tirar ele daquela vida, ele ir trabalhar [...] por que quem trabalha não vai atrás de droga [...]” (jovem da associação 2).

Ao ter experimentado um Estado de “bem-estar social” durante algumas décadas, mesmo que aqui no Brasil esse modelo de Estado não tenha se concretizado de fato, mas que se caracterizava pelo alargamento de suas funções mediante a sociedade civil, um Estado também de direitos e não só de deveres, mediador e controlador, em certa medida, dos interesses econômicos, que também se fundamentava na sociedade do trabalho e nos direitos trabalhistas, é comum atribuir ao trabalho esse potencial de salvaguarda, principalmente pela tradição que vem sendo enfatizada desde então de endereçar às políticas públicas, no caso do Brasil, para dois pólos: os pagantes – adultos trabalhadores; e não-pagantes – gestantes, crianças, jovens e portadores de necessidades especiais, entre outros.

Amélia Cohn, que faz essa reflexão, indica um elemento substancial para a discussão que aqui procuro desenvolver: “os jovens, por não se encaixarem nessas categorias e serem portadores da potencialidade de sua força de trabalho quando na idade ‘adulta’, situam-se numa categoria transitória – da infância para a maturidade [...]” (2004, p.161), estão, portanto, desvinculados das responsabilidades do Estado. Cohn esclarece essa tendência de atribuir ao trabalho um potencial mais largo do que aquele que a própria atividade propõe:

Desde a sua origem, portanto, o que funda a concepção do sistema de proteção social brasileiro é seu estreito vínculo com o mundo do trabalho, vale dizer, com aqueles segmentos sociais já inseridos na sociedade. Esse vínculo com o mundo do trabalho expressa a articulação da política de Estado de proteção social com o processo de acumulação e desenvolvimento do país em curso em seus distintos momentos históricos ao longo dos posteriores 50

anos do século passado, expressando um projeto nacional em que a questão social da pobreza e da desigualdade era absolutamente marginal, responsabilidade do setor filantrópico ou do próprio Estado, mas sob um outro registro [grifo meu] (Id.,Ibid., p.163).

A realidade montada hoje sobre a lápide do pleno<sup>34</sup> emprego, ou seja, desenhada a partir de situações de desequilíbrio fruto do desemprego, promove e precisa promover uma cultura também para esse novo cenário. Um cenário repleto de novas nuances, onde o eixo de sobrevivência principal deixa de ser o emprego formal empurrando muitas pessoas, dentre elas muitos jovens, para experiências de trabalho providas da informalidade.

Essa classe tão heterogênea composta pela juventude é marcada não só pela problemática do desemprego, mas também pelo composto que nutre o preconceito de gerações: descrédito, construção de uma contra-cultura interpretada como rebeldia ou desajuste social, noção de incapacidade e incompetência, enfim, um olhar construído sob o sinônimo de problema social. Contudo, é preciso nutrir uma concepção mais larga de juventude, enxergando-a como portadora de perspectivas futuras, de força transformadora alimentada pela energia e vontade de mudar o que está posto, dentro de uma perspectiva também produtiva e crítica.

#### **4.3 Escolhendo e descrevendo cenas: sonhos e perspectivas desses jovens**

No segundo momento dessa discussão grupal, trouxe como estímulo para o debate a apresentação de um vídeo produzido pela ONG/SP “Saindo do Papel” e que apresentou depoimentos de diversos jovens sobre a própria juventude, sua situação social e os sonhos e desejos que movem suas atitudes. Como fio condutor para o debate o vídeo tentou mostrar a juventude e suas idéias sob vários ângulos, ou seja, mostrou diferentes tipos de jovens construídos em realidades também diferentes: a jovem moradora da favela e nordestina, um jovem roqueiro, a jovem evangélica, um jovem surfista, enfim, diversidade e unidade.

A proposta era escolher o depoimento que mais lhe chamou a atenção ou aquele com o qual se identificou. O depoimento que mais foi citado pelos jovens foi de uma jovem catadora de lixo que mostra sua realidade de pobreza: “[...] me chamou a atenção porque mostra uma

---

<sup>34</sup> Pleno aqui é usado para caracterizar o trabalho formal, não-precarizado ou não-flexível que é organizado mediante um contrato formal, garantindo certa estabilidade.

vida sofrida para ela e para os outros, o que ela deseja é poder tirar a mãe dela de lá, ali vai resto de comida... tem muitas doenças também [...] por que o que ela queria era sair do lixo, ela e a mãe dela [...]” (jovens das associações).

Falar sobre a miséria de quem se submete a catar o lixo para sobreviver remeteu novamente os discursos ao problema do desemprego: “Assim, ela quer tirar aquelas pessoas lá do lixo e quer, tipo assim, se uma pessoa arrumasse outro emprego pra ela seria melhor [...]” (jovens da associação). Essa fala traduz a apatia desses jovens quando se trata da busca pelo emprego, remetendo sempre a outros a busca e a chance de colocação no mercado. Esse sentimento também foi expresso nas conversas acerca do que tem feito para conseguir alguma colocação. Todos, sem exceção, responderam negativamente quando questionados sobre ter feito ou não inscrição no Serviço Nacional de Emprego – SINE/IDT. Os veículos que foram buscados são mínimos e consideram insatisfatórios, tais como a promessa de algum político ou mesmo a expectativa de ajuda de algum conhecido.

As relações de poder que estão subtendidas nas oportunidades de trabalho que permeiam nossa sociedade são identificadas pelos sujeitos quando afirmam que a escola e a formação não são garantias de emprego, mesmo sendo reconhecidas como importantes. Apresentam a perspectiva de “mexer os pauzinhos” como caminho para conseguir colocação: “tem gente que não precisa estudar pra poder ter um trabalho, é só mexer os pauzinhos e consegue, é filho de papai, conhece gente influente [...]” (jovens das associações).

No entanto, a escola é o caminho mais enfatizado pelos jovens entrevistados para mudar sua realidade. Os projetos dessa juventude estão todos vinculados à conclusão do Ensino Médio e, para alguns, ao ingresso na universidade: “Eu acho que é importante, porque sem o estudo a gente não pode alcançar as metas na nossa vida, alcançar o nosso objetivo, acho que o estudo leva a tudo, eu quero estudar, fazer vestibular, quero arranjar um emprego [...] (jovem da associação 3).”

A escola ainda é encarada como pré-requisito para ser aceito em alguma vaga ou oportunidade de emprego formal: “Eu acho que a escola é muito importante, se a gente for procurar um emprego, entrar na fila, eles vão perguntar se a gente tem o curso e se a gente disser que não, a gente perde uma oportunidade de trabalho [...] (jovem da associação 2)”

Trazendo a escola, a experiência e o relacionamento com pessoas influentes como principais veículos para adentrar no mundo do trabalho esses jovens falaram dos sonhos que poderiam realizar por meio de uma colocação no mercado, indicando os significados que atribuem ao trabalho, vinculados, principalmente, à sobrevivência e ao potencial de consumo: “[...] para sobreviver [...] até porque se a pessoa não trabalhar não vai ter nada. Não vai ter o

que comer, não vai ter o que vestir, não vai ter como se divertir, pode sair, mas não vai ter dinheiro pra gastar [...] porque sem dinheiro como é que se diverte?” (jovens das associações).

Os sonhos desses jovens estão diretamente ligados às metas de inserção no mercado de trabalho, seja através do emprego formal ou do trabalho na associação. Portanto, os projetos estão ligados à aquisição de bens como casa própria, um carro, ajudar a família, ainda, casar e ter filhos: “para a pessoa ter um apartamento ou um carro a pessoa tem que trabalhar bastante, estudar também para poder arranjar um emprego [...] fazer uma faculdade [...]” ou, ainda “[...] eu também pretendo terminar os meus estudos, fazer uma faculdade, conseguir um bom emprego, ter minha casa, me casar um dia, ajudar a minha família, ter filhos [...]” (jovens das associações).

A proximidade entre o trabalho e o lugar que ocupa na sociedade representa a noção acerca da divisão de classes, assim os significados que atribuem ao trabalho são repletos de interpretações acerca de sua condição social. Para o jovem das classes trabalhadoras ser jovem da periferia é diferente de ser jovem da classe abastada, é desenvolver capacidade de sobrevivência, é sempre lutar para superar desafios ligados à própria existência material, no que diz respeito à alimentação, à saúde, à educação, ao lazer, enfim, às condições razoáveis de vida.

O trabalho representa um espaço de luta, luta por condições dignas de vida: “tem também a dignidade [...] o respeito na sociedade, também [...]” (jovem da associação). A possibilidade de sair de determinada situação social e alcançar outro patamar. O trabalho para os jovens é o caminho para uma vida melhor.

Eu quero dizer pro jovem pra ele ir pra associação fazer artesanato, sair do mundo das drogas [...] pra ir fazer renda, porque quando a gente está trabalhando a cabeça da gente fica aliviada, a gente esquece de tudo que está acontecendo, pra ele entrar na associação [...] que ele vá procurar alguma atividade, algum trabalho [...] que o jovem procure mais se enturmar com as pessoas que trabalham e não olhe muito pro que os outros criticam que lá ele pode melhorar de vida [...] trabalhar no artesanato porque a gente ali está deixando a mente preenchida com aquele objetivo de conseguir algo melhor na vida [...] **dizer que o artesanato não é um serviço qualquer, é um meio de vida, não é perda de tempo!** [grifos meu] (jovem da associação 3).

O trabalho representa, portanto, um dos caminhos para a cidadania, se considerarmos que ser cidadão não equivale apenas ao cumprimento de leis e garantia de direitos, mas pressupõe, sobretudo, a existência de espaços e relações sociais próprias dos indivíduos, resguardados em sua forma de pensar, sentir e agir. Como sugere Bourdieu (1989), a construção do papel social do cidadão pressupõe a incorporação de um *habitus*, ou seja, pressupõe estruturas e percepções, pensamento e ação que os sujeitos desenvolvem a partir de

uma determinada inserção nos espaços sociais onde circunda. Nesse processo, o trabalho construído e incorporado nas associações, o trabalho coletivo, aparece como instrumento fundamental na mobilização dos elementos necessários à cidadania, não só pelo potencial econômico, mas principalmente pelo significado humanizador que subscreve a produção coletiva e o ato de construção desses espaços.

#### **4.4 A comunidade: os jovens enxergam o descaso, mas declaram seu amor pela comunidade**

A juventude descreve a comunidade, a periferia, enfatizando os problemas que cercam seu cotidiano, tais como a falta de assistência médica, transporte, iluminação, entretanto, o destaque maior foi para a falta de segurança do bairro. Os jovens reclamam que já é ruim morar numa comunidade que não tem espaço de lazer e aqueles que existem não dá para freqüentar por causa da violência. Declaram: “na minha comunidade não há uma área de lazer, por isso é bom para mim estar na associação [...] tem festas, baladas, mas eu não costumo ir porque são locais que não são seguros” (jovem da associação 3).

Outros jovens reclamam: “acho que no nosso bairro deveria melhorar mais, tipo assim, na vigilância, na segurança [...] não passa muitos policiais, é difícil, só quando acontece alguma coisa é que eles passam lá” ou ainda, “na minha comunidade não tem quadra esportiva, nem praça, portanto não há locais legais para se divertir [...] existe uma associação de bairro, mas os responsáveis não se mobilizam para melhorar” (jovem das associações).

Os jovens entrevistados, em seu discurso imediato, sempre se referem aos problemas como problemas de outras pessoas, responsabilidades de outras pessoas, daqueles que detêm o poder, seja na associação de moradores ou mesmo nas instâncias estatais. O enfrentamento desses problemas é endereçado a comunidade, mas ao diagnosticarem as conseqüências como parte de suas vidas, colocam-se como participante no enfrentamento dessas situações: “a associação de moradores é parada, precisa melhorar, a gente aqui da comunidade tem que se unir pra melhorar o bairro” (jovem da associação 3). Essa espera pela resolução dos problemas que pode ser caracterizada como imobilismo é um fenômeno que pode ser explicado, em parte, quando enfocamos a sociedade moderna construída sobre uma base cultural voltada para a dependência, historicamente forjada nas raízes da colonização, e mais adiante pelo processo de desmobilização orquestrado pelo regime da ditadura militar,

remetendo as novas gerações à construção de formas diferenciadas de mobilização, nem sempre inscritas pela consciência política, mas implícitas em atitudes de negação e resistência.

Entretanto, essa imobilidade, muitas vezes, é aparente ou é uma característica que não deve ser endereçada a todos. Parte desse segmento juvenil demarca a sua existência, não está imóvel, para diante dos problemas que compõem a sua realidade, mas demarca seu espaço, assinala seu grito de protesto por uma via transversal, marginal, delinqüente ou pela participação em grupos e movimentos sociais. A pichação, por exemplo, constitui, segundo Freitas, um “ato de transgressão à normatividade social [...] os jovens utilizam-se da pichação para marcar a cidade, ganhar visibilidade e reconhecimento. A pichação é seu texto e os muros suas folhas [...] Por trás desse fenômeno, subjaz a ausência de espaços de expressão para os jovens” (2003, p.90).

Diferente da atitude de transgressão impressa pelas pichações a arte do grafite propõe significados políticos mais explícitos, são expressões da consciência de classe, fragmentos da vida cotidiana que soam como denúncia. O grafite é aceito, é convidado pela sociedade, é momento de criação artística, é a fala explícita do jovem, seu “motim” com visto de passagem pela cidade, “com uma linguagem moderna, estabelece um diálogo urbano criativo e bem humorado de denunciar as mazelas e as injustiças de uma sociedade decadente” (revista Planeta Hip Hop, 2000, apud FREITAS, 2003).

Novamente a preocupação com o emprego caracteriza a cidade como *lócus* do não-emprego: “a gente quer mais emprego na cidade”; “a gente precisa trabalhar, mas aqui é difícil arranjar vaga, quem já está empregado se segura naquilo e quem não tem não arranja não”, ressaltando, também, que o trabalho na associação representa momentos de lazer, de encontro, espaços de comunicação na comunidade: “o trabalho na associação é que anima a vida aqui na comunidade, lá a gente se encontra, conversa, rir, fala da vida da gente” (jovens da associações).

Apesar de ressaltar um leque de problemas ligados à estrutura da comunidade os jovens declaram seu amor pelas pessoas que fazem esse espaço: “as pessoas da minha comunidade são boas de conviver, todos se conhecem, se ajudam”; “as pessoas da minha comunidade somos nós, os artesãos, os jovens, os adultos e velhos, pessoas da igreja, a gente é unido”; “a gente é tudo unido, quando um precisa o outro dá a mão [...] se tiver dinheiro na associação [...]” (jovens das associações). O diálogo abaixo com uma das coordenadoras desenha bem essa atitude:

Coordenadora - A maior dificuldade é só o atraso do dinheiro, aí dificulta, porque sempre o fundo da gente a gente usa, assim quando é gente conhecida a gente usa pra mandar a mercadoria dele, ele custa a devolver pra gente, aí quando custa não tem nem [...] aí chega uma pessoa aqui: “Serrate me arruma aí dez reais”, não tem de onde eu tirar, aí o nosso maior problema é esse.

Pesquisador – Quer dizer que quando a pessoa precisa do dinheiro, mesmo sem ter trabalhado e se a associação tiver...

Coordenadora – Nós arrumamos, a gente arruma, se tiver na associação a pessoa tem dinheiro. Justamente, mas agora a gente vai criar uma idéia aí [...] a gente vai fazer bingo pra arrecadar mais dinheiro que é pra quando tiver precisando [...] (coordenadora da associação 2).

A associação, em alguns locais, parece ser uma referência no bairro, assim como a igreja, em que as pessoas buscam apoio e solidariedade nos momentos difíceis. Os membros da comunidade que participam da associação constroem em torno de si um círculo de convivência e apoio como uma espécie de estratégia coletiva no enfrentamento dos problemas diários.

## CAPÍTULO IV

---

### 5. Condições de vida e de trabalho dos jovens integrantes das associações

A reflexão empreendida nesse capítulo fundamenta-se, principalmente, nos estudos de Marx e Gramsci e refere-se à concepção materialista da história, que clareia diversos ângulos da análise que tento empreender. Os estudos de Gramsci<sup>35</sup> contribuem pelo aprofundamento da concepção de bloco histórico, enfatizando a superestrutura como elemento importante na manutenção da sociedade de classes, a partir da reflexão acerca da sociedade civil e da sociedade política.

Os estudos de Marx auxiliam na caracterização da sociedade como espaço de luta de classes, baseada em interesses materiais. Permite, essa primeira abordagem, situar o problema do cooperativismo e da noção de economia solidária como elemento destoante nesse quadro de relações econômicas, mas que contraditoriamente, ao mesmo tempo em que revigora a força de trabalho familiar em condições diferentes daquelas orquestradas pelo capital, revelando potencial de enfrentamento econômico, também contribuem para a reprodução das forças produtivas que alimentam o capital, principalmente por acontecerem dentro de um contexto social e histórico movido pelo modo capitalista de produção, determinado por seus parâmetros de comercialização.

Os estudos de Gramsci, focados pela mesma linha de análise de Marx, auxiliam na compreensão dos aparatos que permeiam o bloco histórico: infra-estrutura e superestrutura, com vistas à hegemonia. Propõem uma análise dialética da sociedade e das relações cotidianas orquestradas para a reprodução de um sistema econômico, político e cultural dominante, mas que está permeada por processos de resistências, de lutas, de entraves. Para Gramsci, a sociedade civil não se submete de forma absoluta à sociedade política (sobretudo ao Estado, num sentido restrito), o que permite reelaborações de práticas, de conceitos, de cotidianos. É nessa perspectiva que procuro compreender as organizações populares, como

---

<sup>35</sup> Segundo Gadotti, o estudo de Gramsci deu um passo decisivo na compreensão da concepção dialética da educação e da cultura, o que justifica sua denominação de “teórico das superestruturas”. O peso que esse autor dá a contribuição da superestrutura na transformação da sociedade estabelece seu salto com relação à obra de Marx, visto que esse autor mesmo entendendo as relações entre infra-estrutura e superestrutura de forma dialética, atribui todo o peso da transformação social na infra-estrutura.

agentes de enfrentamento, que engendram processos antagônicos àqueles ministrados pelo aparato societal capitalista.

### **5.1 O trabalhador e as relações de produção no espaço capitalista e no espaço de cooperação**

Nas relações econômicas construídas sob a égide do capital é possível situar bem dois papéis assumidos pelos sujeitos que são parte do processo produtivo. Nas grandes máquinas produtivas, indústrias, fábricas, assim como nas pequenas experiências capitalistas, observa-se principalmente dois personagens centrais: o primeiro personagem, que gostaria de caracterizar aqui, é o proprietário, conhecido muitas vezes por “empresário”, “dono”, “patrão”. Recebe essas definições porque é detentor dos meios e do capital necessário para fazer acontecer a produção. É ele que, de certa forma, regulariza essa produção, dita as regras para o desenvolvimento das tarefas, controla as relações ali vivenciadas. O proprietário dos meios de produção é o personagem que abstrai das relações de trabalho, gestadas no capitalismo, a mais-valia, ou seja, o excedente fruto do trabalho e da exploração do trabalho dos operários, poderia chamar assim nesse retrato que procuro desenhar. Esse papel de proprietário, por estar inserido na estrutura maior capitalista, organizada enquanto cadeia de relações, é identificado como trabalhador de um outro patamar, diferenciado daquele que ocupa o operário. Esse trabalhador-empresário atua no sentido de manter sua empresa num determinado *ranking* de competitividade, abrindo espaços para investimentos e controlando seu desempenho no mercado.

A segunda figura, não menos importante nesse quadro, é o trabalhador. O trabalhador também é proprietário, possui a força do trabalho necessária à empresa e que é requerida pelo capitalista a fim de dar vida ao sistema de produção. Então, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista que, por meio dos mecanismos instalados pelo capital, põe preço e regula sua ação diante de todo o processo.

Nessas relações, o trabalhador desapropriado de sua força de trabalho, concorre com uma massa imensa de outros trabalhadores a fim de manter-se como parte da máquina produtiva e, determinado também pelo próprio processo de sobrevivência material, vê-se explorado por um sistema de estruturas desiguais e por um espaço de consumo objetivado pelo lucro. “A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de

qualquer outra mercadoria” (MARX, 2003b, p.66), ou seja, se o número de trabalhadores é maior que a necessidade do mercado, então grande parte desse público estará desempregada.

Na análise marxista a existência do trabalhador fica reduzida às mesmas condições de qualquer outra mercadoria, afirma: “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de subsistência; deve ainda lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade” (Id., Ibid., p.67).

Marx também traz, nessa mesma obra, uma análise da sociedade e das condições de vida e de trabalho do operário a partir de três situações: a primeira diz respeito à sociedade e à diminuição de sua riqueza, que estabelece um patamar de exploração e sofrimento ainda maior para o trabalhador; na segunda situação apresenta a sociedade onde a riqueza aumenta e alguns pontos são favoráveis ao trabalhador, visto que a competitividade entre os capitalistas tende a crescer, fazendo crescer também a procura pelo trabalhador e a superação da oferta. Entretanto, ainda nessa situação, a exploração do trabalho do operário também cresce em vistas do crescimento dos salários; a terceira situação é demonstrada por um crescimento da riqueza exorbitante, alcançando um perfil de estagnação e remetendo a classe trabalhadora a uma situação “estacionária” de miséria:

[...]Tomemos consciência de três condições principais em que a sociedade pode vir a encontrar-se e levemos em consideração a situação do trabalhador em cada uma delas.

1. Ao diminuir a riqueza da sociedade, o trabalhador é mais sacrificado, porque embora a classe econômica não possa ganhar tanto como a classe dos proprietários num estado próspero da sociedade, *ninguém sofre tão cruelmente com o seu declínio como a classe trabalhadora.*

2. Analisemos uma sociedade em que a riqueza aumenta. Esta ocorrência é a única favorável ao trabalhador. Neste caso, há concorrência entre os capitalistas e a procura de trabalhadores supera a oferta. Mas, primeiramente, a elevação de salários leva ao *excedente de trabalho* entre os trabalhadores. Quanto mais desejam ganhar mais têm de abrir mão do tempo e realizar um trabalho de escravo, em que a sua liberdade se encontra totalmente alienada e a serviço da mesquinhez. Assim, abreviam as suas vidas [...]

3. “Em um país que alcançou o último nível possível de riqueza [...] serão possivelmente muito baixos os salários de trabalho e os lucros de capital [...] A competitividade pelo emprego será, por força das circunstâncias, tão grande que diminui os salários de trabalho ao que dificilmente chega para manter o número de trabalhadores e, porque o país já se encontra inteiramente povoado, semelhante número nunca poderia ser aumentado”. O excesso teria de findar. Além disso, numa situação decrescente da sociedade, chega-se à pobreza progressiva do trabalhador; numa situação de desenvolvimento, miséria complexa; e na situação final, miséria estacionária (Id.,Ibid., p. 67-70).

Essa análise aponta para uma lógica contraditória e que move o capitalismo, visto que mesmo numa sociedade em que a riqueza aumenta e, portanto, espera-se condições melhores de vida para todas as classes, mesmo em sua desproporcionalidade, o que assinala a análise acima propõe de fato, nesse modelo de sociedade “o trabalho exagerado, a deterioração da máquina, a submissão ao capital que se acumula em intimidante oposição a ele, nova concorrência” (Id.,Ibid., p.69), e a conseqüente “morte precoce” do trabalhador.

Como foi assinalado, o sistema capitalista propõe um espaço de trabalho construído nas relações entre patrão e proletário. Na busca do sinônimo<sup>36</sup> do termo proletário encontrei – proletário é o homem pobre que vive do seu salário – no mesmo dicionário busquei o termo salário – salário é a remuneração por um serviço prestado, principalmente por dia e por hora. Define, então, o que acabei de expor e que representa a construção cultural da noção de trabalho e de trabalhador vulgarizada na sociedade, ou seja, trabalhador pode ser compreendido como aquele que executa atividades em troca de remuneração, o homem ou mulher que vende sua força de trabalho, com ela suas horas diárias para o capitalista. O salário do trabalhador proletário assegura seu sustento e de sua família nas mínimas necessidades possíveis, permitindo manter a existência de sua classe. Segundo Smith<sup>37</sup>: “o salário normal é o mais baixo que for compatível com a *simples humanité*, ou seja, com uma vida banal” (SMITH apud MARX, 2003, p.65). O trabalhador não usufrui dos rendimentos do capitalista quando este lucra com seu trabalho acumulado, mas perde salário quando o capitalista, por um motivo ou outro, sofre prejuízos nos seus rendimentos.

Entretanto, o sistema de produção apresenta um processo que abrange ou encerra muitos elementos, portanto complexo, quando mostra que nesse retrato de trabalhador cabem muitos outros, pois esse trabalhador operário que remonta às fábricas e empresas, que lida com a produção mais direta, apesar de servir para exemplificar o patamar de relações desenvolvidas no sistema capitalista, não ilumina de fato o rosto de todos os trabalhadores. Nesse sentido, a análise passa a ser configurada também por inúmeros outros tipos de trabalhadores, visto que nesse mesmo cenário fabril pode ser identificada uma escala hierárquica de funções definindo atuações e remunerações, definindo poderes. Como parte desse cenário, novos papéis são assumidos pelo trabalhador no local de trabalho e distribuídos a partir das diversas funções que este vai assumindo e dos diferentes saberes que este possui. Agora é “a posse” de

---

<sup>36</sup> Dicionário Michaelis.

<sup>37</sup> Adam Smith, *The Wealth of Nation* (2 vol., Everyman edition), I, p. 61. Tradução francesa: *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations, par Adam Smith*. T.I-IV. Paris, 1802.

conhecimento que se apresenta como determinante nas atribuições, valores e definições de espaços de atuação.

Outras cadeias de trabalhadores podem ser identificadas, tais como: trabalhadores autônomos, trabalhadores informais, ou seja, que vivem de fazer “bicos” e não possuem registro em carteira, grupos de trabalhadores associados, cooperados, entre outros. Estes últimos vivenciam formas diferentes de trabalho daquelas que ocorrem entre o operário e o capital, mas não estão livres das relações desiguais, dos instrumentos reguladores de um sistema antagônico, contraditório como é o capitalista. Alguns depoimentos revelam que para o trabalhador(a) que hoje participa de grupos associativos ou de cooperativas há o entendimento acerca das mudanças que esse tipo de organização possui, indicando principalmente, a satisfação por não possuir “patrão”, por participar da gestão do empreendimento. Nesse sentido, destaco o seguinte discurso: “antes a gente tinha tudo que obedecer a um patrão, ele chegava e todo mundo baixava a cabeça, morria de medo de ser demitida, reclamava com a gente [...] hoje não, a gente é livre pra dar uma opinião, decidir como vai trabalhar” (grupo COOPSOL<sup>38</sup>).

Os fundamentos da economia solidária diferem daqueles que regulam o capitalismo em muitos fatores. O principal é a centralidade da competição no capitalismo, enquanto que na economia solidária predomina a cooperação. No capitalismo ganha mais quem leva vantagem na competição, ou seja, é uma relação onde sempre existirá um ganhador e um perdedor; aquele que ganha acumula vantagens nas competições futuras, enquanto os que perdem acumulam desvantagens. Ao contrário, na economia de solidariedade privilegia-se a igualdade nas relações econômicas, ou seja, os participantes das atividades econômicas deveriam cooperar entre si em vez de competir, como numa rede, em que uma atividade complementa a outra: um indivíduo que costura faz parceria com aquele que borda, com aquele que vende miudezas para a costura, pode contar com os serviços daquele especialista que conserta máquinas de costura... uma rede de atividades que não competem entre si, mas, ao contrário se mantêm mais forte quando permanecem solidárias. Na teoria, dentro da empresa solidária também não pode haver hierarquia e competição como na empresa capitalista, todos são sócios e donos do negócio, não se fundamenta em lutas de interesses, mas em interesses comuns. Assim, todos ganham, todos decidem, todos elegem os papéis que irão desempenhar. Singer completa:

---

<sup>38</sup> COOPSOL – Cooperativa Solidária. Esse grupo foi formado por ex-alunos do Projeto Reconquistar e é hoje acompanhado pela Associação Santo Dias.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos (2002, p. 9-10).

Essas relações diferenciadas de produção, apesar de caracterizarem-se como sendo especificamente não capitalistas possuem uma racionalidade econômica transversal, no sentido de indicar um caminho para uma sociedade organizada de forma diferente da que conhecemos. A sociedade em que vivemos fundamenta-se na lógica individual, para a partir dessa individualidade organizar o coletivo, ou seja, é forjada, por exemplo, sob o princípio da propriedade privada, o direito individual da posse. A lógica solidária, ao contrário, propõe uma sociedade fundamentada no coletivo e a partir desse coletivo permite organizar o direito individual; na economia solidária a propriedade é coletiva.

Contudo, numa sociedade em que a lógica da propriedade privada prevalece, conseqüentemente sua gestão é competitiva e dividida entre os que possuem e os que não possuem, como se comportam os núcleos de cooperativas solidárias estando submetidos a uma esfera econômica de circulação que é, por essência, capitalista? Portanto, as determinações de mercado, em certa medida, canalizam uma lógica de competitividade, preço, e outros mecanismos que atuam como reguladores. Assim, como ser solidário, quando o conjunto maior, em que estão inseridos esses grupos, participa de uma outra lógica produtiva? Que tipo de solidariedade está sendo gestada nesses núcleos? Uma solidariedade que não é limitada ao grupo que produz, mas que se estende ao produto, se estende à comunidade?

Essas indagações servem para aguçar a discussão por remeter o olhar ao processo contraditório capitalista, forjado em lutas e resistências. As sustentações desse complexo eixo de organização societal que vem sendo engendrado ao longo da história da humanidade, com exceção das sociedades primitivas que tinham por base a propriedade comunal (MARX, 1986), vêm se moldando nos momentos de crises, dada às próprias lutas de classe e as intervenções dos organismos populares diante do enfrentamento das situações de opressão. O próprio sistema capitalista ajusta as arestas da crise a partir dos aparelhos que compõem sua infra-estrutura (divisão social entre as forças produtivas e relações de produção) e

superestrutura (conjunto das ideologias filosóficas, jurídicas, políticas e religiosas de uma classe), a fim de dar continuidade ao projeto de reprodução das forças que o mantêm.

Damasceno traz uma reflexão acerca das implicações próprias da luta de classe:

[...] estrutura e superestrutura não se constituem dois planos ou instâncias estanques, mas dois aspectos da ação e das relações de grupos sociais que interagem dialeticamente. O homem se insere na estrutura social do tempo em que vive, a qual lhe confere a 'conformação', isto é, 'as limitações impostas pela estrutura'. Como reação, o grupo social atingido, através da 'práxis humana', que configura o conjunto das forças sociais, se opõe à estrutura social. Daí porque a história humana é a 'história da oposição entre a estrutura e a prática, entre os fatores limitadores da produção humana e a vontade humana operante' [...] os aspectos estruturais e superestruturais estão dialeticamente conectados, ambos são momentos da realidade social profundamente comprometidos com a ação histórica do homem [grifo meu] (1990, p.26).

Como contraposição às situações de exploração gerenciadas pelo sistema capitalista e que estão situados num conjunto de forças sociais, estão não só o trabalhador e as ações de resistência que procura implementar dentro dos grupos e comunidades, mas algumas outras instâncias que compõem o núcleo de movimentos sociais, como: sindicatos, associações, grupos políticos, organizações não governamentais, grupos que representam as minorias, entre muitos outros.

A venda da força de trabalho regulamentada pela economia é também intermediada por essas agências organizadas socialmente e que colaboram na sustentação dos direitos do trabalhador, por mínimos que sejam. São esses núcleos que contribuem na conquista dos aparatos legais que, ao longo de lutas, procuram garantir um maior equilíbrio social.

No interior desse modelo de trabalho, como são organizadas, gerenciadas as experiências pautadas pela cooperação? Que aprendizado estão possibilitando? Que elementos contra-hegemônicos são capazes de engendrar a partir de uma lógica diferenciada daquela que há séculos vem sendo orquestrada pelo capitalismo?

Ao propor aqui que as instâncias populares são capazes de intervir na construção cultural tida como modelo, padrão para o capitalismo, ou seja, são capazes de desconstruir e reconstruir uma cultura antes endereçada aos interesses do capital para que atenda aos interesses do trabalhador, fica evidente que a visão de mundo social apresentada nas entrelinhas desse texto é composta pela noção de que a sociedade é construída no cotidiano por um coletivo. Mostra, ainda que, não é só o mundo sistêmico (mundo das instituições, mundo que propõe a reprodução da lógica capitalista) que determina as ações dos sujeitos,

mas também o mundo vivido, pautado pela convivialidade, pelas relações e trocas cotidianas (HABERMAS, 1988).

Entretanto, as ações produzidas pelos indivíduos ao mesmo tempo que enfatizam e preservam a identidade dos aprendizados coletivos, fruto das relações e práticas sociais dos grupos que se contrapõem ao modelo de exploração, estão também ligadas aos aprendizados de um coletivo maior, devendo gerenciar, ao mesmo tempo, muitas lógicas, não havendo uma única lógica como referência para a ação. Num sistema marcado por lutas sociais e pela hegemonia econômica que também se reproduz culturalmente, arcar com a construção de uma contra-cultura é procurar implementar ações a partir da lógica que fundamenta a luta de classes. Nesse sentido, é que a construção de uma consciência de classe crítica é essencial na manutenção da dimensão da subjetividade e, portanto, da contra-hegemonia. Damasceno assinala:

A dedução lógica é que a sociedade civil não se submete de forma absoluta à sociedade política, fato que implica na existência de espaços livres, embora limitados, que permitem a atuação política e a reelaboração cultural das classes dirigidas. Claro está que o grupo dirigente tenta, por todos os meios cimentar sua ideologia para se impor como classe hegemônica, contudo, nunca consegue isso de modo integral. Torna-se, pois, evidente, que no campo da sociedade civil se trava uma luta permanente entre dirigentes e dirigidos (1990, p.27/28).

Busco, então, partindo das observações e da análise dos discursos, levantar pistas que possam esclarecer o mundo conceitual onde as experiências de trabalho coletivo são organizadas e que podem atuar como indicadores de saberes que, construídos coletivamente, podem referir-se a uma cultura não só de enfrentamento de situações de exclusão do mundo do trabalho – o desemprego, mas de enfrentamento da própria lógica capitalista, pautada pela exploração, pela divisão da sociedade em classes e pelo desequilíbrio social fruto de tais mecanismos.

## **5.2 O cotidiano dos grupos de produção – a convivialidade como eixo da produção coletiva**

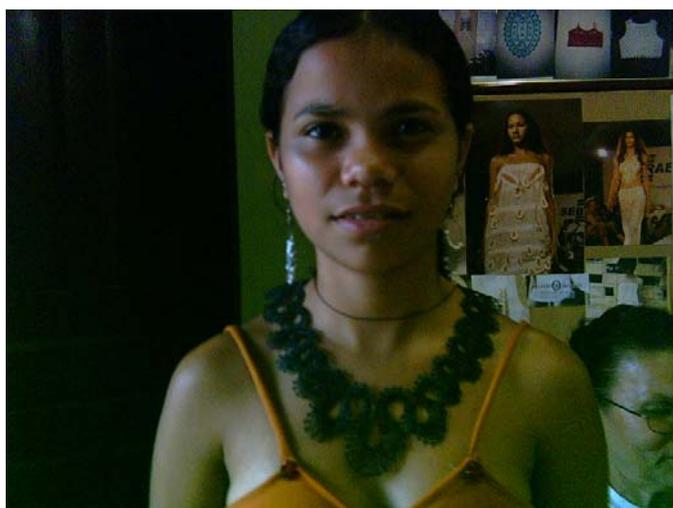
O dia de trabalho nas associações é bem movimentado, são pessoas que entram, pessoas que saem. Os artesãos procuram tomar lugar sentando-se ou em bancos, que ficam espalhados pelo grande salão, ou mesmo no chão de posse ou da almofada de renda pondo os bilros a tilintar ou com seus

trançados de palha ainda em fase de conclusão. A agilidade das mãos desses trabalhadores é tamanha que fica difícil acompanhar o trançado que desenvolvem. As conversas fluem naturalmente [...] jovens, adultos, idosos [...] todos estão reunidos, misturados entre si. A coordenadora sempre passeia pela sala observando os trabalhos dos jovens, outras vezes senta-se em local central e trabalha incessantemente. Algumas artesãs continuam a chegar, sempre acompanhadas por filhos que também se acomodam próximos da genitora. No núcleo das rendeiras só participam mulheres, mas nas associações que trabalham com a palha de carnaúba a presença masculina, apesar de ser menos marcante, existe.

As conversas são sobre fatos da comunidade, risos e gargalhadas são sempre ouvidos, diante de uma ou outra piada que surge. Os jovens, em geral, ficam mais próximos de seus pares. Muitas vezes observei que seus trabalhos são sempre avaliados, criticados e corrigidos – são aprendizes:

“Eu mesma, na hora que eu olho [...] esse aqui não está legal! Às vezes, quando eu não vejo, aí cada uma vai dizendo [...] a do fulano não está bom não. O serviço de cada uma aqui eu conheço [...] é verdade! Essa daqui, por exemplo, essa daqui é aprendiz, mas é criança, jovem ainda, está aprendendo agora, mas está muito bom” (coordenadora da associação 1).

Uma jovem rendeira trabalha num projeto diferente, confecciona colares de renda. A coordenadora atribui tal criatividade a essa jovem artesã e pede que a fotografe usando o colar. Alguns turistas entram na casa das rendeiras e dirigem-se a vitrine onde ficam expostos os trabalhos. A coordenadora é quem se levanta para atendê-los. Os visitantes observam os trabalhos do grupo e fazem perguntas às artesãs que respondem timidamente. Eles elogiam, olham algumas peças, mas nesse dia não compram nenhuma. A coordenadora volta às suas atividades [...] atende ao telefone, anota encomendas, organiza a vitrine, faz sua renda de bilro crescer [...] o dia transcorre tranqüilo (diário de campo – síntese do dia 23 de março de 2004).



FOTOGRAFIA 11 – Integrante da Associação de Rendeiras do Morro da Mariana e seu trabalho - um colar de renda de bilro

Esse relato de observação, descrito no diário de campo, apresenta muito bem o cotidiano das três experiências<sup>39</sup> de trabalho coletivo analisadas nesse estudo. Os integrantes dessas associações trabalham em clima de interação e proximidade entre si e com a comunidade. Ao serem questionados acerca do início, do processo de constituição do grupo, remetem à iniciativas de programas governamentais, tais como a Comunidade Solidária<sup>40</sup>, contando com o apoio do SEBRAE<sup>41</sup>, entretanto, quando a conversa vai fluindo acabam revelando que, enquanto grupo de trabalho, já existia bem antes da iniciativa da Comunidade Solidária ou de outra instância pública. O artesanato com a renda ou palha de carnaúba é uma atividade que vem sendo repassado de mãe/pai para filho/filha. As pessoas já se reuniam para produzir, mesmo embaixo de mangueiras quando não possuíam a associação ou sede. Uma das coordenadoras explica melhor: “a gente ficava debaixo dos pau com as almofadas, fazia aquele círculo de mulher tudo fazendo renda, conversando e sempre foi assim [...] as mulheres aqui da ilha, nunca deixaram de fazer não” (Coordenadora da associação 1).

Em outro depoimento:

Foi uma pesquisa que andaram fazendo no município na época da seca, aí andavam fazendo pesquisa aqui que a gente já trabalhava e já tinha esse serviço e como tinha matéria-prima aqui, muita matéria-prima, aí ela levou o projeto dela daqui para Brasília, pro projeto da Ruth Cardoso e ela falou que se fosse aprovado ela voltava, aí foi aprovado e foi formada a associação, aí a gente foi acompanhado por 1 ano, depois eles se afastaram (Coordenadora da associação 2).

As atividades, tanto da renda como do trançado com a palha são artes locais que já estão vivas há muito tempo na comunidade, mas que aconteciam nas casas, sem muita organização comercial e gestão e, ainda, pouca divulgação. As vendas eram realizadas em festas tradicionais da localidade ou por meio de propaganda “boca-a-boca” que acabava atraindo algum comprador. Com a intervenção do SEBRAE, de políticos locais e ainda de projetos como o da Comunidade Solidária foi possível legalizar os grupos de produção como associações e ainda construir um espaço próprio como sede para as atividades. Posso dizer, de modo geral, que a preocupação desses órgãos em organizar esses grupos deu-se pela necessidade de incrementar o turismo na região, visto ser o artesanato bastante atrativo para essa atividade.

---

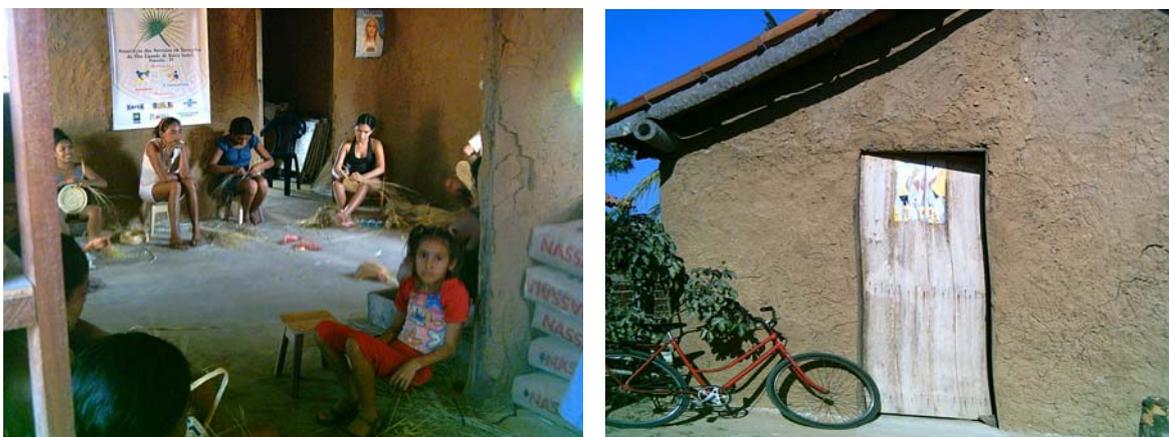
<sup>39</sup> Associação de Rendeiras do Morro da Mariana, Associação de Artesãos de São Vicente de Paulo, Associação Trançados da Ilha.

<sup>40</sup> O Projeto Comunidade Solidária foi implantado no governo do presidente Fernando Henrique, tendo à frente a primeira dama Ruth Cardoso e tinha por objetivos centrais a formação e o desenvolvimento local.

<sup>41</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Como associação, contando com o apoio do SEBRAE, os grupos tornaram-se mais conhecidos, inicialmente por fazerem parte do catálogo desse órgão, depois pela participação em feiras e outros eventos. Recebem encomendas e fazem entregas por todo o país e até fora dele. Infelizmente, como as associações ainda são pequenas, muitos pedidos são recusados quando o tempo de entrega é muito limitado, devido a pouca mão-de-obra. O fato da associação estar sendo mais divulgada e de seus trabalhos aparecerem em catálogos, na internet e até em meios de comunicações mais populares como jornais e TV<sup>42</sup> foi, segundo depoimento, um incentivo a mais para a aproximação dos jovens a essa atividade.

Os integrantes mais antigos dos grupos, sócios cadastrados, participaram de todo o processo de legalização das associações, contribuindo também na construção ou organização da sede. No caso da Associação Trançados da Ilha a sede é uma casa de pau-a-pique, construída pelos integrantes. Acompanhe o depoimento: “esse espaço aqui pertence aos Silva, agora a casinha fomos nós que levantamos, era uma casinha bem feinha mesmo, nós nos reunimos em mutirão, só nós mulheres, meu esposo só fez o telhado, fez a parte de cima e nós fizemos a casa todinha [...]” (Coordenadora da associação 2).



FOTOGRAFIAS 12 e 13 – Associação Trançados da Ilha - Sede da Associação Trançados da Ilha

No início da constituição de algumas associações instalou-se um processo de rejeição por parte de muitos membros que, habituados a desenvolver seus trabalhos em suas casas ou ao ar livre demoraram um pouco para começar a freqüentar e desenvolver suas atividades na sede. Alguns depoimentos revelam que o fato de se reunirem todos os dias possibilitou o crescimento porque a interação levou à troca de idéias e intercâmbio com outros artesãos de outras localidades:

<sup>42</sup> A divulgação na internet e em outros meios de comunicação como jornais e televisão aconteceu com maior ênfase com o grupo das rendeiras que desenvolveram um trabalho em conjunto com um famoso estilista de São Paulo – Valter Rodrigues.

A gente no começo achava estranho [...] ah! Sair de casa pra trabalhar na casa da rendeira e tal [...] muitas não queriam assim aceitar, mas nós enfrentamos e uma chamava a outra. E realmente foi o que aconteceu [...] eles chegavam atrás de mercadoria, a gente fazia do jeito que eles queriam, o tipo de aplicação, começamos a fazer camiseta [...] a gente se uniu e começou a aparecer idéia. Muita gente escutava a idéia da outra aí foi melhorando, fizemos pano de bandeja [...] antigamente fazíamos, mas somente aquele biquinho, aquelas rendinhas e vinha um e dizia porque não coloca isso [...] eles mesmos davam uma idéia, os próprios turistas quando chegavam: [...] porque que vocês não colocam os panos de bandeja pronto, as camisolas, esse negócio todo? (Coordenadora da associação 1).

Entretanto, mesmo possuindo a sede, muitos sócios ainda continuam desenvolvendo seus trabalhos em sua própria residência, aparecendo na sede em dias de reuniões, assembléias e outros encontros. Os coordenadores justificam dizendo que não há espaço para todos e que muitas mulheres também precisam cuidar das atividades domésticas e dos filhos primeiro, para depois produzirem suas peças. Declara uma das coordenadoras: “[...] vem aqui quando querem, porque às vezes não dá pra fazer aqui na associação e faz lá na sua casa, reparando um menino, lavando roupa, preparando o de comer, aí a parte da tarde é mais desocupada, aí elas vêm” (Coordenadora da associação 2).

### **5.2.1 A organização dos grupos e a autogestão**

Cheguei na associação às 14 horas, mas ainda não estava aberta. Uma senhora da casa em frente veio ao meu encontro perguntar o que desejava. Expliquei para ela que me pediu para esperar. Essa senhora não faz parte diretamente da associação porque não me conhecia. Percebi que foi numa casa e noutra, saía e entrava, procurava pelos artesãos. Veio ao meu encontro e disse que o pessoal da associação logo estaria ali. Agradei e pedi que não se preocupasse. Logo à frente acontecia uma rifa de um frango. Um carro de som anunciava que faltavam poucos minutos para iniciar a rifa e convocava a todos para comprar a rifa, pois o dinheiro era para ajudar um morador que estava com problemas de saúde. Logo chega a Lídia, uma jovem da associação. Ela me cumprimenta e abre a sede, diz que a coordenadora viajou para ministrar um curso num outro município, mas que todos iriam trabalhar naquele dia sim. Sentou nos fundos da associação e começou a organizar notas e registros. Algumas artesãs chegaram logo em seguida. Uma começou a varrer e espanar a outra organizava as cadeiras em círculo. Dois rapazes entram e sentam próximo a Lídia. Eles observam o que ela faz. Depois de limpo e organizado todos começam a preparar seu material. Eles vão produzir para expor porque estão sem encomendas, comenta Lídia. Os meninos já iniciam os trabalhos. As mulheres pegam peças já iniciadas guardadas no armário e dão continuidade. Crianças entram no salão, brincam, correm. Uma

das artesãs pede para irem brincar lá fora. O carro de som da rifa continua convocando os moradores. Uma artesã comenta sobre o morador que está internado em Teresina. Elas se queixam por não poder ajudar. Lídia comenta que chegou a conta da luz e lembra dos pagamentos da mensalidade. A dificuldade com dinheiro é evidente. Depois de certo tempo chegam mais artesãs, uma delas muito festiva que começa a contar piadas. O grupo todo rir muito. Comentam que essa artesã é muito divertida e ajuda o grupo a relaxar. As piadas continuam, mas todas trabalham enquanto conversam (Diário de campo, 30 de março de 2004).

A autogestão é uma característica da empresa solidária possibilitando a participação dos associados ou cooperados na administração da empresa. É a autogestão que garante a democracia e, ainda, permite que cada membro se sinta responsável pelo empreendimento quebrando vínculos com a antiga noção de empregado x patrão, fruto de experiências com a heterogestão presente nas empresas capitalistas. Mas, como está, de fato, acontecendo a autogestão nos grupos investigados?

Nas empresas capitalistas onde a heterogestão predomina, ou seja, a administração hierárquica, os papéis e funções são bem definidos e as ordens e instruções vão sempre fluir de cima para baixo, enquanto que as informações e consultas de baixo para cima. Nesse sistema os empregados que pertencem ao baixo escalão de uma empresa irão deter pouca informação acerca da empresa e de seu funcionamento recebendo apenas aquilo que lhes é necessário no cumprimento de suas atividades. O nível de informação sobre a empresa vai crescendo à medida que sobe de posição nessa escala hierárquica, o que representa uma participação mínima nas decisões tomadas na empresa para aqueles que compõem o baixo escalão e seu progressivo crescimento ao ascender dentro desse patamar.

Nos processos de heterogestão a competitividade interna entre setores também é enfatizada, visto que se instala certa rivalidade e corrida competitiva que pode, inclusive, ser levada a extremos prejudicando o crescimento da empresa. Se por um lado na heterogestão estimula-se a competição “sadia”, contraditoriamente necessita estimular também a cooperação. Paul Singer explica:

A heterogestão, para atingir seus objetivos, tem de suscitar o máximo de cooperação entre os empregados, agrupados em seções, departamentos e sucursais. Competição e cooperação são a rigor, incompatíveis entre si: se você coopera com seu rival, você o fortalece e ele pode vencê-lo na competição; se você não coopera com seu colega ou com o setor que depende de sua ajuda, a empresa inteira pode fracassar. Dentro dessa contradição a heterogestão funciona, sempre à procura de novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado (2002, p.18).

Nas empresas solidárias a heterogestão não responderia a seus fundamentos sendo preciso organizar o processo administrativo de forma democrática e participativa. A autogestão é, portanto, um dos importantes princípios da cooperação. Nas empresas solidárias de pequeno porte a autogestão pode ser empreendida de forma direta através de assembleias que são realizadas em curtos intervalos, entretanto em empresas com um número bastante significativo de sócios, remeter as decisões às grandes assembleias é quase inviável para que se chegue a um consenso. Dessa forma, como acontece nas sociedades democráticas, elegem-se delegados por seção ou departamento para que discutam e tomem decisões em nome de todos. O que realmente é significativo na autogestão, além da participação de todos nas decisões, é que aqui as informações e consultas são feitas de cima para baixo e as ordens e instruções são tomadas de baixo para cima, ou seja, aqueles que são sócios, que cooperam entre si, que na empresa capitalista estariam na base da pirâmide hierárquica, são os que comandam e que detêm todas as informações acerca da empresa decidindo os rumos que esta irá tomar. Na empresa solidária todos os sócios devem saber tudo sobre a empresa, pois não representam forças opostas como na empresa capitalista que mesmo discursando que seus empregados “são parte de uma família maior – a empresa”, o que de fato ocorre é que empregados e patrão são representações de forças opostas.

As associações estudadas aqui desenvolvem a autogestão, movidas pelo princípio da democracia, favorecida, principalmente, pelo grau de intimidade e convivência entre os sócios o que permite um diálogo aberto. As assembleias são poucas porque as decisões cotidianas parecem acontecer no dia-a-dia, nas conversas. As consultas diárias são informais, as discussões são quase inexistentes e muitas decisões ficam mesmo a cargo da coordenadora: “[...] as decisões são feitas aqui por mim, aí eu não estando presente, nós temos aqui a vice-presidente e não estando têm as outras sócias [...] são quem resolvem [...] já vai logo dizendo: fulano ligou, tem que ligar para fulano de tal. A força maior é a minha, mas somos nós” (Coordenadora da associação 2).

De certa forma observo que existem poucas tarefas e, por isso, as decisões são rotineiras, tipo: aceitar ou recusar encomendas, comprar ou não comprar certo produto, participar ou não de algum evento. Nos discursos, quando questionados acerca das reuniões e assembleias, esclarecem que são organizadas quando vão ser tomadas decisões maiores, como por exemplo, para decidir cargos a serem assumidos dentro da associação ou representações para eventos e feiras. A participação em cursos de formação também leva o grupo a se reunir para decidir quem participará. Existem também reuniões esporádicas para discutir o pagamento da contribuição, ou problemas que porventura surjam, etc. São nesses momentos

que grande número de integrantes das associações se reúne: “as reuniões são para organizar, tipo mensalidade, para decidir quem pode ir pra uma feira, quem pode participar de um evento [...]” (Coordenadora da associação 1).

Outro depoimento:

É, quando tem que tomar decisão eu, eu posso chamar o pessoal, participo e pergunto a opinião de cada um, como o que é que tão achando, o que é que a gente vai fazer, aí eles participam [...] por exemplo, chamo todo mundo para ver quem quer ir (participar de algum evento), quem não pode [...] porque às vezes tem pessoa que quer mais não pode e é assim (Coordenadora da associação 3).

As associações possuem um número significativo de integrantes, entretanto, como já foi dito, são poucos os que freqüentam e trabalham na sede. Muitos realizam as atividades cotidianas em suas casas, com a ajuda de toda a família, principalmente no caso do trançado com a palha, dependendo da quantidade da encomenda: “[...] não tenho assim nenhuma idéia (quantidade de membros no grupo), porque uma mãe tem dois filhos, tem três, aí já tem um neto, aí já tem um sobrinho, aí nunca a gente sabe, tudo é na família, tudo é na família [...] São umas trinta famílias [...]” (Coordenadora da associação 2).

A organização dos grupos de produção é bem definida no que concerne aos papéis que cada um assume, divididos entre coordenação, secretaria e tesouraria, tendo ainda os fiscais e o conselho. Todos os membros, independente desses papéis, assumem a produção propriamente dita e são remunerados pelo que produzem não havendo nenhuma remuneração extra para o desempenho nesses cargos. Cada membro da associação participa da produção de encomendas que vão surgindo e possuem total autonomia para receber outras encomendas individualmente. Essa autonomia se estende à composição do horário de trabalho, ficando livre para aparecer na associação ou não. Percebe-se que o maior vínculo com a associação, além da amizade que cria elos no grupo e mesmo a contribuição mensal ou porcentagem sobre as vendas cobradas pelos líderes (coordenador/tesoureiro) da associação, é a participação na produção quando são feitas encomendas à associação. Os produtos que vão para a exposição na lojinha da sede, se forem vendidos, o dinheiro vai para o artesão que o fabricou.

A coordenadora descreve a organização dos horários enfatizando a liberdade de cada um para compor seu próprio horário. Prioriza em sua declaração a necessidade da casa-sede estar sempre aberta, o que representa sua preocupação em manter a associação funcionando nos três turnos. Outro ponto que deve ser ressaltado é a presença permanente da coordenadora na sede, rotineiramente, estabelecendo uma freqüência maior que dos outros membros e uma sobrecarga de responsabilidades também maior:

Não, quanto a essa questão de horário nós não temos, porque é muito assim [...] todas nós somos dona de casa, não é? Você sabe, então é assim, eu, particularmente, eu fico mais, organizando, chego as 7h da manhã, só saio quando é pra ir ao centro de Parnaíba, aí eu fico diariamente, mas a maioria é assim, chegam 7h da manhã, vão 9h, 10h fazer almoço, almoçar, arrumam a cozinha [...] voltam 2h, ficam até 5h, tem uma turma que vem a noite também, quem gosta de vir vem à noite, contanto que a gente tenha sempre a casa aberta, que o pessoal passa aqui em frente [...] [grifo meu] (Coordenadora da associação 1).

Outro entrave na organização dessas experiências está na dificuldade de fluxo de funções, principalmente quando se trata do cargo de coordenador. Nas experiências estudadas, aquele líder que todos apóiam, representa não só quem deve organizar as atividades e garantir a participação de todos para o bom andamento do empreendimento, mas é aquele que, em certa medida, toma para si a responsabilidade da própria existência da associação e de seu crescimento. A substituição do coordenador ou coordenadora deve ser feita através de eleições, segundo depoimento: “a eleição é entre as sócias, a gente faz uma chapinha e fica a critério de cada uma colocar o nome de quem ela quer que seja coordenadora. No final a gente reúne os papéis e o nome que tiver mais é essa pessoa a coordenadora, se concordar” (Coordenadora da associação 1). Entretanto, as coordenadoras das três experiências estudadas declararam que permanecem no cargo a bastante tempo e que os sócios não se interessam em substituí-las: “[...]um monte de ano, já estou até pra desistir, acho que já está uns cinco anos já ou cinco eleição, que é de dois em dois anos é [...] muda a tesoureira, muda a vice, muda a secretária, mas a coordenadora continua a mesma” (Coordenadora da associação 1).

É também importante na autogestão que todas as responsabilidades sejam divididas entre os sócios e não devam ficar só a cargo do grupo gestor, principalmente em experiências em que estes são produtores tanto quanto qualquer outro. Dessa forma, dividem-se as tarefas, evitando que o coordenador fique sobrecarregado tendo que cumprir sua cota de produção mediante o tempo estipulado pelo acordo com o cliente e, ainda, preocupar-se sozinho com os problemas gerais da empresa.

No período de produção intensa todos devem observar como está sendo distribuída a demanda entre os integrantes, organizar-se para suprir possíveis necessidades caso algum artesão não dê conta de sua cota de produção, ainda cada um deve esforçar-se para cumprir seu prazo, mantendo sempre a qualidade do produto. Cada membro é fiscal de qualidade na associação e procura construir críticas construtivas aos trabalhos dos colegas. A autogestão exige um esforço adicional de cada membro ou sócio e é esse esforço que caracteriza a cooperação inteligente entre eles, sem a necessidade de incentivar a competitividade. O que

pode desgastar o processo de autogestão são os conflitos nas relações entre os sócios que podem ser gerados quando algum membro deixa de cumprir suas tarefas, ainda quando não compreende a necessidade de participação de todos, quando não aceita críticas, dentre outras circunstâncias.

Para Singer um dos maiores vilões da autogestão “é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige” (2002, p.19). Nas associações estudadas é a coordenadora ou grupo gestor que acumula essa sobrecarga de atividades, produzindo, cobrando, redistribuindo tarefas quando as metas de produção não estão sendo cumpridas, avaliando a qualidade, enfim, a acomodação dos sócios e a delegação de poderes ao grupo gestor é uma característica observada e que pode indicar construtos culturais de antigas práticas. O modelo de autogestão ainda está sendo construído na lógica comportamental da maioria dos associados, caminhando entre situações de total dependência àqueles que coordenam, o que caracteriza aspectos contraditórios aos seus princípios (da autogestão), e em outras ocasiões vivenciando papéis coletivos, tais como, na avaliação do seu trabalho e do trabalho dos colegas. A citação abaixo faz uma reflexão acerca das práticas autogestionárias e o perigo de sua degeneração:

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura [...] As pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens, atemorizados com o que lhes possa acontecer se deixarem de agradar aos superiores. Aprende-se a obedecer e temer os “superiores” desde os bancos escolares, num processo educativo que prossegue a vida inteira (Id.,Ibid., p.21).

A cultura elaborada na sociedade capitalista forma para processos de sujeição dos indivíduos àqueles que dominam, num aprendizado cotidiano de luta entre dominantes e dominados, numa deficiente formação “democrática” pautada por situações minadas por poderes. Esses aprendizados são construtos das famílias patriarcais, das escolas, das igrejas, estendendo-se pela vida profissional nas empresas e organizações capitalistas. Por outro lado, o envolvimento em lutas emancipatórias, através da participação em sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros, acontecem em contraposição a esses aprendizados, permitindo processos de contra-cultura. São lições que envolvem a participação em processos de autogestão, tendo como pano de fundo um cenário composto pela prática

democrática, em que as vozes não podem ser interrompidas, mas, ao contrário, precisam se fazer presentes.

Contudo, ao falar de problemas que envolvem a autogestão os sujeitos apontam como maiores entraves, nas três experiências observadas, questões relativas a recursos para incrementar e viabilizar o empreendimento, visto que não há preocupação com quotas iniciais que deveriam se transformar em recurso para movimentação. A mensalidade ou percentagem sobre as vendas é utilizada para manter os gastos cotidianos como pagamentos de água, luz, telefone ou ainda para garantir o envio de encomendas (fretes) e a compra de algum material necessário à produção. Os depoimentos abaixo caracterizam os problemas financeiros enfrentados, principalmente relacionados à irregularidade do pagamento das mensalidades e, ainda, pelo alto custo de materiais necessários:

Para ser sócio basta ter a carteirinha de identidade mesmo, o nome completo, e cada um dá R\$ 1,50 por mês, só, e é assim, cada qual tem seu trabalho, cada qual tem o seu dinheiro, aí você é sócio, você paga R\$ 1,50 por mês, você faz um trabalho e vende por R\$ 100,00, vamos supor, esse dinheiro é seu, ninguém tira nada, você só paga sua mensalidade todo mês e[...] é usada para manter, pagar a luz e telefone [...] Às vezes atrasam, alguma coisa às vezes atrasa, mas eles pagam, depois eles pagam, só atrasam mesmo. Às vezes dá, às vezes não, às vezes eu intero, vou levando aqui, eu costumo valorizar muito o dinheirinho delas porque é tipo assim: “ah! Eu preciso porque eu tenho que fazer não sei o quê” porque eu sei que elas também já ganham pouco, a gente faz um jeito e vai levando a vida (Coordenadora da associação 1).

O fundo [...] a gente usa pra pagar talão de água, luz, conta de telefone, mas no próprio trabalho precisa [...] precisa comprar anilina, e é bastante caro ela, custa sessenta reais o quilo, aí a gente não consegue comprar de quilo, é cem gramas, é duzentas gramas, não dá pra comprar de quilo (Coordenadora da associação 2).

As associadas também colaboram com a limpeza, organização e atendimento ao público na associação: “não pagamos ninguém de fora não, eu (coordenadora) e a outra (vice-coordenadora), e qualquer uma que tiver aqui [...] elas fazem [...] não pagamos nem zeladora, nós mesmo zelamos o prédio, nós mesmo fazemos, não pagamos ninguém para cuidar não” (Coordenadora da associação 3). Assim, dá para perceber que a coordenadora é aquela que quase nunca se ausenta da associação e que sempre está disponível para fazer e organizar essas atividades. Além disso, é sempre requisitada para dar cursos fora da entidade, sendo remunerada para isso pelo contratante.

Além da coordenação existem outros cargos: “[...] tem a vice-coordenadora, a tesoureira, sempre ela fica na parte de receber a mensalidade, arrecadar o dinheiro para dar até o final do mês, para pagar as contas, e o conselho quando a gente precisa consultar”

(Coordenadora da associação1). O tesoureiro, como afirma o depoimento, é responsável pela arrecadação das mensalidades e controle dos recursos que entram, distribuindo esses recursos entre os membros de acordo com a produção de cada um. Ganha mais quem produz mais e menos quem produz menos. No grupo das rendeiras cada membro é responsável pela compra de seu material e ganha em cima do que consegue produzir e vender. Os grupos funcionam primeiramente como suporte para o recebimento de encomendas, permanecendo o trabalho mais individual e regulado pelo próprio artesão, entretanto, é lá que muitas famílias se apóiam nos momentos de maior dificuldade econômica, onde buscam apoio nas crises, onde fazem amigos e companheiros de sua situação social.

Quanto à questão da qualidade do produto existe certa intervenção dos colegas, principalmente da coordenadora preocupada em zelar pelo nome da associação, tentando garantir maior qualidade possível aos trabalhos. A coordenadora toma as decisões mais urgentes e outras são encaminhadas para o grupo opinar. Dos três grupos, em dois observa-se a presença dos jovens em cargos de organização como no grupo de Artesãos São Vicente de Paulo que uma artesã jovem, por ter concluído o Ensino Médio (justificam os sócios), passou a organizar a entrada e saída de recursos e a controlar o pagamento das mensalidades. Dois dos grupos investigados declararam possuir um caixa reserva e os sócios ao serem questionados sobre a utilização desses recursos não souberam bem para que deveria ser utilizado e quanto era esse montante. Alguns diziam que quando algum sócio precisasse poderia fazer a retirada, outros não concordavam e diziam que era um fundo que não poderia ser mexido. Enfim, tinham pouca informação sobre esses recursos, indicando que o envolvimento nos processos de autogestão não é uma característica comum a todos os sócios.

Em outra associação esse fundo que é composto pela contribuição dos sócios é de conhecimento de todos e a coordenadora afirma: “[...] fica pro fundo rotativo 20% do lucro. Fica numa conta pra comprar matéria-prima. A gente mexe quando a pessoa precisa do dinheiro, mesmo sem ter trabalhado e se a associação tiver a gente arruma, se tiver na associação a pessoa tem dinheiro” (Coordenadora da associação 2).

A divisão das encomendas é feita pela coordenadora que distribui para todos e a quantidade muitas vezes é determinada pela agilidade da artesã que ao concluir sua parcela de peças pode iniciar outra remessa: “[...] é assim, eu pego aqui a encomenda e faço a divisão: negrada nós temos que entregar no dia quinze, aí cada uma já sabe, divido aquilo pra todo mundo, depende do tanto das peças, dia quinze tem que estar com a sua encomenda” (Coordenadora da associação 2). A meta é contemplar a todos com trabalho e, muitas vezes, pessoas que não são associadas colaboram quando a encomenda é muito grande: “às vezes

tem que chamar gente que nem é da associação, que nem é sócia, pra mandar fazer aquele trabalho porque são muitas peças” (Coordenadora da associação 1).

É principalmente a coordenadora que procura sempre verificar a qualidade do que tá sendo produzido e diz que, muitas vezes, as críticas não são bem-vindas, então procura fazer um trabalho de conscientização porque é o nome da associação que está em jogo. No entanto, observei que esse controle é feito por todos, que durante as conversas dentro do grupo observam e chamam a atenção, principalmente dos mais jovens: “[...] nossa avaliação é logo feita na hora, a gente diz que não está legal não, é desse jeito [...]” (Coordenadora da associação 2).

Em muitos momentos, o coletivo é permeado pelo individual, pelas necessidades particulares, pela realidade singular. A artesã fica sem trabalho quando não consegue comprar o material necessário para produzir e vender. A associação, enquanto grupo de produção não lhe garante a matéria-prima principal, as companheiras também não conseguem ser solidárias nessas horas porque, muitas vezes, não possuem recurso para tal. O que inquieta é não se problematizar, não se buscar soluções para essas situações, não colocar nas pautas das reuniões problemas como esses: “muitas vezes não pude produzir nas encomendas que a associação recebeu porque não tinha dinheiro para comprar o material, a linha [...] a gente tem que comprar nosso material e cada um ganha pelo que produz [...]” (artesã da associação 1).

O grupo de produção perde sua identidade, deixa de ser grupo se o trato na produção é individual? A cooperação é de fato cooperação se os mecanismos que legitimam as relações entre os sócios não gerarem comunhão, solidariedade, divisão igual de ganhos; se não estimulam a participação de todos em todos os processos? Como lidar com essas irregularidades dos processos coletivos, que podem afastá-los de seu verdadeiro paradigma?

Os processos de organização, gestão, acompanhamento nesses grupos são marcados pela decisão coletiva. São os sócios que decidem como vão se dar às atividades, como serão repartidos os ganhos, que medidas serão utilizadas. O grupo regulamenta os processos internos que irão fundamentar a produção e comercialização de seus produtos.

Ao tratar de solidariedade em seus estudos acerca do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, Candido (2003) retrata e caracteriza o trabalho coletivo como elemento principal de construção do bairro, da comunidade. A manifestação mais importante da solidariedade e do trabalho cooperado é o mutirão que nas comunidades periféricas, pouco urbanizadas, predomina como sociabilidade vicinal. Esse tipo de trabalho associado é legitimado culturalmente, seja pela religiosidade ou mesmo pela proximidade entre as pessoas, presente nas pequenas comunidades. Antonio Candido descreve:

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçado, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal (2003, p.88).

Essa forma de cooperação, os mutirões, são organizações importantes à própria subsistência em muitas comunidades. O meio de vida dos grupos sociais se forma em princípio pela relação entre necessidades e os recursos que o meio físico oferece e a constituição desse enfrentamento material por meio da colaboração, da solidariedade entre os indivíduos que pressupõe organização na busca da satisfação dessas necessidades. Sem organização, por mínima que seja, os homens e mulheres não seriam fortes o suficiente para manter-se em constante desenvolvimento, como propõe Candido:

Dir-se-á, então, que um grupo [...] vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo (Id.,Ibid., p.35).

As relações dentro desse coletivo que é a sociedade deveriam enfatizar os interesses coletivos, seja por meio de trocas, de comunhão, ou mesmo interesses individuais desde que não anulem o sentido de coletividade próprio da sociedade, para isso devem ser trabalhados através do acordo e do consenso. Entretanto, os conflitos, os processos de disputa e de luta são características importantes quando são canalizados para o crescimento. Assim, a sociedade, segundo o autor, não está fundada essencialmente no individual e sua base central, portanto, não deveria ser a propriedade privada, mas a cooperação, por mínima que seja. O sistema de expropriação de uns sob os outros se refere à quebra desse equilíbrio social, são situações de anomalia do caráter do próprio conteúdo social. Legítimo seria que a sociedade, resguardada em sua essência, fosse construída tomando como proposta relações de cooperação, por ser eminentemente arquitetada pelos homens para o bem coletivo destes.

Vale ressaltar que a construção da vida societal envolve propostas que vão além das relações materiais, diz respeito à própria produção da cultura, portanto, pode-se dizer que a organização da sociedade capitalista, que evidencia a competitividade e individualidade, necessita nascer como inspiração cultural também, buscando sobrepor-se à própria essência e

caráter coletivo presente no conteúdo social. São nesses modelos de sociedade deficitária que as brechas de contra-hegemonia se fazem presentes.

É nesse sentido que no centro de organizações como as associações de trabalhadores, construídas sob o lema da cooperação, do coletivo, tornam-se, muitas vezes, deficientes em sua sociabilidade. São propostas que se contrapõem a aprendizados outros, que trazem conteúdos contraditórios, realidades debilitadas pela sociedade maior, deficiente em seu próprio significado: sociedade – pessoas que se associam.

### 5.2.1.1 Os grupos como espaço de convivência, de diálogo, de encontro

A tarde está quente, são 14h e a coordenadora da associação Trançados da Ilha ainda não chegou. Pouco tempo depois chega uma jovem que abre a sede da associação. Ela me convida pra entrar e sentar. Pergunta se esperei muito. Depois de uma conversa rápida ela começa a organizar a palha já devidamente tratada que fica organizada em um dos quartos da associação. Ela vai iniciar uma peça. Senta no banquinho próximo a porta lateral, pega um maço de palha branca e outro colorido, escolhe daqui e dali e inicia o processo do trançado. Observo atentamente. Ela inicia devagar e só depois vai apressando o movimento numa agilidade incrível. A jovem comenta: “vou fazer assento de panela”. Sorrio para ela que não pára de trançar. Leva mais ou menos 20 minutos para se perceber o que fato será produzido. Chegam mais duas artesãs, uma senhora e outra mais jovem, cumprimentam e vão logo organizando os trabalhos. As horas passam, são 15 horas. O movimento da associação começa a aumentar, são homens, mulheres, jovens e crianças que conversam muito. Tento me concentrar em algumas falas, são sobre assuntos pessoais. As pessoas conversam entre si assuntos variados, falam de outros trabalhos, de falta de dinheiro, falam do bingo que vai ter na igreja, falam de festa de casamento. A coordenadora que já havia chegado me convida para esse casamento dizendo que a festa é a comunidade quem está organizando, todo mundo vai contribuir pra fazer a festa acontecer, farão bolo, vão conseguir refrigerante, entre outros. Uma frase fica registrada: “quando a gente quer fazer uma coisa a gente se reúne e faz, não tem isso? Se junta e dá um jeito, faz um bingo”. O bingo que vai acontecer na igreja, depois da missa de domingo é pra arrecadar dinheiro para a festa (Diário de campo, 29 de março de 2004).

As observações nos grupos de produção sempre permitiram anotações referentes à convivialidade, ao diálogo, aos processos relativos ao potencial do encontro, do bom entrosamento. Os sujeitos envolvidos nos trabalhos artesanais cumprem as atividades da arte do trançado com muita leveza, organizam seu tempo, seu espaço, conversam quase sempre motivados pela alegria. Chamou-me a atenção a alegria desses momentos, constante em todas as visitas que fiz aos grupos. Ali se trabalha com prazer e o trabalho parece perder seu aspecto

negativo, que aprisiona, talvez pelo potencial criativo próprio da arte. A produção das peças é, na maioria das vezes, caprichada, mesmo que o artesão já tenha produzido 20 peças do mesmo estilo, a produção continua sempre com a mesma qualidade. A preocupação com a quantidade que se produz, apesar de definir o reembolso financeiro, não salta aos olhos. O que se faz mais é conversar, “prosear”, na voz dos entrevistados: “trabalha, conversa, prosa uma com a outra... manga uma da outra, é gostoso trabalhar, aí vai levando a vida pra frente!” (artesã da associação 3).

Aqui, a dimensão do trabalho, representante direto do potencial criativo dos artesãos redescobre uma dimensão mutilada pelo trabalho reificado, alienado, e que, nesse caso, pertence à esfera artística, aspecto imbricado no potencial humanizador da arte – o prazer. O potencial humano de atribuir ao trabalho, por meio do ato teleológico, sua subjetividade é dimensão operante do próprio trabalho, e é essa mesma dimensão que permite o salto ontológico do homem da esfera animal para a esfera social. Segundo Lukács:

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto com a natureza inorgânica [...], quanto com a orgânica, inter-relação [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social [...] Todas as determinações que, conforme veremos, estão presentes na essência do que é novo no ser social estão contidas *in nuce* no trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social [...] (LUKÁCS, 1980, p. IV-V, apud ANTUNES, 2001, p.36).

Para Lukács é também pelo trabalho que o homem se complexifica enquanto condição humana, estabelece com os outros seres humanos processos de interação compondo um universo denominado de sociabilidade. O trabalho, enquanto categoria mediadora das interações homem-natureza, possibilita ao homem humanizar-se, seja por sua qualidade intrínseca de renovar a vida biológica, mas por seu papel mediador, através do “pôr teleológico” exclusivo dos homens e mulheres, permitindo construir a sociedade e o mundo cultural que os distingue dos animais. Através desse ato imprime à matéria sua subjetividade dotando-lhe de sentido como nascimento de uma nova objetividade. O trabalho que descrevemos aqui “torna-se protoforma de toda a práxis social [...] sua forma originária desde que o ser social se constitui. O simples fato de que o trabalho é a realização de uma posição teleológica é para todos uma experiência elementar da vida cotidiana” (Id.,Ibid., p.137).

As interações, fruto do processo de comunicação que os indivíduos subscrevem em seu cotidiano são mediadas por essa *práxis* composta pela consciência coletiva adquirida por meio do trabalho. Aristóteles ao debruçar-se no estudo da teleologia e suas relações com a

causalidade a partir do trabalho, ou seja, a capacidade de intervir na matéria que existe na natureza, dada, em sua forma original e transformá-la, mesmo diante de sua identidade circunscrita pela causalidade, procura distinguir dois componentes presentes no trabalho: o pensar e o produzir. Claro, o homem pela capacidade teleológica propõe finalidade para o objeto que quer criar, concebendo os meios para conferir-lhe enquanto produto de sua ação e o produz. Acrescente-se a essa idéia todo o processo de planejamento, elaboração e estudo que permite ao homem agir e que está presente com mais força na primeira etapa, mas não se extingue durante o produzir, momento em que testa suas hipóteses, teses e idéias.

Na vida em sociedade essa dimensão que poderia chamar de pedagógica do próprio processo de trabalho é ainda projetada sob as trocas entre os sujeitos, às experiências e idéias novas, principalmente quando permeiam cotidianos de trabalho coletivo. Os homens e mulheres se fazem seres sociais a partir dessa “convivialidade” e dessa potencialidade produtiva material, possibilitando a reprodução da própria vida, tanto nos primeiros degraus da escala humana de existência: alimentação, moradia, vestuário, transporte, etc., como em escalas maiores conferidas pela educação, lazer, arte, filosofia, poesia, pintura, literatura, música, enfim, tempo livre cheio de sentido pelo trabalho (ANTUNES, 2001):

Se a liberdade conquistada no trabalho primitivo era necessariamente ainda rudimentar e restrita, isso em nenhum sentido altera o fato de que até a liberdade mais espiritualizada e elevada deve ser obtida pelos mesmos métodos existentes no trabalho originário [...] É exatamente nesse sentido que o trabalho pode ser considerado como modelo de toda a liberdade. E as demais esferas presentes na práxis social, de sentido interativo, mostram-se como um prolongamento complexificado (e não puramente derivativo) da atividade laborativa (Id.,Ibid., p.145).

O trabalho quando confere prazer revigora a humanidade presente nos sujeitos, uma humanidade mutilada pela miséria material. Sua organização confere movimento diante da situação de exclusão social em que muitos se encontram, revigora a auto-estima das pessoas que se sentem atuantes por não estarem cruzando os braços diante de sua realidade, da falta de recursos para viver com dignidade, ao contrário, são capazes de planejar e realizar uma atividade que lhes dá prazer e recursos para suprir necessidades: “[...] uma terapia [...] se a gente ficasse em casa só parada, sem se mover como ia ser? Quando é pra gente vir pra cá, deixa os problemas tudo em casa, se ficar todo o tempo em casa fica estressada e aqui não, acaba tudo [...]” (Grupo de artesãs da associação 3). Vários trechos do diário de campo podem retratar essa convivência como momentos de trocas, de aprendizados, como exemplo destaque:

A hora do artesanato é marcada por um ritual de entrosamento. Sempre em círculo, chegam com seus trabalhos e material, seja almofada de renda ou a palha de carnaúba, puxam seus banquinhos, conversam trivialidades, mostram

seus trabalhos, falam das dificuldades [...] muitas mães são seguidas por seus filhos que logo começam a produzir seu artesanato também [...] vão tecendo, rindo, conversando, relatando fatos da comunidade, tornando aquele momento agradável e acolhedor. As filhas já desenvolvem pequenos trabalhos (Diário de campo, 14 de abril de 2004).

A ação coletiva é entendida não só como agrupamento, reunião de pessoas para realização de atividades que tem como fundamento o mesmo objetivo, mas apresenta-se, também, como movimento e, segundo Melucci, manifesta-se através da “ruptura dos limites de compatibilidade do sistema” (2001, p.35). O desemprego crescente é o principal sinal da crise que mobiliza os agrupamentos produtivos, entretanto, os movimentos e ações coletivas não devem ser considerados respostas às crises, mas sua expressão, expressão de conflitos. Os movimentos, as lutas sociais advindas das organizações coletivas, portanto, não são atitudes construídas por conjunturas sociais, que possuem características de passagem, temporárias, mas são fruto de crises estruturais, conflitos que surgem de situações políticas construídas sob pólos divergentes, por exemplo, a luta pela terra, que apresenta agricultores e seus representantes de um lado e latifundiários e agências de proteção de outro, nascem de uma situação estrutural conflituosa, dada a formação da sociedade de classes no capitalismo, a má distribuição da terra e a legitimação da propriedade privada.

Na realidade discutida aqui, a ação coletiva empreendida no processo de produção coletiva representa um movimento que, também, traz como base o conflito e as crises estruturais, primeiro porque é constituída por sujeitos representantes de uma classe específica – a classe trabalhadora; segundo porque empreendem um processo de luta cotidiana com sua realidade na busca de superá-la, e que revela, muitas vezes, a negação das formas com as quais se constitui a sociedade; terceiro porque de um lado<sup>43</sup> encontramos grupos de trabalhadores, organizados em processos coletivos e de outro o mercado, as estruturas econômicas e sociais organizados sob o modo de produção capitalista trazendo sua estrutura totalizadora como principal pólo divergente, contra o qual os grupos se deparam cotidianamente.

Os grupos, formados pela parceria entre as pessoas instala-se enquanto identidade coletiva quando são movidos por interesses comuns, entretanto, essa identidade coletiva é formada por processos de negociações e conflitos entre os atores que movem a ação coletiva. Para Melucci, os movimentos não podem ser entendidos e discutidos a partir da homogeneidade como identificam muitos estudiosos da teoria dos Movimentos Sociais. No

---

<sup>43</sup> Não necessariamente separados, ou seja, interagem cotidianamente, mas em posições contrárias.

interior dos movimentos e grupos sociais entrelaçam-se aspectos diferenciadores e não somente integradores, aspectos esses geradores de conflitos e lutas internas na busca de consensos, não é composto por um único personagem, mas personagens que se agrupam e constroem significados ou sistemas de significados para suas ações, portanto, caracterizam-se pela heterogeneidade (Op.cit.).

Os entraves com os sistemas externos ao movimento, com os aparatos com os quais concorrem, assim como as relações internas, geram aprendizagens que possibilitam a formação do “ator coletivo”, sua manutenção e transformação dentro do tempo e do espaço ao qual pertence. Nas palavras de Melucci:

A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre atores. Processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análise significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também, as relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidade e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo (2001, p.23).

A ação coletiva, enquanto representação de pólos divergentes dentro de certa organização, enquanto negação das formas como esta se constitui e se mantém apresenta-se como possibilidade de mudança ou como mensagem renovada, como indica Melucci, representa a ruptura com a sociedade tal qual se apresenta, pelo menos com certas “verdades” que sustentam suas estruturas e que são negados pelo próprio entrave ideológico, a partir de um novo pensamento. Esse novo pensamento social é composto pela essência reivindicatória de cada grupo contrário, ou seja, as bandeiras desses movimentos reivindicam uma nova estrutura social: melhor distribuição de terra; valorização das diferenças étnicas; respeito às diferenças de gênero e de sexualidade; espaço para a cultura juvenil; espaço de trabalho justo e participativo, etc. “Os movimentos são um sinal. Não são apenas produto da crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre. São, ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas” (MELUCCI, 2001, p.21).

A forma como são construídos e se mantém os movimentos, as interações e modos de organização revelam substância essencial para a composição da “nova” sociedade. Representam um olhar diferenciado acerca dos processos que constituem o todo social. Essas organizações coletivas entrelaçam diversos significados construídos a partir das heranças do passado e complexidades do presente, movem a realidade contrapondo-se a sua estrutura,

possibilitam o fortalecimento de processos de contra-hegemonia. No entanto, para que os processos coletivos fortaleçam a liberdade, para que vejam sua palavra transformada em linguagem, em cultura, precisam resistir “[...] à necessidade de totalidade que os transforma rapidamente em novas igrejas ou em um novo poder” (Id.,Ibid., p.22).

Entretanto, a reelaboração da concepção de mundo das classes populares nasce não só dos processos coletivos, mas dos pontos de ruptura no processo de dominação. O principal elemento de resistência compreende a própria fragmentação da consciência popular, atuando como entrave seja na consolidação da hegemonia burguesa e por outro lado na própria construção do pensamento novo e processos contra-hegemônicos. Segundo Damasceno:

Convém destacar também que, se esta ‘resistência’ dos setores populares, não é em si revolucionária, tampouco é reacionária, notadamente no que se refere à elaboração de uma concepção de mundo própria. Não obstante, a descoberta deste ponto de ruptura constitui um elemento sumamente importante no desencadeamento de uma prática educativa transformadora. A experiência tem mostrado que ‘os modos e conteúdos de consciência popular podem ser modificados intencionalmente quando temos um projeto do homem conscientizado e uma metodologia capaz de colocar em novas bases as relações entre educador e educando, conhecimento e método, teoria e prática. E, acima de tudo, quando temos como ponto de partida e de chegada o próprio grupo que se educa e a sua realidade concreta (1990, p.35).

A ação dos sujeitos sobre sua realidade, pensada e articulada pela organização dessa ação a partir do ato reflexivo é que estabelece uma relação entre o que se faz e a clareza desse agir. Para Domingos, a reflexão, nesse sentido só ocorre quando “somos capazes de nos transformar em objeto de nossa própria atenção e a consideramos como um ato completo” (2002, p.58). A ação não dissociada do pensar sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o fazer, uma ação que é *práxis* (ação-organização), como expressão entre o pensar e o agir de um sujeito consciente.

À consciência, portanto, é atribuído o caráter transformador e sua fragmentação revela que se torna necessário mais que elementos de resistências para que se organizem núcleos revolucionários, pois essa fragmentação impede que qualquer concepção de mundo torne-se hegemônica. Para Gramsci somente por meio de processos educativos, seja na escola, nos sindicatos, partidos políticos, tendo como representante os intelectuais orgânicos é que se pode trabalhar e desenvolver a consciência política, nunca espontaneamente.

Portanto, fica claro que os processos de contra-cultura, de renovação e luta pela transformação social se fará mediante um projeto político-histórico destinado a desenvolver as camadas populares na perspectiva de dirigentes. É por meio da educação que se elabora o ato político, pois o ato educativo atua sobre a consciência e a cultura, tornando a cultura do senso

comum que é fragmentária em elaboração lógica e consistente, conferindo ao saber popular elos necessários a superação de sua condição de fragmento.

### **5.2.1.2 O trabalho individual no coletivo**

Outro aspecto que chama a atenção na organização dos grupos de produção estudados refere-se à sistemática de trabalho adotada que se apresenta como instrumento de regulação do tempo e dos ganhos de cada associado, ou seja, nas associações estudadas é o trabalho individual e esforço de cada membro, assim como o tempo e habilidade que emprega nas atividades desenvolvidas que delimita as retiradas de cada associado. Os pedidos e encomendas chegam aos grupos, são distribuídos igualmente entre os membros, mas ao longo do processo são redistribuídos entre os mais habilidosos e com mais tempo disponível a fim de garantir o cumprimento dos prazos acertados com o cliente.

Dessa forma, o trabalho individual apresenta-se como uma opção do coletivo na organização dos grupos estudados, ou seja, a divisão dos ganhos se faz mediante a produção de cada um, ganha mais quem produz mais, menos quem produz menos: “a divisão do grupo cada qual tem o seu, fez a produção, quem produz mais, ganha mais, quem produz menos, ganha menos” (Coordenadora da associação 1). A distribuição das peças é coletiva, mas a habilidade do artesão e o tempo disponível para o trabalho é que determina o quanto vai obter ao final da produção: “Aqui tem gente que tira meio salário, um salário [...] aí vai por cada pessoa, que ela ganha por produção. Aquelas que produzem mais ganham mais, aquelas que produzem menos, ganham menos [...]” (Coordenadora da associação 3).

Na empresa capitalista os trabalhadores também ganham salários desiguais que são determinados pelo mercado, seguindo a orientação da demanda e oferta, assim como pela posição que ocupa na empresa. O trabalho é regulado pela interação entre oferta – força de trabalho – e demanda – compra da força de trabalho, como descreve Singer:

Os trabalhadores são livres para mudar de emprego e portanto tendem a procurar as empresas que pagam melhor. E os empregadores são livres para demitir os empregados e assim tendem a procurar os que produzem melhor [...] As diferenças de pagamento são objeto de negociações entre sindicatos de empregados e empregadores, e formam planos de classificação de cargos, em que cada nível é determinado por critérios objetivos. Mas, no fundo, o que determina a remuneração de cada trabalho é o incessante ajuste entre oferta e demanda desta força de trabalho (2002, p.11-12).

Na economia solidária cada organização estabelece como serão feitas as retiradas, são os sócios que decidem, em assembleias, se as retiradas serão iguais ou diferenciadas. Entretanto, estabelecer a produção individual como divisa para os rendimentos termina por construir, em certos casos, um desnível grande nos recebimentos: “[...] tem artesão que tira só dez reais, aí é assim, sempre todo mundo se conforma” (artesão da associação 2).

Assim, constatei que essa forma de organização do trabalho das associações termina por desestimular muitos associados, principalmente aqueles que não possuem muita prática ainda e não conseguem vencer o tempo designado para a produção e cumprir sua quota de trabalho. Esse desajuste é resolvido pelo trabalho em grupo somente na perspectiva de cumprir prazos negociados com o cliente: “quando está perto de entregar a encomenda a gente vai tentando alcançar, quando não dá divide com um que é mais rápido, um vai ajudando o outro [...]” (jovem da associação 3) ou ainda...

[...] Eu acho que se deve mais assim, o respeito entre uns e outros [...] é trabalhar mesmo assim em comunidade, todo mundo reunido aí às vezes a pessoa tem aquela dificuldade, porque não apronta a encomenda, se estressa, não consegue fazer, aí se reúne todo mundo, vamos fazer, não vamos esquentar a cabeça, aí a gente vai e se vira [...] (artesã da associação 2).

Outro problema que é citado pelos membros dos grupos estudados refere-se à descontinuidade do fluxo de encomendas e a insegurança que gera na vida do artesão, ou seja, se nesse mês o artesão foi capaz de obter um bom rendimento com seu trabalho no mês seguinte não há garantia de que o grupo vai conseguir alguma encomenda: “[...] a gente ganha pelo que faz, se fizer pouco vai ganhar pouco, se fizer muito ganha muito, tem gente lá na Associação que tira mais de um salário mínimo por mês [...] mas, tem mês também, [...] tem mês que não dá é nada!” (jovem da associação 3).

Os membros das associações, apesar de relatarem nas entrevistas a falta de encomendas como um dos principais problemas, reconhecem que conseguem maior abertura no mercado que muitas outras associações e cooperativas da região pelo vínculo que mantêm com o SEBRAE e outras instituições. Ainda, deixam claro que não se movimentam muito para ampliar essa abertura porque não conhecem estratégias necessárias, tais como a divulgação, entre outras. O principal veículo de apresentação de suas atividades ao público, além da parceria que estabelecem com o SEBRAE, é a participação em feiras e eventos onde podem expor seus produtos e tornarem-se conhecidos pela sociedade. Entretanto, o grupo das rendeiras mostrou-se preocupado com a propaganda do trabalho que desenvolvem, relata um de seus sócios:

[...] já pensamos em fazer um panfletozinho, eu tenho vontade de ir nos hotéis, botar assim [...] fotografias, assim né, tipo propaganda mesmo, né, mas nós temos também fotos no guia quatro rodas. Semana passada veio o rapaz da editora abril fazer todas as pesquisas [...] perguntou os nossos preços, tudo direitinho (Artesã da associação 1).

Nos relatos também foi dado um certo destaque a dificuldade em receber encomendas de grande porte com prazos curtos. Muitos trabalhos são dispensados pela própria estrutura que é necessária ao trabalho artesanal desenvolvido nas associações estudadas, ou seja, a fabricação manual e detalhada de cada trançado torna a produção lenta e com uma margem de tempo maior necessária a sua conclusão. Nas palavras da artesã:

[...] eu despachei logo porque eu vi que não tinha condição. Mas às vezes quando tem assim, tipo, quando eu vejo que dá pra fazer, que dão pelo menos um mês de prazo, aí eu reúno todo mundo e cada qual com seu trabalho [...] olha isso aqui é pra entregar tal dia e cada qual com seu trabalho. Já tem acontecido muito da gente fazer isso e chamar todo mundo e dá a cada qual sua tarefa e tal dia ter que entregar isso aqui. (Coordenadora da associação 1).

Além do trabalho ser dividido e do ganho ser diferenciado é também na hora da produção que se individualiza o material necessário, delegando a cada sócio a responsabilidade pelo material de sua parte na produção: “elas compram, cada uma compra o seu material. Tanto que o material é o mínimo, o dinheiro que recebe dá pra comprar o material, cada qual tem seu material, é caneta, é a linha [...]” (Coordenadora da associação 1). Entretanto, nas associações que trabalham com a palha de carnaúba, talvez porque a matéria prima é obtida na natureza, sem nenhum ônus, todo o material é coletivo. O processo de tratamento da palha é feito pelo grupo e somente é necessário comprar o produto para tingir a palha, no caso de peças coloridas. Nesse caso a associação utiliza recursos obtidos com as contribuições dos sócios. Vale ressaltar que nessas associações o valor da mensalidade é maior e não é fixo, são cobradas porcentagens (10%) sobre o ganho de cada sócio, enquanto que no grupo das rendeiras os sócios pagam apenas R\$ 1,50 mensalmente.

Os jovens falam do trabalho coletivo com a noção de participação que é essencial nas atividades desenvolvidas em grupo destacando que mesmo cada sócio produzindo o seu percentual das encomendas esse trabalho é partilhado pelo grupo que observa, avalia, conserta aquelas que não ficaram boas, enfim, “cada um faz suas peças, mas o trabalho é do coletivo” ou, “tem muita gente que não gosta que dê palpite nas suas peças, mas trabalho em grupo é assim [...]”, ainda, “a gente vê que está mal feita aí conserta [...] a pessoa está fazendo, está vendo que está saindo feio, a gente fala, ajuda a melhorar [...]” (jovens da associação 2 e 3).

O tornar-se grupo é um aprendizado cotidiano e muitos artesãos conseguem perceber claramente o caráter do trabalho coletivo e a importância do esforço individual para mantê-lo, representando o grupo como uma unidade quando se trata do produto, enfocando a necessidade de primar pela qualidade das peças que cada um produz. Uma artesã relata: “tem que aprender a fazer um trabalho com qualidade, porque se um trabalho nosso chegar lá nos Estados Unidos e alguém perguntar: de onde foi esse negócio aqui? Foi da casa da rendeira! Não foi da fulana, nem da cicrana [...]” (artesã da associação 1).

Com relação às retiradas, os jovens são aqueles que ao final conseguem os menores rendimentos, talvez pela pouca experiência com a arte do trançado. Assim, a maioria dos jovens fala dos ganhos que obtiveram na associação com timidez, apresentando retiradas baixas: “não, não, ainda não consegui alcançar a média de receber um salário mínimo não [...] recebi assim uns trinta e cinco reais por mês”, ou, “eu uns cinquenta reais [...] nunca cheguei num salário não” (jovens das associações 1 e 2). Outros, entretanto, mesmo sendo a minoria, ressaltam, orgulhosos com seu desempenho, as retiradas maiores: “eu já cheguei a receber um salário mínimo já [...] trezentos reais [...]” ou, “[...] uma vez recebi cento e quarenta reais e alguma coisa” (jovens das associações 2 e 3).

Os adultos elogiaram uma jovem que superou o ganho de todos produzindo com rapidez e qualidade e ainda completou a produção de outros artesãos que estavam atrasados:

A nossa maior encomenda foi 300 de suplaines, 300 porta-lenços, 40 costureiros e 40 anéis. O prazo era 1 mês. Era de manhã, à tarde e até de noite [...] E aí ninguém fazia almoço, ninguém arrumava a casa [...] (risos). Cada uma ganhou 50 reais, outras ganharam 48, o tanto que fizer [...] mas a Lídia conseguiu cento e quarenta e três reais. Ela fez 12 suplaines e 250 porta-lenços. Quem faz melhor é ela [...] É muito bonito o trabalho dela (artesã da associação 2).

Portanto, fica claro que cada grupo constrói o modo de trabalho e de relações de trabalho que melhor se ajustam às suas necessidades e interesses. Aqui as relações não são de patrão e empregado, onde um grupo submete-se a outro, mas de parceria. Todos são donos, todos se organizam em função das regras de trabalho discutidas e decididas pelo grupo.

O trabalho individual desenvolvido nos grupos de produção é necessário para fazer valer uma decisão do coletivo que discute e estabelece as regras de distribuição dos recursos e as formas como serão desenvolvidas as atividades. Assim, existem também outros grupos que preferem distribuir igualmente os ganhos e as perdas sem levar em consideração a quantidade de trabalho despendido por cada sócio, entretanto, estão sujeitos a entraves maiores nas relações quando um ou outro membro faz corpo mole nas atividades, faltam ou não cumprem o mesmo turno que os demais e ao final recebem o mesmo valor.

Entretanto, o valor atribuído ao trabalho do artesão, muitas vezes determinado pelo grupo levando em conta o valor de mercado e os gastos com a produção apresentam-se como baixos em função do tempo de trabalho e da especificidade do próprio trabalho artesanal. Esses produtos são comprados com o artesão a preços baixos e são, muitas vezes, revendidos em lojas de departamento, *shopping centers* e “espaços nobres” por valores muito maiores. A exploração do trabalho artesanal é estabelecida pelo próprio sistema de compra e venda organizado na sociedade capitalista, aliado às limitações dos grupos no que concerne ao escoamento e comercialização da produção.

Marx, em seus estudos sobre o modo de produção capitalista afirma que mediante a divisão social do trabalho grande número de trabalhadores, tanto manuais como intelectuais alienam sua força de trabalho dada à necessidade de sobrevivência. Torna-se mercadoria para o capital e seu valor deriva da relação de troca. Assim:

[...] sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal de riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios. Sendo o processo de produção ao mesmo tempo processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram as pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores (1980, p.664).

No capitalismo com a divisão social do trabalho e a alienação do homem a partir do trabalho e da exploração do tempo endereçado a este, o trabalhador dedica-se apenas a reprodução do sistema que o aprisiona não dispondo de tempo livre para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, visto integrar um todo laborativo orquestrado pelo capital. As experiências de trabalho repensadas e reorientadas de forma diferenciada da organização no capital representam espaços de contraposição a um modelo que processualmente e historicamente vem se mantendo como hegemônico, mesmo que paulatinamente se reorganize e se reestruture continua mantendo os elementos que o caracterizam como injusto e desigual.

Nesse sentido observo nos grupos elementos que o consolidam como experiências contrárias ao modelo de exploração, principalmente quando o estudo se volta a organização e gestão do trabalho e outros que revelam sua inserção no conjunto da sociedade e a exploração da força de trabalho e produção do artesão, revelando que a apropriação do trabalho do artesão se dá dentro do mercado capitalista que funciona como um transferidor de valor mediante a distorção de preços. Segundo Damasceno, ao estudar experiências de trabalho do

camponês “o que está por trás dessa realidade é o jogo do mercado capitalista, o qual assegura que toda renda diferencial gerada pela economia camponesa, seja apropriada pelo capital comercial, mediante o processo de circulação da mercadoria” (1990, p.94). Os artesãos não se dão conta das formas e instrumentos de exploração, mas revelam dificuldades quanto à nomeação de preços dos produtos e de como precisam trabalhar pra ganhar suficiente pra se manter:

[...] nossas peças, as que custam mais caro, são de dez reais, seis reais, é muito pouco, tem que produzir muito para fazer um salário. Aqui praticamente sou eu que [...] negrada nós vamos pedir tanto, aí é muito! Ou então, está pouco, nós vamos pedir mais um pouquinho [...] é baseado no trabalho que dá [...] no tamanho, no gasto! Nos preços que a gente vê que dá pra vender [grifo meu] (Coordenadora da associação 2).

Definir o preço final do produto é um problema presente em todos os grupos investigados. O artesão, corta, costura, trança, modela daqui, modela de lá e ao final depara-se com uma peça belíssima para a qual não sabe ao certo como definir o valor: "para mim é a pior parte. Não sei se calculo pelo tempo gasto ou pelo trabalho que tive na peça" ou "sempre peço a opinião de amigas para colocar o preço", ainda, "procuro ver os preços do mercado, mas infelizmente as pessoas ainda não dão o devido valor ao artesanato" (artesãs das associações 1, 2 e 3).

O artesão calcula o preço do produto, muitas vezes sem levar em conta gastos fixos como luz, água, aluguel e outros, bem como não verifica o preço da mão-de-obra estabelecida pelo mercado ou valores correspondentes a concorrência, revelando que os artesãos dos grupos investigados sentem dificuldade de planejamento econômico e articulação com o mercado maior. Segundo o economista Paulo Veríssimo<sup>44</sup> a definição de preços pode ser facilitada se houver planejamento por parte do artesão como a verificação do público alvo, a verificação também dos gastos mensais e do tempo gasto para executar o produto: "antes de produzir, o artesão deve verificar qual é o seu público alvo, quais são os seus gastos mensais e qual o tempo dispensado na mão-de-obra, pois não adianta produzir aleatoriamente". Na mesma direção, o economista Ricardo Freguglia<sup>45</sup> afirma que não existe uma fórmula mágica para os cálculos e diz que para o artesão chegar ao preço final é preciso organização e planejamento, assim como levar em consideração os principais pontos como: público alvo, custo do material, custos fixos, custo da mão-de-obra, valor do mercado e o preço da concorrência.

<sup>44</sup> Informações obtidas no site: <http://www.jfservice.com.br/mulher/arquivo/artesanato/2004/03/05-preco/>

<sup>45</sup> Informações obtidas no site: <http://www.jfservice.com.br/mulher/arquivo/artesanato/2004/03/05-preco/>

### 5.2.2 O lugar do artesanato na renda doméstica

Tanto o artesanato com a renda de bilro como com a palha da carnaúba apresentam-se como atividades principalmente feminina e, em sua maioria, com uma função subsidiária na renda familiar, ou seja, o dinheiro obtido com essas atividades complementa a renda e, em muitos casos, garante às mulheres certa autonomia e poder de compra. Uma das coordenadoras relata:

Minhas irmãs começaram a costurar e fazer renda, depois casaram tudo, são rendeiras também, minhas irmãs, né! E eu fiquei, assim, peguei muito amor pelo trabalho de renda, qualquer coisa, se vai acontecer uma festa na cidade, sempre tem as festas tradicionais daqui, aí eu já botava logo uma renda da almofada pra vender porque eu queria comprar uma roupa, um sapato em Cocal, sempre foi assim! (Coordenadora da associação 1).

Entretanto, em algumas comunidades passaram a representar a renda principal das famílias, principalmente no caso do trançado da palha de carnaúba na comunidade de Ilha Grande, onde percebo o envolvimento maior de toda a família. O depoimento abaixo revela: “é mais um meio de desenvolver um pouco o trabalho da gente, principalmente pros jovens e cada um de nós, que é de onde nós tiramos o nosso sustento, tão suado. Para mim significa isso” [grifo meu] (artesã da associação 2).

Mesmo assim, apesar dos membros das associações participarem ativamente das atividades quando surge uma encomenda dá para perceber que essa atividade não satisfaz a necessidade de “colocação no mercado” da maioria de seus integrantes. Estes sonham em encontrar emprego “seguro”, com carteira assinada e salário fixo. A atividade artesanal passa a assumir o segundo plano daqueles que conseguem outro tipo de colocação no mercado, mas raramente abandonam essa atividade por inteiro, preenchendo seus finais de semana, feriados e até 3º turno com a prática da renda ou do trançado com a palha, relata uma das artesãs: “trabalha pela manhã e faz à tarde, que é o caso da Eliane, da Sandra, do meu esposo que tem um emprego próprio, a Francisca trabalha, a Iraci é moto-táxi, mas sempre arruma um tempo aqui para fazer artesanato” (artesã da associação 2). Outros depoimentos:

Quando surge emprego eles saem, assim, não é sair definitivo, entendeu [...] Eu acho que é porque [...] eu não sei, porque emprego tem dinheiro certo todo mês, a renda você não tem dinheiro certo. Primeiro que não tem aquela garantia, que você pode [...] não tem aquele dinheiro todo mês (artesã da associação 1).

Eu não deixaria, deixaria não, eu ficava com o emprego e quando tivesse um tempinho eu fazia a minha renda. Uma coisa que eu gosto muito é de fazer renda [...] (jovem da associação 1).

### **5.2.2.1 O significado do trabalho e a necessidade de emprego formal**

A categoria trabalho para ser compreendida em sua complexidade precisa ser analisada a partir dos sujeitos que de fato tornam possível sua existência. Afinal, por que existe o trabalho? Antes de procurar responder a essa questão é importante que se diga que trabalho é aqui compreendido em seu sentido mais amplo, como toda atividade realizada pelo homem no meio em que vive, toda transformação, sem levar em consideração o grau de necessidade ou utilidade do que provisoriamente podemos chamar aqui de produto ou resultados do trabalho. É a força que depreende para transformar, portanto, não é apenas o meio que torna possível transformar o mundo material, natural, em algo útil, palpável, mas todo ato do homem que o distingue de sua condição primeira, de sua forma animal; trabalho é produção de cultura. Essa força humana que surge na inter-relação entre o pensar e o agir supõe a superação do homem de sua total dependência da natureza, supera seu aspecto animal, enquanto propriedade instintiva, que o subtende como dependente das armadilhas naturais para, ao contrário, humanizar sua natureza: “o homem, portanto, só se desenvolve em conexão com este outro que ele traz em si próprio: a natureza. A sua atividade só se realiza e progride fazendo surgir do seio da natureza um mundo humano”(LEFÈBVRE, 1974, apud GADOTTI, 1998, p.126-127).

Não trago a pretensão de conceituar trabalho sem considerar outras categorias, mais em sentido mais específico esse tema relaciona-se diretamente com categorias como linguagem, cooperação, educação, saber (desenvolvimento intelectual, habilidade, técnica...). Todas essas categorias não seriam compreendidas adequadamente se dissociadas da idéia e representação do que seja trabalho, visto que é a partir deste, segundo Marx, que o homem torna-se menos natureza instintiva e veste-se em “ser social”, passa a lidar com esta (natureza) através de mediações.

Inicialmente, é a ordem das necessidades físicas que vai gerar o trabalho, a sobrevivência. As possibilidades geradas pelo que foi transformado tornam as necessidades até então satisfeitas em velhas necessidades, estas são sempre acrescidas ou substituídas por novas necessidades que irão gerar novas ações, novas possibilidades, daí o trabalho como

atividade constante na vida humana, na vida social. Entretanto, esse “separar-se da natureza” também é mediado pelo trabalho que o impele a certa “autonomia” diante desta, mas também o consubstancia em proximidade e “dependência”, como assinala Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos - , a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (2003, p.211).

Marx em *O Capital* pressupõe o trabalho como atividade exclusivamente humana por sua capacidade teleológica, de idealizar, “não produz instintivamente como as abelhas ou as aranhas”, mas produz a partir da ideação, ver concretizado ao final do trabalho aquilo que imaginou, planejou, arquitetou... “Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito” (MARX, 2003, p.212).

É através desse processo de mediação da ação do homem sobre a natureza, sua atividade, seu trabalho referendado pela capacidade teleológica, pelo pensamento, pela ideação que historicamente vai sendo forjado no meio das relações humanas o sistema de metabolismo social do capital, “como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital” (MÉSZÁROS, 1995 apud ANTUNES, 2001, p.19).

O sistema que vem mediar a interação do homem com a natureza num processo considerado de primeira ordem caracteriza-se pela satisfação das necessidades humanas de sobrevivência por meio desse constante intercâmbio do homem com seu meio. O trabalho reflete essa ação primeira de “inocente” afastamento do homem de sua condição instintiva para a produção de um mundo diferente, mundo novo, repleto de signos, de representações novas, de significados tão complexos como complexo vai tornando-se seu cotidiano. É por meio do trabalho humano que a reprodução societal se desenvolve e, assim, também, a autoprodução. Antunes (2001) reporta-se a essa mediação de primeira ordem retratando-a a partir de alguns aspectos: a) a regulação espontânea da atividade biológica reprodutiva; b) a regulação do processo de trabalho para a satisfação das necessidades humanas (produção de instrumentos de trabalho, empreendimentos produtivos e o conhecimento); c) o estabelecimento de um sistema de trocas compatível com as necessidades; d) a coordenação e o controle das múltiplas atividades; e) a alocação racional dos recursos materiais e humanos

disponíveis; f) a constituição e organização de regulamentos sociais designados para a totalidade dos seres sociais.

Observa-se o processo de gestação do sistema de capital vivido hoje, onde as bases da estrutura organizavam-se pela via humana – a sobrevivência, as necessidades de reprodução biológica – onde o próprio trabalho possuía um sentido vital imediato, os meios de produção desse trabalho faziam parte do próprio processo de trabalho, ou seja, possuir as ferramentas para trabalhar era vital para a sobrevivência do homem e para a concretização do próprio trabalho. O artesão que fabricava sapatos possuía em sua oficina tudo que ali era necessário para a execução de sua atividade. Reconhecia todo o movimento necessário para a confecção de uma peça e ao final de sua investida apreciava o sapato, objeto que criara com criatividade e capricho. Conhecedor do ofício, o sapateiro orgulhava-se de sua arte, sentia-se **sujeito** do processo de trabalho por trazer consigo um conhecimento que muitos não possuíam, cultivava a destreza de executar peças com tamanha habilidade que demorar sobre cada objeto o tempo necessário para sua perfeição era condição essencial para um bom resultado e para receber com prazer maior pagamento pela peça. Marx caracteriza todo esse processo, descrevendo a proximidade entre sujeito e objeto gerados pelo processo de trabalho:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto [...] Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais [...] A terra, seu celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho [...] A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho e um desenvolvimento relativamente elevado da força de trabalho. O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados (MARX, 2003, p.213).

O processo de regulação e controle do sistema de atividades que processualmente foi se tornando cada vez mais complexo passa a encerrar muitos elementos e partes, constituindo um todo diversificado, composto por vários elementos combinados de maneira a oferecer certa dificuldade para a análise. Antunes descreve esses elementos como parte de um sistema de mediação de segunda ordem que passou a alterar as mediações de primeira ordem introduzindo ao trabalho “elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico” (2001, p.20).

Dessa forma as necessidades humanas deixam de ser prioridade na organização do trabalho que deixou de ser regulado por valores de uso e passou a ser regulado por valores de troca, subsumindo o trabalho ao capital. Antunes descreve os principais pontos presentes nos elementos de mediação de segunda ordem que “decorrem do advento do sistema capitalista”:

- 1) a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção;
- 2) condições objetivadas e alienadas impostas, exercendo “um mando” sobre as ações dos trabalhadores;
- 3) “a personificação do capital como um valor egoísta” – volta-se totalmente para a expansão do capital;
- 4) “...a personificação dos operários como trabalho”, desapropriando o trabalhador de seu trabalho e de sua identidade de sujeito do processo de trabalho numa constante dependência com capital, tornando-se ele próprio elemento deste capital (Id.,Ibid., p.21-22).

Os elementos acima citados alteraram as formas de mediação de primeira ordem, subordinando a atividade produtiva às necessidades e imperativos de reprodução do capital, trazendo para o trabalho a dimensão fragmentada do “emprego”. O emprego<sup>46</sup>, termo que se mistura ao sentido do trabalho, mas representa sua redução, principalmente, porque é espaço de aprisionamento da condição humana presente no trabalho, é sinônimo de contrato, compra e venda da força produtiva, portanto, representa a desapropriação da ação de trabalhar em seu sentido amplo, enquanto ação e formação de si mesmo.

Os sujeitos ao se reportarem ao trabalho vinculam o termo a emprego, mas levando em consideração as contradições presentes na sociedade capitalista caminham entre a noção de trabalho (fonte de transformação, identidade e construção cultural) e emprego (contrato de trabalho e a noção de estabilidade que a ele se vincula). Ao serem questionados sobre o significado do trabalho nas associações declaram:

Ah! Pra mim é muito importante esse trabalho, é a minha vida continuar o meu trabalho e aqui nessa casa eu me empenho demais, tudo que eu faço, tudo que eu planejo, tudo que faço é pra contribuir e manter esse grupo, essas pessoas que trabalham, que pagam direitinho. (Coordenadora da associação 1).

É mais um meio de desenvolver um pouco o trabalho da gente, principalmente pros jovens e cada um de nós, que é de onde nós tiramos o nosso sustento, tão suado. Pra mim significa isso [...] (Coordenadora da associação 2).

Significa fonte de renda [...] eu me vejo bem velhinha fazendo renda [...] (artesã da associação 1).

---

<sup>46</sup> O trabalho é mais antigo que o emprego, o trabalho existe desde o momento que o homem começou a transformar a natureza e o ambiente ao seu redor, desde o momento que o homem começou a fazer utensílios e ferramentas. O emprego é algo recente na história da humanidade. É um conceito que surgiu por volta da Revolução Industrial, é uma relação entre homens que vendem sua força de trabalho por algum valor, alguma remuneração, e homens que compram essa força de trabalho pagando algo em troca, algo como um salário. É uma espécie de contrato no qual o possuidor dos meios de produção paga pelo trabalho de outros, que não são possuidores do meio de produção.

Ser artesão, pra nós é uma coisa boa, mas ainda falta muito pro artesão viu... em termos de direito o artesão não tem direito pra nada e devia ser mais visto, ser mais valorizado... (Coordenadora da associação 3).

A necessidade de emprego formal com registro em carteira ainda é o sonho desses trabalhadores, principalmente dos jovens que parecem desejar a tão almejada estabilidade, mesmo insistindo em nunca abandonar o grupo, propõem dedicar-se as duas atividades. Os depoimentos abaixo deixam claro esse desejo:

Se fosse um salário bom (preferia o emprego formal) [...] (jovem da associação 2).

Eu aceitaria o emprego, mas não deixava a associação [...] (jovem da associação 3).

Eu não deixaria, deixaria não, eu ficava com o emprego e quando tivesse um tempinho eu fazia a minha renda. Uma coisa que eu gosto muito é de fazer renda [...] (jovem da associação 1).

Tem segurança no emprego, tem os dias que você não pode trabalhar, aposentadoria, 13º salário [...] (jovem da associação 3).

(Emprego com carteira assinada) Tem mais direitos (jovem da associação 2).

(diante de um emprego formal?) Deixava por um tempo, eu arranjo um tempo pra continuar fazendo (jovem da associação 1).

Nós trabalhava pra eles (emprego formal) e nas horas vagas [...] aí eu ganhava de um lado e do outro (jovem da associação 3).

A opção pelo emprego formal foi geral e alguns membros mais antigos tentam justificar: “é, eles dão prioridade (ao emprego formal). Tem gente que arranjou emprego de professora, vão ensinar pela manhã. Aí eles vão, mas sempre ficam à tarde lá no centro, sempre continuam [...]” (Coordenadora da associação 2). Outro depoimento busca explicação: “eu acho que é porque [...] eu não sei [...] porque emprego tem dinheiro certo todo mês, a renda você não tem dinheiro certo. Primeiro que não tem aquela garantia, que você pode comprar à prazo [...] não tem aquele dinheiro todo mês” (Coordenadora da associação 1).

Entretanto, muitos adultos também desejam que os jovens busquem emprego formal, deixando transparecer a idéia de que o trabalho na associação não é o ideal para o jovem, principalmente para aqueles que estudam e que podem conseguir um emprego mais seguro com uma renda mais sólida e maior: “ela já era pra ter um emprego mais [...] um emprego melhor [...] eu digo assim, mas era pra ela ter mais estudo pra tentar uma coisa melhor [...] um emprego melhor [...]” (artesã da associação 3).

A carteira de trabalho aparece estigmatizada mediante a dificuldade de colocação em postos de trabalho que lancem registro em carteira. Tanto os adultos quanto os jovens a representam como a guardiã de um futuro tranqüilo, referindo-se a aposentadoria. Preocupam-se com a instabilidade do presente e com a incerteza do futuro mediante a atividade a qual se dedicam: o artesanato. Os artesãos demonstram medo do futuro:

Já tirei (carteira de trabalho), mas tá branquinha, branquinha [...] (risos!!!) (jovem da associação 3).

É, é horrível, o artesão se ele não puder mais trabalhar ele morre de fome porque ele não tem nenhum direito que assegure a velhice do artesão (coordenadora da associação 1).

Ele pode sozinho está pagando a previdência [...] pode, mas está caríssimo [...] A gente se preocupa com isso, com a carteira assinada [...] nós já falamos até com o pessoal do PRODART, que eles fizessem alguma coisa pra dar prioridade ao artesão porque o artesão também é gente e trabalha, dá duro mesmo (coordenadora da associação 1).

Os depoimentos também apresentam as dificuldades de colocação nos postos de emprego formal, revelando a angústia dos jovens mediante o mercado de trabalho, a escolarização, a idade e a falta de experiência. Algumas falas descrevem:

Se eu for atrás, com essa idade que eu tô, eles não vão aceitar, alguns aceita, mas é difícil, não tenho experiência pra botar no currículo [...] (jovem da associação 1).

No currículo a gente geralmente coloca o que a pessoa já fez no decorrer dos anos, né? Os cursos que fez, experiência de trabalho [...] Pode botar que trabalhou também, pra ver se encaixa! (jovem da associação 2).

Estudo ter, tem, mas não tem é emprego [...] às vezes os jovens terminam os estudos e ficam aí parados [...] é porque não tem emprego [...] estuda, estuda, estuda e cadê o emprego? (jovem da associação 3).

O crescimento do número de jovens que participam de atividades de diferentes tipos, “trabalhos” que compõem o mercado informal e até mesmo a participação nas cooperativas e grupos de produção parece nascer, na maioria dos casos, não como opção, mas, ao contrário, como falta de opção, ou seja, nasce da “imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares, e instaura o que Boaventura Santos (1999) denomina *fascismo da insegurança*.” (Frigotto, 2004:197).

Importa aqui ressaltar o modelo de proteção social adotado no Brasil (a partir da década de 30) e suas bases, fundada essencialmente na vinculação dos indivíduos ao mundo do trabalho, baseado no tripé legislação previdenciária, trabalhista e sindical (Cohn, 2004:162-163). Nesse sentido, os direitos sociais dos cidadãos estão ligados às condições de trabalho e as relações provenientes desses contratos. Para Cohn:

Desde a sua origem [...] o que funda a concepção do sistema de proteção social brasileiro é seu estreito vínculo com o mundo do trabalho, vale dizer, com aqueles segmentos sociais já inseridos na sociedade. Esse vínculo com o mundo do trabalho expressa a articulação da política de Estado de proteção social com o processo de acumulação e desenvolvimento do país em curso em seus distintos momentos históricos ao longo dos posteriores 50 anos do século passado, expressando um projeto nacional em que a questão social da pobreza e da desigualdade era absolutamente marginal, responsabilidade do setor filantrópico ou do próprio Estado, mas sob um outro registro (2004, p.163).

O Estado passa a ser o representante maior dos interesses econômicos e dos segmentos da sociedade que estão inseridos nos projetos econômicos em detrimento de questões sociais ligadas àqueles que ficaram à margem do sistema e tem sua lógica superada com a crise do modelo de Estado desenvolvimentista. Cohn complementa caracterizando as mudanças implantadas no final dos anos 90<sup>47</sup>:

...desvinculou-se a base contributiva da previdência social (e portanto desse tipo específico de seguro social) da inserção do trabalhador ao mercado de trabalho, substituindo-se como critério de aposentadoria o tempo de trabalho pelo tempo de contribuição. Esse rompimento com a lógica anterior vigente representa a radicalização do império da racionalidade contábil da saúde financeira/orçamentária da previdência social sobre a racionalidade da proteção social em relação aos trabalhadores vinculados ao mercado formal de trabalho. O que importa agora é quanto tempo o trabalhador foi capaz de contribuir, independentemente do tempo em que esteve formalmente vinculado ao mercado de trabalho (2004:164).

Essa desvinculação propõe uma lógica diferente, pois enquanto o tempo de serviço deixa de ser patamar de organização orçamentária da previdência social, a contribuição do trabalhador para os cofres da previdência assume esse papel de forma mais excludente, reforçando um patamar de organização trabalhista pautado por políticas econômicas que buscam o livre mercado e a extinção dos instrumentos que o delimitam. Isto se dá, por um lado, porque essa nova legislação tende a estimular a busca por postos de trabalho formal, mas também estimulam grande parcela da classe média, por exemplo, a embrenhar-se na empreitada de arcar com pagamentos à previdência, principalmente por ter garantido seu processo de aposentadoria em tempo real. Por outro lado, estimula o crescimento do mercado informal, dado a ampliação do tempo de contribuição de homens e mulheres (um mercado

---

<sup>47</sup> Entretanto, o texto principal da reforma da previdência só foi aprovado em 26 de novembro de 2003, no atual governo e atinge principalmente os servidores públicos, elevando a idade mínima para aposentadoria, criando a contribuição de inativos e pensionistas, estabelecendo redutor de benefícios para aposentadorias precoces e definindo teto e subteto salarial no funcionalismo (FOLHA DE SÃO PAULO, 27 de novembro de 2003).

desregulado, mas que tende a minimizar as crises por que passa o mercado capitalista globalizado).

### **5.2.3 O processo de aprendizagem**

A discussão acerca da aprendizagem que subtende o processo de trabalho presente nas associações pode ser dividida em quatro momentos diferentes: 1) a aprendizagem cotidiana, que surge nos processos de gestão e integração dos indivíduos nas atividades vivenciadas na associação; 2) a aprendizagem ministrada pela família no que tange, principalmente, a formação do artesão e as habilidades e técnicas necessárias a prática do artesanato; 3) a organização e gestão de cursos dirigidos aos mais jovens por membros mais antigos das associações a fim de não deixar morrer a arte do trançado e preparar as novas gerações para o trabalho na associação; e por fim, 4) a participação em cursos organizados e ministrados pelo SEBRAE e SESCOOP/PI que objetiva, principalmente, discutir pontos relativos a organização do grupo, o gerenciamento das atividades e sua inserção no mercado capitalista.

Ao falar em formação a presença do SEBRAE é sempre mencionada, entretanto pareceu-me pouco aprendizado técnico com relação a inserção no mercado e o modo de lidar com situações que este exige. A organização, a estrutura das associações ainda é simples, sem muitos registros...

As artesãs mais experientes falam com alegria de todos os seus alunos, quantificam aqueles que aprenderam através de suas mãos. Ficam felizes em repassar o que sabem e ver que estes continuam exercendo sua profissão e que a arte aprendida com seus antepassados continua viva nas gerações futuras. O grupo é composto quase que exclusivamente por mulheres, na verdade garotas, adolescentes e jovens. As fotos abaixo registram cursos ministrados na associação Trançados da Ilha e Associação das Rendeiras do Morro da Mariana para a juventude da comunidade, tanto de renda de bilro como do trançado com a palha:



FOTOGRAFIAS 14 e 15 - Cursos ministrados nas associações para adolescentes e jovens da comunidade

As coordenadoras descrevem experiências com a organização dos cursos e falam da importância dessa iniciativa para a comunidade e para o trabalho das associações. Apontam como principal argumento a preparação dos jovens para o trabalho e a necessidade de se resguardar a arte do trançado para que continue sendo repassada de geração à geração:

[...] e depois quando o Mão Santa foi prefeito de Parnaíba ele e D. Adalgiza (esposa do Mão Santa), ele via como a gente era com a renda, montou uma escolinha de renda, eu fui ser uma das professoras, ensinava a fazer renda [...] (Coordenadora da associação 1).

[...] a escolinha era só de renda. Era eu e outra pessoa, nós ensinava durante a tarde. Muitas das mocinhas que hoje estão com esse trabalho a gente ensinou também. Aceitavam numa boa, na época foi muito bom. Teve tanta procura que não dava nem pra ensinar todo mundo [...] não podia ensinar 30, 40, 50 como na sala de aula. A gente ensinava uns 10, a outra professora 10 e em 4

anos a gente formou muita gente, umas 30 pessoas aprenderam a fazer o trabalho e hoje estão aqui na Associação, trabalhando [...] já são casadas e hoje estão trazendo as filhas pra aprender aqui com elas. (Coordenadora da associação 1).

A associação está com quatro anos de formada, que era um grupo, sabe, de senhoras, nós era sete, só eram elas que sabiam e trabalhavam, aí foi preciso ajuntar mais, umas sabiam e passavam pras outras. Ainda está na associação a pessoa que começou a ensinar, uma Deus levou e a outra, a que me ensinou, a outra ainda está, vai chegar mais tarde. Mas, faz vinte anos que eu faço, vinte anos. Começou com sete pessoas [...] Não tinha muito valor como está tendo agora (Coordenadora da associação 2).

Eu acho que a gente tem que fazer sempre isso, porque os jovens vão dar continuidade ao trabalho e repassar para os filhos [...] Costumo sempre falar. Que tem que estudar, em primeiro lugar, mas na hora que você tiver que trabalhar [...] você tem que aprender tudo na sua vida, porque às vezes você estuda e não tem uma oportunidade, você nunca sabe o dia de amanhã, por isso você tem que aprender a fazer tudo porque na hora do trabalho você [...] ah! Eu já sei fazer isso aqui [...] é importante pra qualquer uma de nós mulheres (Coordenadora da associação 3).

Nas discussões acerca dos cursos ministrados nas associações uma das coordenadoras apresenta o processo de planejamento e as estratégias de organização dos cursos, sempre de modo muito simplificado, mas revelando planejamento e estratégias pedagógicas. Apresenta também a participação nos cursos como um dos primeiros passos para integrar-se ao grupo e tornar-se sócio na associação.

A gente começa falando da carnaúba. Aqui em todo o lugar tem carnaúba, pode tirar, só que a gente tira de uma carnaúba e demora quinze dias pra tirar daquela mesma, pra não morrer a carnaúba, aí deixa de molho, pra não prejudicar a árvore. São os homens, aí os homens tiram e a gente faz todo esse processamento de secagem, mas têm mulheres na associação que também [...] Nem todos aprendem logo a fazer todo o procedimento, tem uns que não sabem, às vezes a palha está um pouco verde [...] aí elas tentam aprender, mas quando tão aprendendo uns sentem dificuldades, aí eu acerto pra elas, depois vão tentar novamente até que acerta, como no caso da Paula [...] a dela estragou todinha [...] o processo dela [...] a gente bota só ela verde no sol, quando dá meio-dia vai abrir e pronto [...] aí com três dias já tá no ponto de trabalhar. Aí começa a trançar primeiro o porta-prato que é mais simples [...] esse aqui é o porta-prato dela [...] ela fez feinho [...] já na cestinha ela fez mais melhor [...] *vai lá buscar pra ela ver* [...] é um processo, cada vez vai melhorando mais. Aí eu ensino tudo, desde a secagem da palha, o primeiro processo de trançar, até os mais complicados [...] e quando elas terminam se quiser ficar trabalhando, já tem serviço (Coordenadora da associação 2).

A juventude, público para o qual são destinados os cursos ministrados pelas associações descrevem esse processo de aprendizagem como uma necessidade para sua inserção nas associações. Nos discursos falam da dificuldade de aceitar críticas e dos momentos de repetição necessários ao aperfeiçoamento dos trabalhos:

A gente recebe (críticas), mas nem tanto [...] tem gente que acha ruim [...] a gente tenta assim aprender a não errar [...] mas sempre erra [...] aí tem que desmanchar o erro, desmanchar o erro e fazer tudo de novo [...] a gente vê se está mole, vê o acabamento, se está bonito (jovem da associação 2).

Quando eu entrei lá não sabia de nada, agora eu sei fazer renda, blusa, pano de bandeja [...] posso trabalhar na associação porque meu trabalho ficou bom (jovem da associação 1).

Alguns jovens apresentam suas peças, satisfeitos com o estágio de produção em que se encontram. Escolhem aquelas que ficaram mais bonitas e pedem para ser fotografados com elas. As fotografias a seguir exemplificam a presença também masculina, apesar desta ser reduzida:



FOTOGRAFIAS 16 e 17 – Jovens Expondo Peças que Foram Produzidas nos Cursos Ministrados pelas Associações

### 5.2.3.1 Saberes gerenciados pela família

Começa mais um dia de trabalho na associação das rendeiras. A coordenadora que mora logo em frente a sede da associação chega primeiro e vai logo abrindo o grande salão. São 8h da manhã, o sol já está alto e o trabalho na associação precisa continuar. A coordenadora abre todas as janelas, organiza as cadeiras, arruma as almofadas, espana a vitrine e expõe as peças. Ela me convida para entrar e sentar e pede que fique à vontade. Depois de algum tempo o telefone toca, ela atende e faz anotações, me parece algum tipo de encomenda. Depois de quase 40 minutos que entramos duas rendeiras chegam, procuram suas almofadas e banquinhos, conversam sobre algum material que não estão encontrando, organizam o papelão e os espinhos de mandacaru que usam para prender os fios, outras já utilizam alfinetes. Elas conversam sobre uma festa religiosa que está sendo organizada, depois iniciam seus trabalhos. Tudo está calmo, o tilintar dos bilros quebram o silêncio que se forma. Depois de uma hora já transcorrida desde que foi aberta

a associação começam a chegar algumas jovens. Elas entram conversando muito, falam de um curso de informática que está sendo organizado na cidade. A coordenadora me chama para ver o trabalho dessas jovens rendeiras, elas estão aprendendo novos pontos trazidos da Alemanha por duas jovens estrangeiras interessadas em aprender a técnica utilizada aqui. Trançaram gravuras de animais da região. Enquanto observo o trabalho dessas jovens elas já se organizam nas almofadas. O tempo passa rápido! O fluxo de pessoas na associação vai aumentando. Algumas rendeiras chegam com seus filhos e filhas e mostram para as companheiras os pequenos bicos de renda que as crianças produziram. Essas mães ensinam às filhas a arte da renda. Todos trabalham muito nesse dia, pois precisam entregar uma encomenda de toalhas de bandeja (Diário de campo, 29 de março de 2004).

O conhecimento do artesão, geralmente é passado de mãe/pai para filhos, tio/tia para sobrinhos, parentes. Antes, os pais, principalmente as mães para as filhas no caso da renda de bilro e trançado com a palha, destinavam certa quantidade de horas por dia para ensinar seu ofício de artesã aos filhos, determinando que estes parassem para escutar e exercitassem seu aprendizado. Entretanto, nem todos os jovens queriam tornar-se artesãos, mas acabavam obedecendo e, muitas vezes, executavam as tarefas a contragosto. Uma das rendeiras agora mãe e instrutora das filhas relata:

Nasci aqui e cresci aqui na comunidade, conhecendo todo mundo. Foi uma infância normal. Eu aprendi a fazer renda ainda na infância, minhas irmãs, minha avó. Minha mãe apreendeu com minha avó e tinha aquela preocupação de ensinar a gente, fazer aqueles trabalhos, principalmente a renda que a renda é uma coisa tradicional que vai durar muitos anos. Aí ela dizia: olhe, agora você vai fazer aqui sua renda, você só vai sair daqui quando terminar esse papelão [...] e a gente aprendia [...] na época eu tinha muita preguiça de fazer aquele trabalho. E às vezes eu chorava e dizia: Ah! Eu não agüento mais [...] (risos!!) Criança, pensa sempre em brincar! “Mas só vai brincar quando terminar sua tarefa”, ela dizia! E eu já de pequena fui tendo aquela responsabilidade, com aquela tarefa e tudo. E quando eu fiquei mocinha com 15 anos, meu pai morreu e eu fiquei só com minha mãe e aí a gente começou mesmo a trabalhar [...] logo em seguida minha mãe morreu também e eu fiquei órfã com 17 anos. Por isso, eu vejo a importância de está ensinando pros filhos [...] (artesã da associação 1).

Candido caracteriza a família e a educação de tempos atrás (década de 40 e 50) moldando uma família extremamente patriarcal, demonstrando a sujeição dos filhos mesmo depois de casados e a imposição e controle, principalmente, do pai sobre a força de trabalho familiar. Descreve:

Dizem eles que antigamente o filho se dirigia ao pai de olhos baixo e lhe obedecia a vida toda. Devia observar em relação a ele uma série de normas de etiqueta, entre as quais sobressai, na referência constante dos testemunhos, não cruzar o seu caminho nem passar pela sua frente, estando ele parado. Segundo João Chagas não havia brutalidade porque não era preciso: os pais governavam os filhos com o olhar até ficarem homens. Mas se saía do trilho os castigos eram severos, menos por ocasião da Quaresma, quando havia

anistia geral. Nesse período, conta Nhá Maria, os pais cortavam varas, deixando-as bem à vista dos filhos depois de preparadas, isto é, sapecadas e untadas. Quando eles reinavam, apontavam para eles e diziam para esperarem até Sábado da Aleluia – dia do ajuste de contas [...] Depois de casados os filhos continuavam freqüentemente morando nas casas dos pais, e isto prolongava a sujeição. Hoje, esta ainda é acentuada, mas os homens já não se submetem tanto em questões de casamento e iniciativa econômica nem ficam a vida toda ao sabor dos pais [...] Os meninos desde cedo ajudam os pais na faina da lavoura, mas apenas quando apresentam certo vigor físico, aos treze ou quatorze anos, recebem o peso total do serviço do eito. (2003, p.312;315).

Entretanto, atualmente nota-se que esse aprendizado vai se definindo de modo informal, dado a presença constante dos filhos nas associações. Desde pequenos os filhos acompanham os pais e vão familiarizando-se com as técnicas e conhecimentos necessários à arte da produção artesanal. Quando estão em condições de produzir começam a ajudar os pais na fabricação das peças e introduzem-se espontaneamente nas associações. A necessidade de ajudar na renda familiar é um dos fatores que mais vem estimulando o aprendizado e a inserção dos jovens no trabalho artesanal apresentado aqui. Os jovens relatam: “Quando eu entrei não sabia, mas minha mãe já trabalhava, aí sempre eu estava ali [...] eu comecei desde pequena a ajuda-la na produção [...] eu aprendi com a minha mãe” (jovem da associação 3); “Quando eu entrei na associação também já sabia fazer, porque minha mãe me ensinou, ela me levava e fui aprendendo com ela” (jovem da associação 1).

Principalmente no trançado com a palha a atividade é desenvolvida envolvendo de forma eminente a família, numa produção familiar e comunitária. É o que evidencia o seguinte depoimento aliado as minha observações:

Aqui é minha grande família, eu, Ritita minha filha, Renato, meu filho, aquela é minha cunhada, minha comadre ali. O resto aqui tudo é vizinha: Francisca, Iraci [...] aqui o resto é tudo de casa, que até sábado e domingo elas estão aqui [...] é tudo de casa, Iraci e Irenilde, falta só trazer a rede, Raquel do mesmo jeito, Francisca [...] aí nunca estou só, tudo é família [...] agora as outras ali já estão se envolvendo também. O genro que está chegando também é da família, já está envolvido [...] (Coordenadora da associação 2).

A família aparece aqui como unidade econômica e se encarada pelo ângulo da economia a reprodução das gerações se constitui através dos laços de solidariedade e das relações entre os mais novos com os mais velhos. Na família a solidariedade é construída por laços afetivos, pelos rituais de convivência impressos pela organização cotidiana: a hora das refeições, os encontros e diálogos que nascem nas atividades domésticas, no compartilhar dos mesmos espaços. Segundo Dowbor “a solidadriedade é marcada pela panela, pelo fato de um grupo sobreviver em torno do mesmo fogão de cozinha. [...] a sobrevivência das sucessivas

gerações, no passado, dependia vitalmente da solidariedade familiar, e depende ainda em grande parte nas sociedades modernas.”(2005, p.293).

A economia familiar que se desenvolve por meio de trocas entre as gerações, de modo eminente nas zonas rurais, ocorria nas sociedades tradicionais e ainda hoje se pensarmos que metade da população mundial dedica-se à atividade agrícola, numa agricultura familiar, onde se organizavam diversas formas de divisão do trabalho, entendendo a família como espaço não só de reprodução social, trazendo o trabalho e o ofício como continuidade entre gerações, mas como espaço de reelaboração de práticas, resgatando e criando novas formas de articulação do trabalho. O referido autor acrescenta a essa análise a lógica oposta presente nos modelos modernos e urbanizados de organização do trabalho e das relações no trabalho:

É essencial entender que o espaço da família era um espaço onde se faziam coisas juntos, como era o caso das comunidades. O desaparecimento dessa dimensão da organização social gera uma sociedade de indivíduos que rosnam uns para os outros na luta pelo dinheiro e esquecem que a qualidade de vida é uma construção social. *Vencer na vida*, da forma como nos apresentam diariamente na televisão, é um processo de guerra contra os outros, e resulta em morarmos num condomínio caro e cercado de guaritas. É o *sucesso*. (Id.,Ibid., p.303).

O trabalho proposto pelo projeto de modernidade é, inicialmente, desvinculado da família e separado por sexo e idade, endereçado exclusivamente ao homem, articulado num espaço onde a família não pode entrar. Paulatinamente a luta pela emancipação e valorização da mulher vai reeditando esse modelo como espaço também feminino, e que na contemporaneidade ainda é construído sob a forma de um mercado machista, endereçando à mulher trabalho de segunda ordem, ou seja, funções de subordinação e salários menores se comparados à remuneração masculina. Nesse modelo de trabalho organizamos nossas vidas para o trabalho e não o trabalho para nossas vidas, no sentido da construção de uma vida com qualidade.

### **5.2.3.2 A formação ministrada pelo SEBRAE E SESCOOP – PI**

Esse curso foi organizado pelo SEESCOOP/PI em parceria com a OCEP e o SEBRAE. A prefeitura de Parnaíba levou um convite à sociedade de Parnaíba, inclusive aos integrantes dos grupos que investiguei. Cheguei cedo. São 8 horas da manhã e ainda não chegou ninguém. O curso foi marcado para iniciar às 8 horas e 30 minutos. [...] a equipe organizadora, assim como o instrutor chegam e direcionam-se ao auditório. Organizam o material e o

credenciamento dos participantes. As pessoas começam a chegar. Cerca de 5 pessoas são das associações estudadas, entre jovens e adultos. Os trabalhos têm início com uma rápida apresentação. Logo em seguida recebemos uma pasta contendo textos, *folders* e uma cartilha sobre autogestão. O instrutor apresenta com breves palavras o objetivo do curso, qual seja o de capacitar para o cooperativismo. Ele solicita a divisão do grupo (cerca de 20 pessoas) em três e distribui um texto para cada grupo. Nos reunimos e fizemos uma primeira leitura. O grupo discutiu as idéias centrais do texto e levou essas idéias para discussão no grande grupo (Diário de campo, 10 de dezembro de 2005).

A formação ministrada pelo SEBRAE, bem como o curso de cooperativismo ministrado pelo SESCOOP/PI trazem como objetivo maior organizar os grupos e capacitá-los para a gestão empresarial. Alia-se a esse objetivo a formação para o trabalho coletivo no que concerne a sistemática de trabalho em grupo relacionada à legislação vigente que rege o cooperativismo.

Participei do curso de formação de novas cooperativas e os conteúdos voltavam-se, principalmente, para o conceito e doutrina cooperativista; organização do sistema cooperativista e características das pessoas jurídicas de direito privado (diferença entre associações, cooperativas e sociedade empresárias). As atividades foram organizadas despendendo 8h/a para cada conteúdo. No terceiro dia (4 h/a) foi proposta uma atividade onde iríamos construir uma cooperativa de fabricação de ornamentos pra festas juninas e competiríamos entre nós para atrair o cliente oferecendo os melhores preços, mas garantindo uma boa margem de lucro através da redução de gastos na aquisição do material utilizado na fabricação, numa visão tradicional de organização empresarial. A foto abaixo se refere às discussões do segundo momento, registrando as apresentações dos grupos do quadro demonstrativo discriminando os vários tipos de organização produtiva:



FOTOGRAFIA 18 - Participantes do Curso Discutindo o Quadro que Apresenta a Diferença entre Cooperativa, Associação, OSCIP e Empresárias

Inicialmente os trabalhos foram organizados em grupos pequenos, distribuindo o material para leitura e algumas perguntas que deveriam ser respondidas pelo grupo. O primeiro texto trazia os principais conceitos – o que é uma cooperativa? Quais os valores do cooperativismo? Que princípios e virtudes devem ser estimulados no cooperativismo?

Quanto ao conceito foi apresentado:

Cooperativa é uma organização de pelo menos vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários (mimeo – material do curso).

Quanto aos valores o texto traduziu-os como “pilares essenciais sobre os quais a empresa cooperativa se constrói”. Esses elementos sintetizam aspectos ligados à autogestão e principalmente a colaboração democrática entre os membros do grupo. São eles: a) ajuda mútua e solidariedade; b) responsabilidade; c) democracia; d) igualdade e equidade; e) honestidade e transparência; f) responsabilidade social; e g) preocupação pelo semelhante.

Ao reportar-se às virtudes identifiquei alguns aspectos ligados à própria gestão financeira do empreendimento como, por exemplo: a) pagamento sempre em dinheiro evitando o endividamento; b) poupar sem sofrimento – estimulando os sócios a garantir sempre um fundo reserva; c) suprimir os parasitas – referindo-se aos atravessadores na compra e venda de produtos e serviços; d) facilitar a todos o acesso à propriedade, ou seja, socializar os meios de produção; e, ainda e) estabelecer o justo preço – incentivando a eliminação da prática especulativa e a justa remuneração de todos.

Outros itens, ligados ainda às virtudes referiam-se diretamente as relações entre os sócios e destes com o empreendimento. São eles: a) viver melhor a partir do trabalho coletivo; b) combater o alcoolismo e vícios de maneira geral; c) integração das mulheres nas questões sociais; d) educar-se e educar o outro para gastar com responsabilidade; e) eliminar o lucro capitalista, pois o objetivo é a satisfação das necessidades humanas; e, ainda f) abolir os conflitos.

Nesse primeiro momento observo que os traços formativos tentam de um lado implantar um conhecimento de gerência empresarial traduzindo aspectos ligados ao mercado capitalista como, por exemplo, quando se refere aos atravessadores ou a noção necessária à atribuição de preços aos produtos e de outro se remetem a aspectos ligados a formação humana e coletiva, ligados à questão da solidariedade e trabalho em grupo. Entretanto, chama a atenção aspectos

contraditórios como o item “e”, apresentado no parágrafo acima, “eliminar o lucro capitalista, pois o objetivo é a satisfação das necessidades humanas”. Esse elemento gerou nos participantes ampla discussão, primeiro porque não encaixava com a noção de gerenciamento que o instrutor apresentava e segundo porque os participantes ainda não compreendiam o trabalho dissociado do lucro e da produção de riqueza. Os participantes fiéis à lógica econômica capitalista com a qual estão acostumados a lidar não aceitavam esse item justificando que não se trabalha para não ver ao final rendimento ou lucro. A ideologia que norteava as idéias presentes nos textos é de que o trabalho em grupo deve trazer aspectos filantropos, humanos, abrindo mão de noções de trabalho individualista, egoísta e competitivo para atribuir a esse, idéias voltadas para a solidariedade, a colaboração e à presença do outro como elemento norteador das relações. Por outro lado, essa noção presente no item “e”, se não for bem compreendida pode remeter as organizações produtivas numa relação desigual, “propondo o enfrentamento do lobo pelo cordeiro”, gerando não seu crescimento e desenvolvimento, mas sua total dependência aos elementos presentes no modelo capitalista que é hegemônico. O lucro capitalista é obtido mediante a exploração do trabalhador, do tempo de trabalho e, portanto, não é o lucro em si que forja a desigualdade, mas as formas como este é gerado e o conseqüente desequilíbrio social construído pelas disparidades socioeconômicas entre os sujeitos e a divisão de classes. É um engano remeter-se aos elementos humanitários que podem construir uma nova forma de gestão da economia, sem antes propor um estudo acerca dos meandros que fazem o sistema com o qual aprendemos a negociar, a produzir, a interagir durante tanto tempo, estabelecendo análise crítica às formas e estruturas que o fundamentam.

Os indivíduos que participam dos grupos de produção não se remetem diretamente como colaboradores de uma nova gestão econômica, ou mesmo, sabem analisar e criticar em profundidade o modelo econômico sob o qual a sociedade vem se mantendo, possuem sim uma relação simplificada com o universo econômico, lidando com processos de compra e venda, mas desconhecem os fundamentos e muitos elementos escamoteadores desse sistema. Entretanto, são capazes de construir relações de produção pautadas pela associação, são capazes de organizar a autogestão dos grupos de trabalho, produzindo peças de qualidade, produzindo espaços de formação para os jovens, integrando as famílias da comunidade que buscam espaço de trabalho na associação, driblando balancetes com conhecimentos empíricos, comandando processos de interação intensa e garantindo contratos de parceria. Se tudo isso não significar que o povo pode elaborar propostas alternativas de trabalho, partindo

de relações de produção diferenciadas e organizar-se enquanto sujeitos de um projeto mais amplo de contra-cultura, irá representar o quê?

No entanto, na entrevista com a gerente do SEBRAE/Parnaíba fica claro que o objetivo desse órgão é propor uma sistematização do trabalho das associações por considerarem que o modelo construído é simplificado e empírico, portanto não é o ideal, o que de fato observei nas associações, mas que deve partir da valorização do que já foi construído. O depoimento abaixo enfatiza essa idéia:

Bem, na verdade, a nossa preocupação com a formação deles é pra ver se as associações dão certo, seja associação ou cooperativa. Fazer com que eles saiam um pouquinho do empirismo, né... embora não saiam muito, mas a gente sai um pouco. A gente dá melhores condições pra eles trabalharem, porque é difícil... a gente diz assim, ah! Mas está todo mundo junto é fácil, mas esse “estar junto” “trabalhar junto” é tão difícil. Tão difícil, criatura, a gente pena pra botar isso na cabeça deles (gerente do SEBRAE/Parnaíba).

O jeito de produzir dos grupos investigados, as relações, as formas de organização dos trabalhos são diferenciados dos modelos de emprego que conhecemos com relação ao tempo de trabalho, com relação à distribuição de funções e regras construídas pelos membros para que atenda as suas necessidades e possibilidades, mas a representante do SEBRAE identifica essas diferenças como entraves para o processo. Em suas palavras:

[...] isso já foi muito pior, isso hoje está muito melhor, porque já estamos despertando pro trabalho com o jovem. Agora nós estamos formando jovens rendeiras, porque elas já vão crescer com aquela história do valorizar o trabalho delas, não é que elas devam se separar, a gente não quer que elas se separem dos maridos não, a gente só quer que elas vejam a atividade com mais profissionalismo. Já que você se levanta cedinho pra cuidar da casa, eu me levanto mais cedo, todo mundo que trabalha faz isso. O horário do expediente, das 14h às 18h, esse é o horário certo. E aí, às vezes a gente chega lá, ah! Mas nós trabalhamos o dia todo, se você chega lá determinada hora você vê que elas estão começando a chegar às nove, às 11h vão embora, às 15h tão chegando, às 17h vão embora, esse é o normal. Agora, quando elas estão com muita encomenda de um estilista do Rio de Janeiro, que foi via SEBRAE que conseguiram essa encomenda, elas tão chegando às 4h da manhã, eu estive lá semana passada, era 21hs e elas ainda não tinham saído... (gerente do SEBRAE/Parnaíba).

A organização dos horários e da rotina de trabalho levando em consideração outras necessidades dos artesãos é uma proposta inteligente, principalmente, porque estes estão dispostos a abrir mão de muitas horas de trabalho para dar conta de encomendas e ainda, levando em consideração que o trabalho se estende na própria família, o trabalho realizado em casa e que não é computado pela gerente do SEBRAE, faz parte da jornada que muitas vezes é maior do que dá para perceber visitando a associação.

Em outro depoimento, ao analisar os problemas que cercam as associações estudadas afirma que os integrantes dos grupos e do trabalho desenvolvido nas associações só participam da associação por *hobby* e que assim demonstram falta de profissionalismo e desinteresse em cumprir expediente e maior dedicação às atividades propostas. O depoimento abaixo apresenta essa análise:

Na verdade, nas rendeiras elas pagam R\$ 1,50 de taxa de mensalidade, nós já tentamos, já mostramos pra elas que com R\$ 1,50 não dá pra manter nenhuma associação e que muitas delas que não têm nenhum interesse, aliás não é interesse, na verdade elas vêem a atividade como hobby. Elas não chegam lá pra dá um expediente de 14h às 18h não, é hobby, é hobby. Embora, elas dizem que precisam fazer o “de comer” do marido. Eu digo: porque vocês não acordam às 5h fazem a comida ou o marido faz a comida já que ele não tem nenhuma atividade, porque ele não faz? Então tudo isso começa [...] na verdade é um conjunto de coisas [...] R\$ 1,50 não dá pra manter a associação, se não dá pra manter a associação como é que a associação vai comprar matéria-prima pra garantir que todas as rendeiras trabalhem. Elas trabalham pouco e numa associação ou cooperativa eles ganham conforme a produtividade [...] (gerente do SEBRAE/Parnaíba).

A análise da representante do SEBRAE/Parnaíba, em certa medida, revela-se superficial, pois foi construída levando em consideração a visão de profissional proposto pelo modelo de empresa tradicional, forjada por parâmetros do mercado capitalista. Outro ponto importante refere-se ao fato do trabalho na associação não representar em muitos casos a principal renda da família, entretanto, não significa que a atividade seja encarada como *hobby*, mesmo porque a grande maioria das mulheres dedica-se diariamente a produção, intensificando o ritmo de trabalho quando a associação recebe encomendas grandes como ela mesma descreve: “agora, quando elas estão com muita encomenda de um estilista do Rio de Janeiro, que foi via SEBRAE essa encomenda, elas estão chegando às 4h da manhã, eu estive lá semana passada, era 21h e elas ainda não tinham saído [...]” (gerente do SEBRAE/Parnaíba). A gerente do SEBRAE enfatiza a idéia de *hobby* em vários depoimentos:

Pra mim tudo faz parte de ver a atividade como hobby, pra mim tudo é parte disso aí e, no caso das rendeiras você observa que a faixa etária delas, em média, já é bem elevada, pra você dizer pra uma mulher daquelas que ela precisa cumprir horário é muito difícil. Por isso tudo é que a gente aposta também nas jovens rendeiras porque elas já têm um entendimento diferente [...] que elas não têm de ser donas de casa, têm que ser profissionais, entender esse ato que existe entre o ser dona de casa e o profissionalismo pra mim faz toda a diferença, porque por mais que elas queiram acho que o marido não vão aceitar, que elas deixem a casa pra ir fazer a renda (gerente do SEBRAE/Parnaíba).

Os grupos são formados, em sua maioria por mulheres, claro que a presença masculina se amplia se pensarmos nessas atividades como elemento familiar, entretanto, são as mulheres que estão freqüentando as associações e produzem cotidianamente, indicando que a prática do artesanato nesses grupos aparece como trabalho, sua participação na renda familiar. Questões relativas às relações de gênero compõem esse contexto, pois remetem a um trabalho que está impresso também na condição de mulher, sua vida social e às relações que vivencia na família.

A forma como as relações vão se estruturando historicamente que remetem à mulher para uma condição social subordinada ao mundo masculino e que paulatinamente vem sendo palco de discussões e reformulações, estão inscritas também nas condições e divisão do trabalho, vivido por homens e mulheres. Os papéis e a identidade que perpassam esses grupos são esferas inventivas da cultura e que foram impressas pela dominação física, social e política de um grupo sobre o outro ao longo do desenvolvimento das sociedades, dentro e fora de casa.

As formas de divisão do trabalho na sociedade excluem e discriminam a mulher, primeiro porque a remetem às atividades domésticas deslegitimadas como esferas do trabalho, segundo pela própria condição de sexo, tendo por base os atributos biológicos e comportamentais, tais como a presença marcante da sensibilidade, hoje um atributo já valorizado em algumas instâncias, e aspectos ligados ao seu ciclo vital, tais como: menstruação, gestação, parto e puerpério, amamentação, climatério e menopausa, que estabelecem uma divisão sexual.

As condições de trabalho de homens e mulheres são diferenciadas, principalmente porque esta última, na maioria dos casos, precisa desdobrar-se sobre uma jornada de trabalho maior, tendo de driblar o relógio entre as atividades domésticas e aquelas relativas ao trabalho externo, o que revela condições desiguais e a necessidade de superação dessas diferenças. Apontam que “o uso do tempo fora do trabalho é diferente para os homens e para as mulheres, sendo as atividades domésticas e o deslocamento entre casa e trabalho consideradas atividades inelásticas, despersonalizadas no trabalho e fora dele (OLIVEIRA, 1999, p.124). O nível de desgaste físico e mental em que muitas mulheres se encontram provém dessas situações de exploração no trabalho, de uma jornada dupla e da sobrecarga de responsabilidades que muitas mulheres passam a vivenciar.

Dessa forma, é preciso ampliar a noção de mulher trabalhadora como sujeito parceira da produção e reprodução, parceira dos homens não só nas atividades fora do lar, mas naquelas que fazem sua realidade doméstica. As formas e organização do trabalho produtivo também

precisam ser construídas a partir das necessidades e direitos femininos, tais como o direito à maternidade que deve ser encarado não como condição da mulher, mas do casal. Para Oliveira:

É interessante reportarmos as discussões contemporâneas que as mulheres trabalhadoras estão fazendo sobre a necessidade da flexibilização do horário de trabalho, ou mesmo o *part time*, que vêm ao encontro de um desejo de construir o tempo de trabalho de forma mais prazerosa e com equidade de gênero dentro e fora de casa (1999, p.113).

Diante dessas considerações cabe ainda enfatizar que as formas de trabalho organizadas na sociedade são controladas pelo tradicional relógio, pela própria produção ou ainda, pelo controle direto do chefe. No caso do trabalho feminino acrescenta-se em alguns casos, já na esfera da vida doméstica, como elaboração de controle do trabalho feminino o olhar do marido que, muitas vezes, reclama da organização do lar em face da condição de trabalho externo da mulher. Essas formas subliminares de controle estão na esfera do que Foucault (1979) chamou de dispositivos micro e infinitesimais de controle que vão atuar na subjetividade dos indivíduos de maneira que estes muitas vezes não percebem, mas que estão construindo corpos dóceis e disciplinados.

Na entrevista com o instrutor do SEBRAE, ao apresentar os principais problemas que podem minar a organização dos grupos, enfatiza o individualismo e a dificuldade de trabalhar no coletivo como principal obstáculo para o sucesso de qualquer associação ou grupo de produção. Indica esse problema como cultural e somente através da educação, tanto formal como informal, que procure trabalhar valores ligados à cooperação é que podem resolver essa dificuldade.

É a questão da cultura de cada um, é muito isso. É muito individualismo, as pessoas são muito individualistas. Elas acham que seu tiver junto contigo em algum empreendimento tu vai saber meu segredo e tu vai tomar meu sucesso. As pessoas expressam o que cada um tem com a criatividade de cada um. É um negócio muito difícil. Nós estamos com um treinamento lá em Teresina [...] só te contextualizando [...] que as mulheres são sapateiras e eles começaram com esse processo agora. Eu conversando com outra instrutora, ela me disse que sentou um grupo de um lado e outro grupo do outro, aí aqueles dois grupos são inimigos, aí faz uma atividade que precisa da participação de todos sai lindo e maravilhoso, na hora que fala alguma coisa alguém diz, ah! Sentou na carapuça da fulana, a outra já revida, é competitividade demais, elas além de serem individualistas elas não vêem que não é assim, uns querendo derrubar o outro, doido pra derrubar o outro pra ver se saem melhor. E aí essa professora ela deu um exemplo, ela disse: “olha, a Antarctica e a Brahma elas se juntaram e criaram a Ambeve, duas gigantes [...]” é, professora [...] o que falta é uma coisa no antes [...] no estudo delas [...] o que está faltando é o antes, é criar essa cultura do não-individualismo, seja em casa, seja na escola. Acho que falta isso é na educação como um todo (instrutor do SEBRAE/Parnaíba).

O instrutor descreve os objetivos da formação ministrada por ele como agente do SEBRAE e traz exemplos concretos de cooperação que vêm dando certo aqui em Parnaíba, por coincidência aponta dois dos grupos que investiguei. Assinala:

Olha a nossa parte é essa, é mostrando exemplos reais, é [...] mostrando que as pessoas que se juntaram em algum momento, que elas partiram pra trabalhar juntas, as coisas melhoraram pra elas [...] tem o exemplo aqui das rendeiras e dos Trançados da Ilha. As rendeiras é um caso mais antigo, os Trançados da Ilha mais ou menos, mas elas já estão juntas a bastante tempo, só pra você ter idéia nós estamos agora formando outras rendeira porque elas não estão dando conta das encomendas e elas não dizem, porque quando elas viviam sozinhas, elas não davam conta, mas com mais um grupo de 20 mulheres a coisa já melhora [...] (instrutor do SEBRAE/Parnaíba).

Existe certa resistência dos grupos quanto à participação dos membros nos cursos ministrados por agentes formadores, no caso aqui o SEBRAE. O próprio instrutor revela que precisa trabalhar na sensibilização para que os membros dos grupos se conscientizem da importância da participação nos cursos e capacitações. Diz:

Ele é uma saída pro desemprego, agora pras pessoas terem esse entendimento é muito mais difícil [...] é um [...] é uma conscientização, uma sensibilização constante da nossa parte. Cada vez que a gente vai lá fazer uma reunião, convidá-las para um treinamento, convidá-las para uma reunião, aqui ou lá [...] a gente faz muito é lá mesmo... elas colocam como dificuldade a falta de tempo, por quê? Porque são donas de casa e colocam a casa em primeiro lugar [...] Às vezes é uma questão de gênero, ainda aquela coisa: a gente tem que cuidar da casa, dos filhos, mas já foi pior (instrutor do SEBRAE/Parnaíba).

Ao entrevistar os membros dos grupos sobre sua participação em cursos organizados pelo SEBRAE, estes justificam sua baixa participação com o argumento de que a falta de tempo é que dificulta, mas afirmam que a proximidade com essa instituição sempre vai existir. O depoimento abaixo descreve:

Trouxeram um curso de flores e sempre os cursos que têm no SEBRAE eles convidam a gente, nós é que não temos tempo de participar, mas sempre nós vamos está envolvidas com eles [...] nós não temos muito contato com eles, mas eles sempre estão aqui com a gente (Coordenadora da associação 2).

Outro fator importante é retratado na dificuldade que os membros dos grupos demonstram ao tentar lembrar dos termos utilizados pelo instrutor do SEBRAE e dos cursos que já fizeram. Ao serem questionados sobre os cursos que já participaram não conseguem lembrar o termo “empreendedorismo”, entretanto, revelam noções referentes a este: “Não [...] nós fizemos um curso assim, tipo cooperativismo com as pessoas que ajudaram a formar a

associação, com o SEBRAE [...] tipo pra ajudar a gente a se organizar, organizar o negócio, como é que chama? Empreende [...] algo assim [...] já fiz bastante.” (artesã da associação 1).

A visão do SEBRAE sobre empreendedorismo está muito ligada à noção de mercado que reduz o termo a iniciativa empresarial privada. O empreendedorismo, visto pela análise empresarial, é associado à criação de um negócio privado, reduzido por um olhar meramente economicista, utilizado para caracterizar a geração de valor econômico e a exploração das oportunidades de mercado. O termo “empreendedor” surgiu na França por volta dos séculos XVII e XVIII<sup>48</sup> e significa em francês: “aquele que se compromete com o trabalho ou uma atividade específica e significante” e, desde então passou a ser focado numa visão de sujeito instrumentalizado para a competitividade, para o gerenciamento empresarial e organização de negócio próprio.

Entretanto, o termo empreendedor social aparece como uma espécie de gênero dos empreendedores, aproxima-se da idéia do empreendedor como agente de mudanças sociais, portanto, desvincula do viés economicista para ligá-lo ao viés social. Empreender potencialidades humanas: auto-organização, organização do meio, organização com o outro. Uma das características do empreendedorismo social é o enfoque no desenvolvimento da consciência crítica frente ao mundo e a realidade ao seu redor.

Assim, apesar de perceber que os grupos resistem à formação administrada pelo SEBRAE, os cursos de formação para o trabalho, que são especificamente direcionados para a aprendizagem de técnicas, atividades manuais e artesanais são mais cotadas e o grupo os enfatiza sempre que são questionados sobre a formação:

Lá na nossa associação agora nós passamos por um curso pra aprender a tingir a palha [...] então, de vez em quando a gente tem um curso e não precisa pagar, já existe! A gente já fez muito curso pelo SEBRAE, mas agora no momento é pela Comunidade Solidária (jovem da associação 3).

Teve curso que eu aprendi a tingir a palha e não manchar a mão e também de preço, pra saber dá o preço na peça, tirando a matéria-prima e a mão-de-obra, pra não vender uma coisa nem muito cara, nem muito barato [...] (jovem da associação 2).

Eu já entrei sabendo na associação, aí teve esses cursos, aprendi a tingir a palha sem borrar, a colocar os preços também, muitas coisas eu aprendi lá [...] (jovem da associação 2).

Eu aprendi fazer outros artesanatos, mas não foi lá dentro, fiz outros cursos, artesanato com a renda, sei fazer o bordado, trabalhar com garrafas PET, com a palha eu aprendi mais ou menos, foi pelo SEBRAE [...] (jovem da associação 1).

---

<sup>48</sup> Informações obtidas no site: [www.portaldovoluntario.org.br](http://www.portaldovoluntario.org.br). Acesso em 25 de abril de 2006.

Dessa forma, observo que a participação do SEBRAE e as tentativas de modificar as formas de organização das associações ou trabalhar temas relacionados à gestão empresarial apresentam-se dissociados do universo construído pelos membros das associações, são organizados sem levar em conta aprendizagens que já existem, saberes importantes construídos nas experiências de trabalho. A própria linguagem utilizada nos cursos não faz parte do vocabulário dos integrantes e não observei preocupação em construir esse tipo de conceito. Os textos e material que são distribuídos possuem uma linguagem que não é compreendida por todos, principalmente quando trabalha termos jurídicos e econômicos ou quando trazem nas entrelinhas uma dimensão crítica referente ao modelo capitalista de produção, o que deveria ser aprofundado nas discussões. A própria noção do SEBRAE acerca da organização dos grupos de produção caminha entre mostrar as diferenças desse tipo de organização, reforçando aspectos ligados às relações interpessoais e estabelecer patamar de aproximação ao modelo empresarial que estamos acostumados a lidar.

#### **5.2.4 A participação do jovem na associação**

A participação da juventude nas associações intensificou-se nos últimos anos e aparece mais forte na Associação Trançados da Ilha e Associação das Rendeiras do Morro da Mariana. Essas duas associações possuem uma coisa em comum, são as organizações que apresentam maior crescimento econômico, que são mais conhecidas na região por trabalhos realizados que tiveram ampla divulgação, principalmente no caso das rendeiras ao estabelecer parceria com o estilista Valter Rodrigues, famoso em São Paulo. A coordenadora enfatiza:

A atratividade pro jovem foi depois desse trabalho com o Valter que começou a vender mais, começou a ficar conhecida, a gente começou a dar entrevista, começou a aparecer na televisão, aí eles começaram a se empolgar, acharam legal. Começaram a se empolgar com as vendas também que aumentaram bastante, a própria produção [...] tinha que aumentar mesmo, porque nós estamos precisando de mais jovens (Coordenadora da associação 1).

Os jovens, como já foi enfatizado, vêm à associação muitas vezes à convite dos pais ou parentes. Muitos aprendem cedo à arte do trançado e pouco a pouco se integram às atividades. Outros são atraídos pela popularidade do grupo, pelo crescimento da produção e também, pela

própria problemática do desemprego aliados à situação de pobreza em que se encontram muitas famílias.

Os jovens também encontram obstáculos à sua participação nas associações. Revelam que não existe apoio da comunidade ou de outros jovens. Os rapazes, principalmente são vítimas de preconceito: “às vezes deixa de ficar aqui porque ele tem vergonha! Os outros meninos falam que é boiola [...] tem muito disso, muitos não vão e criticam a pessoa que vai [...] é frutinha [...]” (risos) (jovem associação 3). Outro depoimento enfatiza a baixa expectativa de alguns membros da comunidade com relação ao trabalho desenvolvido nos grupos de produção: “tem deles que valoriza, têm outros que não [...] tem uns que diz é assim: ah! Você está fazendo isso aí, isso aí não enche barriga não! Vá trabalhar nas casas! Eu mesmo acho melhor trabalhar com isso aqui do que está sendo humilhada nas casas” (jovem da associação 3).

O maior incentivo vem mesmo dos membros da associação e da própria família que, muitas vezes, necessita do trabalho do jovem para complementar a renda familiar. As falas enfatizam essa necessidade: “com o dinheiro que ganho aqui eu sempre ajudo em casa [...] minha mãe me apóia, ela também é da associação” (jovem da associação 2); “eu compro minhas coisas e quando precisa entrego para minha mãe para ajudar a comprar o que tiver faltando em casa” (jovem da associação 1); “sempre ganho pouquinho, mas sempre que dá procuro ajudar lá em casa” (jovem da associação 3).

As responsabilidades assumidas pela maioria dos jovens nas associações estão mais relacionadas à própria produção, entretanto, consegui identificar alguns casos onde esse segmento começa a ter outras responsabilidades, principalmente ligadas à função de tesouraria. As falas dos jovens caracterizam essas atividades: “tem outras responsabilidades [...] eu sou só artesão, mas ultimamente eu estou fazendo também os pagamentos. A maior responsabilidade lá é com dinheiro, se tiver alguma coisa [...] a minha irmã também atua como secretária” (jovem da associação 2); outra jovem afirma: “eu também, estou fazendo a distribuição das encomendas e pagamento [...]” (jovem da associação 3).

#### 5.2.4.1 Os objetivos dos jovens na associação

As falas e depoimentos dos jovens entrevistados apresentam o trabalho nas associações como atividade que nunca vão parar de exercer, mesmo diante da possibilidade de inserção no mercado formal, enfatizando que continuariam participando do grupo de produção nas horas livres, finais de semana, enfim, a prática do artesanato e o trabalho nas associações ocupam um lugar importante na vida desses jovens. Entretanto, quando abordados sobre o futuro, nenhum dos jovens, participantes das associações, deseja ter como profissão no futuro a prática com o artesanato. Nos discursos falam sempre em ingressar na universidade e conseguir um emprego que lhes possibilite melhorar de vida. Relata um dos jovens: “eu quero fazer um curso, se tivesse aqui queria ser médico-veterinário e queria arranjar outro emprego” (jovem da associação 3); outro jovem acrescenta: “se tivesse outra oportunidade, outro emprego melhor, eu queria mesmo era ser advogado, mas tem que estudar ainda, muito!” (jovem da associação 2).

Os projetos pro futuro aparecem superficialmente nos discursos, entretanto as falas dos jovens não revelam iniciativas para a realização desses projetos. O ingresso na universidade é um projeto comum a todos os entrevistados, mas estes tendo concluído o ensino médio não estão se preparando para prestar vestibular: “fazer cursinho a gente não tem condição [...]” (jovem da associação 1); outro depoimento: “é difícil passar no vestibular, acho que preciso estudar, mas ainda não comecei [...]” (jovem da associação 3); “eu penso em, no próximo ano, começar a estudar para entrar na universidade” (jovem da associação 2).

Melucci, nos estudos que desenvolveu acerca da condição e ação juvenil apresenta aspectos que ajudam a compreender esse segmento, identificando-o como espelho da sociedade complexa, portanto como paradigma dos problemas, no sentido de ação antagonista, pois afirma, “os jovens não são, como tais, atores conflituais: só a identificação de um campo de conflitos e a presença de fatores conjunturais de ativação podem fazer da condição juvenil o suporte de uma mobilização antagonista” (2001, p.105). O referido autor também apresenta outros pontos importantes na compreensão da juventude como atores sociais, descrevendo elementos que os caracterizam enquanto grupo e iluminando o olhar acerca das formas como esses sujeitos lidam com o presente e projetam o futuro. Para o autor uma característica do segmento juvenil é a reinvenção da palavra, construídas a partir de fragmentos do contexto e da rejeição da palavra socialmente legitimada, “reivindica, então, o direito à comunicação aberta, afirma a vontade de utilizar todas as redes de sociabilidade que

a tornam possível e de experimentar todos os canais expressivos e comunicativos que a sociedade coloca à disposição” (2001, p.104).

Os jovens procuram lidar com a palavra formalizada pela racionalidade instrumental como algo distante, algo que não é seu, que não está perto do seu universo, mas pertencente a um contexto usurpado. Esse sistema formalizado dos sistemas governados como sugere Melucci propõe uma “rígida separação entre a ordem do discurso e a ordem do prazer”. Por outro lado esse jovem constrói um “novo” signo, reafirmando a necessidade de comunicação, reivindicando quando, como e com quem comunicar-se, elaborando “potenciais terrenos de conflitos” (Id.,Ibid., p.103).

A mobilização e participação social dos jovens na sociedade contemporânea me permite afirmar que essa juventude também está impressa ao presente, necessita firmar-se no aqui e no agora, propõe projetos e idéias que, muitas vezes, também possuem um caráter de provisoriedade, mas que remetem à necessidade de mudança constante, de reelaboração. A cultura juvenil questiona o poder e as relações de poder:

Falou-se, pois, de um conformismo dos jovens, de indiferença pelo poder. Essa orientação pode parecer estranha, mas ela esconde uma mudança radical nas atitudes frente ao poder e à natureza dos conflitos. O poder como assimetria que caracteriza, sob algum aspecto, qualquer relação social não é mais negado, mas reconhecido. A ele se contrapõe a responsabilidade, como capacidade autônoma de resposta de um sujeito em ação. A possibilidade de ocupar um espaço de autonomia nas relações sociais, sem negar a disparidade, transforma-se numa condição para a ação, para a iniciativa, para a mudança. O que a cultura juvenil questiona não é que o poder desapareça, mas que ele seja visível e que possa ser avaliado (Id.,Ibid., p.103).

Os discursos dos jovens entrevistados sobre as relações de poder e a realidade juvenil, principalmente com relação àquela que compõe o seu contexto social indicam indignação e questionamento acerca de suas condições de vida e dos problemas que afligem a comunidade onde vivem. Relatam:

A cidade de Parnaíba é um pouco parada [...] é por causa dos administradores aqui de Parnaíba, é parada, não faz movimentos na cidade com os jovens, não tem nem uma esportividade [...] São as dificuldades do primeiro emprego, o jovem não tem experiência. Teve uma oportunidade aqui, mas foi só pra iludir o jovem, os políticos enganaram todo mundo [...] Ruas escuras, as ruas tão mais é cheia de buracos, a praça, os colégios, o posto de saúde, os dois médicos do posto entraram de férias [...] aí ficou, não sei se vai vir algum. Uma ambulância se ficasse lá era melhor, a pessoa está doente, aí liga pro corpo de bombeiros e muitas vezes eles dizem não, o carro está sem combustível [...] a pessoa morre no meio do caminho [...] (jovens das três associações – grupo de discussão).

Os jovens são questionadores e através dos grupos projetam ações que venham intervir de fato em sua realidade e mesmo de forma processual contribuem para construir novos modos de agir. Expressam uma visão fragmentada quando questionados acerca das causas desses problemas, indicando o descaso do poder público como principal elemento. Os projetos ligados aos sonhos e desejos são, na maioria das vezes, pensados individualmente, presos numa gaveta que não se abre facilmente e as vozes, nesses depoimentos, refletem timidez. As perspectivas frente ao mercado de trabalho são baixas, mas o grupo busca essa inserção e demonstra ainda depositar na educação as condições e possibilidades de “melhoria de vida” (jovem da associação 2).

Os grupos de trabalho, dos quais participam, são espaços de produção de cultura, espaço de educação popular comunitária, onde os jovens constroem relações com outros jovens e com os adultos, identificando-se como coletivo. A parceria que aprendem a imprimir nas relações de trabalho, o potencial do diálogo, do encontro, da amizade são geradores de aprendizagem, geradores de saberes. Os jovens elaboram formas de vida a partir de aprendizados que também nascem no trabalho coletivo, nascem da participação nos grupos e movimentos orquestrados pela comunidade. As pessoas se movem para superar obstáculos, reúnem-se para elaborar formas de enfrentamento às situações de exploração, miséria e exclusão social, contribuem na luta pela identificação cultural que os aproxima, produzem cultura.

Nesse sentido a Educação Popular passa a ser compreendida, também, como o esforço de mobilização, de produção e organização do saber do povo, um saber que é antes inadequado para a sociedade e ora se refaz como poder de um grupo. Essa educação além de propor a valorização desse saber busca discuti-lo e acrescentá-lo, entendendo que os saberes construídos nas experiências e práticas sociais são importantes na medida em que são organizados, elaborando novos conhecimentos fundamentados pela relação teórico-prática.

## CAPÍTULO V

---

### 6. A educação popular comunitária como palco de produção de cultura

Diante da multiplicidade de agentes e ações populares identificadas na contemporaneidade representantes de uma linha de pensamento que, antes de tudo, está ligada aos interesses das classes subalternas, encontramos o paradigma da educação popular como recentes semantizações da expressão Educação Popular, relacionadas às lutas contemporâneas dos movimentos sociais e populares<sup>49</sup>.

Segundo Gadotti<sup>50</sup> (1991) a perspectiva da Educação Popular, inspirada originalmente nos estudos de Paulo Freire (anos 60), trazia como categoria fundamental a “conscientização” e mais à frente a incorporação da categoria “organização”, fruto de discussões e debates que embasavam os estudos acerca da temática Educação Popular, direcionando seu campo de atuação para a educação de jovens e adultos e a educação não-formal, na tentativa de interferir no modelo de educação formal, firmando-se como “educação pública popular”. A partir da década de 80 a visão de educação se alarga, partindo das críticas a tentativa de afastamento da educação pública, apresentando uma visão de Estado ausente. Vanilda Paiva, principal representante dessa corrente de pensamento que marcou os novos delineamentos da educação popular afirma:

Tendemos hoje a considerar a educação popular, definida como aquela que atende aos interesses das classes populares, é uma educação que se passa fora do sistema formal de ensino, sendo – portanto – basicamente educação de adultos (seja aquela que visa à aprendizagem de conteúdos específicos diversos, vinculados aos anseios e iniciativas da população e à sua educação política, seja a que se realiza através de diferentes formas de luta social: luta pela terra, pelos terrenos urbanos para habitação, luta sindical, etc.). Acredito que boa parte dos presentes – incluindo-me entre eles – estaria de acordo em privilegiar esta forma de educação popular, ou seja, aquela que ocorre no bojo do movimento popular. Isto, porém, não nos deve impedir de ver que a educação popular não se restringe a ela, mas engloba toda a educação que se destina às classes populares: a que se vincula ao movimento popular de forma direta, mas também a que é organizada pelo Estado, incluindo-se aí o ensino através do sistema de educação formal destinadas aos jovens e adultos e também a população em idade escolar (1980, p. 80).

---

<sup>49</sup> Maiores detalhes sobre a semântica Educação Popular consultar texto: CARLOS, Erenildo José. Semânticas da educação popular. Obtido em [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Data de acesso: 18 de abril de 2006.

<sup>50</sup> Notas do Seminário “Preparacton de la vi – Conferência Mundial do ICEA – Brasil (Comitê ICEA – Brasil).

Para a referida autora, esse afastamento do Estado aparece como redução à noção de Educação Popular e evidenciam os sujeitos que participam desses espaços como incapazes de resistir a ideologia vinculada a essa educação, imprimindo nesse tipo de educação suas idéias, seus desejos, atuando como elemento que caracteriza a escola como espaço de luta social. Essa visão reducionista apresenta o Estado de um lado como ausente e de outro como corruptor dos interesses das classes subalternas. Nesse sentido a Educação Popular “não pode ser realizada pelo Estado, que, afinal, aparece como inimigo, na medida que se dá por suposto uma perfeita identidade entre ele e as classes dominantes, entre ele e o capital” (Id.,Ibid., p. 82).

Para Carlos, “tanto Paiva como Gadotti (dentre outros) recolocam a luta social dos movimentos sociais e populares no eixo gramsciano, ao reconstituir o elo perdido da sociedade política como uma das esferas do Estado portadora de contradição, complexidade e pluralidade”. Portanto, a noção de Educação Popular deve abrir-se para a superação dessa visão reducionista dos espaços de organização dessa educação.

Somente vislumbrando os novos itinerários em que o pêndulo semântico e prático da EP se movimenta, o deslocamento que realiza por novos campos e trincheiras, poderemos entender a proliferação das lutas pela ampliação do número de vagas, escolarização em todos os níveis e melhoria da qualidade do ensino. Lutas pela formação e remuneração adequada dos professores, metodologias mais críticas e democráticas. Lutas pela gestão escolar e financiamentos de práticas educativas diretamente ligadas às necessidades objetivas das classes subalternas. Lutas pela constituição de novos espaços e práticas educativas. Lutas pela inclusão curricular da cultura de minorias como a indígena e a negra; a inclusão de questões éticas, ecológicas, religiosas, de gênero, de sexualidade, etc. Enfim, disseminam-se lutas que buscam efetivar a concretização da relação educação/cidadania nos diferentes territórios e matizes da sociabilidade contemporânea (CARLOS, 2002, p. 12).

Essa abertura que amplia a própria noção de Educação Popular, embasada na racionalidade política, vincula à educação outra tendência importante: a educação popular comunitária que está inserida nas novas alternativas de produção. A categoria produção, associada à noção de conscientização e organização trabalhada por Freire, a partir dos eixos produtivo, organizativo e educativo que caracterizam a Educação Popular Comunitária, vem dar suporte de análise a esse movimento crescente de reelaboração da sistematização do trabalho e sua organização. Segundo a *Carta de la Catalina*<sup>51</sup>:

---

<sup>51</sup> Carta que resultou do debate sobre Educação Popular iniciados em Costa Rica em 1990 e particularmente no Seminário-Taller “*Procesos Metodológicos em Educación y Economía Popular*” (Heredia, 22 a 26 de outubro de 1990).

[...] são consideradas como experiências de educação popular comunitária aquelas que incorporam em seu quefazer de maneira articulada, os eixos do produtivo, do organizativo e do educativo [...] os campos de ação da educação popular comunitária podem ser tanto a educação formal, como a não-formal, as organizações econômicas populares, a educação municipal, as escolas produtivas e mesmo as micro-empresas, os movimentos populares e sociais (GADOTTI, 1991, s/p).

O primeiro norte dessa abertura e do abraço que a Educação Popular estende as esferas produtivas populares é delineado pela necessidade de conceituação desse aspecto produtivo, alargando-o do caráter meramente instrumental e pragmático, evidenciando também um alargamento da aprendizagem que supera o caráter puramente técnico para a construção de outros saberes.

As atividades produtivas populares, nomeadas de diversas maneiras (associações, cooperativas, grupos produtivos, etc.), para serem incluídos nas experiências de educação popular comunitárias, como discute Costa, devem “pensar e construir, coletivamente, um novo projeto de sociedade começando a criar, desde agora, alternativas concretas de vida social” (1989, p.10).

Para Damasceno essa aproximação entre Educação Popular e as formas alternativas de produção e de consumo se constituem em mecanismos de democratização e apresentam-se como campo fértil para novos saberes. Nas palavras da autora:

As práticas de educação popular também se constituem em mecanismos de democratização, em que se refletem os valores de “solidariedade” e de “reciprocidade” e novas formas alternativas de produção e de consumo, sobretudo as práticas de educação popular comunitária, muitas delas voluntárias. O Terceiro Setor está crescendo não apenas como alternativa entre o Estado burocrático e o mercado insolidário, mas também como espaço de novas vivências sociais e políticas hoje consolidadas com as organizações não-governamentais (ONGs) e as organizações de base comunitária (OBCs). Este está sendo hoje um dos campos mais férteis da educação popular (DAMASCENO, 2005, p.64).

## **6.1 As práticas sociais dos jovens como expressão de saberes: elementos na construção de processos contra-hegemônicos**

As discussões até então desenvolvidas nesse estudo, assim como em pesquisas anteriores<sup>52</sup>, reforçam a noção de renovação das práticas sociais a partir dos saberes construídos nas interações dos grupos de produção, na reelaboração e organização do trabalho mediado por relações produtivas/organizativas pautadas pela cooperação. Portanto, compreendem a prática social como elemento construído não só pelas esferas institucionalmente legitimadas, orquestradas pela ideologia dominante, mas pelos modelos criativos, inventivos, advindos das esferas populares.

A noção de organismo social e da pós-modernidade como elementos complexos direcionam as discussões para o debate acerca das racionalidades subjacentes à própria ação humana, principalmente pela necessidade cada vez mais crescente de superação da sublimação da racionalidade instrumental, dada a evidência que é estabelecida às necessidades do mercado, da esfera econômica e, por conseguinte a valorização da técnica, características do mundo sistêmico. O resgate se faz pela valorização de aspectos do indivíduo que ao longo de séculos foram desprivilegiados, tais como o desenvolvimento do seu potencial criativo/interativo, aspectos presentes na dimensão da subjetividade, o potencial cultural que recai no mundo vivido (HABERMAS, 1988).

O mundo vivido é expresso nos processos de socialização, na convivência, no diálogo, no encontro, na criação de laços, no compartilhar de experiências, na construção de alternativas aos modelos e aparatos montados para o controle, consolidação de experiências que transformam situações de exclusão, são expressões da comunicação e interação entre os indivíduos. O mundo sistêmico ao contrário é presidido pela razão instrumental, pela interferência no mundo da vida, sob a égide da técnica, da organização social necessária ao modelo socioeconômico. Portanto, a realidade não é construída somente sob o empenho da técnica, da instrumentalização, necessárias a reprodução das estruturas sociais, mas é preciso compreendê-la a partir também da relação entre sujeito-objeto, da construção de processos de interação, das experiências frutos desse diálogo com o mundo, com os pares e não-pares. É preciso compreendê-la como local de resistência e de renovação.

---

<sup>52</sup> Resgatando aspectos analisados e apresentados na pesquisa realizada no Mestrado em Educação Brasileira/ abril-2001.

Dessa visão dupla de organização da realidade – mundo vivido e mundo sistêmico – Habermas extrai duas dimensões características da ação humana: o agir instrumental, presidido pela técnica, portanto representante do mundo sistêmico; e o agir comunicativo ou ação comunicativa, dimensão da interação, das trocas, enfatizadas pela linguagem, portanto elemento centralizador do mundo da vida.

O mundo vivido e a ação comunicativa são duas categorias importantes na compreensão da sociabilidade juvenil, assim como categorias como mundo sistêmico e ação instrumental contribuem para a compreensão das esferas sociais que remontam o mundo do sistema organizado pela ciência, pela tecnologia e, principalmente pelo primado do capital. Segundo Damasceno:

[...] a análise deve considerar a importância do mundo sistêmico com todo seu poder de manipulação e controle sobre a conduta social. De qualquer modo, a existência do agir comunicativo constitui uma possibilidade de alterar a ordem das coisas, o princípio de uma organização, as formas de expressão dos atores (2000, p.36).

Para Habermas essas duas esferas explicam o movimento de construção social, de um lado representando os grupos populares, as organizações, as experiências socialmente construídas nas relações sociais e, de outro, representando o mundo organizado e administrado pelas instâncias políticas, pelo Estado, pela economia e outras instituições. Ao contrário da noção reprodutivista<sup>53</sup> que apresenta as ações dos indivíduos prisioneiras das estruturas, Habermas discute processos de interferência desses indivíduos na organização social, a partir da convivência, das trocas e da experimentação<sup>54</sup> social, entende o sujeito como ator (ativo) social.

O destaque aqui como cenário da discussão são as relações entre a Educação Popular Comunitária (EPC)<sup>55</sup> e a sociedade capitalista em suas inconstantes situações de poder, orientada pela desigualdade econômica e política e por lutas e resistências. Nesse contexto, o que está em sintonia são as várias dimensões envolvidas na educação, que implicam interesses, escolhas intrinsecamente éticas e políticas, a fim de apoiar e fortalecer uma “pedagogia da diferença” (APPLE, 1999).

<sup>53</sup> Os estudiosos que se destacam como defensores da teoria reprodutivista são: Althusser, Bourdieu, Passeron, Establet, Baudelot.

<sup>54</sup> Entendida como práxis social de sujeitos históricos (Vasques, 1976).

<sup>55</sup> A partir de Gramsci, Manfredi emprega uma semântica da EP associada à luta pela hegemonia entre as classes fundamentais; associada às lutas situadas na esfera da sociedade civil e, precisamente, relacionadas ao campo de atuação das classes subalternas; bem como à possibilidade de uma identidade popular despida das marcas do signo ideológico dos grupos e classes dominantes (MANFREDI, Silvia Maria. A Educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci. In: BEZERRA, Aída e BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs). A questão política da educação popular. 7. Ed., - São Paulo: Brasiliense, 1987).

Toda essa discussão envolve a percepção de que a educação está implicada na política cultural<sup>56</sup>, “negociando” conhecimentos a serem tratados como legítimos, priorizando alguns em detrimento de outros, negando e afirmando valores e concepções. A referência à educação aqui não se restringe somente à escola, espaço instituído com objetivo claro de educar, mas todo espaço onde se desenvolvem relações sociais, onde é possível discutir, debater ou disputar determinados saberes. O espaço educativo informal, advindo das experiências de trabalho coletivo, de modo especial, apresenta-se como *lócus* de reflexão neste estudo, e aparece engendrado nas relações e espaços de convivência dos jovens, apontando para uma ação criativa de renovação das experiências de trabalho enquanto modelos construídos e legitimados socialmente. Nesses espaços, as ações organizadas e estruturadas pelos grupos possibilitam construir saberes, saberes do mundo da vida que redirecionam atitudes, resgatam dimensões esquecidas pela lógica instrumental e de forma original, contribuem nos processos de enfrentamento da realidade de exclusão.

A legitimação de determinados saberes e a “deslegitimação” de outros aprendizados pode nos revelar as intenções políticas de determinados sistemas, indicando à serviço de que grupo se posiciona ou mesmo se está direcionado por uma percepção mais social e humana que procura democratizar as relações. Essas características presentes nos espaços sociais revelam algo extremamente importante acerca de quem detêm o poder na sociedade: revelam que sua articulação na busca da manutenção desse poder está voltada, principalmente, para a educação.

Essa abordagem é direcionada por uma visão crítica de educação, dentro de uma perspectiva também crítica de aprendizagem que tenta entendê-la para além de seu papel reprodutivista, enfatizando o cotidiano, repleto de conflitos e contra-representações. Os grupos populares e os movimentos se organizam quase sempre por meio de aspectos comuns como gênero, etnia, nacionalidade, classe social, entre outros, e estão presentes tanto nos espaços instituídos como a escola, a igreja, o sindicato, os partidos, como naqueles próprios do mundo vivido como a rua, os guetos, os grupos de amigos, enfim, numa luta cotidiana pela legitimação do que constroem, do que pensam, do que sentem, reconhecendo como parte de sua identidade. Para Linhares é “a partir das relações mais vitais que esses grupos podem realizar este movimento de desconstrução, de crítica, dessa racionalidade (dominadora), e

---

<sup>56</sup> Termo usado por McLaren (1997) para caracterizar os modos particulares como o currículo se manifesta, seu potencial político e suas implicações culturais. Currículo aqui estendido a dimensão que perpassa o aprender, a reelaboração e as trocas, a esfera dos saberes da experiência.

passar para a construção de novos campos expressivos, novos modos de conhecer” (1995, p.109).

Os aspectos que definem a educação como campo de luta contra-hegemônica, uma de suas dimensões enquanto parte do todo social estratificado, não se resume a aspectos meramente econômicos, voltados para a formação do trabalhador, mesmo que estejam também ligados a eles, mas apontam para uma desapropriação maior, direcionada pela (re)significação de aspectos ligados a própria identidade, a representação social do indivíduo frente ao mundo, à comunidade onde vive, à sociedade mais ampla da qual “participa”.

As instâncias sociais, muitas vezes, contribuem para a reprodução de valores ideológicos dominantes como, por exemplo, apresentando o conhecimento como algo fragmentado e desligado do mundo real, dificultando a compreensão acerca do todo social, intimamente articulado numa rede de saberes (alguns desconectados, outros ligados entre si). Entretanto, as resistências travadas nos espaços sociais, aparecem de forma silenciosa ou através do conflito, são vividas e interpretadas, muitas vezes, como desinteresse, vadiagem, mas em outros momentos mais agressivos, como vandalismo, expressos nas arruaças, nas pichações, nas fugas, nos desafios a autoridade, representando uma resistência negativa porque contribui ainda mais para a exclusão. É preciso reforçar que esse aspecto não deve endereçar a problemática da violência à população excluída como condição e fim em si mesma, expostos nas linhas e entrelinhas de divulgação da condição de classe, visão proposta pela sociedade interessada<sup>57</sup>, como expõe Zaluar: “A classe social a que pertencemos, o local onde moramos, o jornal que lemos, o programa a que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos, constituem e compõem o modo como vivemos e pensamos a violência (1994, p.13).

Por outro lado, as resistências podem ocorrer de forma organizada e elaborada, orquestradas politicamente nos grupos e Movimentos Sociais de nossa sociedade. Nesses espaços o sujeito pode ser reconhecido pelo que construiu como seu ou do grupo, onde pode, ele mesmo, perceber-se como legítimo.

Dessa forma, podemos concluir que existem ligações entre o conhecimento formal e o conhecimento do mundo vivido, elaborado nas experiências sociais. Daí considerarmos também que à medida que os aspectos inculcadores presentes nos espaços formais vão se complexificando nas relações, pressionados pela própria complexificação da sociedade, essas

---

<sup>57</sup> O termo “interessado”, usado aqui como alusão ao pensamento Gramsciano que entendia como ação que escondia interesses individuais ou de pequenos grupos em detrimento de um interesse amplo, coletivo. Gramsci utiliza o termo “cultura desinteressada”, significando um interesse amplo, não só de um grupo ou indivíduos, mas da coletividade.

inculcações são cada vez mais mediatizadas pelas subjetividades, pelos saberes construídos nas experiências populares presentes nos grupos, portanto os resultados serão cada vez mais contraditórios. Para Guattari & Rolnik, a subjetividade humana não é gestada apenas no âmbito do individual, mas construída no meio social e assumida e vivida individualmente (1996, p.32).

Nesse contexto, cabe refletir acerca do papel desses saberes, elaborados nos espaços populares. Como lidar com os interesses de classe que permeiam esses saberes, a fim de contribuir para a libertação daqueles que se sentem oprimidos por questões socioeconômicas e políticas? Ainda, como tornar legítimos os saberes populares constituintes de uma cultura que fica a margem da sociedade e, ao mesmo tempo, atuar para aprofundá-los, seja através da educação formal, do questionamento ou de confrontos com outros valores, cada vez mais, levando em consideração que esses saberes construídos nas práticas comunitárias também são formas “embrionárias” de conhecimento, estando, muitas vezes, ligados ao senso comum, voltados mais para a prática que para a teoria?

O interesse das práticas de EPC deve ser de buscar uma proposta diferenciada daquela até então desenvolvida e reproduzida na sociedade, que serve ao fortalecimento, disseminação e legitimação de uma cultura à serviço de uma parcela dessa sociedade que domina na economia, na política e, portanto, procura dominar também no âmbito conceptual/ideológico, mesmo porque essa dominação subtende de um outro lado a opressão, objeto de luta das contra-representações, inclusive da EPC, no sentido de superá-la.

A proposta de superação dessa realidade que oprime deve buscar uma *cultura comum*, não como inclinação a legitimar agora e somente o conhecimento dos que, até então, ficaram à margem da sociedade, mas criando condições para sua participação na formulação do que deve ser ou não legítimo enquanto modos de organização social, valores, idéias e crenças (APPLE,1999).

A complexidade das relações vividas em nossa sociedade e os instrumentos de controle desenvolvidos por parcela dessa sociedade são articulados nas teias construídas nos meios sociais e, portanto, difíceis de serem combatidos. Estão em toda parte, onde é possível desenvolver relações, construir comunicação, vivenciar encontros. São encontrados na própria linguagem, no vestir, no comer, no portar-se diante do outro, nas relações afetivas, na arte, em nossas concepções do belo, do bom, do mal, em parte do que somos ou deixamos de ser, na vida. Essas características são culturais e validamos ao longo da história um conjunto de idéias que não respondem aos anseios da maioria e até contribuem para sua exclusão social, cultural e política, para sua dominação econômica.

Entretanto, justamente por não preencher as necessidades de todos é que carrega consigo o fio da contradição, fio que pode desfazer os nós presentes nessa teia cultural, que pode abrir espaço para as lutas e conflitos contra-hegemônicos, que deve impulsionar também novos fazeres educacionais e permitir outras lógicas, criadas nas relações e participações, também, daqueles que não detêm o poder econômico. Este é também o papel da Educação Popular, permitir que os confrontos culturais existam, mediados pelo diálogo, contribuindo para a disseminação de um capital cultural mais autêntico e verdadeiramente comum, por ser construído nas diferenças e legitimado pela diversidade.

### **6.1.1 O saber popular e as intervenções de uma contra-cultura**

Os espaços comunitários tornam-se uma espécie de construto social, de vida cotidiana organizada e planejada, ancoradas, principalmente, em práticas, em experiências, numa *práxis* diária, por isso, também escritos dentro de interesses múltiplos, pensamentos diversos, que tanto podem ser considerados como negados, tanto discutidos como desprezados.

As decisões tomadas nas esferas sociais dominantes possuem caráter eminentemente político, estão ligadas, sobretudo, ao enfraquecimento das ações que fermentam as lutas e a organização social popular, principalmente porque essa organização popular está ancorada na divisão de classes. Os entraves construídos por essas forças divergentes estão embasados em relações desiguais, numa lógica que, a princípio deveria organizar-se com a participação de alguns, classe dirigente, que decidem e impõem seus anseios e idéias em detrimento daqueles que deveriam receber, escutar e digerir esse “receituário ideológico”, sem a possibilidade de divulgar o que pensam, sentem ou mesmo necessitam, mas o fazem em situações de conflitos, no *locus* comunitário, nos espaços e instâncias sociais, criando e recriando novas formas de se fazer presentes.

De outro lado, os aparelhos sociais, instâncias do mundo sistêmico, pautados pela lógica instrumental, enfatizam as necessidades dos setores econômicos sob a perspectiva instrumental, deixando de lado a formação ampla para direcioná-la a determinados setores, capacitando-o para a força produtiva. Assim, a educação passa a estar associada não às necessidades do homem, numa dimensão *ominilateral*, mas às necessidades dos setores econômicos da sociedade capitalista.

Então, só podemos entender que a ação adotada pelos agentes socialmente legitimados é uma forma de política e que está ligada a cultura por desdobrar-se num “mundo de representações”, de noções e valores, de idéias e atitudes e que surgem como condição de sobrevivência diante das relações com os outros e com a natureza, é, portanto, uma política da cultura ou como explicam Giroux (1987), Apple (1999) e outros, ao desenvolver estudos sobre educação e cultura: é uma forma de “política cultural”.

Ao ampliar as capacidades humanas de deslocamento na sociedade, tanto ao nível das relações como no enfrentamento das próprias contradições sociais, a educação aparece também como um ambiente onde homens e mulheres encontram espaço para desenvolver sua capacidade de intervenção social, na tentativa de superar sua condição de opressão, principalmente nas experiências de EPC, cujo objetivo central deve ser o fortalecimento dos segmentos sociais populares, a fim de contribuir para a transformação de sua realidade.

O argumento maior que reafirma a EPC como um caminho possível para a superação da problemática discutida ao longo desse texto, ou seja, o papel das organizações populares diante de uma cultura legitimada socialmente e que não representa os interesses da maioria, mas de uma minoria que detêm o poder econômico e político e que está presente na aprendizagem do ser social, aparece explícito nos direcionamentos e teorizações dessa perspectiva educativa, representada principalmente pela concepção de que a valorização dos saberes populares, bem como a necessidade de organizar e aprofundar esses saberes junto àqueles que o produzem, na busca de organizá-los e (re) delinear-los, é condição para uma prática emancipatória.

Uma pedagogia que realmente valorize os saberes construídos no cotidiano, nas práticas sociais, nos diálogos com os outros e com o mundo, nos valores discutidos e vividos na família, na rua, nos grupos, próprio da classe trabalhadora e, mais vivos ainda porque integrantes da cultura de uma grande parcela da sociedade, portanto, com maior representatividade, torna-se condição para que as situações de exclusão sejam vislumbradas como possíveis de enfrentamento e para que esses grupos encontrem nos espaços populares um olhar seu, único e ao mesmo tempo diverso, não para paralisar seu crescimento, mas para partir dele, de sua capacidade de produzir contra-cultura, na tentativa de construir novos valores, mais humanos e, sendo assim, mais urgentes porque mais coletivos.

As propostas educacionais que fazem parte da prática cotidiana dos grupos estudados e que contribuem para transformar as atuações dos sujeitos no âmbito social surgem da integração, do diálogo, das estratégias de minimização das situações de exclusão, das formas mais democráticas de administração do tempo e do espaço, das propostas de gestão que

valorizam mais a produção coletiva que individual, portanto baseada não na competitividade, mas na solidariedade, nas propostas metodológicas que priorizam as discussões grupais, os acordos e, principalmente, a participação.

Se reportar o olhar para a realidade desses grupos, às nuances que envolvem o trabalho ali organizado, compreende-se como as atividades ali desenvolvidas envolvem decisões constantes, tanto por parte das coordenadoras como de outros artesãos. Estas decisões vão desde as escolhas de qual ponto de trançado deverá ser usado, até formas mais complexas de gestão de recursos, tempo e formação, enfim, atitudes que caminham por aspectos coletivos, participativos numa visão horizontal de organização e não escalonada pela verticalização de funções, por poderes e deveres.

Assim, dentro desses grupos, o que se pretende é organizar o trabalho por outra lógica, a lógica da parceria, da participação, da autogestão. Não mais baseada nessa dicotomia entre as escolhas, de um lado ligadas aos dirigentes (comando) e de outro aos trabalhadores (produção), mas no grupo como um todo, onde as decisões que envolvem “o que fazer meu e do outro” são discutidas no grupo.

A vida construída pelas camadas populares está repleta de incertezas em relação a situação econômica e a sobrevivência. Empenham-se na superação das condições de miséria em que se encontram e que se tornam complexas na ampliação das situações de exclusão não só econômica e política, mas também cultural. Na contraditoriedade das relações desenvolvidas nos espaços sociais empenham esforço, também, em sua integração social, principalmente através da superação do senso comum, por isso, também através da educação formal. Nesse sentido, as práticas pedagógicas populares devem atuar, também, para desenvolver nos sujeitos o hábito de questionar a realidade, de desvendar os caminhos que as relações sociais capitalistas tentam percorrer, na tentativa tanto de interpretá-las como de fortalecer a luta para sua superação.

Esse grupo vê-se desprovido de legitimidade naquilo que construiu como experiência, um saber periférico, deixado à margem, diante de uma sociedade que não valoriza seu “mundo vivido” e enfatiza uma realidade distante da sua, o “mundo sistêmico”. O mundo vivido caracterizado pela vida cotidiana e ação comunicativa, pelas relações sociais desenvolvidas na comunidade, na família, no grupo de amigos, na rua e em outros espaços, e que produz saberes frutos da sociabilidade, das trocas, da interação. Segundo Damasceno:

Seja no meio social em que se estabelece o local comum de moradia, seja na família, a partir de sua inserção vão construindo uma identidade e formas de sociabilidade própria ao seu mundo vital. Esse mundo é um todo de sentido que vai se gestando num determinado tempo/espaço, onde compartilham a

mesma visão de mundo, criam laços entre si no espaço da vida comum (2000, p.35).

Por seu turno o mundo sistêmico contrapõe-se a esses saberes numa lógica pautada pela racionalidade instrumental, pela técnica, numa interferência do sistema no universo desses grupos, organizado numa estrutura ideológica de automatização da vida social. Segundo Habermas (1988), estas duas dimensões da ação humana precisam estar integradas para que as relações tornem-se mais ricas e participativas. O mundo vivido, representado pela extensão dos saberes construídos nas experiências cotidianas não é suficiente na ação do homem sobre o mundo, tampouco o mundo sistêmico pode responder sozinho às necessidades sociais.

O mundo vivido, orientado pela ação comunicativa, categoria que expressa bem o movimento social na construção das experiências cotidianas, caracterizada pelo diálogo, pela linguagem, que leva a interação entre as pessoas, a partir da argumentação e discussão, diferencia-se, portanto, do mundo sistêmico que se constitui numa racionalidade cerceada pelo poder, pela manipulação e controle e, mesmo assim, importante em outros aspectos como as possibilidades de crescimento científico e tecnológico, a ampliação racional da lógica que move nosso olhar sobre a realidade, os encontros com a produção cultural mais ampla. A existência do agir comunicativo representa a possibilidade de superação desse controle sistêmico sob o qual se constroem as interações, no crescente poder que as intersubjetividades prescrevem.

Na reflexão acerca do potencial das experiências e, portanto, do mundo vivido, as contribuições dos estudos de Thompson (1998) são aqui destacadas, que apresenta a dimensão da experiência como negação das teorias que até então se referiam a absolutização do potencial reprodutivista da educação, que coloca a esfera política e econômica do capital como valor central do trabalho educativo. Segundo esse autor as experiências construídas nas práticas sociais participam da construção dos conceitos, por mais abstratos que sejam. Todo conhecimento surge no confronto entre empiria e teoria, em contato, portanto, com as subjetividades (DAMASCENO, 2000).

Assim, esse autor apresenta uma visão mais ampla de cultura, onde a vida social não se configura apenas pela mediação sistêmica, planejada, articulada, e moldada pela hegemonia dominante, pela lógica da economia, mas recebe influência de uma cultura construída no cotidiano social dos sujeitos, desenhada pela experiência, pelas trocas e acordos. Dessa forma, nenhum sujeito pode construir sua identidade individual e coletiva, claro em constante movimento porque não se cristaliza, sem o confronto dessas duas formas de entendimento social construídas nas relações com os outros.

Nessa perspectiva, cabe enfatizar que a necessidade de reorganizar as formas de interação entre o mundo sistêmico e o mundo vivido, interação pautada pelo conflito e pelas lutas contra-hegemônicas que procuram cercear o poder de uma cultura que domina, é também uma ação política. Essa ação política estende-se também a opção clara por essa integração, que considera as limitações das produções culturais advindas da experiência (mundo vivido), bem como nega a legitimidade de uma cultura desprovida de sentido social (mundo sistêmico), por não considerar viva a produção cultural das classes subalternas. Damasceno acrescenta:

Faz-se necessário, por conseguinte, captar a razão instrumental. Isso significa que as reflexões desenvolvidas no meio popular pelos seus atores e seus intelectuais orgânicos precisam superar a linguagem ordinária, as limitações da vida comum para a linguagem discursiva, a fim de entenderem, questionarem e combaterem também as ações funcionais do sistema (Id.,Ibid., p. 37).

Os sujeitos engajados nos espaços escolares ou em experiências de Educação Popular precisam reconhecer todos esses elementos aqui discutidos acerca das culturas e representações sociais em pauta na nossa sociedade, encarando-os como parte integrante do currículo, no caso da escola, ou dos saberes da *práxis* social, na educação informal. Portanto, intimamente imbricados nas práticas coletivas, na tentativa, também, de encarar suas limitações, redefinir seus verdadeiros interesses e, portanto, repensar suas práticas numa atitude política de busca de uma maior consonância entre o que concebem, elaboram e articulam teoricamente com o que realmente realizam em suas práticas cotidianas.

#### **6.1.1.1 Os saberes e o potencial contra-hegemônico: o papel do intelectual na formação**

O trabalho e as práticas sócio-educativas dos grupos de produção estão estreitamente vinculados ao conceito de *práxis*, como expressão entre o pensar e o agir, princípio essencial no desenvolvimento de processos contra-hegemônicos.

Gramsci avançou decisivamente ao aprofundar os estudos iniciados por Marx acerca da concepção dialética da educação e da cultura. Segundo Gadotti, Marx coloca todo o peso da transformação social na infra-estrutura, mesmo tendo este autor compreendido que infra-estrutura e superestrutura estabelecem entre si uma relação dialética, portanto, de ação

recíproca. No entanto, é Gramsci que enfatiza a superestrutura como elemento essencial no processo de transformação. Enquanto Marx institui o trabalho como princípio educativo, “Gramsci institui a hegemonia como essência da relação pedagógica” (1998, p.139).

Gramsci entende que é a partir da consolidação da consciência política que se faz por meio da ação educativa que os indivíduos podem estabelecer processos de contraposição ao modelo hegemônico. Entende, portanto, que a tomada de consciência não é espontânea, natural, mas cultural; não vem de fora, de uma classe elitizada, mas precisa nascer no seio do povo. Assim, esse intelectual precisa ser entendido como intelectual orgânico, o intelectual-trabalhador, não aquele que pensa em contraposição ao trabalho manual, mas aquele que constrói um pensamento novo a partir da crítica a ação e exploração no trabalho. Para Machioggi:

O intelectual organicamente ligado ao proletariado, novo cimento entre infra e superestrutura, nasce, repetimos, de uma transformação do velho modo de pensar e conhecer, e seu ser intelectual – enquanto especialista – se desdobra em um ser político, transformando sua ação em um engajamento vivido totalmente na ação histórica, que ele realiza enquanto intelectual e militante (MACHIOCCI, 1976 apud GADOTTI, 1998, p.141).

É nesse sentido que Gramsci afirma que todos os homens são potencialmente intelectuais, mas nem todos assumem essa função: “são intelectuais porque, independentemente de sua atividade intelectual, adota uma visão do mundo, uma linha de conduta deliberada e contribui portanto para defender e fazer prevalecer uma certa visão do mundo para produzir novas maneiras de pensar”(GRAMSCI, 1985, p. 7-8). Propõe assim uma revolução moral e intelectual e não a revolução armada, distanciando-se de Lênin quando este propõe a ditadura do proletariado. O conceito de hegemonia de Gramsci tem lugar na sociedade civil, enquanto a concepção de ditadura do proletariado pertence à esfera política, pela tomada do poder. A contra-hegemonia /hegemonia de Gramsci surge pelo consentimento social no sentido de legitimação das idéias que representam determinada perspectiva de mundo, conceitos e propostas de organização social.

Ainda para Gramsci a forma ético-política da sociedade é composta pela união entre sociedade civil e política, divididas apenas metodologicamente, pois ambas, para o autor constitui uma unidade dialética, onde consenso e coerção se alternam tomando como elemento mantenedor de um lado as forças coercitivas e de outro os intelectuais, cuja função é garantir a manutenção da sociedade por meio do consenso. Gramsci, combate a idéia de formação espontânea e vai propor a escola unitária como formação necessária a composição do novo trabalhador-intelectual numa educação pública, gratuita e igual para todos:

A escola unitária ou de formação humanista – entendido este termo, humanismo, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional – ou de cultura geral, deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa [...]. A escola unitária requer que o estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas (GRAMSCI, 1985, p. 121).

Nesse sentido, a formação desse trabalhador, segundo o autor, é construída nas múltiplas instâncias das esferas sociais, não é somente objeto da escola, mesmo enfocando sua importância. O trabalhador-intelectual precisa fortalecer sua identidade social, resgatando um saber que é próprio da cultura pertencente ao seu grupo. Os indivíduos são compreendidos como produtores de cultura, como construtores de sua realidade social.

Diante desse enfoque e do potencial contra-hegemônico presente nas organizações e grupos populares, podemos identificar os grupos de produção aqui analisados como experiências que se contrapõem ao modelo de produção hegemônico, mais ainda como esfera política, espaço de participação e de formação da sociedade civil.

No que concerne aos saberes<sup>58</sup> construídos nos grupos de produção, desenhados nas interações, nos processos de organização das experiências, na gestão diária e nos momentos de formação mais direta dos grupos podemos apresentá-los e subdividi-los em: a) saber da prática social, identificado como o conjunto de conhecimentos, habilidade e atitudes que são produzidos pelos grupos sociais em determinada situação e espaço historicamente construído no todo social, que vem dar conta dos seus interesses; b) saber da formação, entendido como as aprendizagens que perpassam momentos formais de estudo, compondo um conjunto de conhecimentos construídos nos espaços de formação planejada, seja pelas instituições externas ao grupo (Universidades, SEBRAE, SESCOOPI/OCEPI) ou mesmo, pelo próprio grupo nos momentos de organização de cursos formadores; e, ainda, c) o saber da experiência que tem origem na prática cotidiana dos grupos de produção, saberes construídos na profissão de artesão, podendo refletir tanto a dimensão da razão instrumental, que implica um saber-fazer, as habilidades e técnicas, como a dimensão da razão interativa ou comunicativa que

---

<sup>58</sup> Inspirado nos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa coordenado pelo Prof. Phd. Jacques Therrien e pela Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Nobre Damasceno, da Universidade Federal do Ceará – UFC, acerca dos saberes e prática social do educador, em parceria com o grupo de pesquisa da Universidade de Laval – Canadá, sob a coordenação dos Profs. Phds. Clermont Gauthier e Maurice Tardif.

possibilita construir saberes referentes a própria convivência (participação, julgamento, tomada de decisões, atitudes frente a acordos e/ou conflitos, visão acerca da sociedade e sua situação de classe, etc.).

O conceito de saber aqui trabalhado como categoria de pesquisa diz respeito ao produto das racionalidades presentes nas esferas sociais, tanto a racionalidade instrumental (mundo sistêmico) como a racionalidade interativa (mundo da vida), presente no trabalho desses grupos, nas suas ações diante das necessidades e desejos que compõem o fazer social.

Os sujeitos constroem esquemas de aprendizados construídos nos espaços sociais que são confrontados mediante novas experiências e assim, colaboram na formação e constituição tanto do seu agir com o mundo como no seu pensar o mundo, ou seja, colabora na transformação de si mesmo, na transformação das relações com os outros e com o meio que o cerca.

O papel da formação seja na consolidação do trabalho artesanal nas cooperativas, seja na própria organização e gestão das experiências é reconhecido pelos integrantes dos grupos. Estes atribuem tanto a educação formal, como a cursos esporádicos do qual participam papel relevante no crescimento do próprio organismo coletivo. Apresentam essas oportunidades como aproximação entre o que elaboram e o conhecimento organizado pela sociedade: “os pontos de trançado são conhecimentos daqui, do povo, vai passando de mãe pra filho, mas tem muitos cursos que ajudam a gente a aperfeiçoar [...] a gente aprende a botar preço nos produtos, teve um curso que ajudou muito, melhorou nossa forma de organizar” (artesã da associação 3).

Os saberes, considerados saberes da formação, são aqueles construídos nas experiências de formação organizadas pelo próprio grupo ou por organizações externas. São percebidos na capacidade de formulação e construção de conceitos, na sistematização de conhecimentos empíricos, no uso de novos instrumentos, tais como os registros em livros-caixa, o uso da página na internet para divulgação, a aprendizagem de novas técnicas ligadas ao trançado com a palha e renda, enfim, aprendizagens construídas em processos formais de ensino. O depoimento da rendeira expressa essa formação: “nós tivemos um curso com duas alemãs, elas ensinaram a gente novos pontos de renda, renda feita lá na Alemanha e a gente ensinou o nosso pra elas” (artesã da associação 1). A foto abaixo foi feita por uma jovem que aprendeu novos pontos de renda e apresenta seus trabalhos, fruto de trocas com outras culturas:



FOTOGRAFIA 19 – Aprendizagens fruto de trocas com outras culturas - Animais bordados em renda de bilros

Os saberes da experiência estão em todo lugar, permeando as ações dos indivíduos nos grupos, vão desde atitudes de solidariedade, parceria, trocas até processos de organização e gestão das associações. Nascem da participação, da presença diária, do envolvimento nos planejamentos, na organização dos cursos até as aprendizagens que surgem ao ministrar esses cursos. Uma jovem fala de sua trajetória como instrutora: “agora eu já estou ajudando a organizar os cursos, tem momentos que sou eu que dou aula, tem a coordenadora lá pra ajudar se eu não fizer direito [...] venho aprendendo muito.” Continua, “ah! Aprendi a organizar a aula, sei que tenho que ir mostrando com calma, repetir, ajudar os outros jovens [...] também falo um pouco da profissão de artesão, digo logo que não é fácil, mas é diferente porque você trabalha em grupo” (jovem da associação 3).

Os saberes construídos nas interações e no trabalho em grupo geram oportunidades para o confronto entre aquilo que a sociedade apresenta como legítimo e aquilo que os jovens do meio popular vivenciam e elaboram como experiência de vida, por isso mais forte porque é concretamente construído, possui raízes na prática e no grupo com o qual construiu laços.

O homem e a mulher como sujeitos de seu contexto são essencialmente seres dialógicos, construtores de linguagem, características enfatizadas nos estudos de Paulo Freire. O referido autor construiu uma visão de sujeito arraigada na idéia de Ser que pensa, produz e conhece, portanto sujeito ativo, histórico, sujeito de interações. Os indivíduos como parceiros, elemento da coletividade que é essencial na fundamentação do seu fazer, da sua ação, que vive em interação constante com o meio, consigo mesmo e com o outro na construção de si mesmo, enquanto “ser inacabado”, e ainda, na construção da realidade que o cerca.

Esse sujeito pensante e atuante, desenhado tão bem por Freire ao longo de suas obras, compositor de saberes, nega a visão pessimista que cerca o pensamento reprodutivista e ainda, evidencia a necessidade de articulação crítica, de construção de um saber fundamentado em embasamentos teóricos, próximos e construídos a partir do saber da experiência, mas comprometido com sua sistematização científica e articulada pelo processo educacional – um fazer “política cultural” embasado nos recursos científicos e tecnológicos, organizados e sistematizados a partir da conscientização do homem e da luta pela verdadeira libertação.

## CAPÍTULO VI

---

### **7. Um refazer que exige crítica constante: a economia solidária como proposta de construção de um novo modelo de produção?**

O modelo econômico neoliberal traz como projeto de sociedade a liberalização e mundialização do mercado, que implica no afastamento do Estado como mediador das relações econômicas e a reedição de uma legislação que, mesmo de forma já um tanto ultrapassada guarda direitos sociais trabalhistas, fruto de lutas dos trabalhadores, ou de forma mais ampla, direitos que possibilitam a luta pela democracia. O modelo econômico flexível não traz como característica essa flexibilidade apenas pelas mudanças permanentes, pautadas por uma tecnologia em constante transformação, o que propõe uma formação contínua do trabalhador, de certa forma encarada positivamente porque migra da lógica mecânica do trabalho para a valorização da capacidade intelectual. A flexibilização também esconde outros interesses, dentre os quais se destaca a superação da contratação e dos laços legais, a precarização do trabalho. A legalização e o vínculo contratual a longo prazo, em certa medida, assegura o espaço do trabalhador na empresa garantindo certa estabilidade e direitos frente seu trabalho ou mesmo diante de seu possível afastamento.

Portanto, a acumulação flexível impulsiona o crescimento da informalidade, pela ênfase no trabalho parcial, precário e autônomo, “desvinculados das obrigações sociais, desmontando paulatinamente a sociedade de direitos” (LIMA & OLIVEIRA, 2003, p.19).

Quando tratamos da lógica desse mercado hoje mais complexo, jogamos todos no mesmo patamar de análise, entretanto é preciso esclarecer que as empresas e os trabalhadores que se encaixam nessas análises constituem o setor formal da economia e a maior parte dos setores afetados por essa lógica da flexibilidade são as grandes empresas e grupos de trabalhadores com um nível de formação elevada que passam a lidar com um mercado precarizado, indicado tanto pela eliminação do contrato formal de longo prazo, como por níveis salariais mais baixos diante de uma jornada de trabalho intensificada e ainda, um mercado que embarca na problemática do desemprego, situação que impele esse trabalhador a aceitar as propostas da flexibilidade.

O crescimento do terceiro setor, e esse é outro nó que encontramos na sociedade do pleno comércio, tanto pela dificuldade de consensos acerca do conceito de “terceiro setor” como da inclusão de instâncias sociais nesse patamar, principalmente pela multiplicidade e heterogeneidade de experiências, tem desempenhado papel importante nos processos de afastamento do Estado e articulação do trabalho flexível, precário.

Primeiro porque se declara terceiro setor todos os órgãos, instituições, associações, organizações não governamentais, ações implementadas pela sociedade civil (terceiro setor), que não estão vinculadas ao Estado (primeiro setor) e, ainda, não possuem características ou fins financeiros como a iniciativa privada (segundo setor). Entretanto, muitos organismos gestados pela sociedade civil, beneficiam-se da legislação que os configuram como entidades sem fins lucrativos para livrar-se dos impostos e da regulamentação trabalhista, forjada sob o vínculo do voluntariado, escamoteando sua verdadeira ação de organismo privado. Segundo, também, pelo incentivo ao afastamento do Estado, dada a crescente atividade de organismos civis na esfera social, desvinculando processualmente do Estado a responsabilidade direta para com a sociedade e, especificamente, para com o povo, integrantes das classes desfavorecidas.

Não resta dúvida que a crescente mobilização da sociedade civil, na forma como hoje se observa, frente aos problemas que cercam esta sociedade, problemas de ordem econômica, política, social e cultural é um marco importante dentro da história e aproxima essa sociedade na luta pela democratização das esferas sociais. Entretanto, se antes parcela da sociedade civil estabelecia essa luta mais diretamente, mediante os grupos que formam o núcleo de movimentos sociais, e que representam forte opositor as manobras e políticas implementadas, seja pela classe empresarial, mais preocupada com a exploração e manutenção da riqueza nas mãos de poucos, seja pelo Estado entendido por esses organismos como defensor da ordem econômica e política e manutenção da sociedade de classes, hoje se observa o paulatino deslocamento desse tipo de participação para uma lógica que se centra na proximidade entre a sociedade civil, o Estado e os organismos empresariais, financiadores das ações desses grupos, representados, principalmente, pelas organizações não governamentais – ONG’s, agora parceiros e clientes das políticas públicas. Nesse sentido, observa-se um crescente investimento do Estado e de outras instituições, nacionais e internacionais nas ações desses grupos, subsidiando ações sociais também ligadas a aspectos potencializadores da população, como ações voltadas à educação, formação profissional, inclusão digital, o cooperativismo, ações ligadas ao protagonismo juvenil e outras.

É preciso ressaltar, ainda, que no limiar dessa lógica, existem esferas da sociedade civil, participantes dessas organizações, que imprimem às ações dos grupos identidade crítica e política, muitas vezes construídas em experiências vividas nos Movimentos Sociais e por uma formação mais ampla, procurando fortalecer a ação popular e os organismos implementados por esses grupos.

Segundo Gohn (2001), as atuações na Educação Popular, via terceiro setor, atualmente, revelam mudanças em seus objetivos, portanto novos paradigmas, visto que apresenta um conjunto de novos parâmetros que vão constituir “nova identidade” a essa esfera social, principalmente com a participação do Estado que vai além de questões referentes ao financiamento, mas interfere mais diretamente nos processos vividos no cotidiano das experiências. Esses objetivos foram redefinidos, nas palavras dessa autora:

“No novo paradigma – não há algo a ser criado, a partir da animação de um agente externo – o educador ou o facilitador – em termos de uma politização que desperte o educando para suas condições concretas de vida, em termos da pobreza e suas causas, de interesse de classe explorada e oprimida, de direitos sociais básicos que lhes estão sendo negados pelas elites e outros. No novo paradigma – há algo a ser repassado – de forma competente, com conteúdo, e que deve gerar uma reação nos indivíduos de forma que ele confronte o recebido com o que possui, de sua experiência anterior e visão de mundo, e o reelabore” (2001:01).

Então, seria hoje, com a retomada dos espaços sociais e de outros construídos pela sociedade civil, após anos de ditadura, um momento de maior luta em torno de um reajuste social estrutural, em função das crises que perpassam a sociedade capitalista nesse final de século? Ou a estratégia de luta estaria sendo redefinida, priorizando atuações mais diretas diante das políticas governamentais, agora como “parceiro” e, portanto legalmente capacitado para cobrar fundos que amparem essas atuações populares, buscando uma maior organização política dos que integram os setores populares?

Essa mudança na forma de luta social caracteriza-se por ser menos pontual, não como uma luta pela transformação estrutural da sociedade (do capitalismo para o socialismo), mas de uma redistribuição e democratização de espaços, idéias e valores. Busca o fortalecimento do poder que se desenvolve paulatinamente nos processos educativos – o saber/poder do povo, capacitado para enfrentar a sociedade, com conteúdos científicos que surgem da valorização e superação do saber construído em sua prática, com novas concepções de mundo – a natureza, as relações, o respeito às diferenças, a solidariedade, enfim uma mudança impressa nas relações interpessoais e intrapessoais.

Ainda como parâmetro de análise desse vetor - o terceiro setor - é preciso levar em consideração a heterogeneidade e multiplicidade de organismos que formam essa esfera, dificultando sua caracterização e análise, portanto, geradoras de discussões amplas e entraves conceituais. Muitos organismos que formam os Movimentos Sociais de nossa sociedade negam essa terminologia e não se consideram parte desse quadro, principalmente, porque esse *mix* de experiências identificadoras do terceiro setor é considerado desnorteador da própria identidade do grupo. Dessa forma, todo esse processo amplo de reordenamento social por que tem passado a sociedade contemporânea indica certa complexidade nas organizações das esferas sociais, conseqüentemente a desorganização da classe trabalhadora frente às mudanças no mundo econômico, mas também as buscas por uma nova orientação, nova identidade produtiva, busca de uma reorganização.

A organização da classe trabalhadora ao longo das últimas décadas era composta pelo entrave entre operário e patrão, mediado pelas forças do Estado de um lado e por organismos sindicais de outro. As mudanças discutidas acima não fragilizam apenas a legalidade trabalhista e o potencial contratual tão discutido nas lutas travadas por essas instâncias, fragilizam também o potencial mobilizador dos organismos sindicais.

A partir do surgimento do terceiro setor a informalidade no trabalho passou a ser encarada não mais como total negatividade, mas amparada pela visão empreendedora e pela lógica do trabalho coletivo e criativo. Ou seja, a flexibilidade que representa a precarização do trabalho, sua desregulamentação e o crescimento do desemprego, passou a impulsionar ações positivas de inovação e organização do trabalho, entretanto organizados no patamar da informalidade o que é, no mínimo, preocupante. Dessa forma, velhas bandeiras do movimento operário como a autogestão e cooperativismo, discutidas por Lima & Oliveira, aparecem não como “alternativa ao capitalismo, mas como possibilidade por dentro do capitalismo”, o que por um viés transversal acaba fragilizando a organização sindical, visto que sai do patamar de trabalho subordinado para o trabalho associado, vinculando ao trabalhador a noção de proprietário (2003, p.22).

A realidade social contemporânea gera incertezas que remontam a própria lógica da flexibilidade, do modelo de produção tecnologicamente dependente enquanto princípio de competitividade, pautados no risco diário da perspectiva do não-trabalho, da inadequação e deslegitimação da empregabilidade. Os estudos que contemplam análises sobre o paradigma da complexidade referem-se a essa realidade como “dinâmica, não-linear, ambígua e ambivalente”. Tais adjetivos explicam esse contexto de insegurança, advindos de uma estrutura difusa e de múltiplas direções. Nas palavras de Bauman (apud DEMO, 2002):

A realidade se diz ambígua quando possui estrutura difusa, não linear, caótica, apresentando-se como autêntica unidade de contrários. [...] A realidade se diz ambivalente quando sua dinâmica manifesta direções opostas no mesmo todo. O termo ambíguo designa traços da estrutura da realidade, enquanto o termo ambivalente aponta para modos de vir a ser (2002, p.20-21).

A incerteza e a imprevisibilidade provêm da noção de ambigüidade da realidade atuando como orientadora no modo de organização das ações entre os homens e, também como impulsionadora de ações criativas como assinala Pedro Demo (Op.cit), quando apresenta um caráter de positividade a esse clima de incerteza. Segundo o autor essa instabilidade desmonta a noção de realidade pronta, estável, portanto, imutável e incentiva a ação criadora e a transformação do que aparece como incerto pela ênfase no possível, no novo, abrindo espaço para a renovação de horizontes criativos, tratando a realidade como dinâmica e não fixa, portanto, contempla a ação transformadora dos sujeitos. Essa noção de sociedade em movimento, não-linear e configurada pela ação e reação do homem nos processos de interação social funda-se no pensamento marxiano, reorganiza-se no salto analítico presente nas propostas gramscianas e hoje, apresenta-se sob a forma de paradigma da complexidade reorganizando o pensamento contemporâneo na tentativa de reabastecer análises de uma realidade estruturalmente complexa.

As experiências de trabalho coletivo, seja por meio de cooperativas, associações, sob o título de economia solidária, possuem positividade quando identificadas como geradoras de transformação das condições de vida das comunidades, permitindo novas formas de vida e, principalmente de relações a partir do trabalho, vem dando vida a experiências que no mínimo, propõem novo olhar sob as formas socioeconômicas firmadas historicamente, gerando paradigmas também políticos e culturais.

Ainda, essas formas “renovadas” de organização produtiva podem ser entendidas a partir de quatro dimensões: a dimensão econômica, representada pela ação, organização produtiva e pelas formas de gestão construídas a partir da subjetividade (criatividade, desejo, projeção, representação) dos indivíduos e pela objetividade dos organismos materiais e estruturais (estrutura física - espaço, formação e temporalidade); a dimensão social, orquestrada pela condição de classe (necessidades materiais e culturais, identidade social, reconhecimento ou valorização pessoal e grupal) e consciência de classe (compreensão da projeção política e orgânica dentro da sociedade, discurso explicativo das condições de classe); pela dimensão política, exemplificada na práxis social, na inclusão e ação nas lutas sociais (compreensão do seu papel social, vislumbrando possibilidades de transformação,

compreendendo-se como sujeito transformador); por fim, a dimensão cultural, compreendida como a elaboração do potencial de contra-cultura, partindo de um pensamento crítico, de negação do saber ideológico que fundamenta a sociedade hegemônica (as trocas, os saberes que surgem nas interações, nos momentos de formação, o confronto dos novos aprendizados com velhas posturas, a reelaboração de conceitos, a problematização de situações antes explicadas pelos organismos mantenedores da ordem estabelecida). Todas essas dimensões articulam-se dialeticamente no processo de construção dos indivíduos nos espaços sociais produtivos; produtivos na esfera material, na política, na social, cultural, esferas produtivas de vida.

Por outro viés é preciso ficar atento às organizações dessas experiências que estão alimentadas ainda por posturas elaboradas socialmente, numa sociedade construída sob a égide do capital. Então é preciso falar de um saber que faz parte desses aprendizados, configurados pela noção de poder que desmonta as relações solidárias. Bourdieu, ao discutir o conceito de *habitus*, descreve as construções e representações sociais mediadoras das práticas sociais como elementos determinados por estruturas exteriores e por sua interiorização, fontes reprodutoras da realidade.

As práticas resultam da relação dialética entre uma estrutura – por intermédio do *habitus* como *modus operandi* – e uma conjuntura entendida como as condições de atualização deste *habitus* e que não passa de um estado particular da estrutura. Por sua vez, o *habitus* deve ser encarado como ‘um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças as transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma [...] Com efeito, o *habitus* constitui um princípio gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. Em outras palavras tende ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações às exigências postas pelas situações concretas que põem à prova sua eficácia (BOURDIEU, 2001, p.XL-XLI).

Por si a visão reprodutivista de Bourdieu explica um lado das relações sociais, pautados pela estabilidade de esquemas simbólicos, mas deixa de aprofundar os esquemas analíticos, representantes da capacidade de reflexão e de mudança das estruturas simbólicas. O modelo reprodutivista representa uma linha de pensamento importante na compreensão dos elementos simbólicos presentes na sociedade e que fortalecem sua reprodução, mas não discute essa sociedade como historicamente construída e em movimento, portanto reconhecem o homem como reprodutor e não como transformador. Duas noções são bem exploradas nos seus

trabalhos nas articulações das duas instâncias que sustentam o mundo social: campos sociais<sup>59</sup> e *habitus*. A relação entre estas duas instâncias faz com que as estruturas se tornem corpo, mas igualmente que o corpo se faz estrutura (BOURDIEU, 1990, p. 153).

A teoria reprodutivista e o conceito de *habitus* apresentado por Bourdieu permitem compreender, mesmo que pelo viés da negação, as alterações no mundo do trabalho como momentos de crise e como desarticulação dos esquemas simbólicos até então revigorados pela parcial estabilidade. Essas alterações propõem novas ações diante da vida, da sociedade e estimulam a construção de outros patamares de organização no trabalho. Um estado de legitimação constante deixa de ser constante mediante alterações em seu quadro de estabilidade e passa a buscar novas ações para possibilitar novos delineamentos, portanto um novo ajuste. Esse *novo* a que me refiro significa o próprio movimento, a mudança, a criação, seja reinventado pelas forças legítimas e ideologicamente dominantes ou pelas forças contrárias representando elementos de contraposição e contra-cultura.

Assim, a ação ou o fenômeno de organização das práticas sociais mediante a reorganização do trabalho a partir da cooperação e ação solidária surge como possibilidade se encarado como reorganização do *habitus* ou dos esquemas simbólicos que fundam esse “que fazer cotidiano” e esse “entender” *social*. Nesse sentido, as aprendizagens pautadas pelas relações de parceria poderão suprimir aprendizagens forjadas nas relações individuais e competitivas; os saberes advindos da autonomia e da ação criativa deverão contrapor-se a formas mecânicas de trabalho e a subordinação que requer também certo aprendizado; saberes construídos nos processos formativos deveriam, ainda, propor reflexões sobre as estruturas sociais e as necessidades de organização e politização dos indivíduos, não só textualmente, mas preparando esquemas cognitivos e organização intelectual que permitam o constante envolvimento social e político desses sujeitos, possibilitando a saída do campo dos saberes do senso comum, saberes fragmentados, para o campo da saber científico, mais organizado e estruturado.

---

<sup>59</sup> O campo social é um espaço de interação que funciona conforme determinadas regras e instâncias de legitimação. Este espaço é construído de tal maneira que quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades terão em comum.

O *habitus* são as formas de percepção, pensamento e ação coletivas, que perpassa as formas de subjetividade individuais, e irão se refletir nos sistemas classificatórios sobre o que é legítimo e ilegítimo, do que é verdade e mentira, do que é belo e feio, do mal e do bem, dentro de determinado campo. Assim, Bourdieu vai se referir, por exemplo, ao fato de que cada palavra terá significado diferenciado conforme *habitus* de quem produz e interpreta. Este conceito nos informa que toda a interação social em torno de um objeto de conhecimento não é neutra, mas socialmente demarcada.

Bourdieu ao estudar as trocas simbólicas analisa aspectos das trocas de dádivas, exemplificado no ritual do *potlatch*. *Potlatch* era um ritual de trocas que ocorria entre os trobriandeses que trocavam entre si esteiras e conchas, reconhecendo-as como dádivas. Essas trocas, estudadas por Bourdieu instituíam relações de dominação simbólica, pois ocorria entre desiguais. O autor esclarece:

[...] A troca de dádivas pode se dar entre iguais, contribuindo para reforçar a “comunhão”, a solidariedade, através da comunhão que cria laços sociais. Mas pode também dar-se entre agentes real ou virtualmente desiguais, como no *potlatch* que, a crer nas descrições dele feitas, institui relações de dominação simbólica duradouras, relações de dominação fundadas na comunicação, no conhecimento e no reconhecimento (no sentido duplo) (BOURDIEU, 1996, p.167).

Nas trocas simbólicas descritas aqui como frutos de uma solidariedade entre desiguais, isto é, entre indivíduos que ocupam posição diferenciada no grupo hierarquicamente organizado, seja pelo poder simbólico que detém ou mesmo pelo poder material apresentam uma acumulação especial, definida por Bourdieu como capital simbólico<sup>60</sup>, tão bem apresentado por Paiva: a) “trata-se de trocas que têm sempre verdades duplas, difíceis de manter unidas”; b) “nelas existe ‘o tabu da explicitação’ – isto é, ‘dizer quanto custou anula a troca’ – tal fato transfigura os atos econômicos em atos simbólicos; e, por último, c) “nessa circulação produz-se e acumula-se um tipo especial de capital, que é chamado de capital simbólico” (2005, p.233).

As relações que embasam a economia de solidariedade e que a configuram enquanto campo de trocas também gera capital simbólico se compreendido como elemento que perpassa a relação entre dimensões diferenciadas. Escalas de pequenos poderes são percebidas entre os que coordenam (coordenadora, tesoureira, secretária) e aqueles que participam apenas como artesãos. Outro diferenciador encontra-se nas relações entre os membros mais antigos e os sócios mais recentes, entre os adultos e os jovens. Nesse sentido, as trocas mútuas, a solidariedade precisa ser enfatizada, no enfrentamento constante das relações de dominação ou de relações de poder, pois o que caracteriza a organização coletiva e a autogestão é a tentativa de fortalecer cada vez mais o coletivo, as decisões coletivas, a parceria, superando esses esquemas simbólicos de dominação. Um exemplo dessa ênfase, identificada nos grupos estudados, está na proximidade entre os membros e na identidade de artesão, todos são

<sup>60</sup> Para Bourdieu, "capital simbólico (é) qualquer tipo de capital (econômico, cultura, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produtos das incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, de estruturas de distribuição do capital do campo considerado... o capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento" (1997, p.150). Razões práticas

artesãos e ganham pelo que produzem não importa se realizam outras atividades relativas ao cargo que ocupam e, ainda, as trocas de funções. Aqui cabe um parêntese relativo à permanência da coordenadora, elemento contraditório nos processos de autogestão e que precisa ser objeto de reflexão dos grupos.

Portanto, a economia solidária resgata formas antigas de interação social, pautadas pela ajuda mútua, não deve, entretanto, ser confundida com filantropia ou caridade, pois é um sistema de trocas. A filantropia e a caridade vêm sempre permeadas por uma relação de dominação, onde aquele que recebe a dádiva ocupa um lugar de inferioridade porque estabelece uma relação de gratidão para com o outro e não uma relação de parceria, contribuindo no fortalecimento da dominação.

Esse sistema de trocas pautado pela solidariedade vem negar o projeto liberal democrático, na medida em que este está centrado no indivíduo, autônomo, na racionalidade instrumental e na legitimidade das instituições sociais enquanto mantenedoras de “um mercado que inunda tudo, esgota o conteúdo da democracia e aniquila as redes de comunicação entre os indivíduos” (HABERMAS, 1982 apud SACRISTÁN, 2002, p.169). Nesse projeto de sociedade neoliberal, ao invés da economia está a serviço das relações sociais, são as relações entre os indivíduos que estão pautadas pela lógica econômica, destruindo esferas de humanidade, substituindo o *homo ludens* pelo *homo economicus*, num paradoxo técnico e científico: de um lado uma esfera crescente de descobertas científicas e tecnológicas propondo o desenvolvimento de uma sociedade para poucos, montada sob o patamar de pobreza crescente da maioria.

O sistema de produção solidária propõe resgatar dimensões da humanidade que foram suplantadas das relações econômicas, tais como a participação e a parceria entre “iguais”, no que concernem as relações produtivas. Surgem da contradição, são elaboradas em espaços contraditórios, mas representam *lócus* de elaboração de saberes, de construção de identidades populares, colaborando nos entraves sociais, fortalecendo as forças contrárias ao modelo de sociedade que vem sendo legitimado. Não estão somente amortecendo as crises acirradas pelo modelo de globalização, tampouco, por um outro viés, considero que sozinhos esses modelos produtivos possam superar a lógica capitalista, mas revigoram e fortalecem as lutas e as práticas alternativas dos setores populares, como ação política que visa construir a contra-hegemonia.

## DIALOGANDO COM OS ACHADOS

---

### **Por uma pedagogia do encontro, do diálogo, da parceria...**

Aos caros amigos,

É a primeira vez que escrevo uma carta a vocês.

Não sei se vou me sair bem, mas o desejo de tocar de alguma forma às subjetividades de quem ler esse texto existe, portanto, me escute um pouco...

Não tenho necessidade de explicar tudo, mas parto no sentido de entender parte dessa complexidade que compreende as paredes dessas experiências de produção coletiva, a presença da juventude e sua marca impressa na elaboração dessas práticas sociais.

Essa elaboração surge inicialmente de minha trajetória de vida, minha experiência de enfrentamento cotidiano com os obstáculos materiais, culturais e políticos que encontrei pelo caminho. Sou jovem oriunda das classes populares, é assim que me situo, aprendi com a prática e a reflexão cotidiana, escrevi o que sou também pelo meu envolvimento com grupos populares. Aprendi, ensinei, questionei, dei passos para trás, parei e voltei a caminhar. É uma construção dialética e cotidiana, nesse percurso social, elaborado nas interações com meus familiares, com o universo social maior, com os meios de comunicação, com os meus mestres nas Universidades, e principalmente com os sujeitos do meu espaço social, das comunidades onde vivi. Já morei em cidade pequena, morei nas periferias dos grandes centros urbanos, sou professora da escola pública, fui professora de jovens e adultos, professora em experiências de Educação Popular.

Portanto, trata-se de uma trajetória de estudo que nasce no fazer que é fruto dessa minha interação com a realidade social. Os jovens estudados têm rosto conhecido, não estão distantes do meu mundo, são sujeitos construtores de sonhos assim como fui e sou. Elaboram pensamentos próprios, fragmentados muitas vezes, mas que exprimem experiências de vida e vontade de mudar, de transformar sua realidade.

Quero, ainda, continuar esse diálogo lembrando o objetivo geral que tracei no início do desenvolvimento desse estudo, qual seja o de “investigar e compreender o potencial formador presente nas experiências de trabalho coletivo com os jovens, principalmente desenvolvendo atividades artesanais, a fim de identificar que saberes são produzidos mediante

o trabalho cooperado, entendendo esse espaço como escola de vivências e parte de uma educação que é comunitária”.

A importância desse resgate surge como necessidade de reflexão acerca do que encontrei ao final de mais essa etapa da pesquisa, que teve início em 2001 no Mestrado em Educação e que vem enfatizando a juventude e a experiência de formação no trabalho coletivo.

Assim, amigo leitor, é preciso compreender esses jovens como atores sociais, sujeitos vivos nos processos sociais, ativos, que são capazes de produzir, em torno de si e do outro, práticas de reelaboração, reelaboração de idéias, de posturas e de cultura. Estão inseridos também nas instâncias populares e nos movimentos sociais, lutam para realizar sonhos, projetam-se no presente e expressam expectativas de mudança, de transformação de sua realidade social.

A participação desses jovens nos grupos de produção é uma realidade que se consolida numa sociedade contraditória, construída por modelos de trabalho centrados na exploração, na acumulação e distribuição desigual da renda. Uma sociedade montada pela divisão de classes, pela riqueza desproporcional de um lado e de outro a miséria e pobreza extrema de numerosas camadas da população.

Nesse sentido, a organização dos grupos de trabalho, as associações, fruto também desse contexto contraditório, ao mesmo tempo em que colaboram na reprodução das forças produtivas e estão impressos nas esferas de exploração do sistema capitalista, engendradas pelo sistema de compra e venda e pela interação com esse mercado, estão de outro lado colaborando para o fortalecimento da comunidade, seja através das forças produtivas que são ali desenvolvidas, mas principalmente pela construção de um modo diferenciado de organização do trabalho, pautados pela produção coletiva e pela autogestão, propondo experiências e saberes necessários à produção da contra-hegemonia.

O trabalho coletivo aparece como elemento importante nessa discussão e remete para relações de solidariedade e aprendizagens mediadas pelos vínculos familiares, fortalecidos pela afetividade. Dessa forma, os elementos de inserção dos jovens nos grupos firmam-se primeiramente pela necessidade de colaboração na renda familiar, não de forma a imprimir na família característica reguladora do trabalho do jovem, mas por representar espaço de convívio e solidariedade, primeira vivência coletiva dos indivíduos, espaço de divisão de ganhos e perdas, elemento mediador das relações entre estes sujeitos e a esfera social maior.

A construção da identidade juvenil nos grupos toma forma nos processos de interação, nascem das noções construídas pelas representações sociais, esferas da cultura, mas são

reeditadas nos processos dialógicos, nas práticas sociais, nas aprendizagens. Os indivíduos representantes dessa coletividade comunitária, revigorados pela ação sobre o meio e pela parceria impressa nos momentos de trabalho aprendem a se fazer sujeitos da sociedade, sujeitos de sua realidade. Cabe ainda ressaltar que a solidariedade desses grupos ultrapassa as práticas produtivas, propondo uma solidariedade que se estende à comunidade, em processos de trocas, ajuda mútua e ações coletivas.

Assim, os sentidos que os jovens atribuem ao trabalho nos grupos de produção não estão ligados somente a esfera material, produção e reprodução da vida orgânica – a sobrevivência –, mas estão diretamente vinculados às relações e proximidades entre as pessoas, ao encontro, ao prazer impresso pela arte, à autonomia e ao reconhecimento dentro grupo, numa pedagogia do encontro, do diálogo, da parceria.

A compreensão desses grupos não pode ser reduzida por uma análise meramente economicista, revelada por aspectos administrativos, potencial produtivo ou mesmo representação econômica popular, mas é preciso ampliar o olhar sobre as várias dimensões dessas organizações, representadas também pela dimensão da *práxis* social, pela dimensão cultural e interativa e pelo potencial político que subtende a organização, o coletivo, a legitimação do saber do povo. Esse saber, elemento que contribui em processos de representação do grupo, substância do “mundo vivido”, que vem dar sabor às práticas sociais dos indivíduos, em constante confronto com aprendizagens legitimadas pelas instâncias dominantes, portanto, são elementos que precisam se fortalecer por meio da ação intelectual e do saber científico, esferas do mundo sistêmico, como propõe Habermas (1988).

O papel do educador, do intelectual orgânico, enquanto mediador dessas construções sociais é relevante, principalmente pela necessidade de superação do saber-fragmento, da descrição superficial da realidade, ultrapassando uma análise meramente conjuntural da problemática social para uma análise estrutural. O papel de intelectual, como afirma Gramsci, é característica de nossa humanidade, todo homem é um intelectual, entretanto nem todos assumem esse papel.

É nesse sentido, que enquanto projeto político transformador, as práticas dos sujeitos nos grupos de produção aqui estudados aparecem como elementos iniciais, necessitam ser revisitados, questionados. Surge como potencial de um grupo, pois estão repletos de conhecimentos, práticas inventadas, formadoras. Os grupos planejam, elaboram cursos, avaliam, produzem, propõem práticas coletivas de enfrentamento conjunto, revigoram a vida coletiva. Nesse processo criam trilhas de um saber, às vezes inesperado, que diferem da alienação e dominação a que estamos acostumados.

Os saberes expressos nessas experiências são elementos que renovam aspectos da economia fabricada pelo capitalismo, e nos diz novamente que o trabalho é capaz de renovar nossa humanidade, construído para a vida dos homens e não pela submissão dessa vida ao capital. Nos diz também como organizar uma economia onde o trabalho é o centro do processo e não o dinheiro, colocando o outro como parceiro e não como sujeito antagônico com quem devemos competir. Ensinam a rir no trabalho, a conversar, dialogar e organizar esse trabalho sem o elemento regulador do tempo e dos comportamentos, construídos nos *taylorismos* e *fordismo* que naturalizamos como elementos sociais – o relógio e o olhar do patrão. Ensinam a organizar momentos pedagógicos onde os jovens ensinam a outros jovens e crianças, falam do ser artesão e trocam experiências de trabalho. Ensinam ainda que as gerações podem conviver e aprender umas com as outras, seja jovem, adulto, criança ou idoso. Todos esses elementos e muitos outros fazem parte do cotidiano dessas experiências de trabalho.

Nesse ínterim, convido você que já viajou comigo no imaginário desses grupos a colaborar como agente formador, propondo não respostas, mas questionamentos, elaborando juntamente com esses sujeitos experiências de vida que representem uma incursão coletiva e crítica acerca da realidade que vivenciam e reelaboram. Eles estão em toda parte, no seu Estado, cidade e até mesmo no seu bairro, basta saber olhar.

Não sei se consegui conversar com sua subjetividade ou se você enxergou através do meu olhar as experiências que propus descrever e analisar. Entretanto, tenho certeza que ao escrever essa carta fui mediadora de um encontro importante entre você e as experiências de Educação Popular Comunitárias. Nesse sentido esse nosso encontro tem um cheiro de coisa boa!

À autora.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

---

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.**

Revista Brasileira de Educação, nº 5: 25-36. São Paulo, ANPED, 1997.

ABRAMO, H. W. **Grupos juvenis nos anos 80.** Um estilo de atuação social. Dissertação de mestrado em Sociologia, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.** Lisboa: Presença, 1970.

APPLE, Michael W. **Repensando Ideologia e Currículo.** In Moreira, Antonio Flávio & Silva, Tomaz Tadeu da (orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 3 ed. 1999.

ARENDT, H. A Condição humana. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARROYO, Miguel G. **As Relações Sociais na Escola e a Formação do Trabalhador.** In. FERRETTI, C. J.; JR., J. dos R. S.; OLIVEIRA, M.R.N.S (Orgs.). Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T.. **A Construção Social da Realidade.** 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: editora Perspectiva, 2001.

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da Ação Comunicativa**: uma leitura de Habermas. Ijuí – RS: Ed. UNIJUÍ, 1997.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 10ª ed. São Paulo: Duas Cidades:Ed. 34, 2003.

CAVALCANTE, L.M. **Educação popular**: a produção de sentidos no cotidiano de um projeto alternativo de educação. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2002. 160f.

COHN, A. **O modelo de proteção social no Brasil**: qual o espaço da juventude. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P.(Org.).Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

COSTA, Marisa Vorraber (Orgs.). **Educação Popular Hoje**.São Paulo: Edições Loyola, 1998.

DAMASCENO, M. N. **Questões teóricas e práticas da pesquisa social e educacional**. Em Aberto, Brasília, ano 5, n. 31, p.31-41, jul/set, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Engajamento**: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: Edições UFC, 1990.

\_\_\_\_\_. **As práticas culturais dos estudantes:** experiência vivida e socialização escolar. In.: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Orgs.). Artesãos de Outro Ofício: múltiplos saberes e práticas no cotidiano escolar. São Paulo: Annablume, 2000.

\_\_\_\_\_. **Artesania do saber:** tecendo os fios de educação popular. Fortaleza: editora UFC, 2005.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder.** São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002. (Coleção Prospectiva – v-7)

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.** Resolução 207 A (III). Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

DOWBOR, Ladislau. **A economia da Família.** In.: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 7ª ed. São Paulo; Cortez, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, J.M. **Imagens da juventude no espaço urbano:** copos, símbolos e signos da cultura visual. Dissertação de mestrado em sociologia. Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003. 112 f.

FRIGOTTO, G. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento:** teoria em conflito. In. FRIGOTTO, G. (Org.). 6ªed. Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo, Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Juventude, trabalho e educação no Brasil:** perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.* São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e Formação Técnico Profissional** – Desafios neste fim de século. Disponível em <<http://www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=57>> acessado em 15/01/2004.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis.** São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Educação popular comunitária: notas para debate.** Seminário para Preparacton de la VI Conferência Mundial de ICEA. ICEA-Brasil. São Paulo, 28/abril a 04/maio de 1991.

GALAS, Magna Coeli de Souza e Silva. **Os impactos das novas tecnologias na educação sob a perspectiva dos alunos de Pedagogia:** o caso do curso de Pedagogia da UFPI em Parnaíba. Dissertação de Mestrado. Faced/UFC, 2001.

GIROUX, Henri. **A escola crítica e a política cultural** (trad. Dagmar Zibas). São Paulo: Cortez, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Popular na América Latina no Novo Milênio:** impactos do novo paradigma. Disponível em <<http://www.anped.org.br> > Acesso em 19 de fevereiro de 2002.

GORZ, A. **A crítica da idéia do trabalho e a esquerda pós-industrial.** 1991. 11p (mimeo).

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização das culturas.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude:** ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro, Graal, 1991.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Cartografia do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de La Accion Comunicativa.** Madrid: Ed. Taurus, 1988.

IDT – Instituto do Desenvolvimento do Trabalho/SINE/CE. **Ocupação e desemprego no município de Fortaleza.** Fortaleza, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000** – resultados preliminares. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População jovem no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxas de ocupação.** Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2002-2004.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável.** Brasília: Instituto interamericano de cooperação agrícola (IICA), 2001.

KUENZER, A. Z. **A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências.** In. FERRETTI, C. J.; JR., J. dos R. S.; OLIVEIRA, M.R.N.S (Orgs.). Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. **O que muda no cotidiano da sala de aula universitária com as mudanças no mundo do trabalho.** In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M.E.(Org.). Temas e textos em metodologia do ensino superior. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

LIEDKE, E.R. **Trabalho.** In.: CATTANI, A.D. (Org.). Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Maria Neyara Araújo de. **O Trabalho sem utopias:** novas configurações produtivas e os trabalhadores. Revista de Ciências Sociais, v. 34, nº 1, 2003.

LINHARES, Ângela. **Os tortuosos e doces caminhos da sensibilidade.** Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Faced/UFC, 1995.

LIRA, B. **A fotografia na apreensão do real.** In. KOURY, M. G. P.(Org.) Imagens e Ciências Sociais. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, G. **Per uma Ontologia dell'Essere Sociale.** Roma: Ed. Riuniti, 1976-81 (versão preliminar traduzida por Sérgio Lessa).

MANCE, E.A. **Redes de colaboração solidária:** aspectos econômico-filosóficos:complexidade e libertação. Petrópolis, Rj: Vozes, 2002.

MANNHEIM, K. **Funções das gerações novas.** PEREIRA, L.; FORACCHI, M.M. (Org.).Grandes cientista sociais – 25. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, H.H.T.S. **A juventude no contexto da reestruturação produtiva.** In. ABRAMO, H. W.; FREITAS, M.V de.; SPOSITO, M.P. (Org.). Juventude em debate. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANFREDI, Silvia Maria. **A Educação popular no Brasil**: uma releitura a partir de Antônio Gramsci. In: BEZERRA, Aída e BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs). A questão política da educação popular. 7. Ed., - São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. In. Os Pensadores. São Paulo: Ed. Abril, 1974.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Vol.6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986. 137 p.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Aléxis Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003b (coleção a obra prima de cada autor).

\_\_\_\_\_. **O Capital**, vol 1. 18ª ed. São Paulo: Editora Moraes, Ltda, 2003a.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2000.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MELUCCI, A. **Juventude tempo e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Educação, nº 5: 5-14. São Paulo, ANPED, 1997.

\_\_\_\_\_. **A invenção do presente**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, M.A. de. **Ética e sociabilidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

OLIVEIRA, E.M. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PAIS, J. Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Estado e educação popular**: recolocando o problema. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PAIVA, Vitória Régia Arrais. **Um projeto de inclusão social na perspectiva do trabalho autogestionário**. In: ARAÚJO, Maria Neyara Oliveira; RODRIGUES, Lea Carvalho (Orgs.). Transformações no Mundo do trabalho: realidade e utopias. Série cursos nº 6. Fortaleza: UFC, 2005.

PERROT, Michelle. **A juventude Operária**. Da Oficina à Fábrica. In.:GIOVANNI, L.; SCHMITT, (Org.). História dos jovens. São Paulo: Ed. Cia de Letras, 1996.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PUCHMANN, M. **Emprego e desemprego juvenil no Brasil**: anos 90. Campinas: Unicamp, 1998.

RAZETO, Luis Migliano. **Economia de solidaridad y mercado democrático**. Santiago do Chile: Academia de Humanismo Cristiano, PET, 1987.

REZENDE, C.B. **Identidade**. O que é ser jovem? Revista Tempo e Presença, n. 240, CEDI, 1989. p.4-5.

SACRISTÁN, J. **Educar e conviver na cultura global**: as exigências da cidadania. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, T. T. **Educação, Trabalho e Currículo na Era do Pós-Trabalho e da Pós-Política.** In. FERRETTI, C. J.; JR., J. dos R. S.; OLIVEIRA, M.R.N.S (Orgs.). Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

SINGER, P.; SOUZA, A.R. de. (Org.). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Estudo sobre juventude em educação.** Revista Brasileira de Educação, n<sup>o</sup> 5: 37-52. São Paulo, ANPED, 1997.

SOUZA, R. **Estado e desenvolvimento econômico.** Revista Princípio, n<sup>o</sup> 68, 2005. Obtido em [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br). Acesso em 08 de fevereiro de 2006.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação profissional.** 2<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. **O que há de novo no debate da qualificação no trabalho?** Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, Fev/2002.

TEIXEIRA, F. J. S. **Economia e Filosofia no pensamento Político Moderno.** Campinas: Pontes/UECE, 1995.

THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica.** Investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1982.

THOMPSON, Eduard. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

VASQUES, A.S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

## APÊNDICE

### OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO (EMPREGO) PELOS PARTICIPANTES DO PROJETO RECONQUISTAR

Os procedimentos metodológicos percorridos na pesquisa de campo, além de conversas informais, entrevistas individuais e observação, enfatizaram também discussões grupais, enfocando diretamente reflexões sobre os sentidos do trabalho.

Ao indagar sobre o sentido maior da busca pelo emprego, os depoimentos convergiam, principalmente, para a questão da *sobrevivência*. A maioria dos participantes revelou interesse no trabalho pela necessidade mais imediata e essencial que é garantia de vida: condições de arcar com a alimentação, sempre apresentando a família como principal incentivo. Outras necessidades também foram relevantes como a moradia, as vestimentas, o estudo e a integração no grupo.

Os jovens apresentaram o trabalho como fator essencial na construção da dignidade e trataram desse tema como um projeto futuro, sem, no entanto, negar a necessidade de no presente buscarem fonte de renda para contribuir nas despesas dentro da família. Ampliam essa discussão quando se referem à realização pessoal através da profissão, seja pela possibilidade de concretização dos sonhos ou na emancipação que o trabalho pode proporcionar.

Alguns jovens ainda ressaltam que o trabalho representa a possibilidade de integração social, principalmente por garantir “respeito e valorização da pessoa dentro do grupo” (alunos da Suplência II).

Ao conversar com os pais descobri que os sentidos atribuídos ao trabalho estão ligados não só a sobrevivência, mas às condições para crescimento do núcleo familiar, no sentido de superação da situação de miséria e possibilidades de ascensão social. A crença na educação como escada para ascender socialmente ainda persiste, especialmente com relação aos filhos, no desenvolvimento de suas potencialidades através da educação formal. Os responsáveis diretos pela subsistência da família, os pais, desdobram-se para facilitar a vida de seus filhos, entretanto, diante das condições de pobreza, os filhos também são convocados pela necessidade a procurar meios de subsistência, seja através do trabalho ou de outras estratégias, deixando a educação formal em segundo plano. Assim, o trabalho representa para esses

sujeitos, também, uma possibilidade, mesmo reduzida, de superação da sua posição na sociedade:

O trabalho significa para nós melhorar de vida, sem o emprego passamos bastante dificuldade, como podemos viver se não tiver o trabalho? Se a gente não tem renda nenhuma! Se não tivermos um emprego como podemos educar nossos filhos para que possam ser alguém no futuro? Com um emprego tudo se torna mais fácil (alunos da Suplência I).

Apesar de confiar na educação como uma possibilidade de mudança social e econômica, os jovens reconhecem que existe uma série de fatores que também influenciam e que não é somente um curso ou um certificado que vai garantir um lugar no mercado de trabalho. Entretanto, acrescentam que a competição cresceu e, portanto, a qualificação profissional ou a formação escolar pode fazer diferença: “têm muitas pessoas que terminaram os seus estudos e que têm suas experiências comprovadas na carteira, mas mesmo assim estão fora do mercado. Mas, sem estudo fica mais difícil ainda, por causa da concorrência” (alunos da Suplência II).

Quando a reflexão caminha pelos projetos de vida desses sujeitos percebo que a grande maioria dos depoimentos está ligada ao emprego formal, a necessidade de estabilidade financeira direciona os desejos para a aquisição de um emprego “seguro”, com carteira assinada, que garanta uma renda mensal e, assim, certo equilíbrio familiar e social. Como exemplo o depoimento abaixo pode ser destacado:

Nunca tive a sorte de trabalhar em indústria. No tempo que eu tirei a carteira profissional no interior, a minha irmã também tirou, hoje ela é empregada e tem carteira assinada. Eu nunca assinei minha carteira na vida. Está lá guardada. Eu sempre vivi em casa trabalhando para os filhos, o marido. Eu trabalhei pouco tempo em casa de família (aluna da Suplência I).

Outros depoimentos já enfatizam o desejo de montar seu próprio negócio, de trabalhar por conta própria e assim organizar seu tempo numa atividade que lhe garanta estabilidade, mas ressalta que a falta de verba para iniciar e ampliar sua pequena empresa é o principal obstáculo: “eu gostaria de trabalhar para mim... eu trabalharia numa firma um ano e ia juntando dinheiro para montar um negócio para mim. Eu já trabalho para mim porque eu faço minhas roupas, peças íntimas, se tivesse uma verba ia melhorar” (aluna da Suplência I).

Uma jovem, ao falar de seus projetos para o futuro, revela o desejo de ascender socialmente ocupando uma posição mais elevada no mundo do trabalho, ocupando um cargo mais ligado ao trabalho intelectual, fruto de sua expectativa diante da escolaridade. Uma característica bem marcante, que aparece nessa entrevista, é a tentativa de justificar esse desejo, assumindo que pode estar “sonhando alto”, mas que merece pelas dificuldades já enfrentadas na vida e pelo esforço que está fazendo para adquirir seu certificado de Ensino

Médio. É como se a oportunidade de uma vaga melhor no mercado de trabalho não lhe fosse permitida por ter nascido em família pobre ou porque não vê reconhecida sua capacidade...

...então a minha vontade é de trabalhar assim numa firma, porque eu sempre penso alto... meu marido diz: menina o que é isso, tu pensa muito alto... porque quando eu for pra uma firma eu quero ir pra um cargo importante.... certo que a gente começa de pouquinho, né... de pequeno e ir subindo, né, mas eu já sofri tanto, só tendo filho, só em dificuldade, aí esse estudo ele me incentiva muito assim, nesse termo, pra eu querer aprender mais, assim... toda reunião, alguma coisa que tenha no projeto eu tô lá que é pra aprender também, sabe... como se expressar, eu gosto muito de falar, eu gosto muito de escrever, a minha vontade é essa: de participar de alguma coisa, de trabalhar... (aluna da Suplência II).

Essa dificuldade de perceber que a situação de exclusão não é responsabilidade sua, mas de todo um sistema desumano que divide a sociedade em classes é comum e faz parte do mundo ideológico do capital, que sustenta o desequilíbrio social e estimula a baixa autoestima daqueles que formam as classes desfavorecidas de nossa sociedade, por reforçar sempre que a pobreza é gerada pela incapacidade dos sujeitos de garantir condições favoráveis de vida ou pela desvalorização do trabalho, como se o desemprego fosse uma escolha para esses indivíduos (Cavalcante, 2002).

Esse sentimento de incapacidade gerado pela exclusão é reforçado nas exigências dos espaços de trabalho, numa nova concepção capitalista de trabalhador expressa no conceito de empregabilidade, que dita aos indivíduos o que devem ser ou como devem se preparar para essa nova realidade. Segundo Silva,

...o conceito de empregabilidade desloca a responsabilidade do desemprego da estrutura social e econômica para a pessoa que busca trabalho. “Seu emprego depende unicamente de suas qualificações”, isto é de seu grau de “empregabilidade”. Mais do que uma simples noção, “empregabilidade” é uma forma de transformação da subjetividade, da identidade [grifos do autor] (1999:80).

Essa descrição do trabalhador ideal não fica apenas no mundo ideológico, mas toma forma diariamente na realidade social do trabalhador, nas várias situações vividas na busca de emprego, nas solicitações das empresas e no reconhecimento do grupo diante da ampliação de seu *currículum vitae*.

Ao serem questionados acerca da realização profissional, do desenvolvimento de atividades que realmente lhe dão prazer enfatizam a importância desse aspecto afirmando que quando se trabalha naquilo que gosta a tarefa é melhor realizada e com maior satisfação. Entretanto, entre a remuneração e a satisfação pessoal a maioria escolheria uma atividade que lhe garantisse maior poder aquisitivo em detrimento daquelas que fossem mais prazerosas. Nesse sentido destaco os argumentos abaixo:

É até um pouco difícil responder porque hoje em dia a sociedade se tornou muito materialista. Aí, o trabalho se torna não tão prazeroso, mas mecânico, mas você tem que sobreviver, você tem que arranjar dinheiro pra comprar alimentação, pra pagar a escola do seu filho, pra você se vestir, aí se tornou algo mais... até um certo ponto você se tornou escravo do trabalho. Antigamente... é... houve épocas que a gente trabalhava por prazer, você tinha prazer de chegar no seu trabalho, fazer aquilo que você gosta, hoje em dia nem sempre você faz o que gosta, você tem que fazer o que lhe dá dinheiro. O problema é esse! (aluno da Suplência II).

Embora bem mais reduzidos alguns depoimentos ficaram firmes no propósito de optar por um trabalho que fosse prazeroso, mesmo com uma remuneração menor. O argumento recai sobre a importância do trabalho na construção da identidade, de sentir-se pertencendo a um grupo, sentir-se útil, que implica também num resgate da auto-estima.

Bom, eu vejo assim, não é só a questão de sobrevivência, no meu ponto de vista não, é ter aquele prazer de chegar o meu horário de trabalhar e falar eu vou trabalhar, porque eu tô fazendo uma coisa que eu gosto, né. Está sendo muito bom pra mim... é um espaço onde eu tava em casa sem fazer nada e agora não, eu tenho aquele horário certo de dizer eu vou pro meu trabalho e lá eu vou ensinar, eu vou aprender também e é muito legal, preenche minha tarde toda e eu gosto mesmo (aluna da Suplência II).

Para as mulheres o trabalho passa a significar a liberdade e, de certa forma contribui para sua emancipação. São principalmente os filhos e o desejo de certa liberdade de consumo que, em sua maioria, impulsionam as mulheres na busca por trabalho. Assim, diante de sua condição de pobreza e do crescimento do desemprego, o emprego, mesmo àquele que garante baixa remuneração, significa *riqueza*, por isso, na imediaticidade do seu discurso o trabalho passa a ser *tudo* que deseja.

Eu tenho vontade de trabalhar para possuir as coisas. Eu vivo tão humilhada. Se eu pedir 1 real para o meu marido ele vem me perguntar para o que é. E eu trabalhando, pegando no meu dinheiro, eu compro roupa, calçado para os meus filhos e para mim, sem ter que pedir para ninguém, sem ter que me humilhar. **Quem tem trabalho é rico.** Quem tem dinheiro compra o que quer. Não penso que devo estar esperando pelo marido, eu trabalhando teria tudo. **O trabalho é tudo** que desejo [grifos meus] (aluna da Suplência I).

#### **- As necessidades impulsionam a busca por trabalho:**

Em todos os depoimentos colhidos nas entrevistas individuais e nas discussões grupais o trabalho vem sempre vinculado às necessidades mais imediatas, marcadas ainda pela presença da família. Como numa distribuição de papéis, o chefe da família, seja homem ou mulher, procura emprego que possa suprir, principalmente, as necessidades mais prementes como a alimentação e, muitas vezes, as dificuldades são tantas que essa tarefa não é cumprida com satisfação.

Mesmo estando em segundo plano a preocupação se estende a aparência dos filhos, pois pode garantir sua permanência no grupo, bem como o estudo pode ajudar na superação de sua condição social. Essa realidade estimula a busca, de todos os membros da família, por um espaço no mercado de trabalho ou a inserção numa atividade que lhes possibilite gerar renda: “o meu desejo é que meus filhinhos também andem direitinho e que estudem. Eles andam tão maltrapilhos, olho para eles e não posso dar um jeito. Com o trabalho a gente pode comprar uma roupa melhor, um calçado melhor para se apresentar bem nos cantos” (aluna da Suplência I).

Antunes discute a questão do tempo de trabalho e do tempo livre na sociabilidade contemporânea, enfatizando a redução da jornada de trabalho como uma das saídas para minimizar o desemprego estrutural que atinge o mundo do trabalho, visto que possibilitaria o aumento de outros postos de trabalho criando maior oportunidade dentro do mercado – “reduzir a jornada ou o tempo de trabalho para que não prolifere ainda mais a sociedade dos precarizados e dos desempregados” – mas que vai além desse problema imediato porque diz respeito à organização do tempo de vida dos indivíduos (2001:177).

Essa luta “pelo direito ao trabalho em tempo reduzido e pela ampliação do tempo fora do trabalho” deve articular-se à luta contra a conversão desse tempo livre em “tempo para o capital,” levando o trabalhador a utilizar esse tempo no preparo e capacitação para competir no mercado, atuando como controle e disciplinamento do capital sobre seu tempo, impossibilitando uma vida cheia de sentido dentro do trabalho e, portanto, uma vida também desprovida de sentido fora dele (idem:177).

O texto de Ricardo Antunes despertou os seguintes questionamentos: que sentido pode ter o tempo livre gerado pelo ócio se não há o trabalho para oportunizar-lhe sentido? Claro, o tempo livre que Antunes se reporta não é o tempo desprovido de trabalho, mas o tempo gerado pela redução dessa jornada, não necessariamente implicaria na redução da produção, mas na ampliação do mercado a outros sujeitos sociais. O que tento entender e aqui levantar como argumento é que o sentido do trabalho está tão ligado à sociedade construída no consumo, organizada pelo mercado e pelo capital, que a exclusão dos sujeitos desse espaço passa a significar maior aprisionamento e limitação de vida do que seu total enquadramento nos quadros das empresas ou outros setores, mesmo apresentando-se como reguladores e autodisciplinadores do tempo.

Essa luta pelo direito ao trabalho deve ampliar-se também na luta pela redução da jornada de trabalho sem que signifique a redução de salário ou a utilização do tempo livre *em tempo para o capital*, como assinala Antunes (2001), onde os trabalhadores são direcionados a

formação, a capacitação para garantir um lugar na competição gerada pelo mercado. O tempo livre do trabalhador deve somente a ele competir organizar, seja para deleitar-se por meio da arte, da leitura, da música, ou mesmo no próprio ócio, mas que voltada para uma formação omnilateral somente poderá existir se em conformidade com suas aspirações e desejos, em formas originais de sociabilidade organizadas pela integração entre *liberdade e trabalho* (idem).

Nesse contexto, o trabalho passa a significar o meio pelo qual a vida exterior a ele toma corpo, organiza-se, existe enquanto grupo, até mesmo na garantia da identidade coletiva. O desemprego ou a desapropriação do trabalho, vivenciada pelo trabalhador, gera um sentimento de incapacidade que limita suas possibilidades sociais dentro do cotidiano relacional sobre o qual pauta-se. É a luta pela integridade, pelo reconhecer-se capaz de manter a si e a sua família dentro de certo equilíbrio, levando o trabalhador a tomar para si a responsabilidade da miséria, da exclusão: “eu queria trabalhar para comprar uma roupinha para eles para quando for sair eles saírem bem arrumadinhos, **parecendo filho de gente certa**, que trabalha para manter os filhos como deve ser” [grifo meu] (aluna da Suplência I). Martins complementa:

Então, tem-se primeiramente que as pessoas trabalham para suprir suas necessidades básicas, como a fome, por exemplo. Tem-se também que as pessoas trabalham porque o trabalho permite aos indivíduos serem vistos e perceberem-se como dignos, honestos e merecedores de respeito. Isto é parte de uma ideologia do trabalho que todos nós aprendemos desde cedo: ‘só é digno aquele que trabalha, que ganha seu pão com o suor do seu rosto’, e assim por diante (2002:21).

Em meio a essa crise materializada no desemprego, no crescimento da pobreza e na exclusão social, muitas estratégias são articuladas no mundo da informalidade para garantir alguma renda. Dentro da família todos são chamados a contribuir. Em muitas situações a mulher, por exemplo, organiza com criatividade seu cotidiano e passa a direcionar seu tempo livre em alguma atividade informal como vender produtos de beleza, trabalhar como manicure, *costurar para fora*, fazer alguma faxina, entre outras tarefas que possam lhe garantir algum recurso. O depoimento abaixo descreve essa realidade:

Eu vendo produto da marca Avon. Eu faço as minhas coisas... costuro pra fora, faço umas calcinhas para vender. Eu estou guardando algum dinheiro para comprar alguma coisa que a gente sempre precisa no final do mês. O homem ganha só um salário mínimo. Ele trabalha numa firma de plásticos. Mas só com minhas coisas não está dando muito porque eu estou sem dinheiro para comprar o material, a gente vende para receber no final da semana, da quinzena, às vezes no mês e quando a gente recebe está é devendo tudinho. Às vezes eu compro elástico, elas me vendem para pagar no final da semana quando vou receber eu passo para elas. O lucro é muito pouco, mas a gente chega lá (aluna da Suplência I).

## - Educação e trabalho

A discussão sobre os sentidos do trabalho adentrou também nas idéias que esses sujeitos possuem acerca das relações entre educação e trabalho. Não foi preciso indagar sobre esses aspectos, visto que eles naturalmente fluíram nos discursos.

A educação, por eles compreendida como escolarização ou formação profissional está diretamente vinculada com as possibilidades de emprego “... se eu arrumar emprego não ia estudar, ia era trabalhar. Mas, se o patrão exigir estudo vai dificultar a vida da gente. Eu gosto de estudar, mas estou apressada em trabalhar” (aluna da Suplência I).

Em se tratando da valorização entre o curso técnico (formação profissional) e a escolarização há uma tendência a se valorizar mais o aprendizado profissional, impulsionada pela necessidade imediata que é conseguir um emprego “... se eu tiver o estudo e não tiver a profissão eu não arrumo emprego, e com a profissão, mesmo que eu não tenha o estudo eu arrumo emprego. Eu conheci gente analfabeta que têm emprego” (aluna da Suplência I).

Os educadores demonstraram perceber que a motivação maior da presença de muitos alunos no Reconquistar é a busca da profissionalização, mediante sua situação de desemprego, e que muitos participam da Suplência porque existe essa integração entre os cursos, curso técnico/profissionalizante e formação básica (Ensino fundamental), no que concerne a carga-horária e, por isso, apresenta-se como obrigatório. O depoimento abaixo acrescenta ainda que mesmo quando valorizam a Suplência, muitos o fazem também em função das exigências do mercado de trabalho:

Não é só pelo técnico, eles também estão pela Suplência, mas muitos deles seguram a Suplência por causa do técnico, por que o que eles falam é que ao terminar o técnico com a 8ª série vai facilitar a entrada deles no mercado de trabalho, tem um aluno que esteve me falando agora, um mês antes das férias, tinha inscrição pra uma empresa aí de eletricidade da Coelce, uma prestadora de serviço, ele foi fazer inscrição e ele não pôde porque ele não tinha o ensino fundamental completo, então ele chegou aqui falando pros alunos, dizendo que é preciso porque as empresas não aceitam mais, então isso dá um incentivo pra eles terminarem a 8ª série e a partir do momento que eles tão indo atrás de emprego e tão descobrindo isso, aí dá um incentivo pra concluírem o ensino fundamental (educadora da Suplência I).

Ao referir-se a educação em outros momentos de seu discurso os jovens argumentaram ainda que mesmo se já possuíssem emprego a escolarização poderia proporcionar-lhes um cargo melhor, o crescimento dentro da empresa, portanto, melhores condições de vida. Assim relatam...

...tô como zelador lá do shopping, mas eu pretendo melhorar de cargo, porque você estudando, você tendo esforço é possível, como o subgerente já falou lá: quem tivesse estudando, quem tivesse fazendo um curso profissional, dava um negócio melhor pra

gente futuramente, tirava lá de dentro mesmo, da zeladoria pra botar em outro coisa melhor... interessado eu tô, tem muita gente lá que não tem curso, é analfabeto... eu digo: rapaz faz um curso, estuda, dou um incentivo, porque se a pessoa não tiver um curso hoje sofre (aluno da Suplência II).

Na nova lógica social desenhada pelo capitalismo a formação do trabalhador passa a representar uma “suposta solução” para os problemas causados pelas transformações estruturais no mundo do trabalho, principalmente o desemprego. Essa fórmula – mais educação igual a mais emprego – termina aproximando ainda mais os interesses do capital aos interesses tratados no trabalho pedagógico. Entretanto, as causas do desemprego superam essas questões gerenciais porque a oferta de postos de trabalho diminui com a introdução de novas tecnologias e a própria reorganização da produção nesse novo modelo globalizado, flexível, forjado em bases microeletrônicas. Assim, não será a qualificação que vai ampliar as oportunidades no mercado, o que de certa forma, cria é uma falsa expectativa. Como assinala Frigotto:

Vinculada ao monopólio crescente da base científica e tecnológica, a globalização permite uma verdadeira “vingança” de capital contra o trabalho. De um lado a nova base tecnológica, marcadamente flexível, permite um rápido deslocamento de investimentos produtivos de uma parte para outra do mundo (desterritorialização do capital) para buscar vantagens nas taxas de lucro e, de outro lado, aumenta exponencialmente a intensidade do capital morto e a conseqüente diminuição de capital vivo, força de trabalho [...] amplia-se, neste contexto, a possibilidade de superexploração da força de trabalho (2002:42).

O capital propõe nova identidade para o trabalhador, quando procura moldar culturalmente suas necessidades a realidade social. Está, mais uma vez, compondo sua estrutura a partir da construção de um capital cultural que sirva aos seus interesses, moldado nas instâncias sociais, na organização das relações sociais...

...O *corpus conceptual* da teoria do capital humano é produzido para explicar, em última análise, exatamente a não efetiva generalização do fordismo, quando este atingiu seu ápice [...] A teoria do capital humano passou por um intenso debate interno, particularmente na década de 60 e 70, e, ao mesmo tempo, teve um amplo uso político e ideológico na definição de macropolíticas educacionais orientadas pelos organismos internacionais e regionais. No Brasil, durante o período da ditadura militar, como mostra Saviani (1988), duas reformas – universitária de 1968 e do 1º e 2º graus em 1971 – estruturaram o sistema de ensino dentro dos parâmetros tecnicistas e economicistas, inspirados nesta formulação teórico-ideológica (Frigotto, 2002: 37-38).

Dentro dessa realidade uma pedagogia realmente crítica, na tentativa de desenvolver um currículo também crítico deve organizar o trabalho pedagógico não apenas voltado para as necessidades desse capital – presentes na formação do trabalhador – mas para as necessidades dos próprios indivíduos em sua condição humana, não numa pedagogia do não trabalho, mas

voltada para a luta contra-hegemônica no trabalho, realidade que reúne grande número de trabalhadores.

O currículo não deve estar alheio à vida organizada na sociedade onde o desemprego passa a constituir-se num impulsionador de novas formas de sobrevivência. Qual seria então o papel da Educação Popular dentro dessa realidade? Se pensarmos numa pedagogia direcionada não somente para uma cultura de preparação para o trabalho, mas para uma realidade estruturada também no desemprego?

A lógica das análises apresentadas pela *antiga sociologia da educação*, que representa a escola como aparelho ideológico de Estado, busca demonstrar que pautada por um currículo oculto a escola desenvolve em seus integrantes a lógica capitalista organizada por uma cultura normatizada, disciplinadora e que incentiva a passividade e integração social. Hoje, mesmo compreendendo que essas peculiaridades do currículo são reais outros estudos mostram que os sujeitos envolvidos no trabalho escolar são indivíduos que reagem à cultura legitimada pelas instâncias, seja resistindo com a própria negação desse aparato, o que de fato acarreta ainda mais exclusão, mas resistindo também, a partir de um potencial crítico, de enfrentamento, contribuindo para que esses interesses do capital não sejam legitimados facilmente. Essa teoria educacional surge da compreensão de que esses mesmos sujeitos possuem história, possuem raízes culturais, valores, condutas, imaginários forjados no seio das comunidades e dos movimentos de luta que nascem nesses *lócus* e, por isso, esse modelo de sociedade capitalista legitimado pela escola é articulado em meio a verdadeiros confrontos e, que nem sempre são vitoriosos.

A escola também, antes de ser encarada como instituição social, deve ser compreendida como um grupo de pessoas que articula seus desejos, sua identidade individual, suas perspectivas de vida frente à realidade coletiva, atuando também em sua construção. Então, a escola enquanto subjetividade, enquanto grupo, não se apresenta passiva no que concerne à ordem social.

Ainda, segundo Silva, essas relações entre escola e economia já não estão somente ao nível do currículo oculto, mas é proclamada como desejável diante da necessidade de integração do homem na sociedade com a idéia de que assim superaria os males sociais como a pobreza econômica e cultural, articuladas por discursos democráticos, de igualdade e solidariedade. Acrescenta que...

...o que está ocorrendo hoje, dada a hegemonia da visão de mundo do novo capitalismo, é que as estratégias empresariais de gerência estão afetando diretamente a educação. As reformas educacionais conduzidas pelas políticas neoliberais têm sido alguns dos principais canais dessa transferência da lógica empresarial para o campo educacional. O campo educacional é, hoje, claramente, um campo colonizado pelo

discurso e pelas estratégias empresariais de gerência. Na verdade não se trata apenas de uma transferência de estratégias gerenciais, mas de transferência de uma mentalidade gerencial para a própria esfera do currículo e da pedagogia (1999:79-80).

Uma educação voltada para o trabalho vai além dos muros da escola, surge na família, na comunidade, no grupo de amigos, na Igreja, enfim está imbricada na sociedade como aprendizado universal. Para Arroyo, “não só aprendemos cedo que teremos de trabalhar, mais ainda, que teremos de vender nossa capacidade de trabalho para sobreviver” (1999: 16).

Esses estudos sociológicos que apresentam a escola com aparelho ideológico do Estado, com função reprodutivista das relações sociais desenvolvidas no capitalismo representaram um avanço nas análises desenvolvidas nas décadas de sessenta e setenta acerca do papel da escola, entretanto foram tomadas em certa medida como absolutas, escondendo a realidade dialética de contra-posição, de intervenção, deixando de lado a compreensão da educação como espaço de mudança social e cultural.

Nos espaços escolares, na dinâmica própria desse ambiente, nas subjetividades presentes nas propostas pedagógicas que ultrapassam as mediações burocráticas e políticas são os sujeitos que, em certa sintonia, estão estabelecendo padrões de aprendizado, estão discutindo e/ou aceitando conhecimentos, valores, idéias, visões de mundo e de sociedade. As diversidades presentes nesse espaço conferem riqueza cultural a esses momentos, seja pela presença do negro, do índio, do jovem, do adulto, do religioso ou do ateu, do homem ou da mulher, enfim uma identidade multicultural é desenvolvida nos espaços escolares.

A preocupação que deve vir à tona nas escolas e, assim como em outras instâncias educacionais não deve se resumir no como qualificar o trabalhador, ou somente em que conhecimentos eleger nessa formação, mas estar atento para o ideal de homem trabalhador que se pretende desenvolver, como constituí-lo na totalidade de sua condição de homem ou mulher, dentro da realidade do capital, levando em conta as relações ali desenvolvidas e sua capacidade crítica e atuante.

Essa preocupação deve estender-se às subjetividades, às relações existentes entre currículo e produção cultural, à ética, às relações com a natureza, enfim valorizar a realidade cultural sem deixar de lado os desejos de superação ali presentes. Arroyo auxilia na discussão acerca da relação entre escola e trabalho enfatizando que...

...situar a relação escola-trabalho-formação do trabalhador no âmbito das relações sociais na escola e na produção significa ver a educação como prática social e cultural, como relação humana, de sujeitos, como produção e reprodução consciente e intencional de um protótipo de ser humano e como ação-intervenção política e cultural que mexe com aspirações, valores, pensamentos, enfim, com sujeitos humanos que pensam e têm suas aspirações (idem:31).

Uma pedagogia crítica atua para desenvolver não apenas a formação integral do trabalhador, baseada nas relações entre teoria e prática, mas também evidencia aspectos críticos que possibilite uma visão ampla de sociedade, do mundo do trabalho organizado no capitalismo. A partir desses direcionamentos o currículo deve enriquecer-se, sendo capaz de discutir conhecimentos e informações necessárias, discutir e ampliar idéias e valores construídos nas experiências sociais, e enfim, trabalhar aspectos eminentemente políticos.

Os aspectos ligados à formação crítica não se reduzem a um grupo de conteúdos ou a um currículo que se limita a uma análise crítica do mundo do trabalho ou da sociedade, mas representa toda uma concepção social e educacional que se fundamenta na consciência das oportunidades que devem possibilitar, no encontro do homem com o saber, com a política, com a religião, com a arte, com a tecnologia, com o trabalho enquanto espaço também de luta e por isso, com a vida concreta, com sua realidade histórica e cultural.

Essa pedagogia deve tentar articular momentos coletivos para a construção de uma visão mais participativa e crítica acerca do mundo que nos situamos, que almejamos, que construímos, visões que não se limitem a lógica da mercadoria e do consumo, mas que a partir do aprisionamento do homem a essas formas de vida se descubra modelos *pedagogicamente diferentes* de enfrentamento, de convivência dentro de uma perspectiva transformadora da realidade.

## ANEXO A – QUESTIONÁRIO

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Pesquisa: Juventude e Economia dos Setores Populares

Professora: Luciana Matias Cavalcante

Esse questionário é um instrumento de investigação destinado aos jovens das Associações de Artesanatos do município de Parnaíba e cidades vizinhas que objetiva conhecer um pouco de sua história de vida, bem como da sua participação na Associação, suas concepções, interesses e perspectivas.

De antemão agradeço a colaboração no desenvolvimento desse trabalho.

#### 1. Identificação (opcional):

Nome \_\_\_\_\_

Sexo \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Cep.: \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

Fone \_\_\_\_\_

#### 2. Dados pessoais:

Idade \_\_\_\_\_ Estado civil \_\_\_\_\_

Nº de filhos \_\_\_\_\_

Quantas pessoas moram em sua casa? \_\_\_\_\_

Quantas pessoas trabalham? \_\_\_\_\_

#### 3. Formação:

Fez até a série / grau \_\_\_\_\_ ano \_\_\_\_\_

Estuda: Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( )

Curso profissionalizante que fez ou está fazendo?

Outros cursos que fez ou está fazendo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você acha que a escola vem contribuindo para facilitar seu ingresso no mercado de trabalho? Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

A escola é importante para você? Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O que menos gosta na escola e o que mais gosta?

---

---

Pretende ingressar na Universidade? Em que curso? Vem se preparando?

---

---

#### **4. A Associação:**

Como conheceu a Associação?

---

---

---

---

Por que veio participar do grupo de produção?

---

---

---

---

Como é fazer artesanato?

---

---

---

---

Como você se sente na comunidade?

---

---

---

---

O que você mudaria na associação? Por quê?

---

---

---

---

O que não mudaria? Por quê?

---

---

---

---

Há quanto tempo participa desse grupo?

---

---

---



---

O que o diferencia de outros trabalhos?

---



---



---



---



---

O que você considera importante para ser um artesão?

---



---



---



---



---

Que contribuição você acha que a Associação está dando a sua vida?

---



---



---

**5. Experiências profissionais:**

Você está trabalhando além das atividades da associação? ( ) sim ( ) não

**Respondendo sim**, em que trabalha? \_\_\_\_\_

Quanto ganha nesse emprego? \_\_\_\_\_

Sua carteira de trabalho é assinada? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo trabalha nessa função? \_\_\_\_\_

Experiências anteriores

---



---



---



---

**Respondendo não**, há quanto tempo está sem emprego? \_\_\_\_\_

O que tem feito para solucionar esse problema? \_\_\_\_\_

---



---



---



---



---

Por que você acha que ainda não conseguiu emprego?

---



---



---



---



---

Que sonhos tem em relação a profissionalização, que carreira gostaria de seguir?

---



---



---

**6. Meu bairro ou comunidade:**

Como é? Fale um pouco das pessoas que fazem sua comunidade; dos locais que mais curte, daqueles locais que não acha legal, por quê; fale dos problemas presentes em sua comunidade e também das mobilizações, ou organizações...

---



---



---

## ANEXO B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Projeto de Pesquisa: Juventude e economia dos setores populares  
ROTEIRO para ENTREVISTA (temática) com os jovens

### 1. Ser jovem

- a) o que é ser jovem, quem é o jovem? O que o faz diferente da criança e do adulto? Todo jovem é igual?
- b) os sonhos, os desejos, as expectativas;
- c) como a sociedade encara o jovem hoje;
- d) quais os principais desafios que o jovem enfrenta, que problemas?
- e) que atuação o jovem tem na sociedade hoje?

### 2. O significado do trabalho para os jovens

Averiguar como os jovens percebem e explicam as relações que estabelecem com o mundo do trabalho:

- a) educação x trabalho – necessidades, aptidões, formação;
- b) manifestações e atitudes de negação/afirmação do trabalho / trabalho e sobrevivência? Trabalho e ascensão social? Trabalho e auto-afirmação social? Por que trabalhar? ;
- c) visão que possuem acerca do mundo do trabalho e da formação profissional;
- d) manifestações da divisão social do trabalho (gênero, raça, nível social – se consideram algum tipo de trabalho mais adequado para determinado sexo ou etnia);

### 3. O Processo Formativo (conteúdos, habilidades e atitudes)

Averiguar como os jovens percebem e explicam:

- a) o que é trabalhar em grupo? Em que se diferencia de outros trabalhos? É melhor ou pior que o trabalho individual? Por quê?
- b) O registro na carteira x trabalho informal;
- c) o significado, o interesse e desinteresse pelo grupo de produção (em termos pessoal e profissional);
- d) a organização do espaço e do tempo, o ritmo, a apatia, a rotina, as interações no grupo;
- e) as formas de participação/diálogos existentes nos grupos, tomada de decisão, compromisso e responsabilidade;
- f) principais conteúdos que permeiam esse setor (cursos, formação, discussões);
- g) principais habilidade (domínio do processo técnico), a busca por novos conhecimentos, as relações e a competitividade advindas do saber, etc...;

## **PESQUISA: ECONOMIA DOS SETORES POPULARES - juventude e educação para o trabalho**

### **Roteiro de Entrevista – Associações**

#### **1. Trajetória de vida e o trabalho:**

- a) onde nasceu; a infância; juventude...
- b) formação; experiência profissional;
- c) significado do trabalho;
- d) como surgiu a cooperativa; como foi no início;

#### **2. Organização da cooperativa:**

- a) Como está organizada (as formas de participação (voluntários?), os papéis, parcerias, a manutenção da cooperativa, tomada de decisão, recursos, metodologia, divisões quanto ao espaço e tempo...);
- b) Processo formativo (conteúdos, habilidades e atitudes);
- c) O significado e interesse pelo projeto (para outros membros da comunidade, significado pessoal e profissional para os membros da cooperativa, atitudes de aceitação ou resistência por parte dos jovens);
- d) A avaliação (como avaliam e planejam as atividades, qual o resultado da última avaliação/êxitos e dificuldades);

#### **3. Produção e o mercado capitalista:**

- a) Como entende as relações de mercado (como funciona o mercado capitalista, o mercado formal e informal, quais os entraves que encontra para comercializar a produção do grupo, como foi que surgiu a oportunidade de articulação com o mercado do sudeste, como está essa relação hoje);
- b) Organização da produção (material, distribuição de tarefas, controle de qualidade, controle de quantidade, investimento);
- c) Os frutos da produção (relação lucro x trabalho, grau de satisfação, investimento no grupo, distribuição de mais-valia, sustentabilidade);
- d) Marketing (preocupação com a divulgação da produção, como é feita a divulgação, investimento em divulgação).

## **Roteiro de Entrevista/ Sebrae**

### 1) A formação

- a) Conteúdos
- b) Metodologia
- c) Avaliação
- d) Público

### 2) A organização

- a) Implantação e acompanhamento
- b) Parcerias
- c) Metas

### 3) Avaliando a situação de Parnaíba

- a) emprego x desemprego
- b) associativismo/cooperativismo como saída

### 4) Fundamentos teóricos que embasam as práticas

- a) visão de sociedade
  - mundo do trabalho
  - política de crédito e superação da exclusão
  - empreendedorismo e seus entraves
- b) visão de sujeito
  - quem são os agentes do associativismo/cooperativismo
  - como se organizam
  - participação nas atividades do Sebrae